

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Maria Joseli Barreto

**TERRITORIALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS
CANAVIEIRAS NO PONTAL DO PARANAPANEMA E OS
DESDOBRAMENTOS PARA O TRABALHO**

**Presidente Prudente
Novembro de 2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Maria Joseli Barreto

**TERRITORIALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS
CANAVIEIRAS NO PONTAL DO PARANAPANEMA E OS
DESDOBRAMENTOS PARA O TRABALHO**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia – para obtenção do
Título de Mestre em Geografia.
Área de concentração:
Produção do espaço geográfico

Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior

**Presidente Prudente
2012**

	Barreto, Maria Joseli
B263t	Territorialização das Agroindústrias Canavieiras no Pontal do Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho/ Maria Joseli Barreto. - Presidente Prudente: [s.n], 2013 244f. Orientador: Antonio Thomaz Junior Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Inclui bibliografia 1. Agroindústria Canavieira. 2. Território. 3. Pontal do Paranapanema. 4. Capital. 5. Trabalho. I. Thomaz Junior, Antonio. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação
– Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, Campus de Presidente Prudente.

BANCA EXAMINADORA



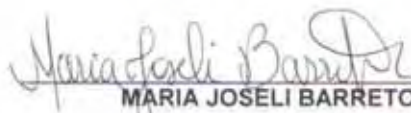
PROF. DR. ANTONIO THOMAZ JUNIOR
ORIENTADOR



PROF. DR. CARLOS ALBERTO FELICIANO
(UNESP/FCT)



PROF. DR. JOÃO CLEPS JUNIOR
(UFV)



MARIA JOSELI BARRETO

Presidente Prudente (SP), 19 de novembro de 2012.

RESULTADO: 

DEDICATÓRIA

*A todos os trabalhadores
e trabalhadoras que, no labutar
diário em busca da sobrevivência,
são subjugados a formas degradantes
de trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de utilizar este espaço, para transferir meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que, de forma direta e indireta, contribuíram para a concretização deste trabalho. Contudo, não podemos em hipótese alguma tentar enumerá-las, frente à possibilidade de cometermos a injustiça de esquecer o nome de alguém. Por isso, nossos eternos agradecimentos a todos os que, de algum modo, apoiaram e colaboraram para o desenvolvimento da pesquisa...

Ao professor Thomaz, pela orientação iniciada em 2007, com o Estágio Não Obrigatório e Iniciação Científica, sempre nos estimulando a persistir nos caminhos da pesquisa e da militância;

Ao Fernando, pelo companheirismo e pelo apoio incondicional, especialmente nos momentos difíceis;

Um agradecimento especial aos meus pais (José e Lourdes), que, compreendendo ou não, sempre apoiaram minhas escolhas, inclusive nos momentos de ausência;

Às minhas irmãs (Cidinha e Jane e suas respectivas famílias), que também me auxiliaram na construção deste trabalho;

Aos companheiros do CEGeT/CEMOSI, desde os mais antigos (dinossauros), aos mais novos, minha eterna gratidão;

Um agradecimento especial à Sônia, pela contribuição direta, através da leitura criteriosa do texto e incentivos nos momentos de dificuldades;

Ao Juscelino, que certamente me ajudou a compreender e analisar os dados da RAIS/CAGED;

Ao Rafael e Raquel, pela amizade e contribuição na parte cartográfica do trabalho;

Ao Gerson, Caio e Thiago, que nos acompanharam em um trabalho de campo (frente de corte);

Aos professores da Graduação e Pós-Graduação da FCT/UNESP/, que sempre, com muita seriedade e compromisso, contribuíram na minha formação acadêmica;

A todos os funcionários da FCT/UNESP, em especial aos da Seção de Pós-Graduação e da Biblioteca, que sempre foram solícitos em nos ajudar;

Aos professores Carlos Feliciano e Sonia Maria Ribeiro, pelas sugestões e críticas feitas durante a realização do Exame de Qualificação;

Agradecemos, ainda, aos representantes do poder público dos municípios visitados (Prefeitos e representantes da Casa da Agricultura, Secretarias de Desenvolvimento,

Secretarias da Saúde e Vigilância Sanitária), que atenciosamente nos atenderam e concederam entrevistas;

A todos os representantes dos Sindicatos visitados, que nos receberam, concederam entrevistas e nos auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa, especialmente o Rubens Germano, do STR de Presidente Venceslau, e o Lauro, do STR de Martinópolis, os quais facilitaram o acesso às unidades canavieiras;

Agradecemos ainda a todos os representantes das agroindustriais canavieiras que permitiram as visitas e as entrevistas, ou que forneceram informações por outras vias;

A todos os trabalhadores e trabalhadoras assalariados nas lavouras de cana-de-açúcar e nas unidades fabris, terceirizados e migrantes envolvidos na cadeia produtiva da cana-de-açúcar;

À Cidinha, do CEREST de Presidente Prudente, e a Maria Elídia, representante da Vigilância Sanitária Regional, pelos esclarecimentos;

Por fim, gostaríamos de agradecer ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pelo apoio institucional, através da bolsa de estudos concedida entre os meses de agosto de 2010 a fevereiro de 2012, que nos possibilitou dedicação integral à pesquisa.

TERRITORIALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS CANAVIEIRAS NO PONTAL DO PARANAPANEMA E OS DESDOBRAMENTOS PARA O TRABALHO

RESUMO

Historicamente marcado por violentos conflitos e disputas em torno da propriedade da terra, o Pontal do Paranapanema, localizado no Oeste Paulista, recebeu suas primeiras lavouras de cana-de-açúcar no início da década de 1970, quando emergia no Brasil o Programa Nacional do Alcool. Mas, foi a partir do ano de 2005 que a cultura canavieira se tornou expressiva na região, juntamente com a implantação de novas unidades agroprocessadoras, vinculadas a grandes grupos empresariais de capital nacional e internacional. Diante disso, a pesquisa teve como principal objetivo analisar as estratégias que o capital canavieiro nacional/internacional tem utilizado para territorializar-se na região e os desdobramentos desse processo para os trabalhadores e trabalhadoras. A fim de alcançar esse objetivo, buscou-se articular referencial teórico com dados de fonte secundária e entrevistas junto aos sujeitos envolvidos na dinâmica do agronegócio canavieiro, representantes públicos municipais, representantes das unidades canavieiras e trabalhadores (regionais/migrantes e terceiros). Dessa forma, a investigação permitiu constatar que, amparado no discurso do emprego e nas fragilidades empregatícias da região, o agronegócio canavieiro se territorializa no Pontal do Paranapanema e viabiliza seus negócios fortemente apoiado pelo Estado e pelo poder público municipal. Além disso, torna-se evidente que as condições de trabalho diante da acumulação desenfreada do capital estão cada vez mais precárias e degradantes.

Palavras-chave: Agroindústria Canavieira. Território. Pontal do Paranapanema. Capital. Trabalho.

TERRITORIALIZATION OF THE SUGARCANE AGROINDUSTRIES IN THE PONTAL OF PARANAPANEMA AND THE DEVELOPMENTS FOR WORK

ABSTRACT

Historically marked by violent conflicts and disputes about land ownership, the Pontal of Paranapanema, located in the West of São Paulo State, received the first crops of sugarcane in the early 1970s, when it appeared the National Alcohol Program in Brazil. However, it was from the 2005 that the sugarcane cultivation has become significant in the region due to the deployment of new agro-processing units, linked to large corporate groups of national and international capital. In this context, the research aimed to analyze the strategies that the national/international sugarcane capital has used to territorialize in the region and the consequences of this process for workers. For that, were articulated the theoretical framework, data from secondary sources and interviews with involved in the dynamics of sugarcane agribusiness, municipal and units representatives and sugarcane workers (regional/migrants and others). Thus, it was found that, sustained in the speech and the employment fragilities in the region, the sugarcane agribusiness has become territorialized in Pontal of Paranapanema, enabling businesses strongly supported by State and by municipal authorities. Also, are evident that the working conditions are increasingly precarious and degrading in the face of uncontrolled capital accumulation.

Key-words: Sugarcane agribusiness; territory; Pontal of Parapanema, capital, work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estruturação da pesquisa de campo	23
Figura 2 - Esquema de produção a partir da cana-de-açúcar.....	41
Figura 3 - Ônibus do transporte público metropolitano da cidade de São Paulo movido a etanol (<i>ecofrota</i>)	43
Figura 4 - Placa em frente à Agroindústria Umoe Bioenergy (município de Sandovalina), indicando uso de recursos federais no agronegócio canavieiro regional.....	54
Figura 5 – Influência do capital internacional no agronegócio canavieiro regional – Agroindústria Umoe Bioenergy/município de Sandovalina.....	54
Figura 6 – Canaviais da ETH circundando o Assentamento Paulo Freire (Teodoro Sampaio).....	75
Figura 7 – Canaviais da Umoe Bioenergy às margens do Rio Paranapanema (Sandovalina)	75
Figura 8 - Raio de Ação das agroindústrias canavieiras na região do Pontal do Paranapanema.	81
Figura 9 – Vista panorâmica da cidade de Narandiba	99
Figura 10- Mortandade de bichos-da-seda – Sandovalina/SP	102
Figura 11 – Casulos inacabados – Sandovalina/SP	103
Figura 12- Público aguardando o início da Audiência no interior da Câmara Municipal – Sandovalina/SP	104
Figura 13 - Trabalhadores de Narandiba aguardando ônibus que os conduzirão ao trabalho	120
Figura 14- A Usina Atena/Martinópolis ressaltando as promessas de emprego	147
Figura 15 - Destaque para as promessas de empregos do <i>Grupo Wzarzur</i> – Piquerobi/SP ...	147
Figura 16 - Trabalhadores da usina Alvorada do Oeste– Santo Anastácio/SP.....	152
Figura 17 – Colhedora atuando nos canaviais do Grupo Cocal/município de Taciba	152
Figura 18 - Mecanização no corte da cana-de-açúcar nos canaviais do Pontal do Paranapanema.....	155
Figura 19 – Ex-trabalhadores da Santa Fany em Audiência Pública na cidade de Regente Feijó	183
Figura 20 – Lagoa de vinhaça abandonada no Município de Narandiba	185
Figura 21- Trabalhadores da Destilaria Decasa reunidos no campo ouvindo as colocações do sindicato – Presidente Venceslau	188
Figura 22 - Trabalhador afiando o podão sem luvas (Usina Alvorada do Oeste/Santo Anastácio).....	193
Figura 23- Ambiente de trabalho nos canaviais do Pontal do Paranapanema (Usina Atena/Taciba)	194
Figura 24- Barraca sanitária da usina Alvorada do Oeste/Santo Anastácio	194
Figura 25 - Bitrem estacionado em pequena propriedade (Junqueirópolis/SP)	203
Figura 26 - Treminhão transportando cana-de-açúcar para o Grupo Cocal (Taciba/SP)	203
Figura 27- Alojamento coletivo/famílias migrantes na cidade de Martinópolis	214
Figura 28- Cozinha coletiva de trabalhadores migrantes em Martinópolis.....	214
Figura 29: Os chinelos organizados revelam o número de trabalhadores alojados (Município de Martinópolis)	215
Figura 30: Utilização de todos os espaços da casa para organização das beliches (Município de Martinópolis)	216

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção de Automóveis no Brasil (2000 a 2009)	42
Gráfico 2 - Desembolso anual do Sistema BNDES por regiões, no Brasil	46
Gráfico 3 - Produção da cana-de-açúcar no Brasil e Estado de São Paulo (milhões de toneladas).....	47
Gráfico 4 - Processamento de cana-de-açúcar (ton.) nas agroindústrias Alvorada do Oeste e Decasa.....	59
Gráfico 5 - Processamento de cana-de-açúcar (ton.) do grupo Umoe BioEnergy (Paranapanema I e II).	63
Gráfico 6 – Processamento de cana-de-açúcar (ton.) da Agroindústria Cocal II	64
Gráfico 7 – Processamento de cana-de-açúcar (ton.) da Agroindústria Alto Alegre	65
Gráfico 8 – Processamento de cana-de-açúcar (ton.) da Agroindústria Atena.....	66
Gráfico 9 – Área de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (2000 a 2010).	70
Gráfico 10 - Participação dos Municípios que abrigam agroindústrias canavieiras (%).....	90
Gráfico 11 - Efetivo populacional da região do Pontal do Paranapanema	113
Gráfico 12 - Percentagem de emprego formal no Pontal do Paranapanema - 2010.....	114
Gráfico 13 - As funções que mais empregaram no Pontal do Paranapanema – 2010.....	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da população e empregos na região do Pontal do Paranapanema - 2010.	112
Tabela 2 - Os Setores que mais empregaram no Pontal do Paranapanema – 2010.....	116
Tabela 3- As Funções que mais empregam no Pontal do Paranapanema – 2010.	118
Tabela 4 - Efetivo de emprego formal em funções relacionadas ao trabalho na cana-de-açúcar entre os municípios que abrigam unidades canavieiras.....	124
Tabela 5 - Trabalhadores admitidos e desligados entre os anos de 2010 a 2011 - Município de Narandiba.....	130
Tabela 6 - Trabalhadores admitidos e desligados entre os anos de 2010 a 2011 - Município de Marabá Paulista.	132
Tabela 7 - Trabalhadores admitidos e desligados entre os anos de 2010 a 2011 – Município de Martinópolis	134
Tabela 8 - Trabalhadores admitidos e desligados entre os anos de 2010 a 2011 - Município de Mirante do Paranapanema	136
Tabela 9 - Trabalhadores admitidos e desligados entre os anos de 2010 a 2011 – Município de Sandovalina	138
Tabela 10 – Trabalhadores admitidos e desligados entre os anos de 2010 a 2011 - Município de Santo Anastácio	139
Tabela 11 – Trabalhadores admitidos e desligados entre os anos de 2010 a 2011 – Município de Teodoro Sampaio	141
Tabela 12 – Trabalhadores admitidos e desligados entre os anos de 2010 a 2011 – Município de Regente Feijó	143
Tabela 13 - Trabalhadores admitidos e desligados entre os anos de 2010 a 2011 -.....	144
Tabela 14 - Panorama do avanço da mecanização no corte da cana no Pontal do Paranapanema.....	157

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Agroindústrias canavieiras instaladas no Pontal do Paranapanema no segundo período do PROALCOOL (1974 a 1982)	34
Quadro 2 – Agroindústrias Canavieiras instaladas no Pontal do Paranapanema entre os anos de 2004 e 2010.....	37
Quadro 3 - Relação de impactos advindos da expansão do setor canavieiro no Pontal do Paranapanema	96

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Grupos Canavieiros que atuam na região do Pontal do Paranapanema – SP	50
Mapa 2 – Agroindústrias Canavieiras no Pontal do Paranapanema-SP na Safra 2012/2013...	52
Mapa 3- Periodização da lavoura da cana-de-açúcar nos municípios da região do Pontal do Paranapanema entre os anos de 2000 e 2010	72

LISTA DE SIGLAS

ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
APP – Áreas de Preservação Permanente
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
CCT – Corte Carregamento Transporte
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CVS – Centro de Vigilância Sanitária
DIPAM - Declaração para o Índice de Participação dos Municípios
EDR – Escritório de Desenvolvimento Rural
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EPI – Equipamento de Proteção Individual
ETEC – Escolas Técnicas Estaduais
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FETAESP – Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo
FIBGE – Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAA – Instituto de Açúcar e Alcool
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços
IDEA – Indicadores de Desempenho da Agroindústria canavieira
IEA – Instituto de Economia Agrícola
INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LER – Lesão por Esforços Repetitivos
LFRE – Lei de Falências e Recuperação de Empresas
LUPA – Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPT – Ministério Público do Trabalho
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
PRJ – Plano de Recuperação Judicial
PLR – Participação em Lucros ou Resultados
PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool
PRO-OESTE – Plano de Desenvolvimento do Oeste de São Paulo
PRORENOVA – Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais

RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SER – Sindicato dos Empregados Rurais
SINDETANOL – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas e
Fabricação de Álcool de Presidente Prudente e região
SNCR – Sistema Nacional Crédito Rural
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TAC – Termo de Ajuste de Conduta
UDOP – União dos Produtores de Bioenergia
UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar
UNESP – Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 – A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA: UM TERRITÓRIO EM DISPUTA.....	27
1.1 - O Pontal do Paranapanema – um território em disputas	27
1.2 – A inserção das Agroindústrias Canavieiras na região do Pontal do Paranapanema	32
1.3- O agronegócio canavieiro no cenário nacional	39
1.4 – As disputas das Agroindústrias Canavieiras no Pontal do Paranapanema	48
1.4.1 – A capacidade de produção das unidades canavieiras	58
1.5 – A expansão da monocultura da cana-de-açúcar na região do Pontal do Paranapanema	68
2 – AS ESTRATÉGIAS E OS IMPACTOS DO MONOCULTIVO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA.....	79
2.1 - O raio de ação e as estratégias do agronegócio canavieiro	80
2.2 – Os impactos que a territorialização do agronegócio canavieiro ocasiona no Pontal do Paranapanema	88
2.2.1 – Aumento na arrecadação de impostos	89
2.2.2 – O efetivo de emprego formal na região do Pontal do Paranapanema	91
2.2.3 – Os impactos nos municípios que abrigam os canaviais.....	97
3 – O AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO E O DISCURSO DO EMPREGO	106
3.1 – Algumas reflexões sobre o emprego formal na região do Pontal do Paranapanema	108
3.1.1- Os setores e as funções que mais empregam no Pontal do Paranapanema ..	115
3.1.2 – A representatividade dos empregos produzidos pelo setor canavieiro no Pontal do Paranapanema	123
3.1.3- A flutuação do emprego formal nos municípios da região que abrigam as unidades agroindustriais canavieiras	128
3.2 - Apontamentos sobre a inserção da modernização da agricultura e o processo de mecanização na estrutura produtiva da cana-de-açúcar	148

4 – A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA E OS REBATIMENTOS PARA O TRABALHO	168
4.1 – O discurso do emprego no âmbito canavieiro e os rebatimentos para os trabalhadores da região	170
4.1.1 - As relações de trabalho no âmbito das agroindústrias canavieiras sob Plano de Recuperação Judicial	179
4.1.2 – O cotidiano dos trabalhadores no agronegócio canavieiro regional e a proeminência das Normas Regulamentadoras	189
4.1.3 - A terceirização do trabalho no agronegócio canavieiro: os trabalhadores inseridos no setor de transporte	198
4.1.4 – O trabalhador migrante no contexto da expansão do agronegócio canavieiro na região do Pontal do Paranapanema.....	209
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 221
 REFERÊNCIAS	 226
 APÊNDICE	 235

INTRODUÇÃO

A problemática que deu origem ao trabalho “Territorialização do capital canavieiro na região do Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho” surgiu a partir de inquietações resultantes da pesquisa de Iniciação Científica e Trabalho de Conclusão de Curso que desenvolvemos na Graduação¹. Nessa ocasião, constatamos que a dinâmica canavieira e as relações estabelecidas pelo agronegócio da cana-de-açúcar não se restringem aos limites do município em que está instalada a unidade processadora – mas que as relações de produção e trabalho estão além das fronteiras municipais e regionais, pois o capital canavieiro, assim como todas as esferas do sistema capitalista, atua no sentido de construir uma teia/emaranhado de relações que permite sua existência e reprodução.

A título de exemplo, ressaltamos a cana-de-açúcar, matéria-prima utilizada na produção da unidade canavieira, que, via de regra, é espacializada/produzida em no mínimo três municípios, ou seja, seus canaviais extrapolam as fronteiras municipais e abrangem uma gama desses municípios na região.

A contratação da mão de obra utilizada pelas agroindústrias canavieiras tem o mesmo comportamento, os contratos extrapolam os limites municipais. Os trabalhadores que atuam nas unidades canavieiras, seja no setor rural, seja industrial ou administrativo, são contratados em diversos municípios da região, e não necessariamente no município que abriga a unidade canavieira. Essa questão abre um leque de discussões relacionadas ao discurso do emprego, tais como: mecanização da colheita da cana-de-açúcar, mão de obra migrante e especialização de mão de obra.

Diante dessa conjuntura, durante o desenvolvimento da pesquisa, optamos por apreender o processo de territorialização das agroindústrias canavieiras na região do Pontal do Paranapanema, destacando, como principal objetivo, a compreensão das estratégias utilizadas pelo capital canavieiro nacional/internacional para territorializar-se/expandir-se na região em estudo, visando a entender qual a influência que esse capital exerce sobre a economia e o mercado de trabalho local/regional. Para a realização da investigação, contamos com o apoio

¹ O contato com a temática da pesquisa teve início no Estágio Não Obrigatório, no ano de 2007, sob a orientação do professor Antonio Thomaz Júnior. No ano de 2008, com o apoio da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), realizamos a pesquisa em nível de Iniciação Científica, a qual resultou em nosso Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Dinâmica geográfica para a expansão da agroindústria canavieira no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho: os casos da Usina Alvorada do Oeste e da Destilaria Decasa”. O trabalho foi desenvolvido sob a orientação do professor Antonio Thomaz Júnior e junto ao Grupo de Pesquisa “Centro de Estudo de Geografia e Trabalho” (CEGeT).

financeiro do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), entre os meses de agosto de 2010 e fevereiro de 2012.

Nossa preocupação com o aspecto regional/local torna-se importante, na medida em que é necessário entender o “[...] funcionamento da economia a nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto dos agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos” (SANTOS, 1996 [2008], p. 46).

Para compreender esse processo de territorialização/expansão das agroindústrias canavieiras na região em destaque, achamos importante atentarmos inicialmente para os municípios que mantêm em seus territórios as unidades agroprocessadoras de cana-de-açúcar, no Pontal do Paranapanema, contudo, sem deixar de direcionar nosso olhar para os demais municípios da região que estão nos arredores, fornecendo terras para os canaviais, mão de obra e infraestrutura para as unidades agroprocessadoras (os ditos municípios de impacto²), localizados no raio de ação dessas agroindústrias canavieiras. Com efeito, quando se trata do capital canavieiro, os impactos (*positivos ou negativos*) não se restringem apenas aos limites deste ou daquele município, uma vez que sua consolidação estará sempre estruturada em um emaranhado de relações que a subsidiará.

Santos (1996) ressalta que “[...] o conhecimento da totalidade pressupõe, assim, sua divisão [...] pensar a totalidade, sem pensar sua cisão é como se a esvaziássemos de movimento”. Logo, estudando-se inicialmente as partes (os municípios que contêm empresas canavieiras), busca-se compreender as múltiplas relações e estratégias que o capital canavieiro utiliza para territorializar-se e reproduzir-se, num ambiente marcado pelas disputas em torno do acesso a terra. Nesse cenário, nosso desafio foi tentar compreender as partes desse processo (municípios) inserido em sua totalidade (o Pontal do Paranapanema).

Ao propor a realização de uma análise geral dos impactos que as agroindústrias canavieiras podem trazer para a região do Pontal do Paranapanema, a fim de compreender as estratégias empregadas pelo capital canavieiro nacional/internacional, ao territorializar-se nos referidos municípios, almejamos apreender toda a diversidade, a complexidade e a heterogeneidade que marcam a região do Pontal do Paranapanema, na atual conjuntura. Consideramos, entre outros fatores, as especificidades que caracterizam os diferentes lugares e as articulações da dinâmica local/regional, sem perder de vista a totalidade dos processos

² *Municípios de impacto* é uma expressão usada pelo setor canavieiro. Trata-se dos municípios que cercam ou estão próximo do município em que a agroindústria está instalada, alcançando tanto o setor da produção da matéria-prima (canaviais) quanto seu exército de mão de obra.

que cercam a expansão da cana-de-açúcar na região, num constante movimento que abarca diferentes dimensões (econômicas, sociais, políticas) e escalas (local – regional – estadual – nacional – global).

Dessa forma, frente ao objetivo de compreender o processo de territorialização da cana-de-açúcar, na região do Pontal do Paranapanema, buscamos nos organizar no viés dos procedimentos metodológicos, pois estes compõem como uma das principais etapas da pesquisa, por tornar viável o cumprimento dos objetivos inicialmente propostos (geral e específico). Nesse sentido, para a consecução dos objetivos da investigação, adotamos os seguintes procedimentos metodológicos:

- Revisão bibliográfica a respeito da temática estudada, que necessariamente deve ser realizada por todo o período de construção do trabalho;
- Coleta e análises de dados oriundos de fontes secundárias;
- Estruturação e realização da pesquisa de campo.

Em primeiro lugar, efetuamos um levantamento teórico a respeito da temática abordada – processo de ocupação na região do Pontal do Paranapanema –, consultando trabalhos específicos (teses, dissertações e livros) que discutem a temática da expansão do setor canavieiro no Brasil, Estado de São Paulo e no Pontal do Paranapanema, textos que tratam de desenvolvimento regional/local; livros, teses, dissertações, trabalhos acadêmicos, periódicos que abordam a questão do mundo do trabalho, entre outros.

Na verdade, a revisão bibliográfica referente ao tema pesquisado é elementar para a construção da pesquisa, pois visa fundamentar e subsidiar a construção do conhecimento científico sobre a temática em questão, proporcionando discussões e reflexões mais aprofundadas e críticas.

Além da revisão bibliográfica, também foi feito levantamento de dados secundários sobre as atividades em torno da expansão da agroindústria canavieira e dos municípios da região em estudo³. Buscamos realizar pesquisa em fontes secundárias referentes aos dados que correspondessem à expansão da lavoura da cana-de-açúcar, no âmbito nacional, estadual e, sobretudo, regional (Pontal do Paranapanema). Entre as fontes estudadas, destacam-se:

- O IEA (Instituto de Economia Agrícola);
- MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento);

³ É importante destacar que a coleta de dados trouxe algumas dificuldades para a pesquisa, principalmente pelos desencontros de períodos dos dados a serem analisados, além das diferenças nos resultados de produção. Por isso, buscamos consultar várias fontes, sempre levando em consideração que cada uma adota metodologias diferentes de trabalho, a que podem ser atribuídas as diferenças em resultados.

- FIBGE (Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística);
- Cana Sat/INPE.

Contudo, encontramos certa dificuldade em trabalhar com tais dados, devido às distorções e disponibilidade de períodos completos. Embora tenhamos consultado e analisado as fontes acima citadas, optamos em trabalhar apenas com dados do IEA (Instituto de Economia Agrícola), pois a periodização disponível correspondia aos nossos objetivos e recorte temporal da pesquisa (2000 a 2010).

Com relação aos dados concernentes à capacidade de produção e processamento das agroindústrias implantadas nos municípios da região, reunimos informações nos boletins diários das entidades de representação do setor canavieiro, citadas na sequência, complementando-as com as visitas de campo a tais unidades, já que essas entidades apresentam dados defasados:

- UNICA (União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo);
- UDOP (União dos Produtores de Bionergia).

Essa escolha foi pautada no fato de que as fontes pesquisadas elaboram o *ranking* das unidades canavieiras que mais produzem no Brasil. Entretanto, os dados estão defasados, porque os sítios eletrônicos disponibilizam somente os correspondentes aos anos de 2004 a 2008, assim sendo estes foram completados durante o desenvolvimento da pesquisa de campo.

No que diz respeito aos dados referentes à dinâmica do emprego formal na região do Pontal do Paranapanema, elencamos, de forma gradativa, o número de emprego formal na região e, conseqüentemente, os setores e as funções que mais empregam. A partir dos dados, averiguamos os números correspondentes à produção de postos de trabalho/emprego pelas unidades canavieiras implantadas na região, sejam estes no setor rural, sejam no fabril.

Para trabalhar com a abordagem do emprego, procuramos informações nas seguintes fontes: MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), especificamente a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais)⁴, com as variáveis de homens e mulheres vinculados ao emprego formal (total por municípios), setores e funções que mais empregam, também por municípios, e o

⁴ A RAIS – Relação Anual de Informações Sociais – é a gestão governamental do setor do trabalho que conta com o importante instrumento de coleta de dados. Seu principal objetivo é: suprir as necessidades de controle da atividade trabalhista no País, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais. Por sua vez, o CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – instituiu o registro permanente de admissões e dispensa de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Esse Cadastro Geral serve como base para a elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que subsidia a tomada de decisões para ações governamentais.

CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), o qual traz resultados sobre a flutuação do emprego formal, as funções que mais admitiram e aquelas que mais dispensaram trabalhadores, no decorrer do ano, nos municípios selecionados. No caso dos dados da RAIS/CAGED, optamos por trabalhar somente com os dados relativos aos anos de 2010 e 2011, sendo que o efetivo de homens/mulheres formalmente empregado se refere a 2010, enquanto a flutuação de emprego corresponde a 2011⁵.

No que se refere à análise dos dados, é oportuno ressaltar que inicialmente tivemos dificuldade em avaliá-los, frente à complexidade/incompatibilidade dos números com a realidade observada na pesquisa de campo. Os números são incompatíveis. Os dados do MTE nos trazem (x) e a pesquisa de campo, embasada nas entrevistas com representantes das unidades canavieiras, traz (y). Desse modo, a pesquisa de campo nos permite declarar que há muito mais trabalhadores relacionados/inseridos no setor canavieiro, que aqueles descritos pelo sistema. Ou seja, embora os dados apresentem seus resultados, a pesquisa de campo demonstrou outra realidade.

Por fim, para compreendermos a dinâmica e o perfil dos municípios pesquisados, no que diz respeito aos efetivos populacional, buscamos trabalhar com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), lembrando que o efetivo populacional trabalhado na pesquisa corresponde aos resultados do censo de 2010.

A organização da coleta e o exame prévio de dados secundários, associados à nossa análise bibliográfica, promoveram embasamento para a pesquisa de campo (análise bibliográfica e conferência de dados), que destacaremos a seguir.

Antes de tudo, apreendemos a pesquisa de campo como um desafio: afinal, por esta nos inserimos em espaços reservados, particulares. Flick (2009) salienta que a pesquisa de campo representa uma inquietação, rompe rotinas, sem oferecer uma contrapartida perceptível e imediata ou em longo prazo, para as instituições visitadas. Contudo, a pesquisa de campo é necessária, e se faz como esfera determinante na solidificação do projeto de pesquisa, pois, por meio dela, nos aproximamos da realidade vivenciada pelos sujeitos inseridos no trabalho, ao mesmo tempo em que confrontamos os dados anteriormente pesquisados.

5 Nesse caso, é relevante ressaltar que trabalhamos apenas com os dados do CAGED/Perfil do Município e Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda - Dados por Município, disponibilizados no sítio do MTE. Como a sequência de dados disponibilizados não corresponde à sequência temporal da pesquisa (2000 a 2010) optamos por trabalhar apenas com os dados de 2010/2011. Para mais detalhes, ver: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>.

Para cumprir o cronograma proposto, a pesquisa de campo foi estruturada e organizada da seguinte forma: construção de um roteiro de visitas⁶, agendamento prévio das visitas/entrevistas, elaboração de roteiros de entrevistas, blocos de anotações, câmeras fotográficas e gravador⁷.

Nosso roteiro de pesquisa de campo pautou-se, sobretudo, em visitas aos municípios que abrigam as agroindústrias canavieiras, a fim de observarmos a dinâmica desses municípios/cidades, além da realização de entrevistas junto às lideranças municipais (prefeitos e Secretarias da Agricultura, Secretaria de Desenvolvimento, Secretaria de Planejamento, Comércio, Secretaria da Saúde e Vigilância Sanitária), a fim de ponderarmos quanto às perspectivas econômicas e sociais em relação aos benefícios propagandeados pelo capital canavieiro, tais como: geração de tributos, renda, empregos, posição frente à classe trabalhadora, dentre outros.

Além disso, foram feitas visitas às unidades agroindustriais canavieiras, orientadas principalmente na realização de entrevista com seu representante, com o objetivo de conhecermos melhor a dinâmica e a realidade das unidades agroprocessadoras pesquisadas.

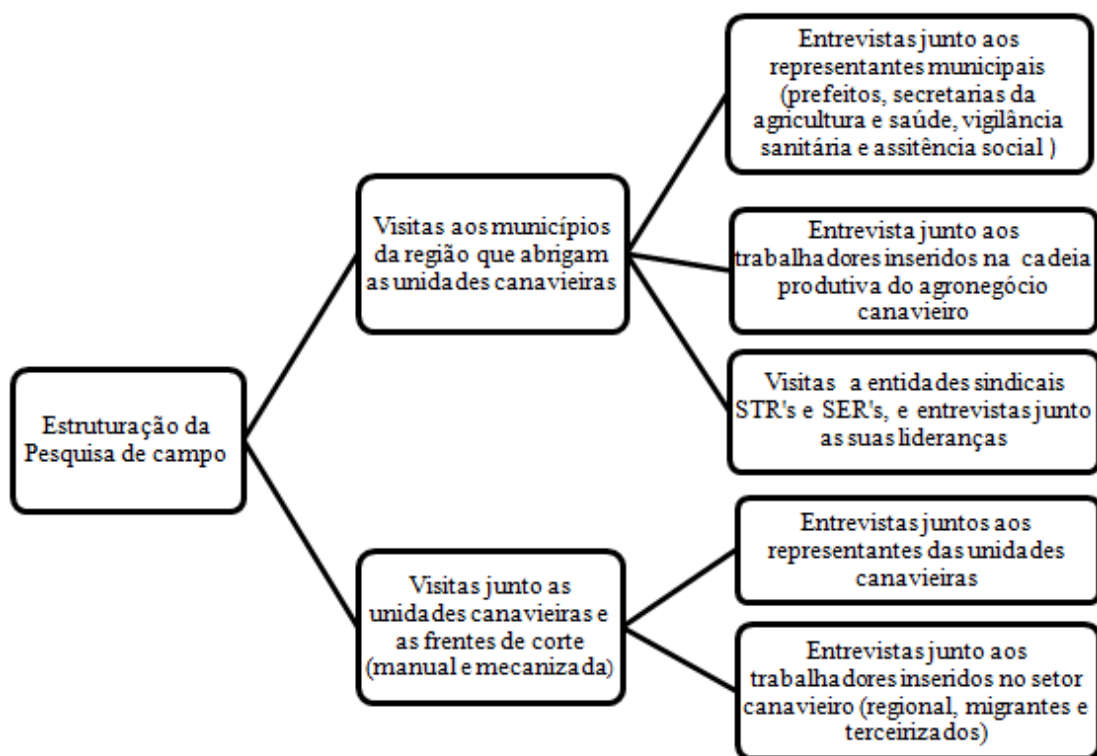
Também efetivamos visitas/entrevistas com os dirigentes e representantes sindicais da região. Foram entrevistados os representantes das seguintes entidades sindicais: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas e Fabricação de Alcool de Presidente Prudente e Região (SINDETANOL), Sindicato da Alimentação de Presidente Prudente e Região, Sindicato dos Condutores de Presidente Prudente, além dos Sindicatos dos Trabalhadores/Empregados Rurais (STRs e SERs), com atuação e extensão de base territorial no Pontal do Paranapanema.

Por fim, foram incluídas em nosso roteiro de pesquisa de campo visitas às frentes de corte, para apreendermos a realidade vivenciada pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais (regionais, migrantes e terceirizados) que atuam na produção canavieira das agroindústrias instaladas na região (Figura 1).

⁶ Quando nos referimos a um roteiro de visitas, estamos ressaltando que nos organizamos para visitar os municípios, no sentido de realizar as entrevistas com prefeitos, Casa da Agricultura, Secretaria do Desenvolvimento, Secretaria da Saúde e Vigilância Sanitária, em um único dia, ver apêndice.

⁷ Cabe destacar que não usamos o gravador em todas as entrevistas, embora seja uma ferramenta valiosa durante a entrevista. No entanto, como percebemos que, em determinados momentos/entrevistas, os entrevistados se demonstraram constrangidos/inibidos e receosos em falar/conversar com o gravador ligado, optamos em não utilizá-lo. Desse modo, adotamos blocos de anotações para os momentos de entrevistas e, a partir de então, construímos um diário de campo. Todas as entrevistas e conversas ocorridas nas visitas de campo (municípios, unidades canavieiras, frentes de corte, entre outros) foram transcritas ao final do dia, de forma detalhada. Obs.: o gravador foi empregado nas entrevistas apenas com prefeitos da região, que permitiram a gravação.

Figura 1 - Estruturação da pesquisa de campo



Organização: Maria Joseli Barreto.

A respeito dos Sindicatos dos trabalhadores Rurais e Sindicatos dos Empregados Rurais, inicialmente, visitamos apenas aqueles localizados nos municípios que abrigavam as unidades canavieiras. Contudo, a partir de nossa primeira visita/entrevista, percebemos que um único sindicato pode representar uma gama de municípios/trabalhadores, além de estar envolvido com mais de uma unidade canavieira, já que um único município fornece trabalhadores para várias usinas da região.

Somada a isso, observamos, durante a pesquisa, a existência de conflitos intersindicais. Trata-se de disputa interna por trabalhadores (sindicatos rurais e sindicatos dos condutores disputando judicialmente o direito de recolher pelos trabalhadores que estão atuando na colheita mecanizada – tratoristas e operadores de colhedoras). Diante dessas observações, visitamos todas as sedes/subsedes dos sindicatos rurais especializados na região do Pontal do Paranapanema, assim como dos sindicatos dos condutores, entrevistando os seus representantes.

Além disso, ressaltamos que também fizemos visitas a municípios da região que possuem uma quantidade significativa de suas terras agricultáveis com a monocultura da

cana-de-açúcar, mesmo sem abrigar unidades agroprocessadoras, como Rancharia, onde entrevistamos representantes sindicais e da Casa da Agricultura.

Quanto às entrevistas realizadas junto aos trabalhadores, vale acrescentar que encontramos dificuldades em nos aproximarmos das frentes de corte, devido à blindagem que as unidades canavieiras vêm estabelecendo, em face da forte atuação do Ministério do Trabalho Regional, quanto às condições de trabalho no âmbito dos canaviais regionais. Assim sendo, buscamos então visitá-los/entrevistá-los em suas cidades de origem, residências, nos finais de semana ou nos pontos de ônibus, no momento em que esperavam a condução que os levaria até o trabalho, ou no final da jornada de trabalho, de acordo com a disponibilidade de cada trabalhador.

Com relação às visitas e entrevistas junto às agroindústrias canavieiras, embora tenhamos encontrado resistência ao agendar as entrevistas, fato que atribuímos a essa nova roupagem estabelecida no setor canavieiro, pela qual muitas agroindústrias canavieiras estão aderindo ao estilo de produção empresarial. Todavia, conseguimos entrevistar os representantes das seguintes unidades canavieiras: Usina Alvorada do Oeste, Decasa Açúcar e Álcool, Atena Açúcar e Álcool, Umoe Bioenergy, Usina Conquista do Pontal/ETH e Usina Cocal II. Não conseguimos visitar as unidades canavieiras Alcídia-ETH/Teodoro Sampaio e Usina Alto Alegre/Presidente Prudente.

No que diz respeito à Usina Alto Alegre, como os pedidos de entrevista/visita foram negados, procuramos empregar outras estratégias para termos algumas informações a respeito da unidade agroprocessadora e das relações de trabalho estabelecidas por essa unidade com os seus trabalhadores. Como a agroindústria aparece pouco no município que a abriga, Presidente Prudente, por tratar-se de uma cidade de porte médio, com outras possibilidades de emprego formal a seus moradores, buscamos estender nossas visitas de campo aos distritos do município de Presidente Prudente: Montalvão, Floresta do Sul, Eneida e Ameliópolis. A partir dessas visitas, encontramos trabalhadores, prestadores de serviços, comerciantes, que de certo modo passaram informações a respeito da usina Alto Alegre. Com efeito, grande parte da população que compõe esses distritos trabalha na referida unidade canvieira, como contratados diretos ou por meio de prestadores de serviços (terceiros).

Dessa maneira, acreditamos que a pesquisa de campo realizada durante o desenvolvimento da pesquisa foi de fato relevante para apreendermos o grau de importância

que cada unidade canavieira instalada na região desempenha em relação ao poder público municipal, à sociedade, ao comércio, aos trabalhadores ou aos municípios que a abrigam⁸.

Embasados na análise dos dados de fontes secundárias, nas informações coletadas na pesquisa de campo, bem como nas entrevistas com os representantes públicos dos municípios visitados, sindicalistas e os diversos protagonistas do processo produtivo de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, representantes das unidades processadoras, trabalhadores (regionais, migrantes e terceirizados), entre outros elementos, somados às reflexões propiciadas pela revisão bibliográfica e os colóquios junto ao orientador, sistematizamos a dissertação em quatro capítulos, a saber:

No capítulo 1, buscamos discutir sobre o processo de ocupação do Pontal do Paranapanema e as disputas que permearam essa ação, contextualizando a expansão da cultura canavieira na região. Nesse cenário, tentamos apreender brevemente o atual o cenário enfrentado pelo setor canavieiro nacional contextualizado e agroindústrias implantadas na região em estudo. Por fim, procuramos periodizar a produção canavieira no Pontal do Paranapanema entre os anos de 2000 a 2010, a partir da análise de dados obtidos junto ao IEA (Instituto de Economia Agrícola), almejando demonstrar como essa cultura tem avançado para as terras agricultáveis da região.

No capítulo 2, apresentamos considerações sobre os impactos que a expansão da cana-de-açúcar traz para os municípios da região do Pontal do Paranapanema, partindo daqueles que abrigam as unidades canavieiras e chegando aos municípios que têm suas terras agricultáveis ocupadas pelo monocultivo da cana-de-açúcar.

No capítulo 3, trazemos reflexões a respeito da expansão do capital canavieiro na região em estudo, com base no discurso do emprego, por meio da análise de dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE, a RAIS/CAGED. Através da análise dos dados, procuramos demonstrar o efetivo de trabalhadores formalmente empregados na região, os setores e funções que mais empregam e, a partir destes, averiguar a representatividade dos empregos proporcionados pelo capital canavieiro na região, conjecturando o avanço e os rebatimentos propiciados pela inserção da máquina na colheita da cana-de-açúcar.

Por fim, no capítulo 4, estão em questão o cenário dos empregos produzidos na região pelo agronegócio canavieiro e as condições de trabalho vividas pelos trabalhadores inseridos nesse processo, frente às irregularidades junto às normativas e legislação trabalhista, ao

⁸ No que diz respeito às entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo, estaremos ao longo do texto usando apenas as iniciais dos nomes dos entrevistados, a fim de preservar a identidade daqueles que nos confiaram seus depoimentos.

mesmo tempo em que buscamos ponderar, especificamente, sobre as condições de trabalho confrontadas diariamente pelos trabalhadores migrantes e terceirizados, no contexto da expansão do agronegócio canavieiro na região do Pontal do Paranapanema.

1 – A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA: UM TERRITÓRIO EM DISPUTA

Apreender as complexas tramas que envolvem o Pontal do Paranapanema é antes de tudo um desafio: afinal, trata-se de um território historicamente marcado por violentos conflitos e disputas em torno da propriedade da terra⁹. Raffestin (1993, p. 158) caracteriza o território como “[...] resultado de uma ação construída por atores transformadores em um determinado espaço”. A ação indicada pelo autor refere-se às disputas que determinam as novas demarcações e, conseqüentemente, as transformações do território, como no caso do Pontal do Paranapanema.

Desse modo, a partir do momento em que optamos por desenvolver a pesquisa a respeito da territorialização da cana-de-açúcar e os desdobramentos para o trabalho, no Pontal do Paranapanema, acreditamos ser relevante trazer previamente um breve resgate histórico sobre as disputas que historicamente circundam a propriedade das terras, desde os primórdios de sua ocupação, para, na sequência, apreender o processo de territorialização/expansão do agronegócio canavieiro e, conseqüentemente, analisar as sucessivas disputas que ocorreram e ainda ocorrem em torno da jurisprudência das terras.

Neste primeiro capítulo, propomos primeiramente realizar uma análise sobre o histórico de ocupação da região e, nesse cenário de disputa, analisar a inserção da cultura da cana-de-açúcar na região, desde o PROALCOOL até os dias atuais. Ademais, buscamos ponderar sobre a atual realidade vivenciada pelas agroindústrias canavieiras da região, as constantes transformações que permeiam o setor, tornando-o profundamente dinâmico. Por fim, trazemos uma breve avaliação sobre a evolução da produção da lavoura canavieira, no âmbito dos municípios da região, entre os anos de 2000 e 2010.

1.1 - O Pontal do Paranapanema – um território em disputas

O processo de ocupação da região do Pontal do Paranapanema é assinalado por *ações e disputas*, pelo espaço, pelo território e pelo poder¹⁰. Fazendo uma relação entre a caracterização de território de Raffestin (1993) com o nosso objeto de análise, entendemos os históricos conflitos e contestações como a *ação* que transformou a paisagem local e fez do Pontal do Paranapanema um território constantemente em *disputas*.

⁹ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2011.

¹⁰ Quem administra, “governa”, ou manda nesse território: os indígenas (nativos), os posseiros, os grileiros/latifundiários, o capital canavieiro.

Assim sendo, é relevante ressaltar que as contendas que cingiram e ainda cingem o território do Pontal do Paranapanema não foram totalmente resolvidas, e o surgimento de novos elementos, como a expansão da lavoura da cana-de-açúcar, através dos grandes grupos canavieiros, emerge como mais um sujeito nesse processo de disputa.

Nesse sentido, a pesquisa revelou que a expansão do agronegócio canavieiro, materializada nos grandes grupos, tem sinalizado para o surgimento de novas disputas no âmbito do Pontal do Paranapanema. As unidades agroprocessadoras, personificados na figura de seus dirigentes/diretores, têm disputado entre si, via arrendamento ou compra, as terras agricultáveis da região em destaque. Em acréscimo, foi observado que, para a consolidação dos seus objetivos, o agronegócio canavieiro tem-se utilizado de inúmeras estratégias que permitem a implantação e a expansão territorial. Entre essas estratégias adotadas pelo capital canavieiro, têm-se destacado, sobretudo, a aquisição/incorporação de unidades falidas e a disputa de terras agricultáveis com as unidades que enfrentam problemas financeiros, como também o discurso da geração de emprego/renda e do desenvolvimento local/regional.

Todavia, é importante sublinhar que, no cerne dessas disputas (re) desenhadas a partir da inserção/territorialização do agronegócio canavieiro na região, encontram-se os latifundiários/grileiros, movimentos sociais e o Estado, previamente inseridos nesse cenário.

O Pontal do Paranapanema, situado no Oeste Paulista, é marcado por históricos conflitos e disputas em torno da propriedade da terra, sendo que os primeiros embates aconteceram entre povos nativos (indígenas¹¹) e não indígenas (posseiros), os quais resultaram em massacres contra os povos nativos da região, durante o século XIX e início do século XX. Feliciano (2009, p. 219) afirma que, “[...] ao mesmo tempo em que ocorria a destruição de um *território* (indígena), havia disputa entre posseiros, o processo de grilagem de terras e o início da construção de outro *território* (capitalista)”. Para o autor, “[...] o processo de aniquilamento dos povos indígenas foi brutal, desproporcional, consentido e autorizado pela sociedade como necessário para o desenvolvimento e progresso da província de São Paulo” (FELICIANO, 2009, p. 220).

Após o aniquilamento dos povos nativos, a região em destaque torna-se cenário de mais um processo de disputa, assinalado por conflitos e massacres causados por posseiros/grileiros, sendo José Teodoro de Souza, João da Silveira e Francisco de Paula Marques seus protagonistas¹².

¹¹ Cf. FELICIANO, 2009.

¹² Cf. FELICIANO, 2009.

Para Feliciano (2009), foi com os grandes posseiros/grileiros que começou o conflito dominial do Pontal do Paranapanema. Para o autor, as terras, que contavam apenas com registros paroquiais, eram parceladas e vendidas, sem o conhecimento se a compra era realizada de boa ou má fé. Essas ações ilegítimas foram a base para o surgimento de centenas de áreas/fazendas griladas na região, tendo como proprietários *aventureiros* ricos ou pobres¹³.

Nesse processo conflituoso de ocupação e construção de grandes latifúndios, a região passa a ter sua vegetação nativa devastada e sua fauna aniquilada pelos *desbravadores*, em ações desmedidas, a fim de legitimar a posse das terras¹⁴. A ação dos posseiros/grileiros perdurou por anos na região, sempre acompanhada pela violência e sem interferência do Estado.

A respeito das intervenções do Estado na legitimação da posse das terras, Feliciano (2009, p. 241) salienta que a interferência ocorreu apenas quando as “[...] grandes propriedades estiveram ligadas paralelamente aos dois momentos de ocupação econômica, com a monocultura agroexportadora do café”.

Os problemas que envolvem as disputas em torno das terras permanecem longe de serem resolvidos, e as ações do Estado não aconteciam para resolver os problemas, mas sempre como tentativa de impedir ou ocultar a questão. Diante disso, o Estado passa a tomar medidas paliativas, com o objetivo de acalmar os ânimos dos fazendeiros/grileiros.

Entre as medidas empregadas pelo Estado, tanto para diminuir a tensão, como para valorizar a região – que era considerada como uma das mais carentes do estado de São Paulo –, destaca-se a abertura de linhas de crédito, para a pecuária e lavouras, além da construção de estradas e escolas. Para isso, foram criados projetos econômicos, os quais eram balizados na ideia de desenvolvimento e no objetivo de valorização das terras da região (FELICIANO, 2009).

No final da década de 1980 e início da década de 1990, a região do Pontal do Paranapanema voltou a ter suas terras agricultáveis no cerne de disputas/conflitos, num período no qual as contestações se deram entre grandes latifundiários e os movimentos sociais de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Conforme Lima (2006, p. 33), “[...] a chegada do (MST) ao Pontal do Paranapanema foi, antes de qualquer coisa, um impacto à estrutura agrária dominada pelo latifúndio”.

¹³ Cf. LEITE, 1998.

¹⁴ Nesse período, realça-se na região a lendária figura do capanga *quebra milho*, que atuava a mando de fazendeiros/latifundiários na expulsão de meeiros e posseiros, no processo de grilagem das terras. Na verdade, a denominação *quebra milho* vem da forma que estes arregimentavam outros capangas para uma determinada invasão ou mesmo massacre: havia um convite para *trabalhar numa quebra de milho*, no sentido real da expressão.

Desde a década de 1990, os acampamentos e assentamentos rurais alteraram o cenário e a dinâmica territorial da região, os conflitos entre latifundiários e trabalhadores se intensificaram, ocasionando uma onda de violência que se perpetua no Pontal, em diferentes formas, desde jagunços nas porteiras até a criminalização de ações e militantes do MST e outros (LIMA, 2006).

Nessa fase, aconteceram intensas disputas pelas terras da região: trabalhadores e trabalhadoras desempregados, a maioria expulsa do campo pela “modernização” da agricultura, juntam suas forças e unem-se aos movimentos de luta pela Terra, entre os quais o MST, enquanto os latifundiários/fazendeiros, apoiados pela imprensa local, se *armam* contra o movimento, criminalizando-o¹⁵.

Perante as situações de conflitos instaurados entre latifundiários e movimentos sociais, o Estado passa a intervir com ações que beneficiam primeiramente os latifundiários, em detrimento dos movimentos sociais. Em face dessa situação é oportuno ressaltar que

[...] o Estado, representado pelo Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), junto com o Poder Judiciário, comparece com ações mediadoras no intuito de amenizar o conflito dando sentido ao desenvolvimento de políticas paliativas e punitivas. Para amenizar as forças em conflito e amparar a morosidade dos processos de Reforma Agrária, tais medidas são severamente aplicadas contra trabalhadores. Assim, as reivindicações via ocupação de terras, iniciadas pelo MST nas terras devolutas e improdutivas ficam praticamente inviabilizadas nos latifúndios do Pontal. (LIMA, 2006, p. 34).

Embora tenha ocorrido a implantação de assentamentos na região, ainda existe um grande contingente de trabalhadores unidos aos movimentos de luta pela terra que aguardam, em acampamentos, um lote de terra para serem assentados. Da mesma forma que há milhares de hectares de terras devolutas que deveriam ser destinadas para a Reforma Agrária, mas que na realidade, estão sendo destinados para a expansão do monocultivo da cana-de-açúcar e fortalecimento do capital agroindustrial canavieiro, na região. Desse modo, os problemas que envolvem a questão agrária e as disputas entre fazendeiros e movimentos sociais na região ainda perduram, contudo, num cenário dividido (pastagens degradadas e extensos canaviais).

Quanto à posição do Estado, observa-se que suas ações estão direcionadas para a regularização das terras que ainda apresentam pendências jurídicas. A introdução do capital canavieiro no Pontal do Paranapanema tem contribuído para a legitimação do *grilo* das terras com pendência jurídica. O exemplo está na sequência de leis, projetos de lei ou demais

¹⁵ Para mais detalhes, ver: LIMA, 2006 e SOUZA, 2005.

normatizações que se têm aprovado, com o objetivo de “regularizar essas terras”. Em dezembro de 2003, o governo Alckmin promulgou a lei 11.600, que objetivava regularizar áreas devolutas até 500 hectares, existentes na 10ª Região Administrativa do Estado¹⁶. Também foi apresentado à Assembleia o projeto de lei 578, em 2007, visando à regularização das áreas acima de 500 hectares. Ou seja, em todos os momentos em que aconteceu e ainda acontece a intervenção estatal, na questão agrária do Pontal do Paranapanema, abrem-se novas possibilidades de regularização das terras griladas/devolutas, assim como para a manutenção da estrutura fundiária vigente.

Nesse cenário, Feliciano (2009, p. 261) salienta que, desde 1995, o Estado atua para concretizar “[...] as três fases de seu plano de ação, regularizando inúmeras práticas ilegais de grilagem de terras [...]”. São ações que vêm para beneficiar não só os latifundiários/fazendeiros, mas também o capital canavieiro, que vem se expandindo de maneira avassaladora, na região.

Assim, a expansão do agronegócio canavieiro, acompanhada pelos grandes grupos empresariais do setor, tem-se tornado um dos principais elementos nos conflitos e disputas pelas terras agricultáveis da região, além de ser mais um aliado do Estado e latifundiários para a permanência da estrutura fundiária vigente.

Por isso, pode-se dizer que, na atual conjuntura, as terras do Pontal do Paranapanema são disputadas pelos movimentos sociais de luta pela terra, latifundiários e capital canavieiro.

Nesse caso, é importante ressaltar que no mês de outubro de 2011, o “[...] Supremo Tribunal Federal (STF) considerou as terras do 14º Perímetro, no Pontal do Paranapanema, extremo oeste do Estado de São Paulo, particulares e não podem ser destinadas à Reforma Agrária¹⁷”. No mês de abril de 2012, o governador Geraldo Alckmin sancionou o Projeto de Lei 687/2011, aprovado pela Assembleia Legislativa, com o objetivo de regularizar as terras de propriedades rurais com até 450 hectares ou 15 módulos rurais.

Na verdade, o projeto foi alterado visando a atender a modificações reivindicadas pelos interessados na regularização de propriedades no Pontal do Paranapanema, latifundiários/grileiros e representantes do capital canavieiro. Dessa maneira, entende-se que a regularização das terras no Pontal do Paranapanema pode ser apontada como uma *estratégia* utilizada pelo setor canavieiro para a concretização de sua territorialização na região, pois essa regularização vem para beneficiar especialmente os grandes grupos canavieiros que precisam de grandes extensões de terras para a expansão de seus canaviais. Assim, apreende-

¹⁶ Cf. FELICIANO, 2009, p. 261.

¹⁷ Cf. Jornal *O Estado de S. Paulo* (ESTADÃO), 20/10/2011.

se que as decisões da justiça sobre o desfecho processual que envolve a legalidade das terras do Pontal do Paranapanema fazem parte dos resultados obtidos das alianças estabelecidas entre setor canavieiro, latifundiários e Estado.

Nesse sentido, segundo Oliveira (2009), para o capital é interessante que ocorra a legitimação das terras devolutas no Pontal do Paranapanema, não pela permanência da manutenção da pecuária extensiva, mas pela segurança da expansão das áreas de cana-de-açúcar, vinculadas ao crescimento da capacidade produtiva e de desempenho agroindustrial, bem como à subordinação das famílias camponesas ao capital.

Desse modo, os conflitos que perpassaram o Pontal do Paranapanema fazem dele um território em disputas, assinalado pela violência em busca da propriedade e domínio das terras. Trata-se de ações que caracterizaram sua ocupação como predatória, balizada por massacres de indígenas, posseiros e meeiros que viviam na região. A vegetação nativa fora quase em sua totalidade destruída, para a formação de cafezais e, mais tarde, substituída por extensas áreas de pastagens, lavoura branca (amendoim, feijão, algodão etc.) e, recentemente, a cana-de-açúcar.

Nesse contexto, a formulação de novas leis, projetos-leis e emendas, acrescida ao processo de implantação de novas unidades canavieiras e expansão da cultura da cana-de-açúcar, na região, de certo modo, vêm caracterizá-las como produtivas, fato que não interessa apenas ao capital canavieiro que visualiza uma vasta área para expandir seus canaviais, mas sobretudo a latifundiários/grileiros instalados na região.

No próximo item, abordaremos a contextualização da territorialização da cultura canavieira na região do Pontal do Paranapanema, do PROALCOOL até os dias atuais. Além disso, enfatizaremos os processos e as estratégias utilizadas pelo capital canavieiro, para a implantação das unidades processadoras de cana-de-açúcar e expansão dos canaviais.

1.2 – A inserção das Agroindústrias Canavieiras na região do Pontal do Paranapanema

O processo de territorialização da cana-de-açúcar na região do Pontal do Paranapanema é recente, se compararmos sua temporalidade com a produção/expansão dessa cultura, no Estado de São Paulo ou mesmo no Brasil.

Historicamente, a expansão do agronegócio canavieiro na região aconteceu em dois momentos distintos, relacionados a períodos de reestruturação do setor canavieiro. O primeiro momento foi caracterizado pela formação dos primeiros canaviais e implantação das primeiras unidades canavieiras, na região, em meados da década de 1970, no segundo período do

PROALCOOL. Já o segundo momento se deu a partir de 2005, também por meio de incentivos estatais e impulsionado pela produção de automóveis, os carros *flex fuel*.

Com relação ao primeiro período, destaca-se a criação do PROALCOOL (Programa Nacional do Álcool), uma política estatal direcionada ao setor canavieiro e diretamente ligada ao processo de modernização da agricultura brasileira. De acordo com Oliveira (2009), o programa foi criado no contexto da crise energética mundial, associado ao acréscimo no preço do petróleo, com objetivo principal de economizar divisas por meio da substituição das importações da matriz fóssil e da expansão da produção de bens de capital, estimulando as empresas metalúrgicas com capacidade ociosa, mediante o crescimento da demanda de equipamentos voltados à modernização e implantação de novas unidades processadoras.

Para Thomaz Júnior (2002), o PROALCOOL foi uma medida tanto para construir novas alternativas energéticas, quanto para proporcionar privilégios à classe produtora, ou seja, favorecer/fortalecer em especial produtores canavieiros com problemas financeiros. Além disso, o autor acrescenta que o programa se consolidou organicamente em escala nacional, quando estrategicamente o Estado se articulou ao setor automobilístico, através de estímulos à venda/compra de veículos a álcool, com base em incentivos fiscais aos consumidores.

Dentre os estímulos fiscais, o autor enumera:

[...] rebaixamento de IPI, IPVA, isenção de ICMS e preços atraentes para o consumo do combustível direto, a base de 65% da gasolina, sem contar o estímulo à conversão de motores a gasolina para álcool. Ou seja, mesmo antes de superar problemas técnicos, viabilizou-se o Programa, garantindo taxa de lucratividade para os produtores [...] (THOMAZ JÚNIOR, 1992, p. 76).

Contudo, cabe salientar que, embora o Estado conservasse interesse em desenvolver uma nova matriz energética, visando à substituição da energia fóssil, além do objetivo de *amparar* usineiros com problemas financeiros no cenário nacional, na região do Pontal do Paranapanema, a expansão do PROALCOOL agregou outros interesses. Esse programa federal veio atender a pedidos e reivindicações de latifundiários/grileiros estabelecidos na região, que pleiteavam junto ao governo políticas de desenvolvimento e valorização de suas terras.

Nesse sentido, Leite (1998) e Feliciano (2009) asseveram que a inserção da cana-de-açúcar no oeste do Estado de São Paulo, mais precisamente no Pontal do Paranapanema, foi ainda uma estratégia para a valorização da região historicamente em conflito. Para os autores, a entrada da monocultura e a construção das agroindústrias canavieiras (destilarias

autônomas), via PROÁLCOOL, também contemplavam o objetivo da legitimação/valorização das terras, com amparo nos projetos de “desenvolvimento econômico” para a região.

Dessa forma, a lavoura canavieira foi implantada no Pontal do Paranapanema, sendo os primeiros canaviais e unidades agroindustriais construídas e gerenciadas por grandes latifundiários da região, que, atraídos tanto pelos incentivos fiscais e financeiros, inseriram-se no circuito do etanol.

Assim sendo, entre as décadas de 1970 e 1980, os municípios de Teodoro Sampaio¹⁸, Santo Anastácio, Narandiba, Caiuá e Regente Feijó e Caiabu¹⁹ receberam as primeiras unidades canavieiras da região (Quadro 1).

Quadro 1 – Agroindústrias canavieiras instaladas no Pontal do Paranapanema no segundo período do PROALCOOL (1974 a 1982)

Razão Social	Município	Ano de Implantação	Proprietários
Destilaria Alcídia Ltda.	Teodoro Sampaio	1974	Ruiter Silva, Lamartine Navarro Júnior e associados
Usina DALVA - Destilaria de Álcool Vale do Anastácio Ltda.	Santo Anastácio	1979	Aécio Flavio Nunes, Antonio Roberto Marchi, Armando Staut e associados ²⁰ .
Destilaria DECASA Ltda.	Caiuá/Marabá Paulista	1980	Família Jacinto, Maria Júlia e associados.
Destilaria Laranja Doce Ltda.	Regente Feijó	1981	Cooperativa – Cooplacana
Destilaria Paranapanema Ltda.	Narandiba	1982	José Carlos Costa e associados.
Usina Alto Alegre S/A – Unidade Alta Floresta	Caiabu	1982	Família Junqueira/Figueiredo

Fonte: UDOP (2010) e Trabalho de Campo (2011).

Organização: Maria Joseli Barreto.

Contudo, no final dos anos 1980 e início da década de 90, com a redução do protecionismo estatal, o setor passou por processo de desregulamentação, levando muitas

¹⁸ Durante a realização da pesquisa de campo, no município de Teodoro Sampaio, pudemos averiguar algumas histórias sobre a chegada da cana-de-açúcar à região, no início da década de 1970. Foi relatado que, no período, o então ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, veio ao município plantar a primeira muda de cana-de-açúcar, num ato simbólico de que a região estaria introduzindo o etanol no Brasil.

¹⁹ Cabe ressaltar que a Usina Alto Alegre, instalada no ano de 1982, no município de Caiabu, teve sua planta industrial transferida para o município de Presidente Prudente, no ano de 1996. Para mais detalhes, cf. AZEVEDO, 2002.

²⁰ De acordo com Simões (1989), a empresa DALVA (Destilaria de Álcool Vale do Anastácio) foi fundada em setembro de 1979, sendo composta por um grupo de 18 associados, dentre os quais havia grandes proprietários rurais.

empresas, entre estas as instaladas no Pontal do Paranapanema, a enfrentar significativas crises de ordem econômica, gerencial e financeira.

Sobre as crises vividas pelo setor canavieiro, pode-se acrescentar que

[...] o processo de desregulamentação setorial e o afastamento do Estado do Planejamento do setor impactaram diretamente no setor sucroalcooleiro no que se refere ao relacionamento com o mercado na década de 90. [...] essa liberalização veio dar origem a diferentes estratégias dos agentes econômicos com novas estruturas competitivas, fusões, e um processo de migrações dos capitais para as regiões “de fronteira para a cana”. (VIAN; BELIK, 2003, p. 159).

Nesse novo contexto, a seara de discussão e defesa dos interesses do setor passou a ser o Congresso Nacional, e não mais um órgão específico do Estado, como acontecia no período de vigência do IAA²¹. Com o *lócus* de pressão centrado no Congresso, a expectativa recaía sobre a criação de *lobbies* e de defesa dos interesses regionais²².

Diante das ações estatais, as agroindústrias do Estado de São Paulo, sobretudo aquelas instaladas na porção oeste do Estado (Pontal do Paranapanema), enfrentaram período de crise econômica e de endividamento, o que fez com que algumas unidades fossem desativadas²³.

Frente à crise que abateu o setor canavieiro, “usineiros-latifundiários”, em meio a conflitos e divergências, uniram-se para pressionar o Estado e amenizar suas dívidas, solicitando “[...] a manutenção do PROALCOOL, acompanhada da liberação de novos recursos públicos, redução de impostos e, anistia e renegociação das dívidas [...] que recaía sobre 160 empresas inadimplentes” (THOMAZ JÚNIOR 2002, p. 101-102).

Nesse viés, Mota (1995, p. 3) ressalta que “[...] as crises são funcionais ao modo de produção capitalista, constituindo-se num mecanismo que determina a restauração das condições de acumulação, sempre em níveis mais complexos e instáveis, assegurando, assim, a sua continuidade”.

Já o segundo período de expansão da lavoura canavieira na região em destaque esteve igualmente inserido no contexto de reestruturação do setor canavieiro em escala nacional.

²¹ O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) foi um programa criado pelo Governo Federal, na década de 1930, cujo objetivo era resolver o excedente da produção de açúcar como fomento do álcool combustível, através da estabilização dos preços do açúcar e da construção de novos equipamentos para as destilarias destinadas à produção do álcool. Para mais detalhes ver: BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000.

²² A respeito das políticas governamentais que cercam o setor canavieiro, cf. LEITE, 2005; BACARIM, 2005.

²³ De acordo com representante do capital canavieiro regional, o PROALCOOL foi um incentivo para a construção da empresa, mas, assim que a unidade começou a funcionar, os recursos ficaram escassos. O entrevistado relatou que foram disponibilizadas algumas linhas de financiamento junto ao Banco do Brasil, e os bens da família figuraram como garantia para essas dívidas. Assim, entraram nos juros sobre juros, até não mais resistir e parar a produção da empresa. Todavia, mesmo com a empresa parada, as dívidas continuavam a crescer. Informações obtidas durante a pesquisa de campo no município de Caiuá, dia 20 de outubro de 2011.

Trata-se do período em que o Estado busca, mais uma vez, ampliar sua matriz energética e resgatar empresários canavieiros de mais uma crise financeira. Esse novo período de reestruturação acontece no Brasil, a partir de 2003, impulsionado pela empresa automobilística, com a produção dos carros *flex fuel*.

Nesse sentido, Thomaz Júnior (2009) sobrepõe que a produção e comercialização dos automóveis movidos a agrocombustíveis foi o principal estímulo à retomada da produção de álcool anidro e hidratado, e que o Estado tem papel preponderante nesse processo. Em acréscimo, o autor salienta que a expansão do cultivo da cana-de-açúcar e do etanol também está amparada em ideologias, que atestam o etanol como *fonte de energia limpa, capaz de diminuir o aquecimento global*.

Nessa perspectiva, o Estado incentiva a produção/expansão de cana-de-açúcar e etanol em todo o território nacional, articulado não apenas em estratégias econômicas, mas também na falácia ambiental²⁴. Ou seja, o discurso de expansão do monocultivo da cana-de-açúcar, na atual conjuntura, comparece amarrado à temática ambiental – e relacionado à questão do aquecimento global²⁵. Thomaz Júnior (2011) ressalta que se trata de mais uma artimanha do capital – ao incorporar uma roupagem ecológica capitalista/reformista, que tenciona reformar estruturas condenadas, capazes de responder às campanhas midiáticas milionárias, para tornar o “capitalismo mais verde e mais respeitoso ao meio ambiente”.

Além disso, vale lembrar que, neste momento, os interesses para expansão da monocultura da cana-de-açúcar no país comparecem pautados em grandes projetos governamentais que visam a atender à demanda energética interna, inserindo-se no cenário internacional, entre os maiores produtores e exportadores de etanol e açúcar do mundo.

Em consequência, não faltam incentivadores interessados em aumentar a produção, os quais, muitas vezes, se apresentam *reverenciando* o agronegócio canavieiro. Nesse contexto, observa-se o quanto se investe em propagandas, *marketing*, exaltando a importância da expansão de cana-de-açúcar e a produção de açúcar e etanol no país, sob os mais distintos argumentos:

Ampliação do plantio de cana-de-açúcar acontecerá em áreas consideradas degradadas por pastagens exauridas. Juntamente com a produção de álcool combustível deverá crescer a oferta de açúcar, o que é importante para o mundo, cuja demanda de alimentos só vem aumentando com a inclusão de

²⁴ Planejamento.gov.br/etanol-passa-a-ser-opcao-no-mundo (O Globo - 27/12/2011).

²⁵ Etanol anidro está prestes a se tornar commodity internacional. Disponível em: <<http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1083133>>. Acesso em: 31 mar.2012.

novos consumidores nos países de economias emergentes. (O GLOBO - 27/12/2011).

No Pontal do Paranapanema, essa nova expansão ganha maior expressão em 2005, por meio da efetiva expansão da lavoura canavieira nas terras agricultáveis da região e a implantação de novas unidades agroprocessadoras de cana-de-açúcar. Nesse segundo período, as novas unidades agroindustriais implantadas de modo geral estão ligadas a grupos empresariais ou familiares, de capital nacional ou internacional, conforme se verifica no Quadro 2.

Quadro 2 – Agroindústrias Canavieiras instaladas no Pontal do Paranapanema entre os anos de 2004 e 2010

Razão Social	Grupo	Município	Ano de Implantação	Situação Atual
ATENA – Tecnologias em Energia Natural Ltda.	Grupo Igreja (Us. Diana/Avanhadava)	Martinópolis	2005	Ativa
Destilaria Paranapanema II - Umoe Bioenergy ASA – S/A	Grupo – Umoe Bioenergy – ASA – S/A	Sandovalina	2006	Ativa
Usina Cocal II	Grupo Cocal	Narandiba	2008	Ativa
Usina Conquista do Pontal S/A	Grupo – ETH - Odebrecht	Mirante do Paranapanema	2009	Ativa

Fonte: UDOP/ 2010 e Trabalho de Campo/2011.

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

Entretanto, quando nos voltamos para a região, a fim de analisar o “novo ápice do etanol”, percebemos que, mais uma vez, este figura atrelado a políticas de valorização das terras. Ou seja, esse novo ciclo de expansão vem sendo estrategicamente aproveitado como novo elemento para valorizar as terras, caracterizar sua “produtividade” e, conseqüentemente, regularizá-las sob a atual estrutura fundiária vigente, o latifúndio. Assim, latifundiários/grileiros têm usado o período de crescimento do agronegócio canavieiro na região para justificar e obter a “jurisprudência” das terras, e evitar que estas sejam designadas às políticas de Reforma Agrária.

Outro ponto a ser enfatizado nessa nova fase de expansão do capital canavieiro na região do Pontal do Paranapanema é a presença de grandes grupos canavieiros, tanto de capital nacional como internacional.

A vinda desses grupos para a região começa quando a Odebrecht compra, em 2007, a destilaria Alcídia, construída no período do PROALCOOL, e que enfrentava problemas financeiros. A partir da compra da empresa, inicia-se o processo de construção de uma segunda planta industrial (a Usina Conquista do Pontal), sendo esta mais estruturada em recursos tecnológicos e com maior capacidade de processamento. Essa unidade foi constituída para a produção de álcool, açúcar e energia elétrica. Tais fatos evidenciam um novo processo de concentração e acumulação do capital canavieiro, na região.

Nesse período, insere-se na região o grupo norueguês *BioEnergy*, que, associado ao grupo Albertina, adquiriu e reformou a unidade processadora Paranapanema I, localizada no município de Narandiba. Fazendo uso da mesma estratégia utilizada pela Odebrecht, o grupo comprou a unidade desativada/falida e concomitantemente iniciou a construção de uma nova unidade na região, a Paranapanema II, no município de Sandovalina.

Cabe destacar que, nesse novo período de expansão da cultura da cana-de-açúcar e de novas agroindústrias canavieiras, tem-se adotado a estratégia do discurso da promoção de emprego e de desenvolvimento local. Também se implanta a ideia de que as novas unidades canavieiras vêm para *desmistificar* a imagem do Pontal do Paranapanema, como *locus* de terras improdutivas e conflituosas²⁶.

A expansão da cultura canavieira na região, nos dois momentos mencionados, expressa mais que um projeto de desenvolvimento. Há um cenário político envolvendo diversos atores, como capitalistas, latifundiários, Estado e movimentos sociais, em torno da regularização das terras com pendências jurídicas nessa porção do Estado de São Paulo (OLIVEIRA, 2009).

Com o aval do Estado, latifundiários e poder público municipal, o capital canavieiro não só tem expandido suas agroindústrias e canaviais, como também tem ditado regras, consistindo em um dos principais atores em mais um processo de disputa pelo território do Pontal do Paranapanema. Nesse viés, Souza (2011) sustenta que

[...] a região tem sido inserida no circuito espacial da produção canavieira representada pela cooptação da população pelo capital canavieiro. [...] À medida que vem se desenvolvendo, a agroindústria canavieira vem impondo uma modificação substantiva no sistema econômico-social e político da região. (SOUZA, p. 175, 2011).

Tendo em vista a abordagem de Souza (2011), quanto à reconfiguração territorial, a qual vem sendo delineada pela expansão da cana-de-açúcar, é possível esboçar alguns

²⁶ “A mídia nos aponta como terra sem lei” – depoimento de representante do poder público do município de Mirante do Paranapanema, durante entrevista realizada no dia 04 de agosto de 2011.

apontamentos a respeito da atual conjuntura vivenciada pelo agronegócio canavieiro no cenário nacional e quais os (re)arranjos pré-estabelecidos para a construção de um Estado altamente produtor dos derivados da cana-de-açúcar, abastecendo mercado interno e externo.

Dessa forma, no próximo item, buscaremos apresentar elementos sobre a intervenção estatal no agronegócio canavieiro, as políticas e programas que historicamente alimentam/abastecem o setor com recursos financeiros.

1.3- O agronegócio canavieiro no cenário nacional

A atividade canavieira sempre exerceu um papel de relevância na economia nacional. Durante aproximadamente dois séculos após o “descobrimento” do Brasil, a cana-de-açúcar permaneceu como único pilar em que se assentava a economia colonial (SZMRECSÁNYI, 1979). Essa importância econômica atribuída à cultura canavieira justifica o histórico de intervenção que predominou no período colonial, no império e em todo período republicano, passando pelas ditaduras varguista e militar.

A tal propósito, salientam Vian e Belik (2003):

A intervenção estatal na agroindústria canavieira ao início de nossa colonização. Por ocasião da instalação dos primeiros engenhos em terras brasileiras, o governador-geral Tomé de Souza já estabelecia a necessidade do senhor de engenho moer as canas dos lavradores vizinhos, fixando inclusive o preço a ser pago pela matéria-prima. A intervenção perdurou [...] e mais tarde aparece também entre as primeiras determinações do Império. Quando do advento do IAA em 1933, a produção açucareira passou a ser vista, por decreto, como assunto do Estado. (VIAN, BELIK, 2003, p. 162).

Foram muitos os programas e leis firmados pelo Estado brasileiro para incentivar a economia canavieira no século XX, dentre os quais a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), na década de 1930, iniciando uma fase de planejamento da agroindústria canavieira nacional e tornando permanente a intervenção federal no setor. Essa iniciativa contribuiu para que os empresários canavieiros ampliassem a capacidade de processamento agroindustrial e se modernizassem, particularmente pela via incremental.

Thomaz Júnior (2002) destaca que, a partir do ano de 1965, a cultura da cana-de-açúcar passa a desfrutar da política de concessão de créditos, subsidiados à agricultura através da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SBCR). Para o autor, o programa pode ser apreendido como poderoso instrumento criado pelo governo militar, cuja principal meta era abastecer as bases para o crescimento econômico e a modernização da agricultura brasileira.

Posteriormente (década de 1970), foi desenvolvido o PROALCOOL, no âmbito da modernização da agricultura, trazendo consideráveis transformações, dentre as quais podem ser evidenciadas a extensão dos canaviais e a expansão de agroindústrias por todo território nacional, especialmente o paulista. Esse período foi de mudanças estruturais expressivas, sobretudo com a diversificação da produção, pela produção álcool. Em resumo, o PROÁLCOOL promoveu expansão e investimentos, via adoção de novos equipamentos, associada às inovações e novas instalações²⁷.

No Estado de São Paulo, o PROÁLCOOL se refletiu principalmente no aumento da produção de cana-de-açúcar e seus derivados, como, por exemplo, o álcool anidro e hidratado, bem como na construção de várias destilarias, por todo território paulista. O programa rendeu grande lucratividade para o setor agroindustrial, por vir ao encontro dos anseios e necessidades conjunturais do setor canavieiro, haja vista o expressivo aporte financeiro destinado ao setor pelo Estado por meio de financiamentos, vantagens creditícias e os seculares perdões de dívidas (THOMAZ JÚNIOR, 2002).

Quanto à porção oeste do Estado de São Paulo, o autor assevera que a região entra no circuito do capital canavieiro, pela inversão de recursos do PROÁLCOOL, através da política-base para um “Plano de Desenvolvimento do Oeste de São Paulo” (ProOeste) estimulado, sobretudo, pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento²⁸.

Já no início do século XXI, a predominância dos valores e prestígio herdados dessa cultura quinhentista, que decorre do poder de classe dos empresários agroindustriais canavieiros, permanece recebendo incentivos do Estado, seja pela contribuição financeira e com apoio político-estratégico, seja pela expansão do setor ou abertura para o mercado internacional do etanol.

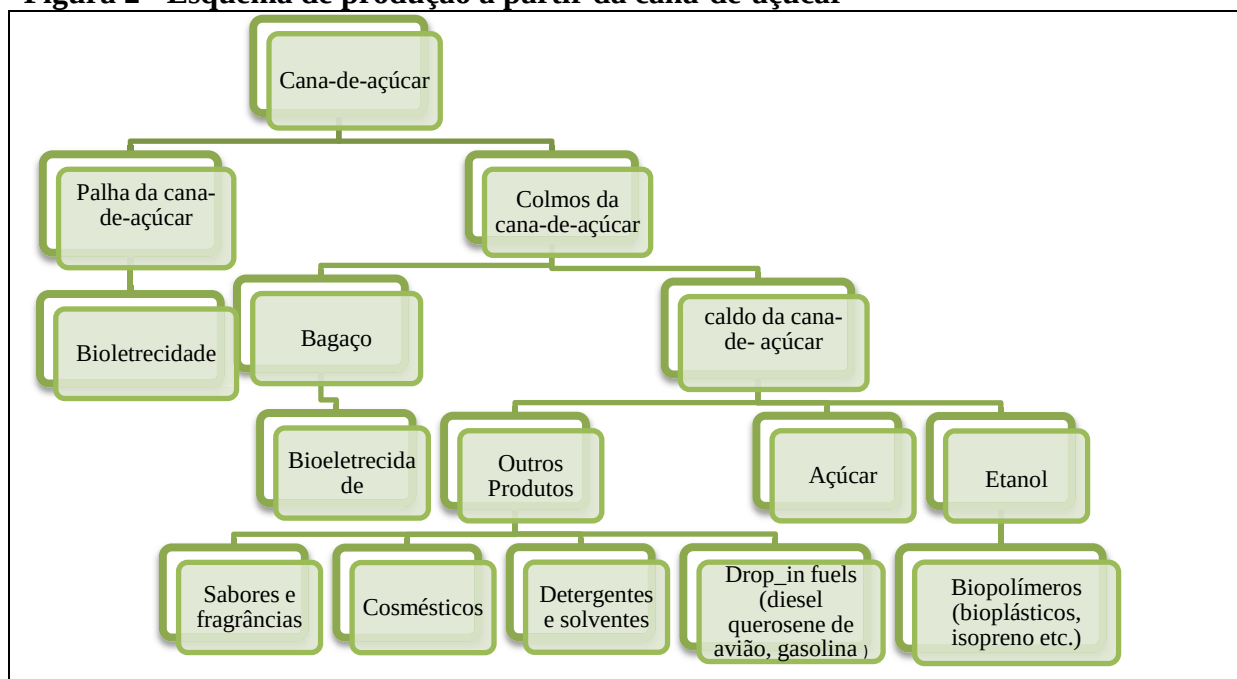
Quer dizer, são inúmeros os investimentos e benefícios que o setor reúne e acumula do Estado. No atual contexto, envolvido pelo discurso de que o “etanol é a opção para o mundo, que se trata de uma fonte de energia limpa e renovável”, o capital canavieiro também está investindo no desenvolvimento de novas tecnologias, cujo objetivo é produzir uma gama de produtos que tenha como matéria-prima a cana-de-açúcar, além do açúcar e do etanol. O investimento em pesquisas para a produção de novos produtos a partir da cana-de-açúcar tem sido defendido de modo fervoroso pelos representantes do capital canavieiro, afinal, trata-se

²⁷ Para mais detalhes, ver: THOMAZ JÚNIOR, 1989; THOMAZ JÚNIOR, 2002.

²⁸ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2002.

de mais uma estratégia empregada para arregimentar recursos estatais e para fixar o setor no mercado²⁹ (Figura 2).

Figura 2 - Esquema de produção a partir da cana-de-açúcar



Fonte: UNICA

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

Para a concretização desses objetivos, o governo Lula (2003-2010) propiciou vários incentivos por meio de acordos e alianças com os EUA, países da União Europeia, China e Japão, entre outros. Entre as políticas de incentivos promovidas pelo Estado para a expansão do capital canavieiro, estão a fabricação e a venda dos automóveis movidos a agrobiocombustíveis.

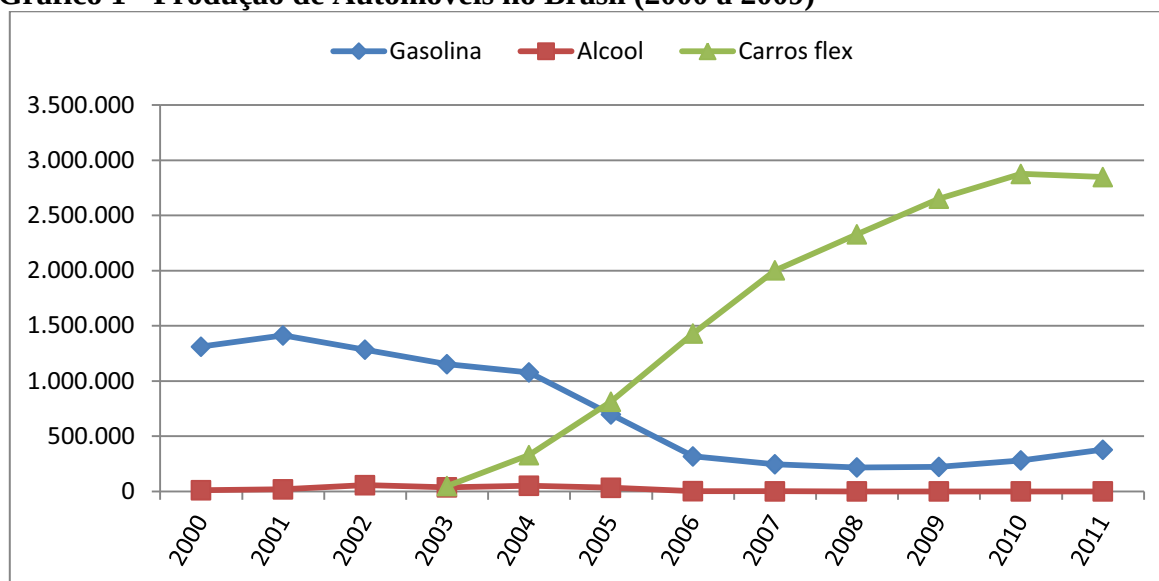
A produção dos carros *flex fuel*³⁰ é mais um incentivo à retomada para a produção de etanol. Desde 2004, quando se iniciou a produção e a venda dos veículos *bicombustíveis*, estes se mantêm entre os primeiros lugares no *ranking* dos mais vendidos, sendo que, em 2009, ultrapassaram-se 2,5 milhões de unidades ou 80% das vendas de carros novos.

²⁹ De acordo com o emissário do setor canavieiro na Rio + 20, os derivados da cana colaboram de forma significativa com o meio ambiente, uma vez que seus derivados reduzem as emissões de gases de efeito estufa (GEEs) e diversificam a matriz energética. A cadeia sucroenergética produz, além do açúcar e energia, etanol e bioeletricidade. Há uma variedade de novos produtos, como bioplásticos e álcoolquímica de base vegetal (lubrificantes, fragrâncias), que fazem dos produtos da cana substitutos do petróleo. Para mais detalhes, ver: <<http://jornalcana.com.br/derivadosdacana podemcontribuirparaum futuro mais sustentável>>.

³⁰ Tecnologia *flex fuel* (combustível flexível) foi desenvolvida pela Bosch e pela Magneti Marelli, fabricantes de injeção eletrônica, em parceria com as montadoras. Esses veículos são capazes de rodar com álcool, gasolina ou com a mistura dos dois, diferentemente dos carros com a mesma denominação, nos Estados Unidos, pois, nesse país, se misturam 15% de álcool à gasolina.

Nos anos subsequentes, observa-se que, em 2010, as vendas se conservaram em ascensão e, em 2011, apresenta-se pequeno declínio. Além disso, é necessário advertir que a mistura de etanol à gasolina que poderia, a princípio, diminuir a demanda de combustíveis fósseis e equilibrar o aumento decorrente da expansão do cultivo da cana-de-açúcar e do próprio etanol, pode ser anulada diante do possível e esperado aumento da frota de automóveis (THOMAZ JÚNIOR, 2009) (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Produção de Automóveis no Brasil (2000 a 2009)



Fonte: ANFAVEA (2011).

Organização: Maria Joseli Barreto.

Todavia, os investimentos na produção dos veículos *flex fuel* não se restringem apenas à produção de veículos leves. A parceria Estado/capital tem igualmente investido em campanhas que defendem a produção e o consumo das motocicletas *flex fuel* e dos ônibus “ecologicamente corretos”.

Sob o discurso de reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa, a prefeitura de São Paulo firmou convênio com a UNICA, a fabricante dos veículos Scania, a fornecedora de etanol Cosan e a operadora Viação Metropolitana, para a inclusão de 50 ônibus urbanos movidos a etanol às ruas da cidade de São Paulo. Os ônibus, que já circulam na Suécia há quase dez anos, serão fabricados no Brasil pela Scania, empresa que detém a tecnologia para que os motores a diesel funcionem com uma mistura de 95% de etanol e 5% de um aditivo especial³¹.

³¹ Para mais detalhes, ver: <http://www.unica.com.br/noticias/show.asp?nwsCode=%7B496FE702-C724-47B4-8232-D9A67DA4AD39%7D> (Prefeito de São Paulo mostra otimismo com chegada dos ônibus a etanol - 25/11/2010).

Além disso, também já existe a viabilização do projeto de implantação dos ônibus movidos a uma mistura de 10% de diesel de cana no óleo diesel, tratando-se de parceria entre a prefeitura da cidade de São Paulo (SP), a multinacional Amyris, a viação Santa Brígida e a montadora Mercedes-Benz, que viabilizou a operação de oitenta ônibus urbanos abastecidos com essa mistura³² (Figura 3).

Figura 3 - Ônibus do transporte público metropolitano da cidade de São Paulo movido a etanol (*ecofrota*)



Fonte: BARRETO, M. J. Trabalho de Campo (2012).

Enquanto os ônibus ainda passam pela fase de testes, as motocicletas *flex fuel* já fazem parte da realidade de muitos consumidores brasileiros, de modo que, desde 2009, momento em que a indústria passou a vender as motocicletas, os números aumentam gradativamente. Entre os anos de 2009 e 2011, já foram vendidas cerca de 2.133.699 unidades no território nacional.

A dinâmica do mercado econômico e as especulações são determinantes para as constantes transformações que ocorrem, no âmbito do capital canavieiro. O mercado produz os arranjos, desenha o cenário, constrói a base para as ações do capital, que historicamente são financiadas pelo Estado.

Nesse viés, Souza (2011, p. 168) ressalta que, sob o desígnio de justificar essa lógica expansionista,

³² Para mais detalhes, ver: <http://www.unica.com.br/noticias/show.asp?nwsCode=%7BC1E48741-D3B9-4E1E-8272-ABA59574B2A5%7D>. (Diesel de cana chega ao transporte urbano de São Paulo - 06/12/2011).

[...] o capital canavieiro tem-se amparado numa série de mecanismos e de estratégias discursivas, as quais se traduzem em enunciados de investimento social, como: produção de fontes de energias limpas e renováveis, geração de empregos e renda. Contudo, na realidade, tem se observado que, esses discursos acabaram por transformar a busca por energias renováveis numa atividade extremamente rentável para os investimentos do capital.

A questão desperta o interesse dos países desenvolvidos na produção de álcool e outras bioenergias e, conseqüentemente, estimula o interesse dos produtores das *commodities*³³. Nesse ínterim, o Brasil desponta como um *oásis* no cenário internacional, tanto pela vasta área de terras agricultáveis *disponíveis*, como pelas tecnologias de produção e pela abundância dos recursos hídricos etc. (ÁVILA; ÁVILA, 2006).

Por outro lado, o etanol produzido a partir da cana-de-açúcar está envolto na conotação de energia renovável e limpa. Na verdade, o próprio capital polui e destrói os recursos naturais e, na sequência, cria mecanismos, programas e meios para sobressair-se e reproduzir-se. De acordo com Chesnais (2011), “[...] o ‘capitalismo verde’ usa as mudanças climáticas e as ‘energias alternativas’ como uma grande oportunidade de mercado e lucros”.

Dessa forma, sob o discurso de energia renovável e não poluente, os grupos nacionais e internacionais, apoiados e financiados pelo Estado brasileiro, via BNDES, expandem-se para grande parte do território nacional. As transformações são diariamente estampadas na paisagem, determinadas pela velocidade da tecnologia e pelas necessidades em atender a esse novo mercado.

Nesse sentido, é relevante frisar que são inúmeros os recursos e ações que partem do BNDES, para o setor canavieiro, os quais são transformados em novas possibilidades de crescimento, expansão e fortalecimento do setor. Entre as possibilidades criadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para apoiar o setor canavieiro, destaca-se o PASS – Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro. Trata-se de programa que tem por objetivo financiar a estocagem de etanol carburante pelas empresas do setor canavieiro. O programa visa atender em específico às usinas produtoras de etanol etílico carburante, destilarias de etanol etílico carburante, empresas de comercialização de etanol etílico carburante, cooperativas de produtores de etanol etílico carburante e cooperativas de produção de etanol etílico carburante.

Ao lado desse *novo* mercado estimulado pela produção e consumos dos automóveis *flex fuel*, o agronegócio canavieiro vem buscando novos investimentos junto ao governo federal,

³³ Cf. LIBARDI; CARDOSO, 2007.

para a construção de novas frentes de consumo, a partir da cana-de-açúcar, como a cogeração e a comercialização da energia elétrica produzida com o bagaço da cana-de-açúcar.

O processo de cogeração de energia no setor canavieiro consiste em aproveitar o vapor produzido na queima do bagaço (resíduo) em caldeiras (GARCIA OLIVEIRA, 2007). A autora destaca que a energia produzida com o bagaço da cana-de-açúcar traz vantagens ao meio ambiente, por substituir o uso de combustíveis fósseis, pela matriz renovável, o que coopera para a redução de emissões de gases poluentes.

A respeito da produção e comercialização de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar, Oliveira (2009) acrescenta:

A expectativa criada em torno da possibilidade de fortalecimento da matriz energética brasileira, de reconhecimento internacional de que o país estaria produzindo energia limpa e renovável e, sobretudo de garantir novos mercados para a “commodity” álcool, estimulou uma corrida desenfreada entre os empresários do setor canavieiro e aqueles que especulam e/ou vêm nos investimentos em novas áreas de cultivos de cana-de-açúcar, aquisição ou implantação de unidades processadoras, uma oportunidade de novos negócios e, portanto, de acumulação de capital. (OLIVEIRA, 2009, p. 306).

Vale acrescentar que a cogeração e a comercialização da energia elétrica produzida a partir da cana-de-açúcar estão associadas ao discurso ambientalista, que, com apoio do Estado, via BNDES, tem aprovado financiamentos desde o início dos anos 2000.

Entre os financiamentos aprovados está o investimento de R\$ 39,2 milhões para a cogeração de energia na Usina Cerradinho/SP, no ano de 2004, que no momento ampliou sua produção em 200% – de 25 para 75 *megawatts*³⁴; também foi investido cerca de R\$ 35,9 milhões na Usina Mandu/SP. No ano de 2005, houve investimentos de R\$ 40,1 milhões³⁵ para a Usina Canaã/SP, (Comércio e indústria Canaã Açúcar e Álcool Ltda. – COCAL). Foram igualmente aplicados R\$ 250 milhões em ações ordinárias da Brenco Holding S.A., empresa associada à ETH Bioenergia³⁶.

O financiamento do BNDES contempla ainda a construção e reformas de unidades agroprocessadoras de cana-de-açúcar e cogeração de energia, além de disponibilizar recursos para implantação e ampliação ou renovação de canaviais. Esses recursos vêm sendo disponibilizados ao setor canavieiro através do Programa de Apoio à Renovação e

³⁴Para mais detalhes, ver: < <http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 17 dez.2011.

³⁵Para mais detalhes, ver: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 17 dez. 2011.

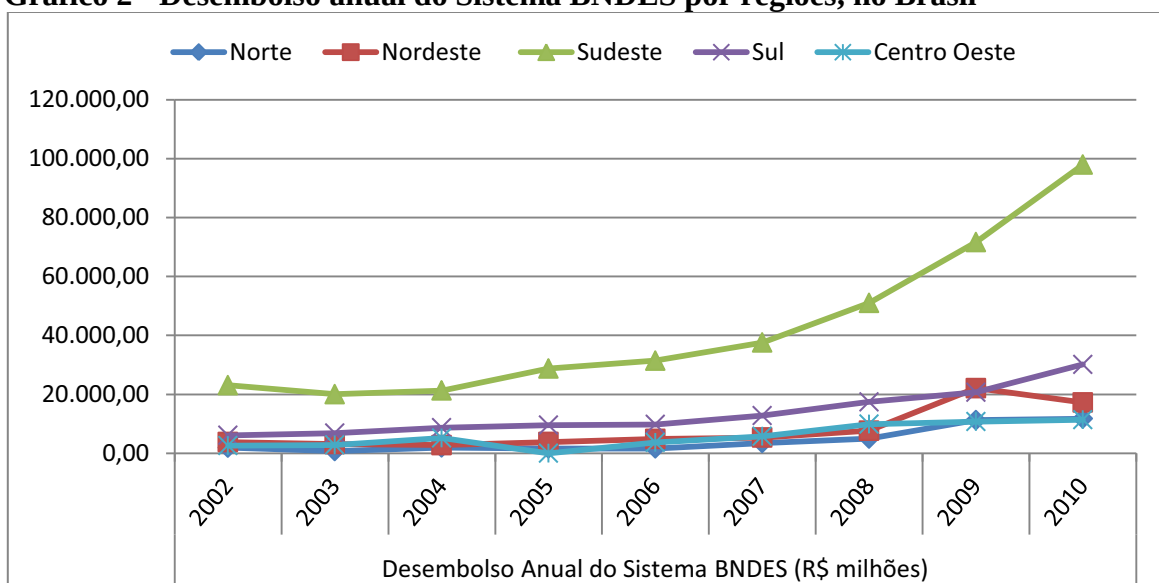
³⁶Relatório anual BNDES 2010, p. 112. Para mais detalhes, ver: <<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/Galerias/Arquivos/empresa/relatorioanual2010.pdf>>.

Implantação de Novos Canaviais (BNDES-PRORENOVA), cujo objetivo é aumentar a produção de cana-de-açúcar no país³⁷.

Acrescente-se que, recentemente, o governo federal vem desenvolvendo mais estratégias para expandir o setor canavieiro. Trata-se do Plano Estratégico do Setor Sucroalcooleiro, criado em 2012, que vigorará pelos próximos quatro anos. Para o Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), Gerardo Fontelles, o plano tem como objetivo trazer condições necessárias para atrair investimentos privados e, dessa forma, retomar o crescimento do setor sucroalcooleiro³⁸.

Nesse viés, a pesquisa permitiu observar que tem se tornado significativo o histórico de investimentos do BNDES, no setor canavieiro. Em acréscimo, é possível apreender que parte dos investimentos desses investimentos tem sido direcionada para promover a ampliação do setor canavieiro no Brasil (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Desembolso anual do Sistema BNDES por regiões, no Brasil



Fonte: BNDES (2011).

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

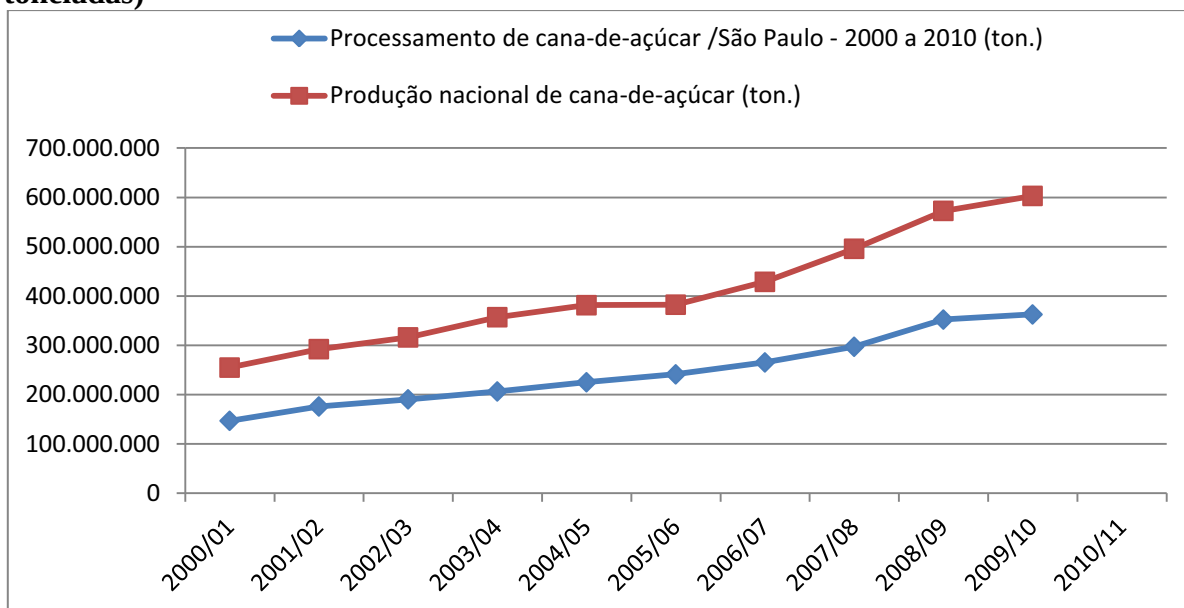
Frente a tantos investimentos trazidos ao setor canavieiro, é interessante notar que, do ponto de vista da distribuição regional, esses financiamentos têm-se concentrado de forma expressiva na Região Sudeste, para ser mais preciso, no Estado de São Paulo, de maneira que a participação paulista nos desembolsos aproxima-se de 70%. Isso se explica pela concentração de unidades agroindustriais canavieiras em São Paulo.

³⁷ O programa criado pelo BNDES visa a atender a produtores do setor sucroalcooleiro, dando apoio aos proprietários de canaviais. Para mais detalhes, ver: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_Fundos/prorenova.html>.

³⁸ Para mais detalhes ver: UDOP/noticias. <<http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod>>.

Os resultados dos investimentos realizados pelo Estado nacional estão expressos nos dados de produção. Em dez anos (2000 a 2010), a produção brasileira de cana-de-açúcar aumentou de 100 milhões para 700 milhões toneladas/ano, dos quais, cerca de 400 milhões de toneladas são processadas no Estado de São Paulo. Os dados da produção paulista confirmam os investimentos adquiridos ao longo da década, para a construção de novas unidades agroprocessadoras e expansão de canaviais (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Produção da cana-de-açúcar no Brasil e Estado de São Paulo (milhões de toneladas)



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimentos (MAPA)

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

Todavia, quando se questionam os representantes de unidades agroprocessadoras de cana-de-açúcar (diretores e gerentes), a respeito do cenário nacional e incentivos estatais, percebe-se que as respostas mais frequentes dão conta de que faltam apoio e investimentos: mesmo a empresa recebendo investimentos significativos, o setor exige muito mais.

Para seus representantes, seria importante o governo federal criar políticas específicas de desenvolvimento para que a agroindústrias canavieiras passem a investir no desenvolvimento e produção de outros derivados da cana, como, por exemplo, a energia elétrica, a partir do bagaço da cana-de-açúcar, já que se trata de uma nova fonte de energia, limpa e renovável, além de diminuir a carga tributária imposta sobre o produto final, o que o torna mais custoso ao consumidor final.

Em face das perspectivas de expansão do setor no cenário nacional, propomos, a seguir, desenvolver algumas reflexões sobre as transformações incididas na estrutura produtiva do setor canavieiro, na região do Pontal do Paranapanema. Focalizam-se as situações de falência

e a implantação de novas plantas agroindustriais, e quais as estratégias o capital canavieiro tem utilizado para se reestruturar, se conservar atuante e ainda expandir-se na região. O cenário que se (re)arranja.

1.4 – As disputas das Agroindústrias Canavieiras no Pontal do Paranapanema

Desde o PROALCOOL, o Pontal do Paranapanema tem passado por expressivas transformações, as quais estão cada vez mais presentes na paisagem e na sociedade local, contudo, as mudanças não se restringem apenas a esse programa. Passada a fase áurea do PROALCOOL e extintos os incentivos oferecidos pelo governo, o setor passou a apresentar declínio, agroindústrias fecharam as portas e decretaram a falência. Assim, o cenário regional passou a ser de abandono: das seis agroindústrias instaladas na região, apenas duas (as Usinas Alto Alegre/Presidente Prudente e Alcídia/Teodoro Sampaio) se mantiveram ativas, até 2004, período em que o setor canavieiro impulsionado pela venda dos carros *flex fuel* voltou a crescer no Brasil e também na região em estudo.

O período subsequente a 2004, até o ano de 2009, mostra-se como mais um momento de ascensão, “*boom*” do capital agroindustrial em todo Brasil. Desde esse período, a cultura da cana-de-açúcar volta a se expandir na região. Agroindústrias canavieiras, até então desativadas, foram gradativamente compradas/incorporadas por grupos de capital nacional e internacional, consequentemente, reformadas e postas em funcionamento. Nessa “nova fase de reestruturação do capital canavieiro”, as áreas ocupadas pelos canaviais, que antes eram escassas, expandiram-se e se tornaram comuns³⁹.

No entanto, o cenário já tem apresentado novas mudanças – as antigas destilarias que foram temporariamente incorporadas e reformadas por grupos de capital nacional e internacional, no início dos anos 2000, estão novamente sendo desativadas, abandonadas, desmontadas e até transferidas para outras regiões, ao mesmo tempo em que o capital canavieiro, personificado nos grandes grupos empresariais do setor instalados na região, afiançados pelo Estado, tem expandido seus canaviais e construído novas plantas agroprocessadoras, mais modernas, com alta tecnologia e com elevada capacidade de produção, como o grupo ETH/Odebrecht. Do mesmo modo, tais grupos estrategicamente têm incorporado os canaviais e as terras das unidades desativadas, num prenúncio de

³⁹ De acordo com agrônomo A. X. D., funcionário de fornecedora terceirizada de cana-de-açúcar, o processo de substituição das pastagens pela lavoura da cana-de-açúcar é muito rápido e dura cerca de quatro dias, tomando-se como exemplo uma área de 600 hectares. O processo inicia-se com a dessecação da pastagem, depois passa o *gradão* e concomitantemente se prepara o solo e se começa a plantação da lavoura da cana-de-açúcar. Entrevista realizada dia 22 de outubro de 2011.

monopolização das terras agricultáveis da região pelo capital canavieiro, confirmando a tendência da centralização de capital.

Ademais, os produtos oriundos da cana-de-açúcar não se restringem mais ao açúcar e etanol anidro e hidratado, voltando-se os olhares e os interesses também para a cogeração de energia elétrica. Ou seja, empresas canavieiras da região têm igualmente investido na comercialização desse novo subproduto da cana-de-açúcar.

Em virtude dessas transformações acontecidas nos últimos anos, no âmbito do capital canavieiro, o Pontal do Paranapanema, que, até o ano de 2004, contava com seis agroindústrias processadoras de cana-de-açúcar, passa a despertar maior interesse em virtude de alguns elementos, como a alta disponibilidade de terras para a expansão da cana-de-açúcar e a topografia favorável à mecanização da colheita. Além disso, pelo fato de ser apontada como uma das regiões menos dinâmicas do Estado de São Paulo, o discurso do desenvolvimento “via setor canavieiro” passa a ser utilizado constantemente como estratégia para a implantação de novas agroindústrias canavieiras nessa área.

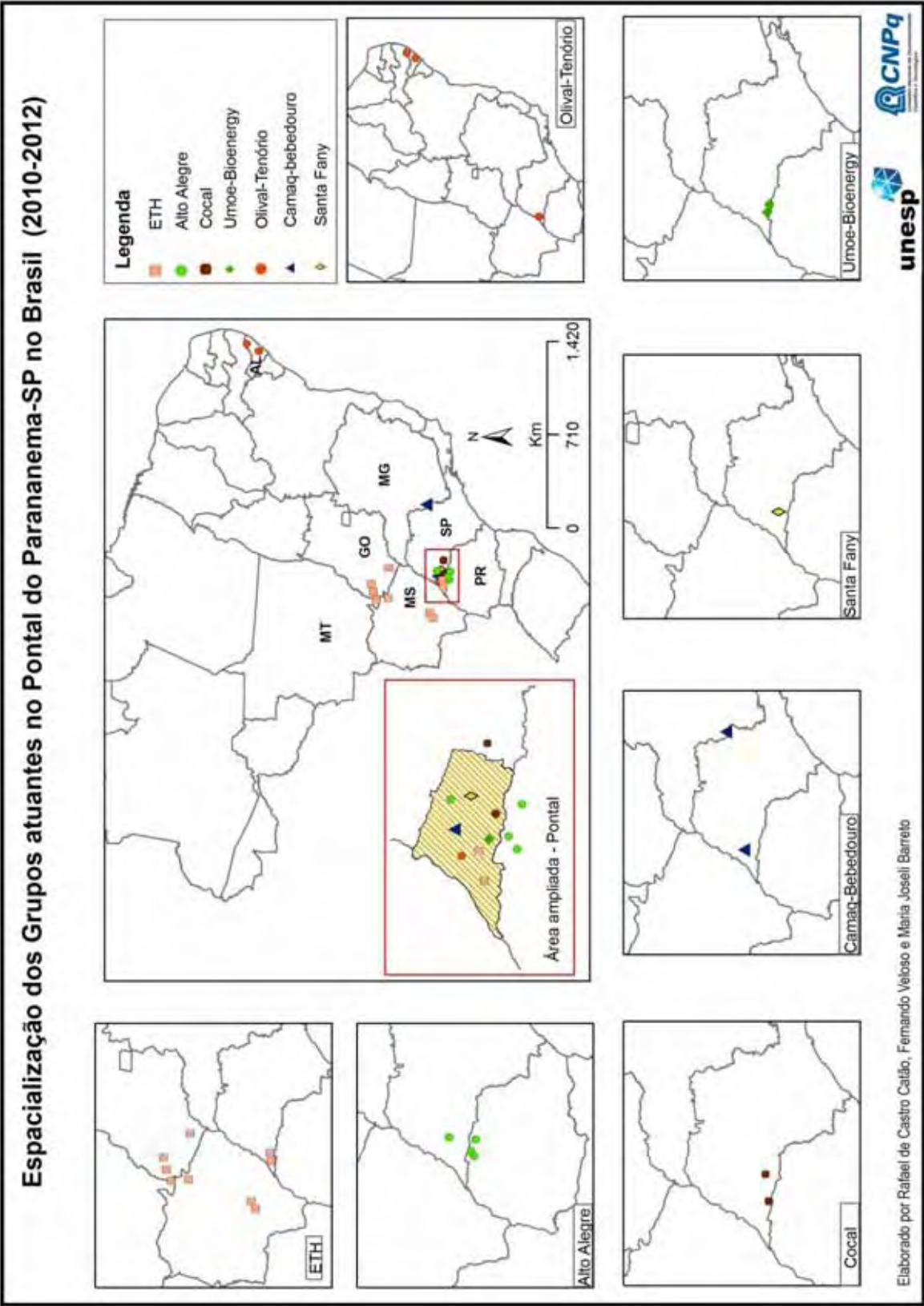
Desse modo, entre os anos de 2004 a 2009, foram implantadas mais quatro novas usinas na região, enquanto outras duas unidades instaladas no PROÁLCOOL (Alcídia e Paranapanema I) foram incorporadas por grupos de capital internacional, passando por reformas/ampliação da capacidade de produção. Outras duas empresas (Alvorada do Oeste e Decasa), que permaneceram desativadas por um longo período, foram compradas, reformadas e também voltaram a processar.

No ano de 2010, a região do Pontal do Paranapanema passou a contar com dez agroindústrias canavieiras instaladas e atuando no processamento da cana-de-açúcar, as quais se encontravam atreladas a grupos canavieiros, seja de capital nacional familiar, seja de capital internacional, os quais atuam com outras unidades canavieiras especializadas em outras regiões do Estado de São Paulo ou em outros Estados brasileiros (Mapa 1).

No entanto, nos anos subsequentes – 2011 e 2012 –, observa-se a ocorrência de mais transformações e o cenário voltou a mudar. Em 2011, entre as dez unidades canavieiras instaladas na região, duas foram desativadas:

- 1) A **Destilaria Paranapanema I**, situada em Narandiba, além de ser desativada, foi vendida e transferida para o Estado de Goiás;
- 2) A **Destilaria Santa Fany**, localizada em Regente Feijó, foi desativada e se encontra abandonada.

Mapa 1 – Grupos Canavieiros que atuam na região do Pontal do Paranapanema – SP



Entrementes, a região contava com mais duas unidades canavieiras que permaneceram ativas, com o apoio do Plano de Recuperação Judicial (PRJ)⁴⁰, na safra 2011/2012:

- 1) **Usina Alvorada do Oeste**, localizada em Santo Anastácio;
- 2) **Destilaria Decasa**, situada no município de Marabá Paulista.

Todavia, as mudanças prosseguem na safra 2012/2013, pois a Usina Alvorada do Oeste/Santo Anastácio foi desativada, com a justificativa da falta de matéria-prima para continuar em funcionamento.

Paralelamente aos problemas observados, que cercam as unidades desativadas, a região também tem vivenciado novos momentos de especulações para a implantação de novas unidades na região. O Grupo Zarzur, que atua no setor imobiliário, da construção civil, hotelaria, centros de logística, agronegócio e energia, tem especulado junto ao poder público dos municípios de Piqueroibi e Rosana a possibilidade de criar novas plantas agroprocessadoras de cana-de-açúcar na região⁴¹.

É relevante salientar que, nessa nova etapa de territorialização do capital canavieiro, na região do Pontal do Paranapanema, as linhas de financiamentos para expansão do setor ainda vêm do Governo Federal, via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), acompanhando o fluxo nacional, o qual tem sido empregado na construção de novas plantas industriais, bem como na compra de implementos para mecanização da colheita (colhedoras e tratores transbordos), formação e renovação de canaviais e construção de dutos e hidrovias para o transporte do etanol etc..

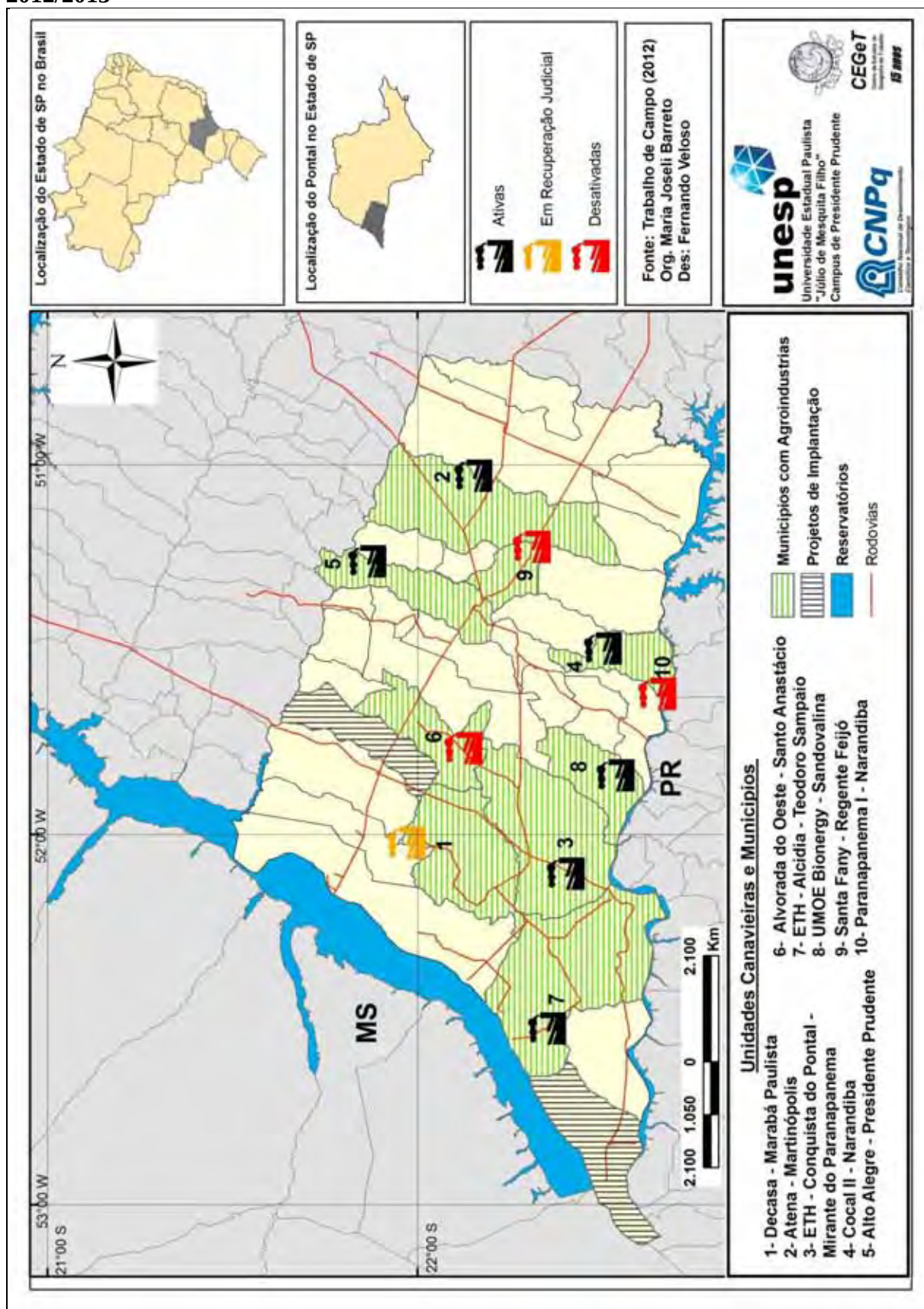
Nesse sentido, Thomaz Júnior (2009) aponta a responsabilidade do BNDES no projeto de expansão do agronegócio canavieiro, no Brasil (a qualquer custo). Somente no governo Lula, o Estado direcionou cerca de R\$ 6,7 bilhões, especificamente no ano de 2008.

Dentre as *novas* unidades canavieiras instaladas na região, todas usam os recursos públicos do BNDES de alguma forma, quer para a construção da unidade agroprocessadora, quer para a implantação dos canaviais ou a compra de implementos (colhedoras, transbordos e caminhões bi-trens e treminhões), incluindo empresas de capital internacional, como o Grupo Umoe Bioenergy (empresa de capital norueguês) e o Grupo ETH, que, apesar de ser uma empresa de capital fechado, tem igualmente acionistas estrangeiros (japoneses, americanos e ingleses), em sua composição (Mapa 2).

⁴⁰ A recuperação judicial tem como objetivo evitar a falência da empresa. O processo de recuperação judicial é promovido por iniciativa do próprio empresário em crise, que apresenta perante o Poder Judiciário o pedido do benefício, embasado nos termos do art. 47 da Lei nº 11.101/2005.

⁴¹ No dia 05 de julho de 2012, foi realizada no município de Piqueroibi uma Audiência Pública de EIA/RIMA para implantação da agroindústria canavieira. A nosso ver, a ocasião também foi utilizada pelos representantes do capital canavieiro, para enfatizar o *discurso do emprego* no município e região.

Mapa 2 – Agroindústrias Canavieiras no Pontal do Paranapanema-SP na Safra 2012/2013



Na conjuntura do PROALCOOL, os grandes latifundiários/grileiros da região, através de recursos federais, implantaram a monocultura da cana-de-açúcar e agroindústrias canavieiras. Atualmente, ainda por meio de *recursos* do governo federal, grupos (nacionais e internacionais) têm-se territorializado e expandido na região e em grande parte do território nacional, como indica Rodrigues (2011):

[...] o Brasil tornou-se o paraíso para investimentos em setores estratégicos. Não só o setor do etanol que foi invadido, mas toda a agricultura está permeada pela presença dos grandes oligopólios internacionais. [...] a entrada do capital privado internacional no setor canavieiro brasileiro, compromete a soberania nacional (RODRIGUES, 2011, p. 10).

Dessa forma, evidencia-se que vem ocorrendo uma nítida utilização dos recursos públicos pelo capital privado. Ou seja, capital internacional apropriando-se dos recursos públicos motivados pelos investimentos no setor canavieiro e pela facilidade nos lucros.

Chesnais (1996) e Thomaz Júnior (2009) salientam que a mundialização da economia trouxe como consequência a intensificação da concentração do capital, viabilizada por um processo em via de mão dupla – nacional e internacional – que resulta de fusões e aquisições orquestradas pelos investidores financeiros e seus conselhos. As aquisições e fusões impulsionaram o processo de concentração do capital industrial e financeiro e, consequentemente, estimulam o poder econômico.

Assim, pode-se dizer que, na atual conjuntura, a chegada dos grandes investidores à indústria de açúcar e etanol dividiu o universo canavieiro em dois “mundos diferentes”. De um lado, situam-se os usineiros tradicionais, que até a última década protagonizaram o desenvolvimento do programa brasileiro de biocombustível, e, de outro, gigantes do setor de petróleo, *tradings* e grandes companhias internacionais, tais como Bunge, Cargill, ADM e outras.

As Figuras 4 e 5 retratam essa realidade, realçando os inúmeros benefícios que historicamente o Estado tem disponibilizado para o setor canavieiro, mais a inserção do capital internacional no agronegócio canavieiro regional. Essa é a lógica do capital canavieiro: atuar em meio a mudanças e permanências, no intuito de reestruturar-se e reproduzir-se⁴².

⁴² Na verdade os recursos disponibilizados para expansão do setor canavieiro, não restringe apenas as unidades agroprocessadoras de cana-de-açúcar, mas a todas as empresas que atua na cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Durante a pesquisa de campo observamos que empresas terceirizadas que atuam na produção, corte e transporte da matéria-prima também fazem uso de recursos do BNDES.

Figura 4 - Placa em frente à Agroindústria Umoe Bioenergy (município de Sandovalina), indicando uso de recursos federais no agronegócio canavieiro regional



Fonte: BARRETO, M. J. Trabalho de Campo (2011).

Figura 5 – Influência do capital internacional no agronegócio canavieiro regional – Agroindústria Umoe Bioenergy/município de Sandovalina



Fonte: BARRETO, M. J. Trabalho de Campo (2011).

A partir da crise mundial desencadeada em 2008, as diferenças – até então toleradas – passaram a incomodar⁴³. Esse desconforto foi manifesto por representantes das unidades canavieiras instaladas no Pontal do Paranapanema, durante as entrevistas feitas na pesquisa de campo.

De acordo com representantes de grandes unidades processadoras/empresas, o setor canavieiro tem-se reestruturado. Desse modo, a tendência é permanecer apenas as unidades com alta capacidade de processamento. Quer dizer, o setor canavieiro tende a ser composto por grandes empresas, já que as pequenas unidades processadoras têm sido gradativamente extintas por falta de espaço⁴⁴.

Cabe acrescentar que todas as unidades canavieiras desativadas ou que estão sob o PRJ foram construídas no período do PROALCOOL. Para os representantes entrevistados, o baixo nível de eficiência técnica e as dificuldades de gestão e alta competitividade com os grandes grupos têm contribuído para a decadência e falência dessas pequenas unidades canavieiras.

Os problemas enfrentados pelas agroindústrias canavieiras do Pontal do Paranapanema reproduzem-se, em outras regiões do Estado de São Paulo e no Brasil. Trata-se dos rebatimentos advindos dos impactos da crise do ano de 2008, cujo reflexo foram o adiamento dos projetos nacionais, relacionados ao bicomcombustível, e a redução das linhas de créditos para a construção de novas unidades, devido à insegurança gerada pela crise junto aos mercados financeiros⁴⁵.

Com relação à crise mundial e ao setor canavieiro, Oliveira (2009) lembra que;

[...] a crise mundial está sendo apontada (também), como agravante da situação de endividamento. Mas [...] ao mesmo tempo em que esse cenário de instabilidade reforça as fragilidades de boa parte desses grupos/empresas, também fortalece aqueles que mesmo alegando perdas [...] mantêm-se capitalizados ao ponto de realizar fusões/aquisições. (OLIVEIRA, 2009, p. 104).

Os impactos dessa *crise financeira* levaram muitas empresas à bancarrota. As dificuldades enfrentadas pelas unidades, como dificuldades financeiras e gestão, refletem em oportunidades para as mais capitalizadas e organizadas. Isto é, a fragilidade de algumas é

⁴³ Autor(es): Renée Pereira, Jamil Chade/jornal O Estado de S. Paulo/16/01/2012 Usineiros buscam prestígios perdidos /Portal ClippingMP/Planejamento.gov.br/Brasília. Acesso em: 18 jan. 2012.

⁴⁴ Entrevista realizada junto a R. P., representante da empresa canavieira Umoe Bionergy, no dia 02 de dezembro de 2011.

⁴⁵ Os problemas relacionados à crise financeira enfrentada pelas empresas da região foram ressaltados em uma das audiências públicas que presenciamos, no município de Regente Feijó, momento em que se julgavam os passivos da destilaria Santa Fany.

trampolim para o fortalecimento de outras, seja através da aquisição da massa falida, seja da encampação/incorporação das terras para ampliação e cultivo de canaviais. Para exemplificar essa realidade, na região do Pontal do Paranapanema, podemos apontar os casos da Destilaria Santa Fany e da Usina Alvorada do Oeste.

No caso da Santa Fany, a falta de investimentos em técnicas de produção industrial e agrícola, somada ao não cumprimento das leis trabalhistas e ambientais e do PRJ, arrastou a empresa ao processo de venda, antes que fosse decretada a falência⁴⁶. Assim, em janeiro de 2011, a agroindústria foi desativada e, no decorrer do mesmo ano, organizaram-se no município de Regente Feijó três Audiências Públicas para a venda dos passivos da empresa, todas sem sucesso⁴⁷.

Nesse cenário, comparece a força, ou poder de barganha do capital. Antes de vender os passivos da empresa, e mesmo antes que seja decretada a falência, para que sejam cumpridas as dívidas trabalhistas e ambientais da agroindústria, as terras onde eram cultivados os canaviais da Destilaria Santa Fany foram previamente liberadas para a concretização de novos contratos de arrendamentos.

Em decorrência, o litígio envolvendo os contratos de arrendamento foi rapidamente resolvido. O poder e a união de interesses entre empresários do capital canavieiro e latifundiários facilitaram a liberalização das terras do processo de venda/falência. Uma liminar judicial encerrou os contratos estabelecidos entre a agroindústria e os proprietários de terras e, conseqüentemente, facilitou o processo de disputas das terras no Pontal do Paranapanema, já que grande parte delas foi de certo modo “rateada” entre unidades canavieiras vizinhas.

Todavia, a situação da massa falida ainda permanece incerta, assim como é precária a situação dos trabalhadores e trabalhadoras que prestaram serviços à empresa e não receberam seus direitos trabalhistas. Ou seja, enquanto o capital canavieiro oportunamente se aproveita da situação, para incorporar as terras e assim ampliar seu domínio territorial, trabalhadores e trabalhadoras dispensados pela empresa buscam inserir-se novamente no mercado de trabalho, enquanto aguardam o desenrolar da questão⁴⁸.

⁴⁶ Para mais informações, ver: <http://www.exameauditores.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2011.

⁴⁷ A milionária dívida acumulada pela empresa, o sucateamento da unidade industrial e a falta de investimentos nos canaviais, são fatos que podem explicar o desinteresse de outros grupos pela unidade.

⁴⁸ No mês de julho de 2011, ocorreu a votação pela venda da empresa para o Grupo Braspart Florestal - Comércio de Madeiras Ltda., mas a venda não foi homologada. No mês de dezembro do mesmo ano, aconteceu uma nova audiência pública, em que foi aprovada uma nova proposta de venda das máquinas, equipamentos e instalações da Usina Santa Fany para a empresa Mills International Group do Brasil Agroindustrial e

Quanto à Usina Alvorada do Oeste, a realidade apresenta-se um pouco diferente. Na safra 2011/2012, a agroindústria processou abaixo da média, com o auxílio do PRJ. Nesse período, a empresa atuou com área de aproximadamente 9 mil hectares de cana-de-açúcar, entre os quais 7 mil hectares eram arrendados e 2 mil hectares procediam de fornecedores.

Contudo, a conjuntura estabelecida pela crise, a competição/disputas pelas terras para a produção da matéria-prima na região, as dificuldades em manter os atuais arrendamentos e a falta de investimentos nos canaviais levaram a empresa a encerrar as atividades, durante a safra 2012/13. Nesse caso, entre as principais consequências, destaca-se novamente a demissão de centenas de trabalhadores e trabalhadoras que atuavam na agroindústria e, mais uma vez, repete-se a atuação do capital canavieiro, afinal, os canaviais da agroindústria foram comprados e/ou incorporados pelo grupo ETH ⁴⁹.

De acordo com o representante da Usina Alvorada do Oeste/Santo Anastácio, a crise enfrentada pelo setor canavieiro e a chegada de grandes grupos à região, em meados da década de 2000, deixaram marcas. As pequenas unidades canavieiras do Pontal do Paranapanema atravessam um período de retrocesso. Os projetos de crescimento e expansão cederam lugar às estratégias para manterem-se ativos no mercado ⁵⁰.

Por outro lado, o acesso aos arrendamentos de terras para a produção da matéria-prima está se tornando cada vez mais difícil. Isso tem sido apontado como uma das principais dificuldades enfrentadas pelas pequenas unidades canavieiras na região e é um fato atribuído à conduta dos grupos mais capitalizados, que, na disputa por terras para a expansão de seus canaviais, têm inflacionado de modo significativo os valores do arrendamento na região. Utilizando seu poderio econômico, essas empresas/agroindústrias cobrem os valores oferecidos pelas pequenas unidades aos proprietários de terras.

Assim, ao mesmo tempo em que essas agroindústrias/grupos expandem seu raio de ação e demarcam seu território de atuação, conseqüentemente, limitam o raio de ação das demais unidades, quando não as eliminam por completo do mercado. Essa competição pelo domínio das terras da região para produção da cana-de-açúcar, no cerne do capital canavieiro, observada na pesquisa de campo e apontada pelos representantes das agroindústrias nos remete aos apontamentos de Harvey (2006). Para o autor, a “[...] competição tende ao

Consultoria, cuja matriz é na Guatemala, na América Central, a qual também não foi concretizada. Para mais detalhes, ver: <<http://www.exameauditores.com.br>>.

⁴⁹ Conforme o entrevistado, na safra 2011/2012, moeu apenas 600 mil toneladas.

⁵⁰ Entrevista realizada dia 28 de outubro de 2011, com representante da empresa Alvorada do Oeste, J. D. H. D.

monopólio (ou oligopólio), pois a sobrevivência do mais apto ou sagaz, na guerra de todos contra todos, elimina as empresas mais fracas”⁵¹.

É justamente esse processo que tem ocorrido na região do Pontal do Paranapanema. A competição mencionada pelo autor se reflete nas disputas previamente estabelecidas entre os grandes grupos canavieiros implantados na região, os quais estrategicamente têm inflacionado os valores dos arrendamentos e dificultado os convênios das demais agroindústrias com seus possíveis arrendatários ou fornecedores. A tendência é de que grande parte das terras agricultáveis da região se concentre apenas entre as unidades agroindustriais dos grandes grupos, os quais objetivam domínio desse território.

A situação da Destilaria Decasa/Marabá Paulista⁵² não é tão diferente. Embora se mantenha ativa, na safra 2012/2013, a agroindústria enfrenta diversos problemas de ordem financeira, tendo igualmente vivenciado os rebatimentos dessa competição e disputa. De acordo com o representante da agroindústria, a unidade atuou em 2011/2012 com 15 mil hectares de cana-de-açúcar, tanto de arrendamentos, como de fornecedores. Mas, caso fosse processar em sua capacidade máxima, seriam necessários aproximadamente 20 mil hectares de terras.

Contudo, com o vencimento de contratos de arrendamentos, mais as dificuldades em pagar os valores exigidos pelos proprietários de terras, tem sido difícil conservar o que se já tem arrendado. Outra questão capaz de intensificar tais dificuldades é o fato de a Destilaria Decasa se encontrar no raio de ação da Usina Conquista do Pontal - unidade do Grupo ETH.

As terras onde estão os canaviais da Destilaria Decasa também interessam à ETH, quer pela proximidade espacial, quer pelo fácil acesso para escoamento da produção. Assim, em vista das dificuldades que uma tem em custear o aumento dos novos contratos de arrendamentos, a outra estrategicamente tem inflacionado os valores dos arrendamentos.

1.4.1 – A capacidade de produção das unidades canavieiras

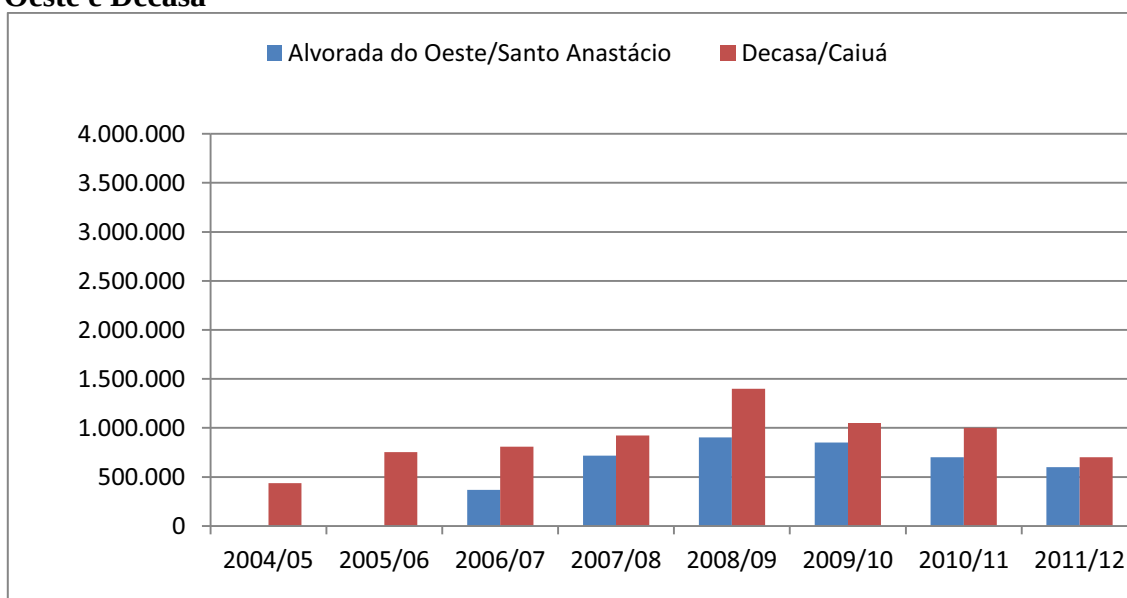
⁵¹ HARVEY, 2006, p. 224.

⁵² A Decasa foi instalada no ano de 1983 pelo Grupo Jacinto e associado, localizada no município de Marabá Paulista, tendo produzido até o ano/safra de 1996/97, quando decretou falência. No ano de 1999, a empresa foi arrendada para o Grupo Arraes, do Estado de Pernambuco, o qual gerenciou a empresa por três anos, quando voltou a decretar falência. Já no ano de 2004, o Grupo Olival Tenório, do Estado de Alagoas, assumiu a dívida e a destilaria, junto ao Banco do Brasil. Após assumir a empresa, o Grupo Olival Tenório mudou sua razão social Decasa Açúcar e Álcool S/A, em função de seus objetivos na produção de açúcar. No ano de 2010, a agroindústria enfrenta novas mudanças no quadro de associados: Durval Guimarães Filho e Maria Tereza Tenório Guimarães assumem a empresa como sócios proprietários. Informações obtidas na entrevista feita com D. M. J., no dia 20 de outubro de 2011, na cidade de Caiuá.

A capacidade de processamento na região é bem discrepante, com unidades moendo em torno de 3 milhões de toneladas por safra, enquanto outras não ultrapassam a marca de 1 milhão de toneladas de cana.

Ao analisar a conjuntura vivenciada pela Usina Alvorada do Oeste e a Destilaria Decasa, é relevante observar que os dados de produção têm apresentado decréscimo no processamento de cana-de-açúcar desde 2008, ou seja, desde as últimas três safras, fato que evidencia as dificuldades que estas têm enfrentado para se manter no mercado (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Processamento de cana-de-açúcar (ton.) nas agroindústrias Alvorada do Oeste e Decasa



Fonte: UNICA/Trabalho de campo 2011.

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

A conjuntura vivenciada por essas unidades canavieiras da região revela um pouco do cenário estabelecido. As fusões/aquisições estão acontecendo, as empresas criadas no período do PROALCOOL que ainda não foram incorporadas por um grande grupo têm encontrado sérias dificuldades em se manter.

Nesse sentido, a pesquisa de campo permitiu perceber que os grandes grupos canavieiros instalados na região têm demonstrado interesse em adquirir/comprar essas unidades agroindustriais, não pela planta industrial, que é tecnologicamente ultrapassada, mas pelas terras nas quais estas cultivam seus canaviais (via arrendamento) para a produção da matéria-prima, e até mesmo pela licença ambiental para a construção de uma nova planta,

mais moderna e com maior capacidade de processamento⁵³. *Sai mais em conta construir uma nova planta industrial, com caldeira e moenda nova, que reformar essas empresas antigas*⁵⁴.

Nesse sentido, Thomaz Júnior (2009), salienta:

O processo de concentração e centralização de capitais (nacional e estrangeiro), que se territorializa por todo o espaço produtivo agroindustrial canavieiro, juntando as empresas instaladas nas áreas novas com as já existentes nas áreas tradicionais, revelam *novas* relações de poder, ou seja, redefinição de poucos grandes grupos empresariais que intensificarão as disputas entre si e demarcarão novas rotinas [...] (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 320).

Por essas observações, apreendemos que o cenário que se desenha para o Pontal do Paranapanema é da monopolização do capital canavieiro. Deve-se acrescentar que as incorporações das usinas antigas por grupos de capital nacional e internacional têm provocado vários desdobramentos, e as consequências rebatem principalmente na classe trabalhadora e no município em que a empresa está instalada.

A respeito dos processos de fusões/aquisições, Oliveira (2009) afirma que

[...] as fusões e/ou aquisições ganharam maior expressividade e novas nuances, e caracterizam como a estratégia mais utilizada no processo de concentração de capitais, especialmente pelos grupos maiores e com condições de adquirir ou se associar ao capital de empresas menores, menos capitalizadas, ou mesmo de médio e grande porte, porem com ativo financeiro comprometido. (OLIVEIRA, 2009, p. 73).

Na região do Pontal do Paranapanema, já ocorreram dois processos de fusão/aquisição, os quais envolveram a Destilaria Paranapanema I, localizada no município de Narandiba, incorporada pelo grupo norueguês Umoe Bioenergy⁵⁵, e a Usina Alcídia⁵⁶, no município de Teodoro Sampaio, comprada no ano de 2007 pela Odebrecht/ETH⁵⁷.

⁵³ Em entrevista com o funcionário da empresa (G.T.V.), no dia 22 de março de 2011, foi ressaltado um possível interesse do Grupo Odebrecht/ETH na destilaria Decasa, que mantém seus canaviais em terras férteis da região, e na Usina Alvorada do Oeste, que também está em seu raio médio de impacto.

⁵⁴ Cf. depoimento de representante da ETH Bioenergia (G. T. V.) e representante da Umoe S/A (I. N.N.).

⁵⁵ Transnacional norueguesa que atua em vários seguimentos econômicos e que opera na região do Pontal do Paranapanema.

⁵⁶ A Usina Alcídia foi construída em 1974, com recursos do PROALCOOL, no município de Teodoro Sampaio, sendo uma associação entre Ruiter Silva Bolete e Lamartine Navarro e outros. Embora tenha enfrentado várias crises financeiras, a agroindústria nunca parou a moagem, até ser vendida no ano de 2007 para a Odebrecht.

⁵⁷ Uma empresa controlada pelo grupo Odebrecht S.A., que atua diretamente na produção e comercialização de etanol, energia elétrica e açúcar, produtos destinados ao mercado interno e externo, sendo que a construtora Odebrecht S.A foi fundada em 1944, no Estado da Bahia, por Norberto Odebrecht. Após trinta e cinco anos de atuação no ramo da engenharia e construção, o Grupo Odebrecht começou o processo de diversificação. Para mais detalhes, ver: <<http://www.odebrecht.com.br>>.

Com relação a essas duas unidades encampadas (Paranapanema I e Alcídia), pode-se dizer que, em ambas as situações, as incorporações/aquisições foram além dos interesses de concentração de capital. Nesses negócios, foram incluídos outros objetivos, como a inserção da empresa nesse mercado (setor canavieiro) e, paralelamente, sua expansão por todo o território nacional, via financiamentos do BNDES, sempre movidos e orientados pela lógica da acumulação e reprodução do capital.

No que diz respeito à ETH Bioenergia, seu principal objetivo é tornar-se líder na produção de etanol e energia a partir da biomassa, no país, com capacidade de moagem estimada em 40 milhões de toneladas no ano de 2012.

O grupo investiu cerca de R\$ 8 bilhões para levar suas nove unidades⁵⁸ à capacidade máxima de produção, gerando 3 bilhões de litros de etanol e 2.700 GWH de energia elétrica, na safra 2011/2012. No planejamento para a safra 2012/13, a ETH Bioenergia pretende aumentar em 100 mil hectares a área plantada com cana-de-açúcar, na região do Pontal do Paranapanema.

O grupo ETH atua com duas agroindústrias na região em estudo – a Usina Alcídia e a Usina Conquista do Pontal (UCP) –, voltadas para a produção de etanol, açúcar e a cogeração de energia elétrica⁵⁹. De acordo com informações obtidas junto a representante do grupo ETH, a empresa ainda buscará sua expansão na região, inicialmente através de incorporação de novas áreas com cana-de-açúcar, e mais tarde com a construção de novas unidades. Para a UCP, os projetos de expansão saltam de 13 mil hectares de cana-de-açúcar (2011) para 70 mil hectares, nos próximos três anos. Desse modo, as estimativas da empresa são de que, na safra de 2014/15, a unidade UCP esteja processando cerca de cinco milhões de toneladas de cana-de-açúcar, com 100% da colheita mecanizada.

Quanto à unidade Alcídia, o entrevistado acrescentou que, como se trata de uma planta industrial antiga, foram feitos altos investimentos em reparos/reformas (principalmente de caldeira e moenda) e, concomitantemente, foi realizada a ampliação em sua capacidade de produção.

A respeito da produção da matéria-prima, o grupo ETH, na safra 2011/12, utilizou-se de 50% de parceiros e 50% de fornecedores. O representante ainda explicitou que a tendência é

⁵⁸ A ETH possui sete Unidades em operação, sendo duas adquiridas (Alcídia, em Teodoro Sampaio/SP, e Eldorado, no Mato Grosso do Sul) e mais cinco projetos *greenfield*, nos Estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Em 2010, a ETH concluiu a implantação de mais duas Unidades: Morro Vermelho (GO) e Alto Taquari (MT). Somadas a essas, há mais duas unidades: Costa Rica (MS) e Água Emendada (GO), em processo de construção no segundo semestre de 2011.

⁵⁹ Informações obtidas por meio de entrevista realizada no dia 22 de março de 2011, com representante da empresa – I. L. G. A.

que a empresa trabalhe com 70% de matéria-prima de parceiros e somente 30% de fornecedores, devido a alguns obstáculos que inviabilizam o trabalho com os fornecedores⁶⁰. Dentre esses problemas, ressalta-se que os grandes proprietários de terras não têm a cultura em produzir a cana-de-açúcar, já que maioria atuava na pecuária ou na lavoura do algodão. Além dessa questão cultural, a insegurança da possibilidade de uma crise se abater sobre o setor canavieiro também impede o latifundiário de investir mais no setor.

No caso da empresa norueguesa Umoe BioEnergy, o grupo passou a investir fortemente no setor agroenergético no Brasil, desde 2007, quando, em sociedade com Grupo Albertina, comprou e reformou a destilaria Paranapanema I, localizada no município de Narandiba (Mapa 2). Dessa forma, logo que a agroindústria (re)iniciou seu processo de moagem, o grupo internacional incorporou as partes de outros acionistas, tornando-se o único proprietário.

Na safra de 2009/10, esse grupo atuou com as duas unidades, a unidade Paranapanema I, no município de Narandiba, e a unidade Paranapanema II, recém-construída no município de Sandovalina⁶¹. Somente a partir de 2010/11 o grupo concentrou todo o processo de moagem na unidade Paranapanema II e, conseqüentemente, desativou a Paranapanema I.

A propósito do encerramento da unidade, em Narandiba, segundo informações obtidas na pesquisa de campo, este ocorreu devido à ausência de matéria-prima nas proximidades da empresa, pois a maioria das terras que cercavam a unidade foi absorvida por outras empresas da região. Foi igualmente sublinhado que, como se tratava de uma empresa com tecnologia antiga, do período do PROALCOOL, com baixa capacidade de produção, os rendimentos eram poucos, assim, optou-se em desativá-la.

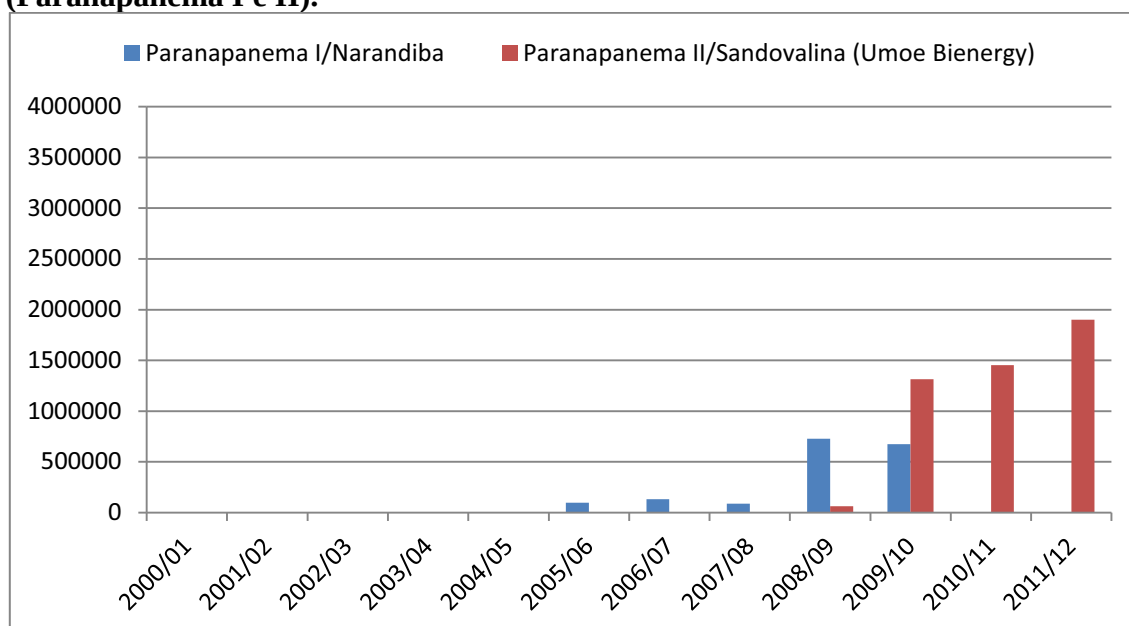
Embora se tenha desativado a unidade, representantes do grupo norueguês ressaltam que não houve interferência na capacidade de produção, pois a planta industrial recém-construída absorve toda a matéria-prima produzida⁶². Nesse caso, observando os dados apresentados, é possível perceber o comportamento da produção em ambas as unidades. Verifica-se que, nas três últimas safras, a empresa demonstra uma curva ascendente em sua produção (Gráfico 5).

⁶⁰ Frise-se que o parceiro citado pelo supervisor agrícola, em entrevista, é aquele latifundiário que arrenda a terra para o cultivo da cana-de-açúcar. De acordo com o entrevistado, os latifundiários que arrendam suas terras para a produção de sua matéria-prima são “parceiros”, acrescentando que não se usa mais a nomenclatura “arrendatário”.

⁶¹ As informações sobre o Grupo Umoe foram reunidas com base em entrevista com o analista de RH e comunicação, I.F. Também estão disponíveis em: <http://www.umoebioenergy.com/pt-br/empresa/o-grupo-umoe> e <http://www.udop.com.br>. Acesso em: 10 de ago. 2011.

⁶² Durante a pesquisa de campo, em entrevista junto a representante da empresa, o fechamento da Paranapanema I também foi explicado como enxugamento de gastos. A unidade gastava muito para processar um valor *x* de cana, enquanto a Unidade II, mais moderna, processa de forma mais econômica. O fato de a Unidade I ser desativada e estar sendo desmontada e levada para o Estado de Goiás revela que a aquisição da empresa também pode ser vista como estratégia para conhecer e se inserir no mercado.

Gráfico 5 - Processamento de cana-de-açúcar (ton.) do grupo Umoe BioEnergy (Paranapanema I e II).



Fonte: UNICA/Pesquisa de Campo 2011.

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

Na safra de 2011/12, a empresa processou pouco mais de 1,9 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, cultivada em aproximadamente 37 mil hectares de terras arrendadas em doze municípios. Um fato interessante é que a área cultivada pela empresa está em sete municípios da região do Pontal do Paranapanema e cinco no norte do Estado do Paraná, demonstrando que a expansão do setor canavieiro ultrapassa fronteiras. O representante da empresa ainda ressaltou que, dos 37 mil hectares de cana-de-açúcar, 95% têm colheita mecanizada e apenas 5% no sistema manual.

Por fim, o representante da empresa evidenciou que o grupo objetiva processar em sua capacidade máxima (2,6 milhões de toneladas), além de investir na produção de álcool anidro e na cogeração de energia, a partir da safra de 2012/13. No entanto, para alcançar tais metas, é necessário expandir os canaviais da unidade para aproximadamente 54 mil hectares.

Quanto à Cocal II⁶³, vale ressaltar que esta se inclui entre as unidades agroprocessadoras com maior capacidade de moagem na região do Pontal do Paranapanema, já que pode alcançar até 6 milhões de toneladas. Na safra de 2011/12, a empresa processou mais ou menos 3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, cultivadas em aproximadamente 50 mil hectares de terras, dos quais 98% provém de arrendamentos e fornecedores e apenas 2% de terras

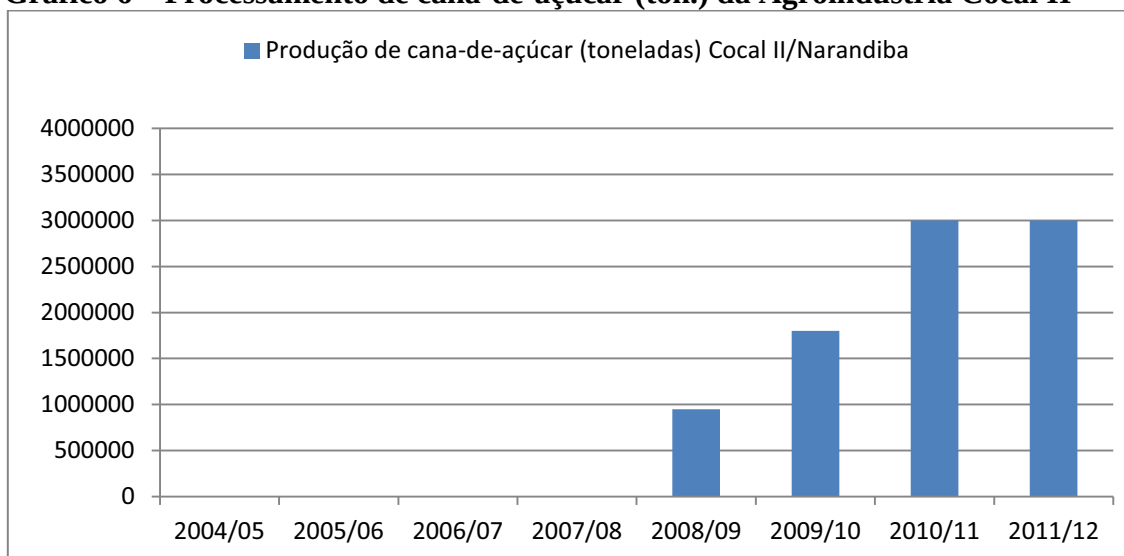
⁶³ O Grupo Cocal fundou sua primeira unidade (Cocal I), em 1980, no município de Paraguaçu Paulista, com recursos do PROALCOOL. No ano de 2006, impulsionado pelo *boom* do etanol, o Grupo iniciou a construção da Cocal II, no município de Narandiba, começando a operar no ano de 2008.

próprias⁶⁴. Segundo o representante da empresa, dos 50 mil hectares de cana-de-açúcar que a agroindústria cultiva, cerca de 70% usam a colheita mecanizada e apenas 30% a manual.

As perspectivas são de que, nos próximos três anos, a empresa já esteja processando em sua capacidade máxima e, para que isso aconteça, é necessário que a área com cana-de-açúcar ultrapasse 110 mil hectares (Gráfico 6).

Através dos dados de processamento em toneladas da Cocal II, é possível perceber que a agroindústria apresenta uma expressiva produção, desde sua instalação, no ano de 2008.

Gráfico 6 – Processamento de cana-de-açúcar (ton.) da Agroindústria Cocal II



Fonte: UNICA/Pesquisa de Campo 2011.

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

Considerando os dados de produção, o representante da empresa asseverou que o Grupo pretende, por meio da unidade Cocal II, posicionar-se entre as maiores unidades agroprocessadoras de cana-de-açúcar na região do Pontal do Paranapanema. Para o entrevistado, o ponto forte do Grupo Cocal é a tradição e o conhecimento adquirido sobre o comportamento do setor canavieiro. Em sua visão, trata-se de um fator preponderante para a manutenção de uma empresa forte e competitiva no mercado; além disso, enfatizou, “*não há espaço para aventureiros*”.

Sobre essa questão, o entrevistado mencionou que, no ano de 2005, houve muitos aventureiros, interessados nos recursos que o Estado disponibilizou para expansão do setor canavieiro, em âmbito nacional. Esses novos empresários ousaram na construção de grandes unidades agroprocessadoras, com alta capacidade de processamentos, produção de etanol,

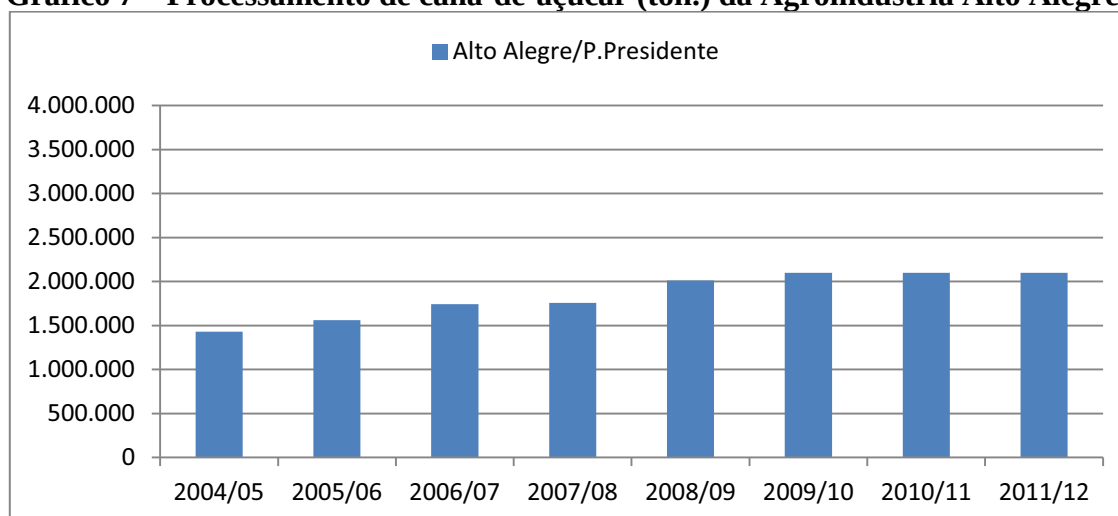
⁶⁴ Durante entrevista junto a representante da agroindústria Cocal II, foi ressaltado que, embora as metas estivessem acima de 3 milhões de toneladas, os problemas climáticos (geadas), na safra 2010/2011, trouxeram prejuízos. Entrevista realizada no dia 29 de novembro de 2011.

açúcar e cogeração de energia, cujo objetivo era a inserção no mercado. Mas, foram justamente os aventureiros que se endividaram e “quebraram”. Incluem-se, entre estes, os usineiros antigos que não acompanharam a evolução do mercado e, quando buscaram evoluir, submergiram em grandes dívidas. Na atual conjuntura, estão perdendo espaço e, conseqüentemente, suas agroindústrias⁶⁵.

Nesse sentido, Oliveira (2009, p. 50) afirma que muitas dívidas do setor canavieiro podem ser justificadas pelo processo de reestruturação produtiva – investimentos em melhoria da capacidade produtiva, como novos equipamentos e processos, cogeração de energia, ampliação dos canaviais, aquisição de máquinas (plantio, corte, carregamento e transporte) etc. – bem como pela aquisição ou implantação de novas unidades processadoras.

Quanto ao Grupo Junqueira Figueiredo/Alto Alegre, observamos que este atua no setor canavieiro com quatro unidades produtivas, sendo três localizadas no Estado do Paraná e uma no município de Presidente Prudente/SP (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Processamento de cana-de-açúcar (ton.) da Agroindústria Alto Alegre



Fonte: UNICA (2011).

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

Sobre a Usina Alto Alegre, deve-se destacar que a mesma foi implantada na região no início dos anos 1980, no município de Caiabu, como Destilaria Alta Floresta, com recursos do PROALCOOL.

Contudo, no ano de 1996, a unidade teve sua planta industrial transferida para o município de Presidente Prudente, quando o setor canavieiro vivenciava período de crise.

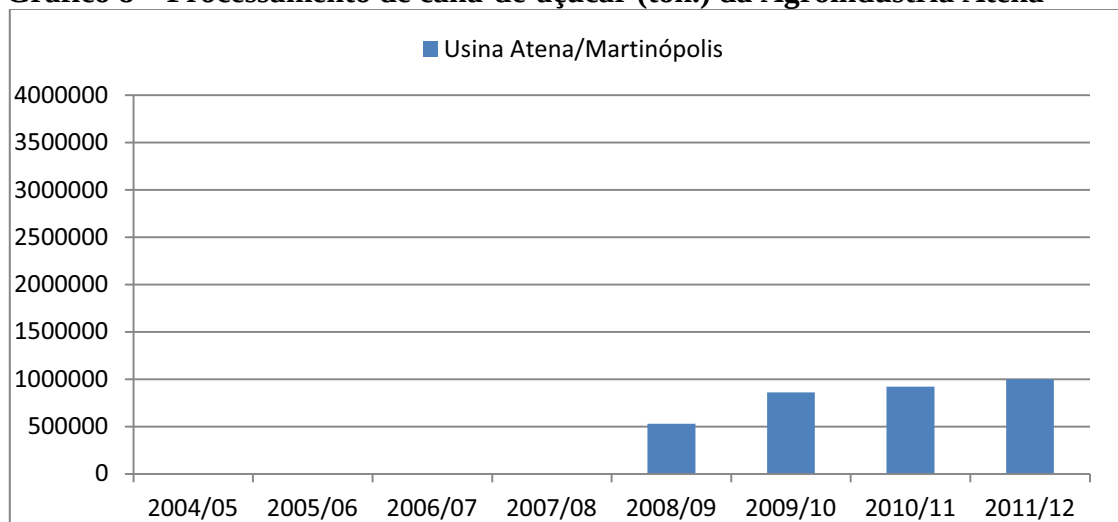
⁶⁵ Informações obtidas junto ao representante da empresa Cocal II, A.C.R., em entrevista realizada no dia 29 de novembro de 2011.

Porém, desde sua implantação, a unidade mantém produção regular, em torno de 2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar processada por ano⁶⁶.

No que diz respeito à Usina Atena⁶⁷, localizada no município de Martinópolis, trata-se também de empresa de grupo familiar, o Grupo Avanhadava, que atua no setor canavieiro desde o PROALCOOL. De acordo com representante da empresa, a unidade Atena ainda está em processo de expansão e sua capacidade anual total de processamento é de 1,5 milhões de toneladas/ano.

Na safra 2011/12, a empresa processou cerca de 1 milhão de toneladas de cana-de-açúcar. O representante salientou que os números estão abaixo das estimativas do grupo, devido às instabilidades climáticas (estiagem, excesso de chuva, geadas etc.), por vários anos seguidos, fato que tem prejudicado a produção da empresa. Sobre a área de cana produzida, informou que a empresa cultivou na safra de 2011/2012 cerca de 14.000 hectares de cana-de-açúcar, dos quais 25% em área própria e 75% em área de parceiros (arrendamento). Porém, para processar em sua total capacidade, seria necessário cultivar cerca de 20 mil hectares de terras (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Processamento de cana-de-açúcar (ton.) da Agroindústria Atena



Fonte: UNICA/Pesquisa de campo 2011.

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

⁶⁶ Ressaltando que o Grupo Junqueira Figueiredo possui quatro unidades produtivas: Unidade Junqueira, fundada em 1978, na cidade de Colorado - PR; Unidade de Floresta, instalada em 1996, no distrito de Ameliópolis/Presidente Prudente - SP; Unidade de Santo Inácio, fundada em 2007, localizada no município de Santo Inácio - PR; e Unidade de Florestópolis, no município de Florestópolis - PR, criada em 2010. O grupo iniciou suas atividades com a produção de álcool e, com a evolução da produção, passou a fabricar açúcar cristal e refinado, instituindo a marca Alto Alegre.

⁶⁷ A empresa Atena iniciou sua instalação no ano de 2004, mas a primeira safra aconteceu no ano de 2006. É de propriedade de Roberto Egreja, pertencente a um grupo familiar tradicional de Avanhadava, o qual já possui agroindústrias canavieiras desde o período do PROALCOOL.

O representante da agroindústria Atena ressaltou que a produção da empresa é relativamente pequena, para se conservar atuante no mercado, nessa atual conjuntura de incorporações/fusões/aquisições. Desse modo, a tendência é a dominação por parte dos grandes grupos. Todavia, para ele, é necessário “demarcar território” e uma das saídas é a aquisição de terras para produzir a matéria-prima e, assim, fugir da especulação dos arrendamentos. “Temos consciência de que somos pequenos, e que a tendência é perder território, por isso, estamos nos protegendo”⁶⁸.

As declarações do representante da agroindústria Atena trazem apontamento para as disputas internas que vêm ocorrendo no âmbito do setor canavieiro pelas terras agriculturáveis da região. Os projetos de expansão/crescimento das agroindústrias estão cada vez mais direcionados para a ampliação das terras e, conseqüentemente, para produção de matéria-prima.

Para o capital canavieiro, construir uma nova unidade *greenfield* com alta capacidade de processamento e alta tecnologia é importante. Mas, tão relevante quanto isso, é cultivar excelentes e extensos canaviais (matéria-prima). Um perde o significado na ausência do outro. Um dá sentido ao outro⁶⁹.

Frente a tais projetos de expansão, é inevitável não nos questionarmos sobre a produção dessa matéria-prima. Onde será cultivada a cana-de-açúcar a ser processada? Em quais terras? Representantes das empresas afirmam que já se têm realizado na região contratos de arrendamentos para o cultivo da cana-de-açúcar de vinte, trinta e até cinquenta anos, numa apropriação direta das terras e numa aberta demonstração de poder.

Estão fulgentes as disputas, os discursos de desenvolvimento e a manutenção da estrutura fundiária (latifúndio), sob o aval do Estado. Por outro lado, as unidades canavieiras, através da estratégia do raio médio de atuação, estabelecem seu território de dominação e poder. Além das disputas pelas terras agricultáveis da região, observam-se as incorporações, as fusões, as falências e a transposição física de unidades canavieiras⁷⁰.

Podemos sustentar que o panorama acima descrito não se restringe à região do Pontal do Paranapanema, mas se repete em outras regiões país, porque desvela arranjos buscados pelo

⁶⁸ Cf. informações obtidas durante entrevista com o representante da empresa, A.L.L., no dia 18 de novembro de 2011.

⁶⁹ Cf. observação do representante empresa Umoe BioEnergy, durante entrevista com V. L. M., no dia 02 de dezembro de 2011.

⁷⁰ Referimos-nos ao caso da unidade Paranapanema I, a qual, após permanecer um ano desativada, recentemente (novembro de 2011) teve suas máquinas, equipamentos e instalações vendidos, e se encontra em fase de desmontagem para ser transportada para o Estado de Goiás, onde será novamente montada e posta em ação por outro grupo daquele Estado.

setor canavieiro, para demarcar território, estabilizar-se ou permanecer no mercado. São a territorialização, (des)territorização e (re)territorialização do capital canavieiro, em âmbito nacional, que também perpassam pela região em estudo, impulsionadas pelas necessidades de reestruturação e reprodução.

No entanto, é relevante salientar que esses (re)arranjos sempre trazem consequências, especialmente para a classe trabalhadora. Dentre elas, podemos destacar o predomínio de mais uma monocultura, além da permanência por muitos anos do latifúndio como estrutura fundiária do país, já que, na atual circunstância, é o alicerce para a expansão da cana-de-açúcar.

Voltando-se para o Pontal do Paranapanema, é possível observar as transformações ocorridas na paisagem. A produção de cana-de-açúcar em municípios que até o ano de 2004 não destinavam nenhum hectare de suas terras para a monocultura, provoca a diminuição constante da população rural nos municípios da região, numa clara demonstração de que existe uma *expulsão* de pequenos produtores rurais. Com efeito, a cultura canavieira e as consequências/impactos não se restringem somente aos municípios que abrigam as agroindústrias canavieiras, mas se estendem para a maioria dos municípios da região.

Dessa forma, é oportuno abordar a intensidade com que a cultura da cana-de-açúcar se expande para as terras do Pontal do Paranapanema. Assim sendo, no próximo item, analisaremos o comportamento da produção canavieira entre os anos de 2000 a 2010, já que, por meio da sequência de dados, é possível observar quanto o monocultivo da cana-de-açúcar vem crescendo na região.

1.5 – A expansão da monocultura da cana-de-açúcar na região do Pontal do Paranapanema

Desde o ano de 2003, o Pontal do Paranapanema passa a apresentar uma evolução constante na produção da lavoura da cana-de-açúcar, fato que pode ser relacionado com o início do processo de reestruturação do setor canavieiro na região. Unidades canavieiras até então desativadas (Alvorada do Oeste, Decasa, Paranapanema I) foram compradas/incorporadas por grupos de capital nacional ou internacional. Além de as empresas desativadas voltarem a produzir, inicia-se também um processo de construção de mais quatro novas unidades agroprocessadoras com tecnologia de ponta e alta capacidade de produção (Paranapanema II/Sandovalina, Usina Conquista do Pontal/Mirante do Paranapanema, Atena/Martinópolis e Cocal II/Narandiba).

Nesse cenário articulado pelo setor canavieiro, Oliveira (2009) salienta:

O processo de reestruturação produtiva do capital personificado no agronegócio canavieiro, as fusões e/ou aquisições de empresas agroindústrias por vários grupos ligados ou não a essa atividade produtiva, somam-se a conjuntura política e econômica favorável a sua expansão e, de certa forma, a abertura de novos mercados que absorvam a produção de etanol; contribuindo assim, para a emergência de novas (re) configurações espaciais, tanto no âmbito do capital como trabalho [...] (OLIVEIRA, 2009, p. 34).

A reforma de unidades antigas e a construção de novas plantas processadoras induziram o aumento na produção da matéria-prima (cana-de-açúcar), e municípios que até o momento não apresentavam áreas com a lavoura passam a se destacar com grandes áreas cultivadas.

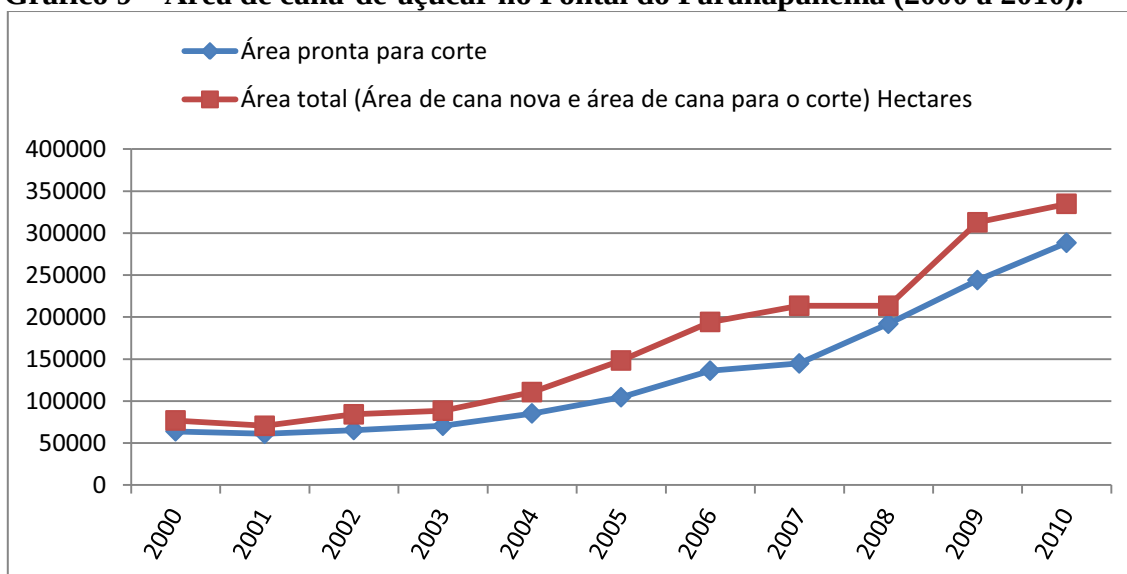
Por isso, neste item, buscaremos ponderar sobre a dinâmica da cultura da cana-de-açúcar, no Pontal do Paranapanema, quanto essa monocultura tem expandido e quais os municípios da região têm sido mais impactados pela expansão da lavoura. Para tanto, serão examinados os avanços e as oscilações dessa lavoura entre os anos de 2000 a 2010, na região, através dos dados disponibilizados pelo IEA (Instituto de Economia Agrícola).

Para demonstrar as estimativas em hectares de quanto a cana-de-açúcar tem avançado nos municípios da região, metodologicamente optamos em trabalhar com a soma de duas variáveis disponibilizadas pelo IEA (a área de cana nova e a área de cana para o corte). A proposta foi analisar o montante em hectares de terras que a região tem ocupado com cana-de-açúcar, independentemente se nestas existem lavouras de cana nova ou pronta para o corte – afinal, todas estão voltadas para a agroindústria⁷¹.

Por outro lado, cabe ressaltar que optamos trabalhar com dados correspondentes ao período de 2000 a 2010, por tratar-se de dois momentos distintos para o setor canavieiro na região⁷². No primeiro momento, ano 2000, o setor canavieiro vivenciava um período de crise. Entre as seis unidades canavieiras até então implantadas na região, apenas duas permaneciam produzindo, enquanto as demais estavam desativadas ou enfrentavam problemas financeiros (endividamento). Nessa época, a espacialização da cana-de-açúcar na região concentrava-se apenas em dez municípios, os quais, somados, alcançavam área de aproximadamente 75 mil hectares (Gráfico 9).

⁷¹ Para desenvolvermos a periodização, buscamos analisar previamente algumas fontes: IEA (Instituto Economia Agrícola), FIBGE (Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e Cana Sat/INPE. Entretanto, optamos trabalhar com os dados disponibilizados pelo IEA (Instituto Economia Agrícola), porque este apresenta a periodização completa do recorte temporal que selecionamos para nossa análise.

⁷² Com relação à base de dados, nosso objetivo inicial foi resgatar informações sobre a expansão da cultura da cana-de-açúcar na região do Pontal do Paranapanema, no período do PROÁLCOOL, cuja finalidade foi estudar os acréscimos e decréscimos da produção da lavoura, em estudo nos últimos 40 anos. Mas, como não encontramos fontes de dados referentes à década de 1970 a 1990, optamos então por trabalhar apenas com dados correspondentes ao período de 2000 a 2010.

Gráfico 9 – Área de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (2000 a 2010).

Fonte: IEA- Instituto de Economia Agrícola.

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

Todavia, no ano de 2010, o cenário é outro. No intervalo de dez anos, o setor canavieiro regional passou por significativas transformações, dentre as quais podem ser mencionadas falências, incorporações, reformas e implantação de novas agroindústrias. A região, que abastecia cinco unidades canavieiras, passou a produzir matéria-prima para dez unidades agroprocessadoras, e a lavoura da cana-de-açúcar, que estava territorializada em apenas 10 municípios, logo se expandiu para trinta. Assim, ao somarmos a área total cultivada, percebemos que a região já contabiliza aproximadamente 330 mil hectares de cana-de-açúcar.

Examinando os dados gerais da área cultivada com a lavoura, a partir da área de corte e da área total (área de cana nova e área de cana para o corte), verifica-se que entre os anos de 2000 a 2003 o cultivo da lavoura da cana-de-açúcar permanece estável, em torno de 70 mil hectares.

Contudo, a partir de 2004, observa-se uma curva ascendente nas áreas da lavoura com cana para o corte e área total, as quais vêm se ampliando ano após ano, nos municípios do Pontal do Paranapanema. No entanto, é nota-se que, em 2008, a área cultivada total se mantém estagnada em torno de 200 mil hectares, que ascende novamente nos anos seguintes, 2009 e 2010.

Para apreender como a cultura canavieira tem evoluído e como essa lavoura se tem territorializado, nos municípios da região, buscamos observar os dados correspondentes à área cultivada com a cana-de-açúcar em cada um deles. De maneira a viabilizar a análise dos dados, optamos em realizar uma subdivisão do recorte temporal por ano/safra (intercalando

períodos de dois anos), cujo objetivo é verificar como a produção da cana-de-açúcar se comporta nos municípios da região, de forma mais particularizada.

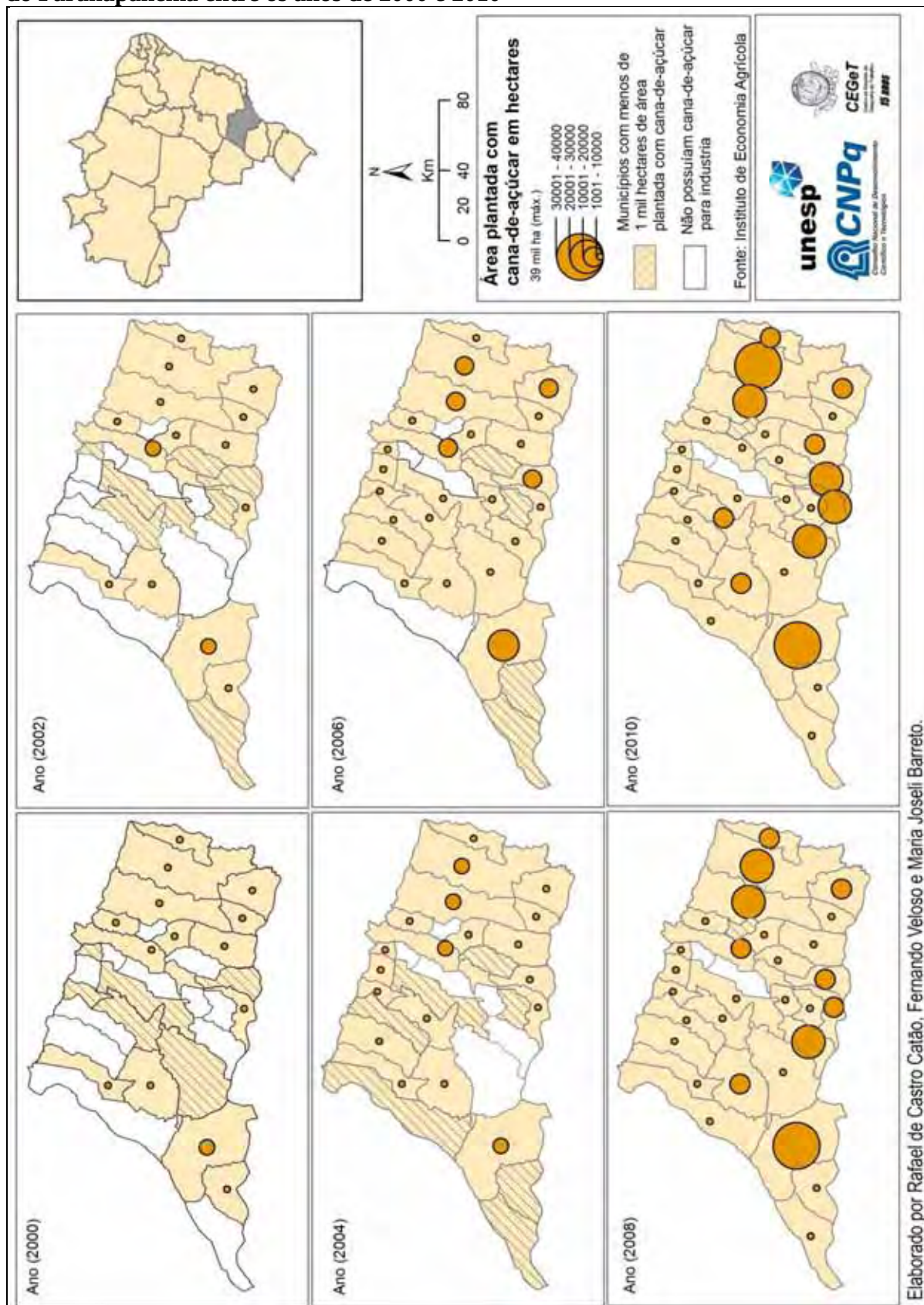
Pelos dados apresentados sobre o cultivo da lavoura canavieira, na região, percebe-se que, entre os anos de 2000 e 2004, a monocultura da cana-de-açúcar ainda não comparece de modo expressivo, como tem ocorrido na atual conjuntura. No ano de 2000, a cana-de-açúcar estava espacializada, no Pontal do Paranapanema, em 19% dos municípios, cuja área não ultrapassava mil hectares, enquanto em outros 40% as áreas concentravam entre mil e 10 mil hectares, e somente 3% dos municípios contabilizavam área cultivada entre 10 e 20 mil hectares. Cabe destacar que, nesse período, 38% dos municípios não possuíam canaviais para abastecer a indústria.

No ano de 2002, já é possível notar algumas mudanças na produção dessa lavoura, na região. No referido ano, o destaque é para os municípios de Teodoro Sampaio e Presidente Prudente, os quais abrigam respectivamente as Usinas Alcídia e Alto Alegre, as quais estavam ativas naquele momento. Além disso, cabe acrescentar que a região contava com 22% do total de municípios com áreas de cana-de-açúcar abaixo de mil hectares, enquanto 37% dos municípios ainda não produziam cana-de-açúcar para o capital canavieiro.

Contudo, desde 2004, com o novo *boom* do etanol, a área cultivada começa a se expandir de modo mais representativo. A compra e restauração/reforma de unidades antigas desativadas e a implantação dos primeiros canaviais que irão abastecer/alimentar as novas agroindústrias as quais mais tarde foram implantadas dão início aos projetos de reestruturação do setor canavieiro, na região. Desse período em diante, observa-se que a produção da cana-de-açúcar se intensifica nos municípios já produtores da lavoura e passa a aumentar naqueles que até então não produziam essa cultura.

Na verdade, no ano de 2004, as agroindústrias Decasa/Marabá Paulista e Alvorada do Oeste/Santo Anastácio já haviam sido compradas, sendo que a primeira foi assumida pelo Grupo Olival Tenório/AL e a segunda pelo grupo CAMAQ-Bebedouro/MG. Nesse período, a Decasa e a Usina Alvorada do Oeste passaram por reformas e melhorias no tocante à capacidade de produção e, conseqüentemente, expandiram seus canaviais, como também iniciou-se a construção da Usina Atena/Martinópolis (Mapa 3).

Mapa 3- Periodização da lavoura da cana-de-açúcar nos municípios da região do Pontal do Paranapanema entre os anos de 2000 e 2010



Dessa forma, conforme os dados correspondentes ao ano de 2004, percebe-se a evolução na área plantada com a cana-de-açúcar. Os municípios que possuíam áreas de cana-de-açúcar acima de 10 mil passaram para 12% do total, enquanto os que contavam com área plantada entre mil e 10 mil hectares alcançaram 47%. Além disso, os municípios que somavam áreas plantadas inferiores a mil hectares permaneceram em 22% do total e, por fim, os que não possuíam área com a referida lavoura reduziram-se a 19%.

Quando se focalizam os dados correspondentes ao ano de 2006, pode-se apreender que a paisagem regional sofreu alterações significativas, sendo possível verificar o quanto a área com a cana-de-açúcar cresceu na região.

De acordo com o representante da Usina Atena, a chegada de um grupo/unidade canavieiro a uma região é assinalada de antemão pela demarcação do território de abrangência. Ao comprar as terras que porventura irão abrigar a planta, a unidade agroprocessadora, o setor está previamente demarcando seu raio de ação ou as terras que estarão sob seu domínio, com o arrendamento ou a compra de terras para a formação dos seus canaviais. O entrevistado acrescentou que, embora a usina Atena tenha começado sua produção industrial no ano/safra de 2007/2008, o processo de implantação dos canaviais e construção da usina teve início no ano de 2004. As ponderações do representante da unidade esclarecem o crescimento da cultura canavieira na região, mesmo antes da implantação dessas novas unidades agroprocessadoras.

Prosseguindo com a análise, no ano de 2006, observa-se o quanto o agronegócio canaveiro tem-se expandido no Pontal do Paranapanema, tanto que somente 12% dos municípios da região não abrigam canaviais para abastecer as agroindústrias, ao passo que apenas 13% destes contavam com áreas plantadas inferiores a 1000 hectares. Ou seja, 56% dos municípios da região já abrigam lavouras de cana-de-açúcar, com área plantada entre mil e 10 mil hectares, 16% com área entre 10 e 20 mil hectares, e 3% com áreas superiores a 20 mil hectares cultivados com a lavoura da cana-de-açúcar.

Nesse sentido, nota-se que, no ano de 2006, o município de Teodoro Sampaio se destaca com a maior área ocupada pela cana-de-açúcar na região – 25 mil hectares. Na sequência, aparecem os municípios de Martinópolis e Rancharia, com áreas cultivadas em torno de 18 mil hectares, respectivamente, e Presidente Prudente, com 16 mil hectares da referida lavoura.

Destaque ainda para os municípios de Iepê, Narandiba, Caiuá/Marabá Paulista, onde, após as reformas das unidades produtivas do período do PROALCOOL, as destilarias Decasa e Paranapanema I comparecem com aumento nas áreas de cultivo, com cerca de 14 mil hectares cada. Nesse mesmo ano (2006), alguns municípios que até então não produziam

cana-de-açúcar foram incluídos no circuito do etanol, tornando-se grandes produtores dessa monocultura, como, por exemplo Sandovalina, que passou a receber os primeiros canaviais para abastecer a unidade II do Grupo Umoe Bioenergy – Paranapanema II.

No que diz respeito ao município de Sandovalina, o Secretário Municipal de Agricultura ressaltou, em entrevista, que os primeiros canaviais implantados pela Usina Albertina/Umoe Bioenergy substituíram áreas anteriormente destinadas ao plantio de soja. Para o entrevistado, o agronegócio canavieiro tem-se ampliado no município, porque encontra extensas áreas de terras agricultáveis ociosas. Os apontamentos realizados pelo entrevistado desvelam uma das estratégias utilizadas pelos latifundiários/grileiros do Pontal do Paranapanema. Quer dizer, a expansão da cana-de-açúcar para terras ociosas também pode ser observada como uma estratégia adotada pelos latifundiários para proteger *suas respectivas* propriedades rurais de possíveis ocupações dos movimentos sociais de luta pela terra, já que são áreas com pendência jurídica, devolutas e que deveriam ser destinadas à Reforma Agrária.

Na verdade, trata-se de uma aliança estabelecida entre capital canavieiro, latifundiários e Estado. A crescente expansão da cana-de-açúcar nas terras ociosas devolutas da região acontece para caracterizá-las enquanto produtivas e ocupadas, e blindá-las de possíveis ocupações pelos movimentos sociais.

Desde o ano de 2008, as áreas plantadas com a lavoura da cana-de-açúcar têm crescimento expressivo. Tal crescimento se justifica pelo fato de a região já contar com nove unidades agroprocessadoras implantadas. O significativo aumento da lavoura da cana-de-açúcar na região pode ser atribuído à inserção do grupo Odebretch/ETH no circuito do etanol, pela aquisição da agroindústria Alcídia, no ano de 2007. Ademais, a concretização dos projetos de mais cinco empresas canavieiras na região do Pontal do Paranapanema e as incorporações intensificaram a expansão da cultura da cana-de-açúcar nos municípios da região.

A partir de então (2008), municípios como Sandovalina e Mirante do Paranapanema, que não possuíam canaviais, aparecem com grandes áreas destinadas a tal lavoura, no intervalo de apenas dois anos. Esses dois municípios passam a contar com 16 mil hectares plantados com a cana-de-açúcar, evidenciando a voracidade com que os canaviais avançam na região, num curto espaço de tempo, processo que tem transformado a paisagem local (Figuras 6 e 7).

Figura 6 – Canaviais da ETH circundando o Assentamento Paulo Freire (Teodoro Sampaio)



Fonte: BARRETO, M. J. Trabalho de Campo (2011).

Figura 7 – Canaviais da Umoe Bioenergy às margens do Rio Paranapanema (Sandovalina)



Fonte: BARRETO, M. J. Trabalho de Campo (2011).

Examinando os dados do IEA de 2008, verificamos que 60% do total dos municípios da região já tinham área plantada com a lavoura da cana-de-açúcar entre mil e 10 mil hectares, enquanto 19% possuíam área entre 10 e 20 mil hectares, outros 9% com áreas entre 20 e 30 mil hectares e, por fim, 4% do total já ultrapassavam a marca dos 30 mil hectares. Além disso, apenas 4% dos municípios evidenciavam área inferior a mil hectares, ao passo que somente 6% não possuíam áreas com cana-de-açúcar para indústria.

No ano de 2008, o município de Teodoro Sampaio ainda aparecia na liderança, com cerca de 32 mil hectares destinados à lavoura da cana-de-açúcar. Na sequência, comparecia o município de Rancharia, com a segunda maior área plantada de lavoura de cana-de-açúcar, aproximadamente 26 mil hectares e, posteriormente, vinham Sandovalina, com 20 mil hectares, Martinópolis, Pirapozinho e Narandiba, com cerca de 19 mil hectares.

Thomaz Júnior (2009), ao analisar imagens de satélite da região, correspondentes aos anos de 2002 a 2008, evidencia a dimensão com que a cultura da cana-de-açúcar tem avançado, na região. Nesse sentido, o autor revela que as ações e investidas do capital, enquanto espacialização do fenômeno canavieiro como um todo (plantações e plantas agroprocessadoras), trazem para a discussão o processo de territorialização expresso no movimento que redefine a *geografia canavieira*, nos últimos cinco anos, apontando a intensa concentração nas áreas tradicionais e, mais que isso, demarcando as áreas da expansão recente.

Portanto, quando avaliamos os dados relativos ao ano de 2010, apresentados pelo IEA, notamos que há um crescimento ainda maior na produção de cana-de-açúcar, na região. Desse modo, comparando a evolução da produção, é possível observar que, em dez anos, a produção da cultura canavieira aumentou seis vezes na região, de cinquenta mil para cerca de trezentos mil hectares.

No ano de 2010, 56% dos municípios da região já concentravam áreas entre mil e 10 mil hectares, enquanto 16% do total somavam áreas entre 10 e 20 mil hectares, 13% mantinham áreas entre 20 e 30 mil hectares, e 6% dos municípios já abrigavam canaviais com área superior a 30 mil hectares. Em decorrência, vale ressaltar que, em 2010, apenas 3% dos municípios da região possuíam área canavieira inferior a mil hectares e somente 6% destes não tinham área com cana-de-açúcar (Alvares Machado e Alfredo Marcondes).

De acordo com o representante do EDR de Presidente Prudente, em entrevista, a ausência da cultura canavieira nos referidos municípios explica-se pela soma de dois fatores – topografia do solo (declive acentuado, que dificulta o processo de mecanização) e concentração de pequenas propriedades. As características gerais desses municípios

contrariam as dos demais municípios da região, nos quais se concentram grandes propriedades e a topografia do solo favorece a mecanização.

Desse modo, no ano de 2010, os municípios de Teodoro Sampaio e Rancharia apresentaram áreas de aproximadamente 34 mil hectares de cana-de-açúcar. Na sequência, vem o município de Narandiba, com área plantada de 30 mil hectares, e Sandovalina, com cerca de 24 mil hectares cultivados

Os municípios de Martinópolis e Pirapozinho aparecem com 22 mil hectares de área plantada com cana-de-açúcar, respectivamente, seguidos por João Ramalho, com 18 mil hectares, Marabá Paulista, com 16 mil hectares, Iepê, com 13 mil hectares, Taciba, com 12 mil hectares, e Santo Anastácio, com 10 mil hectares.

Em 2010, os dados do IEA assinalam que, entre os 32 municípios que compõem a região do Pontal do Paranapanema, 11 já contavam com área de cana-de-açúcar cultivada acima de 10 mil hectares, confirmando que a cana-de-açúcar não tem avançado somente para aqueles que abrigam as unidades canaveiras. Nesse viés, é relevante destacar que os municípios de Rancharia, Pirapozinho, João Ramalho, Iepê e Taciba embora sem unidades canavieiras, em 2010, tinham mais de 10 mil hectares de suas terras destinadas para o plantio da cana-de-açúcar.

No caso de Rancharia, o representante da Casa da Agricultura⁷³ frisou, em entrevista, que o município foi grande produtor de algodão, nas décadas de 1970/80, que posteriormente foi substituído pela lavoura da soja. Sobre a cana-de-açúcar, destacou que, a partir do ano de 2000, a lavoura passou a crescer de maneira expressiva, no município, substituindo em parte áreas que até então eram produtoras de soja, milho safrinha, amendoim e pastagens.

Em acréscimo, em sua opinião, mesmo em menor escala, a cultura da cana-de-açúcar tem avançando sobre as pequenas propriedades rurais, especificamente nos distritos de Agecê e Gardênia. Áreas com manchas de terra roxa, antes destinadas para a produção de feijão, milho, amendoim, criação de gado leiteiro, atualmente estão recobertas por canaviais. Aos poucos, os pequenos proprietários do município estão arrendando suas terras para a produção de cana-de-açúcar e trocando o campo pela cidade. Segundo o entrevistado, a tendência é os arrendamentos aumentarem, já que as usinas têm pago valores significativos por essas terras.

Para Valério (2011), mesmo havendo na região uma vasta extensão de terras potencialmente “adequadas” à expansão da cana, o capital canavieiro não exclui seu interesse pelas pequenas propriedades, pois, na maioria das vezes, grandes e médias propriedades

⁷³ Cf. entrevista com o representante da Casa da Agricultura do município de Rancharia (J. S. J.), no dia 30 de agosto de 2011.

“apropriadas” e “disponíveis” para a expansão da cana-de-açúcar se encontram localizadas de forma descontínua em relação a outras propriedades, necessitando de áreas aparentemente insignificantes face à grandiosidade do agronegócio canavieiro, porém, fundamentais à efetivação da contiguidade territorial, sem a qual fica difícil o desígnio técnico-logístico-homogeneizante do capital.

Nesse cenário, a análise dos dados, somados às informações e observações obtidas na pesquisa de campo, revela os meandros das transformações que têm ocorrido na paisagem da região – municípios que destinavam suas terras a pecuária ou outras lavouras tais como milho, soja, amendoim, feijão e outras, mas se voltaram à produção da cultura canavieira.

Quanto à produção da cana-de-açúcar, nos anos/safras de 2011/2012, representantes das Casas da Agricultura dos municípios visitados evidenciaram que os números têm indicado aumentos expressivos nas áreas de cana nova, assim como nas áreas de reformas. Para estes, o crescimento da área produzida, os investimentos em novas áreas de cana sinalizam que o setor canavieiro regional tem resistido à crise vivenciada nos anos de 2008/2009, momento em que as empresas deixaram de expandir seus canaviais.

Para o representante da Casa da Agricultura do município de Rancharia, as alterações vivenciadas pelo setor canavieiro na região foram reflexos das mudanças ocorridas em todo o Brasil, sobretudo no Estado de São Paulo, que passou a apresentar uma evolução sequencial na produção da cana-de-açúcar, fato atribuído à reestruturação do setor canavieiro, impulsionada pela produção dos carros *flex fuel*, como destacado.

Nesse viés, a pesquisa permitiu constatar que o avanço da cana-de-açúcar e a reforma e construção de novas unidades agroprocessadoras tem trazido implicações e impactos para os municípios do Pontal do Paranapanema.

Todavia, é importante acrescentar que esses impactos e problemas detectados não se restringem apenas aos municípios em que estão implantadas as unidades processadoras, estão além das fronteiras, do limite que separa um município do outro, uma vez que as empresas canavieiras demarcam seu território, por meio do raio de expansão de seus canaviais e da contratação da mão de obra. No próximo capítulo, estaremos discutindo os impactos e problemas que a expansão da cultura canavieira tem ocasionado para o Pontal do Paranapanema.

2 – AS ESTRATÉGIAS E OS IMPACTOS DO MONOCULTIVO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA

Quando propomos analisar a territorialização do agronegócio canavieiro, no Pontal do Paranapanema, considerando os municípios que abrigam em seus limites territoriais unidades canavieiras, também buscamos apreender as relações estabelecidas além dessas fronteiras.

Partindo do pressuposto de que cada agroindústria canvieira implantada opera com a estratégia do *raio de ação*, apreende-se que existem municípios que têm reunido canaviais de até três agroindústrias. Dessa maneira, questionamos: quais os impactos que a implantação/expansão do capital canvieiro tem ocasionado para os municípios da região? Esses municípios têm arcado com os prejuízos que a expansão dessa lavoura ocasiona, mesmo não fazendo uso dos *possíveis benefícios* que este afirma promover?

Desse modo, o desenvolvimento da pesquisa de campo nos municípios da região e as entrevistas realizadas junto a representantes do poder público permitiu-nos apreender que a territorialização do capital canvieiro tem gerado impactos para a região, e que estes não se restringem apenas aos municípios em que estão instaladas as agroindústrias, mas vão além, abarcam todos aqueles que estão envolvidos em seu *raio de ação*⁷⁴. Assim, os impactos/consequências têm atingido além dos municípios que abrigam a planta industrial, atingindo também aqueles que abrigam os canaviais e a mão de obra contratada.

Assim, entende-se que a inclusão da região do Pontal do Paranapanema na rota do etanol, através da implantação de novas unidades processadoras de cana-de-açúcar e expansão dos canaviais, vem apenas atender aos objetivos do capital e do Estado, os quais ambicionam o fortalecimento da matriz energética brasileira e o reconhecimento internacional, quanto à produção de energia limpa e renovável (OLIVEIRA, 2009).

Devido à necessidade de se alcançar tais objetivos, observa-se, nos últimos anos, que o território nacional tem sido palco de disputa regionalizada por terras, privilégios, benefícios e isenções entre grupos empresariais canvieiros, assim como se tem tornado cenário para novas alianças entre políticos, entidades de classe, capitalistas e latifundiários. O panorama posto é de avanço da atividade agroindustrial canvieira por todo o país, especialmente para as áreas novas, terras férteis, relevos planos e com proximidade/disponibilidade de recursos hídricos (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

Frente a esse cenário, buscaremos neste capítulo oferecer apontamentos e reflexões sobre a territorialização da monocultura da cana-de-açúcar, no Pontal do Paranapanema, e as

⁷⁴ O raio de ação é uma nomenclatura utilizada no âmbito do setor canvieiro para delimitar seus interesses de expansão

estratégias que o capital canavieiro utiliza, para implantar-se e expandir-se pela região em estudo. Ademais, analisar os impactos (positivos e negativos) que essa expansão tem trazido para os municípios da região, principalmente aqueles onde estão implantadas as agroindústrias canavieiras e seus respectivos canaviais e mão de obra, ou seja, seu raio de ação.

2.1 - O raio de ação e as estratégias do agronegócio canavieiro

A proposta em discutir os impactos que a territorialização do agronegócio canavieiro tem ocasionado, na região do Pontal do Paranapanema, a partir do *raio de ação* é resultado de inquietações da Iniciação Científica, realizada no ano 2008⁷⁵. Na ocasião, a pesquisa permitiu apreender o quão complexas são as relações estabelecidas pelo capital canavieiro, ao implantar-se em determinada região, e que estas estão além das fronteiras dos municípios que abrigam suas unidades. O *raio de ação*, fixado estrategicamente pelo capital, inclui e impacta uma série de outros municípios que estão ao seu redor, seja por meio da implantação de canaviais, seja pela contratação de mão de obra.

Nesse caso, é importante esclarecer que o *raio de ação* é um *artifício*, uma *estratégia* adotada pelo capital canavieiro para demarcar seu território de implantação das unidades canavieiras e expansão dos canaviais, de forma a implementar suas relações de poder, além de determinar quais serão os municípios impactados pela respectiva agroindústria.

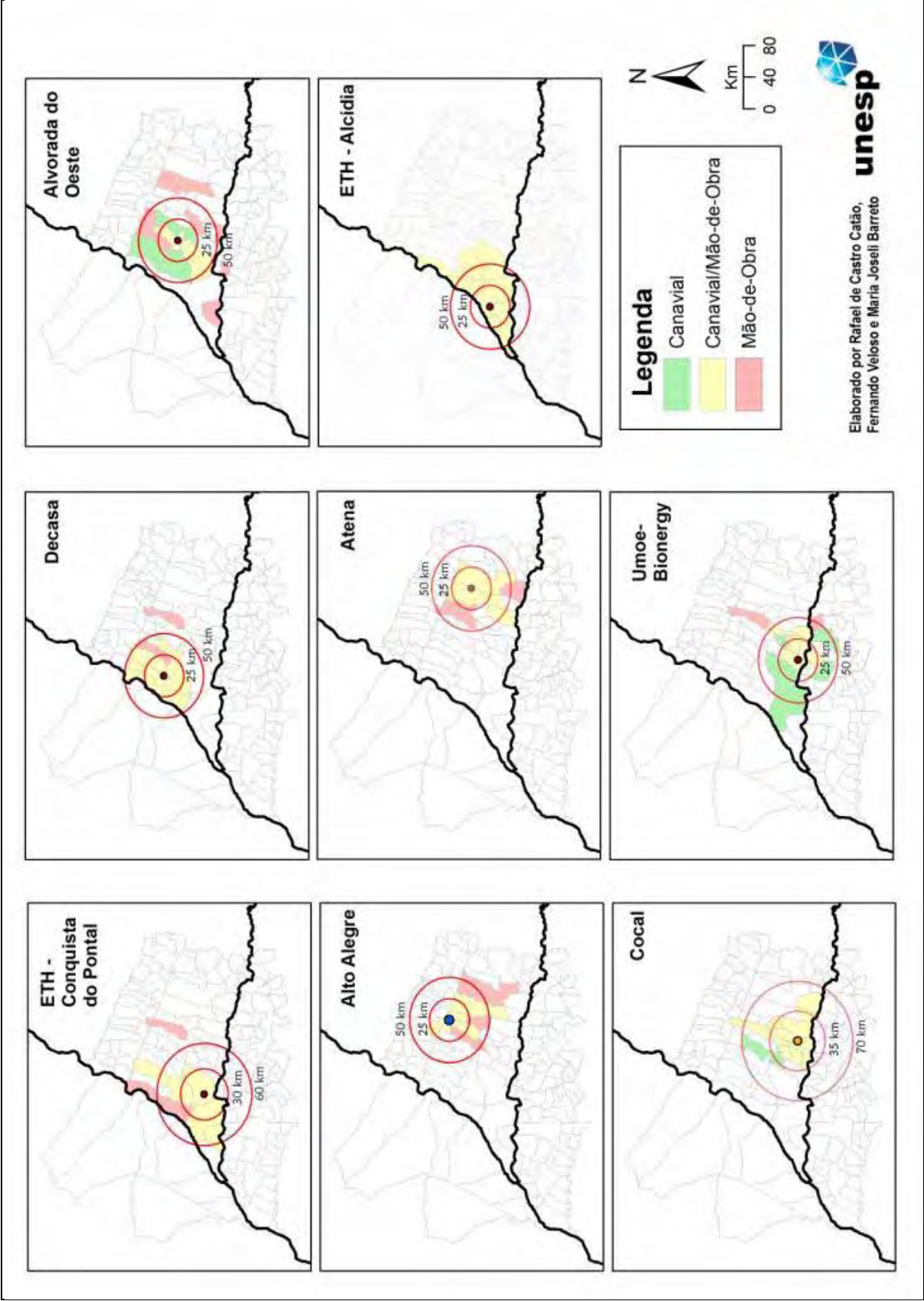
O representante da Destilaria Decasa esclareceu que essa estratégia é própria do setor canavieiro, e está balizada no tripé CCT (corte, carregamento e transporte), a qual é considerada como determinante para a lucratividade da empresa. Nesse viés, acrescentou: “[...] *como os gastos com o corte, carregamento e transporte da matéria-prima são elevados, as agroindústrias buscam de qualquer forma e a qualquer preço concentrar sua matéria-prima próxima à unidade agroprocessadora*”⁷⁶.

Diante de tais argumentos, o desenvolvimento da pesquisa de campo possibilitou-nos apreender que essa estratégia, própria do capital canavieiro, tem colaborado com surgimento de novas disputas, no âmbito do capital canavieiro. Na verdade, trata-se de disputas entre unidades canavieiras ou intracapital pelo domínio das terras agricultáveis da região (Figura 8).

⁷⁵ Naquele momento, fizemos estudo caso sobre a “Dinâmica das agroindústrias canavieiras na região”, estudando especificamente a Usina Alvorada do Oeste e a Destilaria Decasa, a partir dos municípios que as abrigam (Santo Anastácio e Marabá Paulista).

⁷⁶ Essas informações foram passadas por W.C.A., gerente industrial da Decasa, durante entrevista realizada no dia 09 de dezembro de 2011.

Figura 8 - Raio de Ação das agroindústrias canaveiras na região do Pontal do Paranapanema.



O *raio de ação/municípios de impactos* estabelecido por cada unidade canavieira implantada na região leva-nos a observar onde e quais unidades agroindustriais estão inseridas em disputas por terras, sendo a base para a ocorrência de novas estratégias que o capital utiliza para manter-se produzindo e reproduzindo-se.

Todavia, foi possível perceber que a estratégia do raio de ação/atuação é válida apenas para a abrangência econômica da empresa, e não interfere de maneira direta na procedência da mão de obra utilizada. Por isso, observamos a espacialidade da mão de obra empregada pelas empresas e a relativa distância entre a unidade contratante e a localidade dos trabalhadores, sobretudo nas agroindústrias que realizam colheita manual, fato que revela de antemão as dificuldades que esses trabalhadores enfrentam diariamente, ao viajar longas distâncias para atuar no corte manual da cana. Outra questão interessante é a inclusão da cidade de Presidente Prudente em todas as unidades canavieiras, como localização de mão de obra, já que a grande maioria dos diretores e gerentes das unidades canavieiras reside nessa cidade, por ser a cidade da região que mais concentra infraestrutura urbana.

O prenúncio das disputas pelas terras agricultáveis da região, através da sobreposição de municípios que abrigam canaviais de duas ou três unidades canavieiras, é visível na Figura 8, podendo-se perceber, ainda, o domínio do Grupo ETH nas terras do extremo oeste do Pontal do Paranapanema, e como o grupo tem avançado seu círculo de atuação para áreas de outras unidades (usina Alvorada do Oeste e destilaria Decasa)⁷⁷. Essas disputas pelas terras agricultáveis da região foram evidenciadas por outras unidades canavieiras, as quais ambicionam constantemente o domínio territorial e o poder (usina Atena e usina Alto Alegre, grupo Cocal e grupo Umoe Bioenergy).

Contudo, tais estratégias se diferenciam de região para região e, de modo geral, tendem a ser utilizadas de acordo com as particularidades de cada região e as necessidades do capital. Ou seja, as estratégias adotadas para a implantação da unidade canavieira diferem daquelas usadas para manter as unidades agroprocessadoras atuantes no mercado e para expandir seus canaviais sob seu *raio de ação/atuação*.

Por isso, notou-se que, dentre as estratégias utilizadas pelo agronegócio canavieiro, o discurso da geração de emprego e renda, do desenvolvimento regional/local, se destaca, por encontrar-se inserido em todos os processos de territorialização, que, amparados nas fragilidades empregatícias de cada região ou município e valendo-se dos interesses

⁷⁷ O interesse do grupo ETH sobre as terras/canaviais das agroindústrias Alvorada do Oeste e Decasa foi ressaltado pelo representante do grupo durante entrevista, realizada no dia 22 de março de 2011.

econômicos e políticos que regem o poder público municipal, tem implantado novas agroindústrias e expandido seus canaviais pelo território nacional.

Quanto ao processo de implantação das agroindústrias agroprocessadoras em si, a pesquisa permitiu observar que, estrategicamente, o agronegócio canavieiro, personificado na figura de seus representantes, inicialmente realiza levantamento averiguando quais municípios da região atendem aos pré-requisitos necessários para a implantação da referida unidade. Entre os quais se destacam, especialmente, a disponibilidade de terras, a acessibilidade e a logística para o escoamento da matéria-prima e produção. Além desse levantamento quanto aos pré-requisitos, o capital canavieiro ainda busca apoio/acordos junto ao poder público municipal (prefeituras), quanto à isenção de impostos, contribuição com serviços de terraplenagem, adequação de estradas, construção de pontes etc.⁷⁸.

Nesse sentido, o representante de uma unidade canavieira instalada na região completou que a implantação de uma unidade processadora de cana-de-açúcar, em qualquer região do Brasil, está fundamentada em critérios que lhe favorecerão tanto na instalação quanto na reprodução do capital⁷⁹. Para este, entre tais pré-requisitos estão:

- ✓ Disponibilidade de terras (grandes propriedades);
- ✓ Distância média de outras agroindústrias (que viabilize a expansão);
- ✓ Disponibilidade de água;
- ✓ Localização geográfica;
- ✓ Proximidade com eixos rodoviários;
- ✓ Apoio local (prefeituras);
- ✓ Infraestrutura básica (estradas e construção de pontes) para facilitar o escoamento da matéria-prima;
- ✓ Mão de obra especializada disponível para contratação e realização de cursos profissionalizantes.

No entanto, acrescentou que todos os pré-requisitos são importantes, mas o que determina a implantação desta ou daquela agroindústria, neste ou naquele município, é a

⁷⁸ De acordo com representante do poder público de Caiuá, as facilidades, apoio oferecidos/facilitados ao capital canavieiro, na maioria das vezes, definem a implantação de unidade canavieira/indústria, porque o empresário sempre espera benefícios do município e, se o prefeito não facilita, desloca-se para o município vizinho. O raio de ação das terras será o mesmo, já que o município não tem poder sobre a propriedade de ninguém.

⁷⁹ Durante a entrevista, um dos gerentes de agroindústria da região solicitou que não fosse divulgado seu nome e o nome da empresa em que trabalha, devido a possíveis retaliações.

disponibilidade de terras para implantação e expansão de canaviais⁸⁰, pois os demais fatores são passíveis de construção.

No caso do Pontal do Paranapanema não é diferente, por meio desses argumentos, estratégias e ideologias, o setor canavieiro tem expandido seus canaviais e consequentemente implantado novas agroindústrias por toda a região.

Assim, quando questionado sobre a expansão do setor canavieiro para a região em estudo, um dos representantes de empresa entrevistado ressaltou que a disponibilidade de terras e a baixa concentração de unidades (se comparada com outras regiões do Estado de São Paulo), somadas à acessibilidade (eixos rodoviários), tornam a região atrativa e favorável para o cultivo dessa monocultura, o que tem atraído muitos investidores de todo o Brasil. Ou seja, o Pontal do Paranapanema é o novo alvo para a expansão do agronegócio canavieiro.

Além disso, a aquisição/fusão de unidades falidas tem sido igualmente muito utilizada como estratégia, pelo capital canavieiro, especialmente para se inserir no mercado do etanol/açúcar. Ao adquirir uma unidade já construída, o grupo/empresa evita burocracias iniciais para implantação, como, por exemplo, a aquisição de licença ambiental.

De modo geral, representantes do capital canavieiro regional enfatizaram que adquirir/comprar os passivos de uma unidade falida é uma prática comum, a qual se tem revelado uma boa estratégia, porque a aquisição da licença ambiental dificulta e atrasa o processo de implantação da agroindústria, além de viabilizar o aspecto político. Contudo, foi acrescentado que o sucateamento dessas unidades, somado à tecnologia ultrapassada, dificulta e inflaciona o processo de reforma. Dessa maneira, na maioria dos casos, tem sido mais vantajoso construir uma nova planta.

Ao lado das estratégias utilizadas para implantar as agroindústrias, foi possível apreender que o capital canavieiro se pauta em procedimentos para manter-se atuante no mercado e expandir seus canaviais. Dentre estes, percebeu-se que, estrategicamente, o capital canavieiro regional tem cooperado para que unidades agroprocessadoras que porventura estejam implantadas em seu *raio de ação* sejam anuladas ou suprimidas do território.

Nesse caso, é relevante frisar que a estratégia *do raio de ação/município de impactos* é previamente estabelecida antes da construção da unidade canvieira. Algumas empresas/agroindústrias recém-construídas na região desconsideraram unidades construídas anteriormente.

⁸⁰ Informações obtidas junto a representantes das agroindústrias canvieiras instaladas e atuantes na região do Pontal do Paranapanema, durante a pesquisa de campo efetuada no ano de 2011.

O mapeamento dos municípios da região que abrigam as unidades canavieiras, necessariamente acompanhadas pelos *municípios de impactos* e o *raio de ação* de cada unidade, permite apreender antecipadamente sinais das disputas em torno do domínio das terras agricultáveis da região, as quais já foram em partes observadas durante o desenvolvimento da pesquisa.

Nesse sentido, foi possível observar que o aumento nos valores dos arrendamentos, densamente citado em entrevistas com representantes de unidades canavieiras da região, pode ser visto como estratégia/artifícios para que unidades canavieiras, que acumulam problemas financeiros, percam seus arrendamentos, os quais são consequentemente incorporados por unidades com maior poder de barganha. Como exemplo, pode-se citar o grupo ETH, que tem aglutinado todos os canaviais das agroindústrias que se encontram temporariamente desativadas – a usina Alvorada do Oeste/Santo Anastácio e a usina Dracena/Dracena, na safra 2012/2013.

Dessa forma, os projetos de expansão/crescimento das agroindústrias do Pontal do Paranapanema estão cada vez mais direcionados para a monopolização das terras, a qual, por conseguinte, assegura a produção de matéria-prima e a reprodução do capital.

A esse propósito, Thomaz Júnior (2009) ressalta:

A questão da terra, em nosso país, é, em essência, um elemento estrutural, sendo, por conseguinte, um dos epicentros da estrutura de poder. Por dentro desse processo é que podemos identificar a dinâmica geográfica da luta de classes, os conteúdos estratégicos que se estabelecem para o campo ou como se imbricam instâncias de poder, produção, distribuição, circulação e consumo, e toda a estrutura produtiva agrária, no Brasil. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 304).

Nesse cenário, ainda se inclui a histórica pendência jurídica que envolve as terras agricultáveis do Pontal do Paranapanema. Áreas que deveriam ser direcionadas à Reforma Agrária, vem sendo gradativamente dominadas por vastos canaviais, sob o aval do Estado, o qual atua como avalista de latifundiários/grileiros e do capital canavieiro. Ou seja, a expansão da monocultura da cana-de-açúcar é mais um artifício que vem para contribuir com a legitimidade do grilo das terras do Pontal do Paranapanema e, na visão de representantes do poder público municipal, desmistificar os estereótipos que o Brasil e o Estado de São Paulo têm da região, uma área marcada por conflitos agrários.

Cabe acrescentar que tais disputas e interesses têm resultado em um Pontal do Paranapanema politicamente dividido; de um lado – a burguesia agroindustrial canavieira

unida aos latifundiários/grileiros “proprietários” das terras; do outro – os trabalhadores, numa complexa trama de relações, não somente os camponeses que originariamente compuseram os movimentos sociais atuantes no Pontal do Paranapanema, mas também o número crescente de trabalhadores (ex-assalariados), expulsos dos campos e das cidades (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

O mesmo autor sublinha que,

[...] a legitimação das terras devolutas e improdutivas do Pontal do Paranapanema, por meio da expansão da agroindústria canavieira, via contratos de arrendamento junto aos latifundiários/grileiros, operações de compra e venda, [...] fragiliza os movimentos sociais que reivindicam e lutam pela reforma agrária e política de assentamentos, pois passam a ser controlados pelo capital e a gravitarem na sua órbita de controle e determinação [...] (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 59)

Tendo em vista as disputas e a expansão do capital canavieiro sobre as terras agricultáveis da região, ainda se somam os financiamentos bilionários com recursos disponibilizados pelo Estado, via BNDES, para a construção de novas unidades e renovação de canaviais.

Frente a esse emaranhado de estratégias e disputas instauradas pelas relações entre latifundiários/grileiros e capital canavieiro, buscamos realizar entrevistas junto a representantes do poder público municipal, representantes da Casa da Agricultura, representantes da Secretaria de Desenvolvimento, Secretaria da Saúde, Vigilância Sanitária e a Assistência Social de cada município visitado, além da classe trabalhadora e população em geral.

No que diz respeito aos *impactos* apontados pelos representantes dos municípios visitados, há algumas particularidades⁸¹. Nos municípios que abrigam as unidades canavieiras, foram elencados tanto pontos positivos como negativos, enquanto, nos municípios que abrigam somente os canaviais, foram indicados apenas os prejuízos, comprovando-se o descontentamento destes quanto ao avanço da monocultura da cana-de-açúcar sobre as terras do município.

De fato, esses impactos podem variar de município para município, pois estão relacionados com as necessidades/particularidades de cada município/cidade. Um município

⁸¹ Através da pesquisa de campo, buscamos realizar visitas e entrevistas tanto nos municípios que abrigam as unidades canavieiras, como naqueles os quais possuem somente canaviais. Nesses municípios, optamos por entrevistar representantes do poder público/prefeitos, representantes da Casa da Agricultura, Secretaria de Desenvolvimento e Secretaria da Saúde.

com mais infraestrutura, mais possibilidade de emprego para população local sentirá menos os impactos do que um município sem infraestrutura adequada e carente em postos de trabalho para população local. Isto é, os pequenos municípios estão mais vulneráveis e desarticulados, em face do capital canavieiro, enquanto

[...] as cidades maiores já se “adequaram” à presença de indústrias e atividades degradantes ao meio ambiente e a sociedade, as pequenas cidades ainda se constituem reféns de algumas poucas indústrias e possuem um padrão de desenvolvimento insustentável que compromete os direitos humanos e ambientais, deixando para a população um legado de falta de perspectivas e comprometendo o que poderia ser o diferencial destas cidades no médio prazo: a qualidade de vida. (ÁVILA; ÁVILA, 2007, p. 2).

No Pontal do Paranapanema não é diferente: os municípios/cidades menores se apresentam mais ligados às unidades canavieiras implantadas em seus limites territoriais. Isso não ocorre naqueles com mais infraestrutura, mais possibilidades de empregos para a população local.

A título de exemplo, tem-se Presidente Prudente, o maior município da região em estudo⁸². Embora o representante entrevistado tenha ressaltado que a unidade canavieira é importante para a economia do município, porque gera emprego, não há dependência, como foi observado nos municípios menores, os quais se mostram como “reféns” das agroindústrias.

Nesse sentido, a posição do representante do poder público de Narandiba confirma essa ideia, quando, em entrevista, assegurou que a unidade canavieira é necessária para a economia do município, por ser precursora do crescimento econômico⁸³. Acrescentou que a lavoura da cana-de-açúcar e a instalação das unidades agroprocessadoras de cana-de-açúcar têm uma contribuição significativa para a região, principalmente na arrecadação de impostos e na promoção de empregos para a classe trabalhadora local.

Para este, a expansão da cana-de-açúcar trouxe apenas benefícios, porque os problemas que surgiram junto com a empresa, como o aumento nos gastos com saúde e no valor dos aluguéis “[...] são problemas sociais inerentes ao desenvolvimento econômico”. As declarações do senhor E. M. (prefeito de Narandiba) nos levam a compreender que alguns municípios da região têm-se posicionado como subordinados à agroindústria/ao capital

⁸² Em nossa pesquisa, foi possível comprovar as diferenciações nesse impacto, ao compararmos Presidente Prudente, com população acima de 200 mil, com os demais municípios da região, os quais também possuem unidades canavieiras, todos com população inferior a 25 mil.

⁸³ Entrevista realizada junto a representante do poder público de Narandiba, no dia 22 de junho de 2011.

canavieiro. Suas observações revelam que, se a *Usina Cocal II* fechar ou deixar o município, como fez a Paranapanema I, a economia, a política do município *sucumbe/naufraga*.

A representatividade do setor canavieiro na região também foi enfatizada pelo prefeito de Teodoro Sampaio, que, em entrevista, destacou a importância da geração de empregos. Contudo, acrescentou, embora o setor ofereça muitos empregos, a região não estava preparada para atender às necessidades dessas empresas, mão de obra qualificada (tratoristas, operador de colhedoras, mecânicos especializados e técnicos em açúcar/ álcool). Nesse viés, evidenciou: “[...] *tínhamos/temos os cortadores de cana, mas tanto Teodoro Sampaio como todos os municípios da região estão investindo na qualificação de seus trabalhadores para que estes possam ser inseridos nesse novo mercado de trabalho*” (informação verbal)⁸⁴.

As observações dos prefeitos desses municípios visitados confirmam o discurso utilizado pelo capital, de que a expansão dessa lavoura traz desenvolvimento para a região. Nesse sentido, Souza (2008) ressalta que a agroindústria canavieira não só se constituiu na ideia de um padrão de desenvolvimento agrícola, mas num modelo de desenvolvimento econômico *milagroso*, transformador da realidade econômica e social do lugar (Pontal do Paranapanema).

A análise a respeito dos impactos ocasionados pela expansão do setor canavieiro parte do pressuposto de que as consequências trazidas pela expansão do capital canavieiro não se restringe apenas aos municípios que abrigam as unidades canavieiras, mas também àqueles que têm suas terras agricultáveis tomadas pelos canaviais ou são fornecedores de mão de obra em geral, como veremos na sequência.

2.2 – Os impactos que a territorialização do agronegócio canavieiro ocasiona no Pontal do Paranapanema

É importante salientar que, ao enfatizarmos os municípios de impactos, não estaremos restringindo nossa análise apenas a aqueles que abrigam as unidades canavieiras, pois, quando verticalizamos nossas atenções às agroindústrias implantadas na região e seu entorno, observamos que a região concentra tanto municípios que abrigam canaviais, quanto aqueles que se inserem nas tramas do capital, ao fornecer somente mão de obra às unidades canavieiras.

Em seu discurso, o empresariado do setor sinaliza que a implantação das unidades canavieiras proporciona mais empregos para os trabalhadores e trabalhadoras, além de elevar

⁸⁴ Entrevista realizada no dia 22 de setembro de 2011.

a arrecadação de impostos dos municípios e dinamizar a economia local. Todavia, contrapondo essa ideia, a pesquisa de campo possibilitou notar que a chegada das unidades canavieiras para o Pontal do Paranapanema também tem trazido uma série de problemas para cidades/municípios da região e para a população em geral. Entre os quais, podem ser mencionados os impactos na saúde pública dos municípios, elevação de prostituição entre adolescentes, efeitos no meio ambiente e no setor imobiliário (aumento dos aluguéis), entre outros.

2.2.1 – Aumento na arrecadação de impostos

Embora o aumento da arrecadação de impostos tenha sido apontado pelos representantes do poder público dos municípios como um dos pontos positivos proporcionados pela expansão da cultura canavieira, verifica-se que existem divergências.

Os representantes do poder público de Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Narandiba e Teodoro Sampaio asseveram que as unidades canavieiras têm incentivado a arrecadação dos impostos e, com isso, contribuído para execução de melhorias, enquanto os representantes de Santo Anastácio, Caiuá e Regente Feijó afirmam que, de modo geral, os impostos gerados pelas unidades canavieiras não cobrem os gastos/prejuízos que estas ocasionam.

Em face das contradições colocadas a partir das arrecadações de impostos, buscamos analisar a DIPAM (Declaração do Índice de Participação dos Municípios), nos municípios que abrigam as plantas processadoras de cana-de-açúcar⁸⁵, a fim de averiguar se, de fato, a implantação de unidades canavieiras provoca aumento nos índices de arrecadação de impostos nos municípios que possuem as unidades agroindustriais canavieiras.

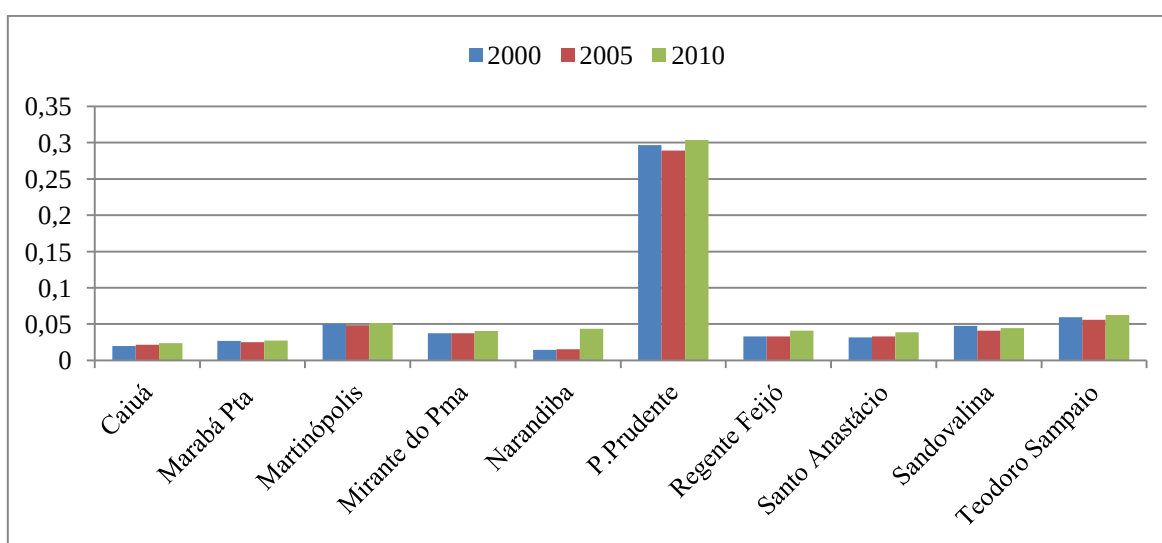
Para demonstrar o comportamento da DIPAM dos municípios em que as agroindústrias canavieiras estão instaladas, utilizamos os índices correspondentes aos anos de 2000, 2005 e

⁸⁵ Nosso interesse em analisar a DIPAM, partiu da sugestão de J. P. S., responsável pela tributação do município de Presidente Prudente, que, durante entrevista, nos explicou a metodologia com que se constrói o índice. De acordo com o entrevistado, a DIPAM – Declaração para o Índice de Participação dos Municípios – é a declaração que os contribuintes realizam, informando à Fazenda Estadual os valores das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços de transporte ou de comunicação. Com efeito, os índices de participação dos municípios no produto de arrecadação é um fator adotado no repasse do ICMS vindo do Estado, assim, quanto maior o índice de participação, maior o montante repassado pelo Estado ao município.

2010, porque, nesse período, os municípios Mirante do Paranapanema, Sandovalina, Martinópolis e Marabá Paulista⁸⁶ ainda não abrigavam unidades canavieiras.

Como nossa análise teve por objetivo averiguar os Índices de Participação dos Municípios que abrigam as unidades canavieiras, percebe-se que o município de Presidente Prudente se destaca no gráfico, por tratar-se de uma cidade de porte médio, a qual apresenta outros tipos de atividades (indústria, comércio e serviços), além da usina Alto Alegre⁸⁷ (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Participação dos Municípios que abrigam agroindústrias canavieiras (%)



Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado São Paulo (2011).

Organização: Maria Joseli Barreto.

Por meio desses dados, foi possível apreender que apenas o município de Narandiba comparece com crescimento no percentual de arrecadação. Para seu prefeito, a instalação da unidade Cocal II, no ano de 2008, com produção de açúcar e cogeração de energia elétrica, contribuiu para o aumento na arrecadação de impostos.

No entanto, ao examinar os dados correspondentes a Sandovalina, observa-se que o município apresenta números divergentes. Ou seja, entre os três anos analisados (2000, 2005 e 2010), o município demonstra maior arrecadação no ano de 2000, contrariando a ideia de que a implantação da unidade canavieira por si só melhora o desempenho de tributação, já que esta foi implantada depois do ano de 2005. Quanto aos demais municípios, percebe-se que

⁸⁶ Incluímos os municípios de Caiuá e Marabá Paulista, devido à disputa judicial que ambos enfrentaram, objetivando receber os impostos da unidade Decasa, que até 2009 pagava seus tributos a Caiuá; como Marabá Paulista venceu a disputa, desde 2009, vem recebendo tais tributos.

⁸⁷ O representante da prefeitura de Presidente Prudente frisou que os impostos pagos pela empresa são importantes, mas que não se deve de maneira nenhuma associar a arrecadação do município exclusivamente a essa empresa. Existem outras, com mais representatividade.

todos expressam aumentos ínfimos, que não se devem, exclusivamente, à instalação das unidades canavieiras, como foi destacado por representantes públicos municipais.

A respeito dessa questão, é importante acrescentar que, embora os prefeitos defendam a existência de aumento na arrecadação de impostos, o setor de tributação aponta ressalvas, porque, quando se convertem os tributos em valores reais e se compara com os gastos que o município tem com manutenção de estradas, por exemplo, percebe-se que parte ou todo esse recurso já foi empregado em manutenção dos desgastes que empresas canavieiras acarretam para município, de maneira que o bônus é usado para garantir os prejuízos.

Assim sendo, partindo das declarações dos prefeitos, representantes da tributação e com base nos dados pesquisados, é oportuno indicar ressalvas quanto ao aumento na arrecadação de impostos, produzidos a partir da implantação de novas unidades canavieiras na região.

2.2.2 – O efetivo de emprego formal na região do Pontal do Paranapanema

No que diz respeito à questão dos empregos, os representantes municipais se posicionam claramente, no sentido de afiançar a expansão do monocultivo da cana-de-açúcar, em detrimento da implementação de mais assentamentos rurais, baseados no discurso da geração de emprego utilizado pelo capital canavieiro e de que a região precisa melhorar a imagem conquistada frente aos conflitos agrários.

Entre os municípios pesquisados, os representantes do poder público apontaram a deficiência de postos de trabalho (empregos), as disparidades sociais, os confrontos que cercam a posse da terra, como questões que rotulam a região do Pontal do Paranapanema como violenta e em constante conflito. Ou seja, para estes, a expansão da cana-de-açúcar para a região cumpre duas funções importantes: gera empregos e renda para a população local e ainda colabora para melhorar a imagem que o país tem sobre o Pontal do Paranapanema, uma região conflituosa.

Para o representante do município de Mirante do Paranapanema, a expansão do agronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema e a implantação de novas agroindústrias (grandes empresas) vêm para desmistificar a ideia que o Brasil faz da região – uma área de terras devolutas e conflitos agrários. Em sua opinião, as novas unidades agroindustriais canavieiras representam não apenas a geração de empregos e renda, mas também desenvolvimento para o Pontal do Paranapanema.

Nessa perspectiva, assistimos à expansão da cana-de-açúcar na região, sob o aval e financiamento do governo federal e do poder público municipal.

[...] a expansão da cana-de-açúcar se dá sobre áreas de pastagens degradadas e que constituem, no Pontal do Paranapanema, na maioria dos casos, terras griladas, inicialmente pela via dos contratos de arrendamento, exatamente pela insegurança do investimento em terras com pendências jurídicas, mas também de forma crescente para as áreas de lavoura, da agricultura familiar, consumando o fato de que a maior parte das terras férteis e planas já está sob controle do capital. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 263).

O cenário evidencia o fortalecimento das alianças estabelecidas entre Estado, poder público municipal, latifundiários e capital canavieiro, que possibilita não só a expansão de canaviais, mas a instalação de quantas novas agroindústrias for preciso, sempre embasados no discurso da geração de empregos. Além disso, é relevante destacar que o discurso da geração de emprego, via expansão do capital canavieiro, está em todas as partes e não se restringe apenas ao setor, o Estado, seu principal fiador, também tem agregado o *marketing* do emprego a cada recurso liberado⁸⁸.

No entanto, mesmo existindo um “clima” de euforia diante desse discurso de geração de empregos proporcionados pelo setor canavieiro, existem ressalvas. Talvez a mais enfática seja exemplificada pelas observações do representante do município de Regente Feijó⁸⁹, que entende a expansão da cana-de-açúcar na região com reservas.

Para o entrevistado, fala-se muito de empregos, mas as vagas de empregos gerados pelas usinas são relativamente poucas, principalmente para a população dos municípios em que serão implantadas as unidades. As novas empresas canavieiras exigem qualificação profissional que o trabalhador local não tem – sendo assim, para os trabalhadores do Pontal do Paranapanema, restarão os empregos que não exigem qualificação, isto é, aqueles com menor valor e, presumivelmente, os mais precários, tais como o trabalho no corte da cana-de-açúcar, bituqueiros, plantio, carpa química, tratos culturais, entre outros – trata-se de funções em que trabalhadores e trabalhadoras são submetidos a situações precárias de trabalho, com jornadas extenuantes e meio ambiente degradante⁹⁰.

O entrevistado ainda completou que o “[...] trabalho no corte da cana-de-açúcar sempre será a última escolha de qualquer trabalhador, pois além de desqualificá-lo, o

⁸⁸ Para mais detalhes, ver: Financiamento do BNDES abre 1,7 mil empregos em São Paulo. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2004/20041215_not948.html>. Acesso em: 16 jan. 2012.

⁸⁹ Entrevista realizada no dia 23 de maio de 2011, junto a A. F., representante do poder público do município de Regente Feijó.

⁹⁰ Nesse viés, é importante ressaltar que o trabalhador ou trabalhadora que atua na função da carpa química e tratos culturais passa a maior parte de sua jornada de trabalho no meio do canavial, com um pulverizador de agrotóxicos manual, à procura de possíveis pragas que possam comprometer a produção. Assim, devemos levar em consideração o que é caminhar rua a rua um canavial em que a altura da cana supera a do trabalhador. Quer dizer, além de suportar o calor, o incômodo ocasionado pela palha da cana, estes trabalhadores estão sujeitos a ataques de cobra, escorpiões, abelhas, entre outros.

*empobrecerá ainda mais, pois acaba com sua saúde”*⁹¹. Ou seja, o emprego trazido pela cana-de-açúcar não garante estabilidade e qualidade de vida ao trabalhador, logo, também não contribui para o desenvolvimento social do município em que está implantada. *A cana-de-açúcar é um engodo.*

O representante da prefeitura do município de Santo Anastácio⁹² complementa essa análise, ressaltando que os empregos oferecidos pelas agroindústrias canavieiras são mínimos – eles buscam trabalhadores qualificados de outras áreas para atuar nas unidades agroprocessadoras, que, de certo modo, preenchem as vagas que seriam destinadas aos trabalhadores da região. Além disso, a forma como a expansão da agroindústria canavieira vem ocorrendo é preocupante e gera desconfiança. Caso ocorra uma crise mais intensa no mercado, que inviabilize a produção de cana-de-açúcar e essas usinas encerrem sua produção ou decretem falência, *o município será submergido pela crise*⁹³.

Os depoimentos dos representantes públicos dos municípios de Santo Anastácio e Regente Feijó evidenciam os impactos sociais e econômicos que o capital canavieiro tem proporcionado e que, diante dos projetos de expansão, a tendência é de se intensificar. Ressaltando que tais impactos/prejuízos não atingem apenas aqueles municípios/cidades nos quais as unidades agroprocessadoras estão instaladas, mas também impactam aqueles que fornecem a matéria-prima (canaviais) e a mão de obra. Isto é, os problemas trazidos por uma agroindústria canavieira extrapolam a escala local e abrangem a escala regional.

Na realidade, temos um jogo de interesses patrocinados pelo governo federal (via BNDES) e com a garantia de todo o corpo ministerial, representantes do capital agroindustrial canavieiro e setores direta e indiretamente vinculados ao setor energético, bancos internacionais e grupos interessados na produção e comércio de agrocombustíveis (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

Em meio a tantos discursos de geração de emprego e renda, disputas e alianças, encontram-se os trabalhadores e a população, que amargam os impactos e enfrentam os problemas que a expansão do setor canavieiro propicia.

Oliveira (2009) menciona à relevância em atentarmos para o discurso do Estado e do capital, de que o agronegócio canavieiro impulsiona desenvolvimento local/regional, porque

⁹¹ Conforme A. F., representante do poder público do município de Regente Feijó.

⁹² Entrevista realizada no dia 13 de maio de 2011, com A.L.G.

⁹³ Vale acrescentar que os representantes dos municípios de Santo Anastácio e Regente Feijó vivenciaram situações difíceis, nos anos/safras de 2010/2011 e 2011/12, com as unidades canavieiras ali instaladas. Tanto em Santo Anastácio quanto em Regente Feijó, houve momentos de greve dos trabalhadores das respectivas unidades por falta de pagamento dos funcionários. Salientou que a ausência do pagamento implica uma série de consequências para os trabalhadores, que, por falta de opção e pela necessidade, recorrem à assistência social dos municípios.

gera emprego e renda aos municípios. A autora enfatiza que não discorda de que o setor canavieiro ofereça empregos (diretos e indiretos), porém, existe a necessidade de esclarecer que a “[...] maior parte dos empregos gerados é temporária, e traz problemas que podem se estender por muito tempo nos locais onde às novas unidades processadoras estão sendo implantadas”. E completa:

A construção das novas unidades envolve dezenas de outras empresas contratadas para executar a obra, que empregam mão de obra desde a mais qualificada (engenheiros, técnicos, supervisores etc.) a operária. As empresas agroindustriais canavieiras, por sua vez, contratam diretores, gerentes, trabalhadores rurais etc., que se somam aos demais. Então, entre um e dois anos, que é o tempo que geralmente pode durar a obra, as pequenas cidades, sedes dos municípios onde estas empresas estão sendo implantadas, sofrem um grande impacto, pois não estão aparelhadas para atender à demanda criada por centenas ou milhares de moradores temporários. (OLIVEIRA, 2009, p. 339).

Frente às colocações de Oliveira (2009), apontamos os pontos negativos, ressaltados durante a pesquisa de campo. Entre os prejuízos citados, destacam-se, sobretudo aumento nos gastos no setor da saúde, assistência social (pagamento de aluguéis, cestas básicas, contas de energia elétrica e contas de água para trabalhadores canavieiros, no período da entressafra), impactos no setor imobiliário, desgastes nas estradas municipais (rurais e vicinais).

Na verdade, o aumento nos gastos do setor da saúde está associado à questão da chegada de novos moradores (migrantes), que, através do crescimento na procura dos referidos serviços, desencadeia o aumento nos gastos públicos. O trabalhador canavieiro, especialmente o que atua no corte da cana, procura mais a assistência médica, já que o trabalho degradante prejudica sua saúde.

Para a Secretária da Saúde de Sandovalina⁹⁴, embora a unidade canavieira produza emprego à população local, o referido município e outros da região não estão preparados para receber a alta demanda de população flutuante que a implantação das usinas acarreta. Nesse viés, acrescentou que Sandovalina tem vivenciado impactos nos setores da saúde, educação e habitação. A entrevistada ainda ressaltou que o município tem gastos significativos com medicamentos, pois, mesmo a população trabalhando, o ganho é mínimo ou pelo menos não cobre todas as necessidades da família. Assim, frente aos problemas de saúde, os trabalhadores recorrem ao município, à farmácia popular.

Ao se pronunciar sobre os impactos que a expansão da cultura canavieira traz para os municípios da região, a representante da Secretaria da Saúde de Martinópolis sustentou que o

⁹⁴ Entrevista realizada com a Secretária da Saúde do município de Sandovalina, L. C. A.

acúmulo de mão de obra flutuante é refletido diretamente no setor da saúde. Para a entrevistada, esses trabalhadores encontram muitas dificuldades financeiras em suas cidades de origem e, quando chegam aos municípios, buscam usufruir dos recursos, tais como médicos especializados e dentistas, por exemplo. Afirmou igualmente que os municípios não estão preparados para a expansão da cana-de-açúcar e os problemas que os acompanham: “[...] aumentou a população, mas não o repasse do Estado para que esses municípios possam enfrentar tais situações (Informação Verbal)”.

Quanto ao impacto no setor imobiliário, moradores mencionaram, em seus depoimentos, que a expansão da cana-de-açúcar tem atraído trabalhadores de outras regiões para os municípios/cidades, flutuação que tem inflacionado o valor dos aluguéis.

De acordo com o Secretário de Planejamento de Teodoro Sampaio⁹⁵, o aumento do valor cobrado no setor imobiliário do município tem-se tornado um grave problema, enfrentado principalmente pela população mais carente, que, mesmo residindo em cidades pequenas, não conta com recursos para comprar uma casa própria.

Representantes das Secretarias de Planejamento de Martinópolis e Sandovalina relataram que moradores têm saído de suas casas para morar com os pais e parentes próximos, a fim de alugá-las a trabalhadores migrantes, por valores exorbitantes⁹⁶.

Nesse sentido, a pesquisa de campo nos municípios possibilitou observar que os altos preços cobrados nos aluguéis se tornaram um problema comum nos municípios que recebem mão de obra flutuante para atuarem em usinas da região, sobretudo entre os moradores mais desfavorecidos, os quais não têm recursos para adquirir a casa própria. Estes são os mais prejudicados, que, além de trabalhar para buscar a sobrevivência diária, precisam suprir os abusos dos aluguéis. Em contrapartida, comparece a exploração por parte dos proprietários das casas a serem alugadas, que veem a chegada dos trabalhadores migrantes à cidade como uma possibilidade real de lucro.

Ainda a respeito dos impactos que a expansão do setor canavieiro vem trazendo para a região, foi igualmente relatado por representantes da Secretaria da Saúde, Assistência social e população em geral, o aumento significativo da prostituição entre as adolescentes. Autoridades locais atribuem esse fato ao crescente número de trabalhadores migrantes que chegam aos municípios, tanto para trabalharem na construção das agroindústrias, como para atuarem no corte da cana-de-açúcar (Quadro 3).

⁹⁵ Entrevista realizada dia 13 de outubro de 2011, com a Secretária de Planejamento do município de Teodoro Sampaio, R. N. T. V.

⁹⁶ Como exemplo, uma moradora de Martinópolis alugou sua casa para os trabalhadores canavieiros por mil reais e, em seguida, alugou uma casa para ela própria morar, em um condomínio da cidade.

Quadro 3 - Relação de impactos advindos da expansão do setor canavieiro no Pontal do Paranapanema

Municípios	Impactos Positivos	Impactos negativos
Marabá Paulista	Aumento da arrecadação de impostos e geração de empregos.	Setor da saúde, imobiliários (aumento nos aluguéis).
Martinópolis	Dinamização do comércio local e aumento da arrecadação de impostos.	Setor da saúde; impacto no setor imobiliário (aumento dos aluguéis); (migrantes - prostituição); danificação das estradas (asfaltos e rurais), queima da palha da cana-de-açúcar;; monocultura.
Mirante do Paranapanema	Dinamização do comércio; geração de empregos e aumento da arrecadação de impostos.	Setor da saúde; assistência social, estradas (rurais e asfalto) e impacto no setor imobiliário (aumento dos aluguéis).
Narandiba	Aumentao da arrecadação de impostos e geração de empregos e renda.	Não apontou aspectos negativos.
Presidente Prudente	Aumento da arrecadação de impostos, instalação de lojas especializadas, instalação de oficinas especializadas.	Monocultura; danificação das estradas (rurais e asfalto) e queima da palha da cana-de-açúcar.
Sandovalina	Geração de empregos e dinamização do comércio.	Setor da saúde; impacto no setor imobiliário (aumento dos aluguéis); (migrantes - prostituição); utilização indiscriminada de agrotóxicos via pulverização aérea; monocultura.
Santo Anastácio	Dinamização do comércio.	Setor da saúde; assistência social; impacto no setor imobiliário (aumento dos aluguéis); migrantes (prostituição), danificação das estradas (asfaltos e rurais), prejuízo às ruas da cidade e à fiação elétrica urbana; queima da palha da cana-de-açúcar; monocultura.
Teodoro Sampaio	Dinamização do comércio; geração de empregos e aumento da arrecadação de impostos.	Setor da saúde; impacto no setor imobiliário (aumento dos aluguéis); (migrante – prostituição), danificação das estradas (rurais e asfaltos), queima da palha da cana-de-açúcar; monocultura.
Regente Feijó	Não apontou pontos positivos.	Setor da saúde; assistência social; impacto no setor imobiliário (aumento dos aluguéis); expulsão dos produtores familiares do campo; (migrantes - prostituição); estragos às estradas (asfaltos e rurais), queima da palha da cana-de-açúcar; monocultura.

Fonte: Trabalho de campo 2011.

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

Consideradas as observações dos representantes dos municípios pesquisados (poder público, Casa da Agricultura, Secretaria de Planejamento, Secretaria da Saúde e Vigilância Sanitária), percebemos que grande parte dos impactos sociais assinalados nas entrevistas – que a expansão do capital canavieiro pode trazer – são atribuídos à mão de obra flutuante, à figura do migrante.

Tais apontamentos demonstram a imagem negativa que os representantes dos municípios e a população em geral têm do trabalhador migrante. Muitos pontos negativos mencionados pelos representantes do poder público e de outras esferas do governo municipal estão relacionados justamente com a presença desses trabalhadores, tanto aqueles que atuam na construção das agroindústrias, quanto os que trabalham na produção canavieira. Entre esses problemas, foram ressaltados: *crescimento dos índices de prostituição, de alcoolismo, violência contra a mulher, lotação nos postos de saúde*. Além disso, salientaram que estes trabalhadores *tiram o lugar/posto de trabalho que deveria ser preenchido por um trabalhador local/regional*. Ou seja, sobre estes, por serem de outras localidades, regiões, Estados, recaem as causas de todos os problemas, a origem de todos os males.

Com efeito, Vettorassi (2007) destaca que os trabalhadores migrantes são marginalizados economicamente pela estrutura desigual do capitalismo vigente, assim como são marginalizados geograficamente, pois, para eles, restam as regiões periféricas e miseráveis das cidades que os abrigam e, no interior dessas urbes, vivem em mais uma relação desigual, porque se encontram marginalizados socialmente.

A autora ainda sublinha que aos trabalhadores migrantes se atribui a estigmatização social do “marginal”. O nativo/regional utiliza a naturalidade/regionalidade desse trabalhador para justificar a violência, os problemas de suas cidades (VETORASSI, 2007).

A partir dessas colocações/posicionamentos do poder público e da população local dos municípios, frente aos impactos sociais que a expansão da cana-de-açúcar e a implementação de novas unidades canavieiras podem acarretar, apreendemos que, para estes, é *adequado* enxergar os trabalhadores migrantes como o elemento que destoa de sua realidade como o invasor, ao invés de perceber que o maior problema pode ser a presença do monocultivo da cana-de-açúcar.

No entanto, os problemas vão além do social, e os municípios que abrigam apenas os canaviais ressaltam as dificuldades e os prejuízos do crescimento da monocultura da cana-de-açúcar.

2.2.3 – Os impactos nos municípios que abrigam os canaviais

A respeito dos problemas/prejuízos ocasionados pela expansão de canaviais, na região do Pontal do Paranapanema, os representantes do poder público dos municípios e das Casas da Agricultura salientaram que, entre os principais, está o desgaste das estradas rurais, vicinais e pontes, além das vias das cidades que são frequentemente deterioradas pelos caminhões bitrens e treminhões que circulam transportando a cana-de-açúcar.

Como esse tráfego de caminhões é constante, existe a necessidade de manutenção. Para os entrevistados, tais reparos deveriam ser assumidos pelas unidades canavieiras que fazem uso das vias de transporte e das pontes. No entanto, quando se questiona ou se sugere que tais unidades realizem as restaurações, há resistência.

Em municípios como Santo Anastácio, Teodoro Sampaio, Caiuá e Sandovalina, os caminhões canavieiros trafegam carregados de cana de açúcar pela principal avenida das cidades, o que compromete a qualidade das ruas, além de danificar a rede elétrica e sujar as vias com pedaços de cana que vão caindo das cargas mal arranjadas⁹⁷.

Quanto à queima da palha da cana, embora esteja sendo extinta de maneira gradativa e haja regras a ser cumpridas, observou-se que o desrespeito por parte de algumas agroindústrias gera grandes danos à sociedade, principalmente na esfera ambiental e da saúde pública. A queima da palha da cana, embora seja proibida próximo dos núcleos urbanos, ainda ocorre indiscriminadamente, prejudicando o ar das cidades e a saúde da população. Sobre essa queima, Roseiro e Takayanagui (2004) argumentam que

[...] este processo acaba interferindo diretamente na saúde da população, pois a combustão da palha da cana-de-açúcar libera poluente e o principal dano é o prejuízo à qualidade do ar, e, conseqüentemente, da saúde, pela excessiva emissão de monóxido de carbono e ozônio, trazendo também danos ao solo, às plantas naturais e cultivadas, a fauna e a população. (ROSEIRO; TAKAYANAGUI, 2004, p. 80).

Os autores ainda ressaltam que as queimadas trazem uma série de prejuízos ambientais, porque elas cooperam para a [...] morte de animais e plantas gerando o desequilíbrio ecológico, invadem áreas de nascentes cercadas por vegetação ciliar, abrangem *acidentalmente* ou não as áreas de preservação permanente, destruindo florestas inteiras. Além disso, causam cortes de fornecimento de energia elétrica e impedem a visibilidade em estradas, provocando acidentes” (ROSEIRO; TAKAYANAGUI, 2004).

⁹⁷ Informações obtidas junto aos representantes públicos desses municípios, durante o trabalho de campo, no ano de 2011.

Sobre a expansão do monocultivo da cana-de-açúcar, é relevante acrescentar que, na maioria dos municípios da região, não existem leis ou projetos que proíbam o cultivo da cana-de-açúcar nas proximidades do núcleo urbano. Durante a pesquisa de campo, notamos que, em alguns municípios (Narandiba, Teodoro Sampaio, Santo Anastácio, Caiuá), os canaviais estão a poucos metros do núcleo urbano⁹⁸, expressivamente no caso de Narandiba, onde os canaviais estão praticamente inseridos no perímetro urbano do município.

Quando questionado sobre a questão, o prefeito de Narandiba afirmou que as áreas de cana-de-açúcar não estão inseridas no perímetro urbano, embora ele próprio tenha afirmado, durante a entrevista, que o canavial será retirado, porque a prefeitura pretende construir mais um loteamento naquela área. Além disso, os moradores que residem nas proximidades afirmam que é perímetro urbano, porque, anualmente, se paga à prefeitura da cidade o IPTU. São as contradições que permeiam a expansão da cana-de-açúcar, no âmbito regional (Figura 9).

Figura 9 – Vista panorâmica da cidade de Narandiba



Fonte: Prefeitura de Narandiba (2011).

⁹⁸ A respeito da proximidade da cultura da cana do núcleo urbano, apenas o representante do município de Teodoro Sampaio revelou ter aprovado, nos últimos meses, um projeto lei para impedir que a cultura chegue muito perto do núcleo urbano. Entrevista realizada no dia 22 de setembro de 2011.

No que diz respeito à crescente expansão da monocultura canavieira, na região, observamos que representantes dos municípios visitados mantêm posição divergente. Ao mesmo tempo em que recriminam a formação predominante de uma monocultura, defendem e apoiam as instalações das unidades canavieiras e a expansão dos canaviais, no circuito regional embasados no discurso da geração de emprego.

Essa incoerência observada na fala dos representantes do setor público dos municípios visitados está pautada nas desigualdades econômicas existentes entre as unidades canavieiras implantadas na região. Os representantes de cidades que abrigam agroindústrias enfraquecidas financeiramente ou que atuam com problemas financeiros, por várias vezes desativadas/reativadas, mostram-se insatisfeitos com o setor canavieiro. A instabilidade dessas agroindústrias tem trazido prejuízos a esses municípios e muitas incertezas entre trabalhadores e trabalhadoras.

O contrário se verifica com os representantes dos municípios onde há as novas unidades agroprocessadoras, os quais, mesmo conhecendo os efeitos nocivos que a construção dessas empresas trazem para os municípios, ainda estão sob a euforia da instalação e demasiadamente envolvidos pelo discurso do capital canavieiro (geração de emprego e geração de renda, desenvolvimento local/regional). Na verdade, esses representantes ainda não vivenciaram a face perversa do capital canavieiro – a bancarrota, o desemprego.

Nesse viés, o representante do poder público de Regente Feijó⁹⁹ ressaltou que o município não tem como barrar a entrada/instalação de uma unidade agroindustrial canavieira, pois, a partir do momento em que se associa a implantação da unidade com a geração de empregos, inviabiliza-se qualquer posição contrária da prefeitura. A própria população apoia a construção da unidade canavieira e se voltaria contra o *prefeito* que tentasse barra-lá, mesmo os efeitos negativos comparecendo já no início da construção da indústria. Acrescentou que caberia ao Estado tomar as devidas providências quanto à expansão e o predomínio da cana-de-açúcar. Mas, na realidade, o Estado apoia e faz *vista grossa* para tudo o que ocorre no âmbito do setor canavieiro, seja no aspecto ambiental, seja trabalhista.

Sobre a expansão da lavoura da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema, o representante da Casa da Agricultura do município de Rancharia¹⁰⁰ ressaltou que a monocultura nunca é favorável, pois está historicamente concentrada nas mãos de poucos. Acrescentou que o produtor que arrenda sua propriedade rural para o monocultivo da cana-de-açúcar dificilmente voltará a desenvolver outra atividade produtiva. A forma como as usinas

⁹⁹ Entrevista realizada junto a A.F., no dia 23 de maio de 2011.

¹⁰⁰ Entrevista feita com J. S. J., no dia 30 de agosto de 2011.

deixam a propriedade, no final do contrato do arrendamento, torna inviável fazê-la produzir qualquer outra cultura, sem um alto investimento para reconstrução (cercas, casas, currais, correção de solo etc.).

Para o entrevistado, são visíveis as transformações que vêm ocorrendo na paisagem do município. *“Estamos entre os maiores produtores de cana da região e não temos usinas”*. Ainda salientou que, há alguns anos, ao trafegar pelas estradas rurais do município, eram comuns as *plantações* de algodão, amendoim, feijão, arroz, milho, café, soja, ao lado das pastagens.

Essas culturas estão deixando a região gradativamente, e o que resta vem sendo empurrado/sufocado pelas lavouras de cana-de-açúcar. Já é possível trafegar por quilômetros em estradas rurais, vicinais e rodovias da região e observar apenas o monocultivo da cana-de-açúcar. Para o entrevistado, a região vivencia um momento complexo, porque o médio e o pequeno proprietário também estão “entregando” suas terras para o cultivo da cana-de-açúcar, por ser, em curto prazo, mais rentável e mais seguro que as demais culturas. *“Ao arrendar suas terras para a usina, o pequeno produtor para de trabalhar”*.

Oliveira (2009) enfatiza que os produtores rurais, pautados na premissa de que a cultura da cana-de-açúcar é mais rentável e mais segura, estão cedendo aos assédios do capital canavieiro. Para a autora,

[...] muitos produtores já deixaram suas atividades que desenvolveram por muito tempo em suas terras, para arrendá-las aos empresários agroindustriais canavieiros. Quando não, eles próprios cultivam a cana-de-açúcar para fornecer, ou produzem em parceria com as unidades processadoras. (OLIVEIRA, 2009, p. 316).

Assim sendo, é relevante ressaltar que o cultivo da lavoura canavieira tem adquirido números expressivos em municípios da região, como Narandiba, que possui extensão territorial total de 36.578,40 hectares, enquanto as estimativas indicam que o município abriga área de aproximadamente 30 mil hectares ocupados com cana-de-açúcar, ou seja, já concentra mais da metade de sua área comprometida com cana-de-açúcar.

Para o representante da Casa da Agricultura de Narandiba¹⁰¹, os dados são preocupantes, uma vez que o avanço da monocultura deixa o município vulnerável. Caso ocorra algum contratempo com o mercado econômico, de modo a inviabilizar a produção e a manutenção das unidades canavieiras, o município “*naufraga*” com o setor.

¹⁰¹ Entrevista realizada junto a F. K. K., no dia 22 de junho de 2011.

Outra questão abordada principalmente nos municípios de Narandiba e Sandovalina, sobre os impactos que o setor canavieiro vêm trazendo à região, referem-se aos problemas ocasionados pelo uso intensivo e abusivo de agrotóxicos, através da pulverização aérea. De acordo com o representante da Casa da Agricultura de Narandiba, a pulverização aérea em canaviais prejudica de forma direta a produção da agricultura familiar.

A problemática dos agrotóxicos e da pulverização aérea foi igualmente lembrada pelos representantes do poder público e Casa da Agricultura do município de Sandovalina¹⁰², como impacto negativo trazido pela expansão da cana-de-açúcar na região. Conforme os entrevistados¹⁰³, a prática da pulverização aérea nos canaviais, utilizadas pelas agroindústrias, tem provocado muitos prejuízos aos assentados que atuam na produção da sericicultura (Figuras 10 e 11).

Figura 10- Mortandade de bichos-da-seda – Sandovalina/SP



Fonte: Casa da Agricultura de Sandovalina (2011).

¹⁰² Informações obtidas durante o trabalho de campo, no município de Sandovalina, nos dias 29 e 30 de junho de 2011.

¹⁰³ Entrevista feita com o representante do poder público do município, M. S., e o representante da Casa da Agricultura, H. D. S., no dia 29 de junho de 2011.

Figura 11 – Casulos inacabados – Sandovalina/SP



Fonte: Casa da Agricultura de Sandovalina (2011).

Esses produtores, assentados do município de Sandovalina, tiveram suas amoreiras (alimentos para o bicho-da-seda) inutilizadas pela pulverização aérea de canaviais vizinhos aos assentamentos. Nesse caso, é relevante ressaltar que esse ato não impactou apenas a produção nos assentamentos, mas também destruiu o trabalho e a produção dos produtores assentados.

Como resistência à ação do capital canavieiro, os produtores assentados, os quais tiveram sua produção de sericicultura prejudicada pela pulverização aérea dos agrotóxicos usados nos canaviais de agroindústrias das adjacências (Umoe Bioenergy e Alto Alegre/Unidade Santo Inácio PR), solicitaram uma Audiência Pública, através da Casa da Agricultura do município de Sandovalina, numa tentativa de debater a intensidade dos problemas que a expansão do setor canavieiro tem trazido para a região, tentando recuperar os prejuízos com a produção devastada.

Essa é uma das faces perversas da expansão da monocultura da cana-de-açúcar para a região em estudo – os impactos e prejuízos trazidos a produtores assentados da sericicultura, juntamente com todos aqueles que porventura mantiverem alguma produção próxima aos canaviais.

Embora a Audiência Pública realizada em Sandovalina tenha sido uma iniciativa importante para se discutir e refletir a intensidade e a gravidade do problema que o uso intensivo e abusivo dos agrotóxicos, via pulverização aérea, tem causado para toda região, constatamos que, de modo geral, a sociedade e o poder público estão distantes de uma ação mais concreta, frente aos abusos e avanços do capital canavieiro. Mesmo diante de problemas gritantes e palpáveis, como as perdas e prejuízos dos pequenos produtores assentados de Sandovalina, nada foi feito de concreto para reparar minimamente os prejuízos.

Além disso, é relevante acrescentar que os representantes das empresas canavieiras contestadas na Audiência Pública pelo uso abusivo de agrotóxicos, numa atitude repressora, compareceram ao evento acompanhados por um grande número de trabalhadores uniformizados (Figura 12).

Figura 12- Público aguardando o início da Audiência no interior da Câmara Municipal – Sandovalina/SP



Fonte: BARRETO, M. J. Trabalho de Campo (2011).

Para o representante da Casa da Agricultura do município de Sandovalina, essa ação da empresa teve como objetivo pressionar o poder público do município, através do discurso velado da geração de emprego.

Essa ação evidencia os artifícios empregados pelo capital agroindustrial canavieiro para livrar-se dos problemas que porventura surjam a sua frente. Quer dizer, o discurso do emprego não está presente apenas no momento em que o capital canavieiro está implantando a agroindústria, mas também é adotado como escudo para proteger-se de acusações quanto aos impactos que acarreta ao município e à sociedade em geral.

Diante disso, as impressões que ficaram é que, embora alguns representantes do poder público dos municípios apontem problemas relacionados à expansão desordenada da cana-de-açúcar na região do Pontal do Paranapanema, suas ressalvas são submergidas no discurso do emprego. Nesses casos, em face do agronegócio posto, o interesse político e muitas vezes econômico dos municípios se direciona para a construção de *alianças* com o capital canavieiro.

A partir dos apontamentos a respeito dos impactos *positivos e negativos*, estaremos discutindo a expansão da cana-de-açúcar e a implantação de agroindústrias canavieiras na região, sob o discurso de geração de empregos e renda e do desenvolvimento local/regional, aspecto sempre lembrado pelos representantes do capital canavieiro e do poder público da maioria dos municípios visitados.

Dessa forma, propomo-nos, a seguir, apreender a questão do emprego na região, com a análise dos dados do efetivo populacional, do emprego formal, dos setores e funções que mais empregam e, por fim, da representatividade dos empregos gerados pelo setor canavieiro no Pontal do Paranapanema e a flutuação destes, no mercado formal de trabalho.

3 – O AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO E O DISCURSO DO EMPREGO

A natural insegurança da vida, a busca constante pelo alimento, o estado de perigo, pode previamente elucidar a necessidade e a importância que o homem atribui ao trabalho (LUKÁCS, 1984).

Ademais, o trabalho é posto como elemento mediador introduzido entre a esfera da necessidade e sua realização (ANTUNES, 1999). O trabalho está ideologicamente implantado entre o desejo do consumo e a realização deste. De acordo com o autor, o trabalho é a gênese da autotransformação do homem que trabalha e “[...] a natureza humana é também metamorfoseada a partir do processo laborativo, dada à existência de uma posição teleológica e de uma realização prática” (ANTUNES, 1999, p. 142).

É essa importância e necessidade que o homem, enquanto ser social (sociedade), atribui ao trabalho que permite ao capital concretizar o discurso do emprego e, conjuntamente, apropriar-se dos meios de produção, do trabalho e da vida humana, subjugando tudo e todos aos seus interesses. O “[...] capital em busca do controle de reprodução sociometabólica adentra e se apropria de tudo, toda a sociedade e todos os lugares” (MÉSZÁROS, 2007, 68).

Nesse viés, o autor completa:

O trabalho como atividade produtiva sempre permanecerá a condição absoluta do processo de reprodução. O substrato natural da existência dos indivíduos é a própria natureza, que deve ser controlada racional e criativamente pela atividade produtiva – em oposição ser denominada irresponsável e destrutivamente pelos imperativos irracionais, desperdiçadores e destrutivos da expansão do capital. (MÉSZÁROS, 2007, 80).

Desse modo, para efetivar a expansão da cultura da cana-de-açúcar e a implantação de novas agroindústrias pelo território nacional, o capital canavieiro tem-se armado com inúmeras estratégias, tanto para executar sua territorialização, como para manter-se forte no mercado, entre as quais se sobressai o *discurso da geração de emprego/renda e desenvolvimento regional/local*.

Para o presidente da UNICA, a atividade canavieira proporciona *desconcentração de renda e aumento do PIB do município*. Além disso, a atividade canavieira proporciona transformações locais, cujas principais atividades são movidas pela cana¹⁰⁴.

¹⁰⁴ Para mais detalhes, ver: “Revolução econômico-social no interior de SP mostra pujança do setor sucroenergético”. Disponível em: (<http://unica.com.br/noticias/show.asp?nwsCode=%7B942001C0-5719-4EF0-8F43-3E08DA0EF7C8>). Acesso em: 04 jan. 2012.

Todavia, é possível perceber que o discurso da geração de emprego, via expansão do capital canavieiro, não se restringe apenas ao setor, visto que o Estado, seu principal fiador, também tem agregado o *marketing* do emprego a cada recurso liberado. As promessas de novos empregos têm comparecido em grande parte dos projetos/planos de financiamentos do BNDES, seja para implantação de novas unidades agroprocessadoras, seja para expansão ou reforma de plantas antigas¹⁰⁵.

Desse modo, observamos que a problemática do emprego/desemprego se vê impregnada ao discurso construído pelo capital personificado no agronegócio canavieiro – e no Pontal do Paranapanema não é diferente, amparados nessa *falácia*, o agronegócio canavieiro tem avançado por toda a região e transformado a paisagem local.

Diante desse discurso intensamente repetido pelo capital canavieiro, pelo Estado e apoiado pelo poder público municipal, buscamos neste capítulo ponderar sobre os empregos que o setor canavieiro tem realmente produzido na região.

Nesse caso, estaremos apresentando uma análise pormenorizada dos dados relacionados à efetividade dos empregos formalizados que o agronegócio canavieiro tem criado para trabalhadores e trabalhadoras do Pontal do Paranapanema. Para tanto, avaliaremos os dados da RAIS/CAGED dos anos de 2010 e 2011, cujo objetivo é apreender a concretude dos empregos que o setor canavieiro vem produzindo na região, especialmente nos municípios que abrigam as unidades canavieiras.

Sobre o *fetice* do “mais emprego”, expresso no discurso do agronegócio canavieiro e frente à sua expansão no Pontal do Paranapanema, Souza (2005) caracteriza o “discurso” como um acontecimento linguístico, histórico e social, logo, sujeito à alteração de sentidos e tendo em conta que as diversas formas discursivas possibilitam a construção dos múltiplos sentidos das práticas sociais. Segundo a autora, “[...] os discursos produzem as geografias dos lugares, as geografias das ações e resultam em arrumações para os lugares, dando visibilidade aos processos sociais, políticos, históricos e ideologicamente construídos” (SOUZA, 2005, p.5).

Assim, as promessas de emprego são distribuídas de diversas formas e atendem a toda a hierarquia de trabalhadores. Nos canaviais, para trabalhadores rurais; na unidade fabril, para a mão de obra especializada; ou indiretamente, no comércio, para trabalhadores da área urbana.

¹⁰⁵ Para mais detalhes, ver: Financiamento do BNDES abre 1,7 mil empregos em São Paulo (http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2004/20041215_not948.html). Acesso em: 16 jan. 2012.

Souza (2008) enfatiza que o discurso do desenvolvimento e da geração de emprego do agronegócio canavieiro está incorporado a um discurso hegemônico para o desenvolvimento da agricultura nacional, além de fazer parte das mesmas estratégias de desenvolvimento praticadas pelos organismos de desenvolvimento que, nos últimos 40 anos, promoveram a modernização conservadora da agricultura, nos países periféricos.

Nesse sentido, a autora chama a atenção para as consequências que a instauração desse modelo de desenvolvimento pode trazer, quer na escala macro, representada pelo Estado, quer na escala micro, configurada por uma região/município. Entre os problemas evidenciados pela autora, destacam-se

[...] a exacerbação das desigualdades sociais, o desequilíbrio no meio rural, uma vez que os pequenos agricultores e os camponeses foram, e são, continuamente privados dos seus meios de produção, sendo expulsos de suas terras e engrossando as fileiras dos trabalhadores assalariados e desempregados, num processo de proletarização. Por outro lado, há cada vez mais uma concentração de recursos, de terra e de renda nas mãos das empresas agroindustriais, que têm o domínio da produção. (SOUZA, 2008, p. 5).

Dessa forma, em face do discurso de que a expansão de canaviais e unidades canavieiras proporciona empregos para a região, buscamos, através de dados e pesquisa de campo, analisar o potencial do Pontal do Paranapanema, no que diz respeito ao contingente populacional e o efetivo de trabalhadores vinculados ao emprego formal. Em acréscimo, achamos relevante verificar a intensidade do emprego que o setor canavieiro proporciona aos municípios em que estão instaladas as unidades canavieiras, e se estes têm realmente suprido as necessidades da população local, já que se trata de empregos, em sua maioria, temporários.

Na sequência, abordaremos o potencial da região em estudo, no que concerne ao contingente populacional e à disponibilidade de emprego formal, sob o viés do discurso do emprego adotado pelo setor canavieiro. Com base *nesse perfil*, apreenderemos as atitudes do poder público municipal da região perante a unidade agroindustrial instalada, assim como suas atitudes frente aos assédios do capital canavieiro, ao buscar apoio para a instalação das unidades canavieiras, os pedidos de isenções, o discurso, as ofertas e a promoção de empregos, sob a falácia do desenvolvimento regional.

3.1 – Algumas reflexões sobre o emprego formal na região do Pontal do Paranapanema

O ato de trabalhar é, para toda a humanidade, uma experiência elementar da vida cotidiana. Lukács (1984) assevera que o trabalho é uma necessidade natural eterna, que tem a

função de mediar o intercâmbio entre o homem e a natureza, isto é, a vida dos homens, além de ser formador de valores de uso, que condicionam a existência do homem, independentemente de quaisquer formas de sociedade.

Sobre a importância do trabalho na vida do homem e sua representatividade, Antunes (1999) salienta que este é

[...] entendido em seu sentido mais genérico e abstrato, como produtor de valores de uso, é expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza. Seu sentido primitivo e limitado, por meio do ato laborativo, objetos naturais são transformados em coisas úteis. Mais tarde, nas formas mais desenvolvidas da práxis social, paralelamente a essa relação homem-natureza desenvolvem-se inter-relações com outros seres sociais, também com vistas à produção de valores de uso. (ANTUNES, 1999, p. 139).

No mesmo sentido, Dal Rosso (2008) completa:

[...] o trabalho é a transformação da natureza realizada pelos seres humanos empregando para isso, meios e instrumentos a seu dispor e seguindo um projeto mental. Quando um projeto mental se atualiza na prática, os sujeitos que o realizam gastam um volume variável de suas energias físicas ou psíquicas. A ideia de que todo ato de trabalho envolve gasto de energia e, portanto, exige esforço do trabalhado, está na raiz da noção de intensidade. O trabalhador pode gastar mais ou menos de suas energias, mas sempre gasta alguma coisa. A intensidade tem a ver com a maneira como é realizado o ato de trabalhar. Esse é o primeiro elemento a destacar sobre a intensidade: ela se refere ao grau de dispêndio de energias realizado pelos trabalhadores na atividade concreta. (DAL ROSSO, 2008, p. 20).

Tais observações tornam-se parâmetro para apreendermos a importância e o valor do trabalho, visto como fator que proporciona ao *ser trabalhador* sua subsistência, que lhe condiciona a vida e que o inclui na sociedade. Ao mesmo tempo, sua ausência, ocasionada pelo desemprego, o exclui.

Essa importância e necessidade que o homem/sociedade atribui ao trabalho é a *artéria* que possibilita ao capital apropriar-se da força de trabalho humana e, conseqüentemente, dominar os meios de produção, subjugando tudo e todos aos seus interesses. Com o capital canavieiro não é diferente: seu discurso, sempre carregado de ideologias que cercam o mundo do trabalho, torna-o presente e forte em grande parte do território nacional.

Nesse caso, esse *discurso* de que a expansão da monocultura da cana-de-açúcar e das unidades agroprocessadoras trará novos postos de trabalho/emprego para trabalhadores e trabalhadoras tem assegurado a territorialização do capital em grande parte dos Estados do

país, assim como também tem garantido essa expansão para os municípios da região do Pontal do Paranapanema.

Partindo do pressuposto de que um dos objetivos da pesquisa é apreendermos a influência ideológica e o “papel social” que o capital canavieiro tem, na dinâmica do trabalho e do emprego nos municípios da região¹⁰⁶, principalmente naqueles em que estão instaladas as unidades canavieiras, propomos verificar o número de trabalhadores que cada município do Pontal do Paranapanema tem vinculado ao emprego formal, ou quais as possibilidades de trabalhadores e trabalhadoras em inserir-se no mercado de trabalho.

Desse modo, procuramos examinar os dados correspondentes ao emprego formal, pois, segundo informações coletadas junto aos representantes das agroindústrias pesquisadas, a mão de obra contratada pelas unidades agroprocessadoras de cana-de-açúcar não se restringe aos municípios nos quais as unidades estão implantadas. Foi constatado que as relações de trabalho ligadas ao setor extrapolam os limites municipais e, em alguns casos, até regionais, já que há trabalhadores de outras regiões do estado de São Paulo e até do norte do estado do Paraná, atuam no corte da cana-de-açúcar em usinas da região.

Porém, isso é um desafio, pois sabemos o quanto é complexo discutir a questão do emprego e desemprego, em qualquer situação, devido as diversas metodologias, procedimentos técnicos na contagem das informações, recortes espaciais e periodicidade da tomada das informações fornecidas pelos empregadores.

A não homogeneidade e a ausência de consenso entre as diferentes metodologias, que recobrem as regiões do país, dificultam o entendimento do fenômeno e produzem confusões técnicas para pesquisadores e demais interessados no assunto, mas, com atenção e cuidado, ousamos fazer uso dessas informações, sem desconsiderar a própria dificuldade em relação à conceituação do desemprego.

Contudo, ainda que complexa a compreensão dos dados que sinalizam e avaliam a questão do emprego e desemprego, buscamos em nossa pesquisa ponderar sobre o perfil da região, *na questão do efetivo populacional e a disponibilidade de emprego formal*, para, a partir dos dados, analisar o grau de importância que cada agroindústria canavieira desempenha no município em que está instalada, já que uma das principais estratégias usadas pelo capital canavieiro para expandir-se, em todo o território nacional, é a produção de emprego.

¹⁰⁶ Os dados correspondentes ao número de trabalhadores diretamente ligados ao setor canavieiro foram coletados junto ao *site* do MTE - Ministério do Trabalho e do Emprego/CAGED - Cadastro Geral de Emprego e Desemprego/ISPER- Informação para o Sistema Público de Emprego e Renda/Dados por Municípios.

Pelo discurso da promoção de novos postos de trabalho/emprego, representantes do setor canavieiro tentam estabelecer as relações sociais que lhes proporcionam a reprodução. Para Oliveira (2009), quando o capital canavieiro se insere na economia local-regional, seu maior objetivo é o estabelecimento de uma aliança de classes (poder público e latifundiários), visando com isso fomentar e proteger seus interesses pautados na expansão da produção e na acumulação de capital.

Assim, o desenvolvimento da pesquisa permitiu observar que, quanto menor o município em termos populacionais e em número de emprego formais, maior é sua vulnerabilidade diante do poder do capital, e maior o valor atribuído à unidade canavieira. Na região do Pontal do Paranapanema, isso não é diferente. Temos verificado que os municípios menores que abrigam as agroindústrias canavieiras lhes conferem uma importância desmedida e até exagerada.

A falta de emprego foi um dos principais problemas apontados não somente pelos representantes públicos/prefeitos dos municípios visitados, mas também por sua população. Para o representante do poder público do município de Teodoro Sampaio e presidente da UNIPONTAL¹⁰⁷, a região do Pontal do Paranapanema é carente de indústrias e empregos para a classe trabalhadora.

No caso, a expansão da lavoura da cana-de-açúcar e a implantação de novas empresas canavieiras estariam suprimindo essas necessidades. Na mesma linha, o fato de a região ser composta em sua maioria por pequenas cidades, com população total inferior a cinco mil habitantes, contando com vasta disponibilidade de terras agricultáveis, tem atraído os investidores da cana-de-açúcar – o que é positivo, pois gera empregos a população local.

Pelas ponderações do presidente da UNIPONTAL, buscamos averiguar o efetivo populacional da região em estudo e, ao examinar as informações expostas, apreendemos três situações diferentes.

Um primeiro grupo, composto por dezenove municípios com população abaixo de 10 mil habitantes. *Outro grupo*, constituído por 12 municípios com população entre 10 e 42 mil habitantes. Para finalizar, o município de *Presidente Prudente*, que comparece isolado, como o mais populoso da região, contabilizando 207.610 habitantes (IBGE, 2010) (Tabela 1).

¹⁰⁷ Entrevista realizada com o representante do poder público do município de Teodoro Sampaio e presidente da UNIPONTAL, A.I., no dia 22/09/2011.

Tabela 1 - Distribuição da população e empregos na região do Pontal do Paranapanema - 2010.

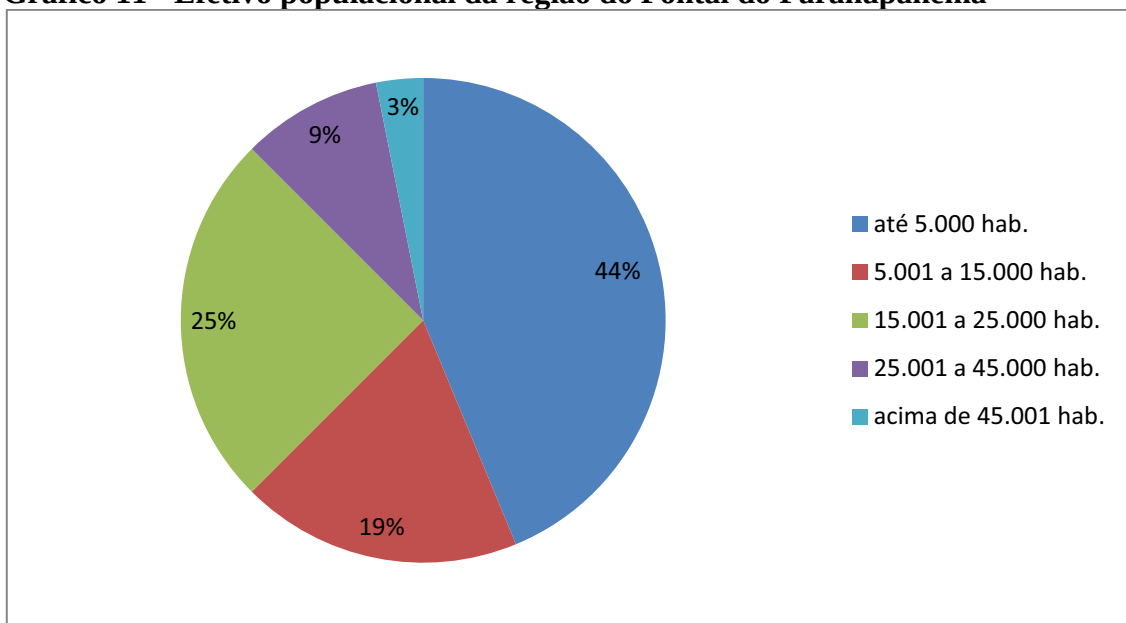
Municípios	População Total*	Emprego formal Total (2010)		
		Total	Masculino	Feminino
Alfredo Marcondes	3.891	521	372	149
Álvares Machado	23.513	2.874	1.770	1.104
Anhumas	3.738	548	344	204
Caiabu	4.072	332	147	185
Caiuá	5.039	511	314	197
Emilianópolis	3.020	339	197	142
Estrela do Norte	2.658	367	184	183
Euclides da Cunha Pta	6.111	679	373	306
Iepê	7.628	1.071	651	420
Indiana	4.825	635	374	261
João Ramalho	4.150	509	266	243
Marabá Paulista	4.812	2.147	1.681	466
Martinópolis	24.219	3.084	1.787	1.297
Mirante do Pma	17.059	2.971	2.035	882
Nantes	2.707	335	200	135
Narandiba	4.288	2.057	1.700	357
Piquerobi	3.537	559	341	218
Pirapozinho	24.694	4.114	2.431	1.683
Presidente Bernardes	13.570	1.874	1.047	827
Presidente Epitácio	41.318	7.066	4.366	2.700
Presidente Prudente	207.610	62.271	36.300	25.971
Presidente Venceslau	37.910	5.727	2.983	2.744
Rancharia	28.804	6.661	4.170	2.491
Regente Feijó	18.494	3.793	2.472	1.321
Ribeirão dos Índios	2.187	278	156	122
Rosana	19.691	2.436	1.235	1.201
Sandovalina	3.699	631	376	255
Santo Anastácio	20.475	3.867	2.617	1.250
Santo Expedito	2.803	289	144	145
Taciba	5.714	721	398	323
Tarabai	6.607	818	473	345
Teodoro Sampaio	21.386	4.277	2.918	1.359

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (população total); CAGED- Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (emprego formal em 2010 – homens, mulheres e total).

Organização: Maria Joseli Barreto

Entre os 32 municípios que compõem a região do Pontal do Paranapanema, observa-se que 44% possuem população total de até 5 mil habitantes; 19% apresentam-se com efetivo populacional entre 5 e 15 mil habitantes. Do conjunto, 25% têm entre 15 e 25 mil habitantes, 9% abrigam de 25 e 45 mil pessoas e apenas em 3% dos municípios a população extrapola os 45 mil habitantes. Ou seja, trata-se de uma região em que predominam as pequenas cidades (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Efetivo populacional da região do Pontal do Paranapanema



Organização: Maria Joseli Barreto

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

Para o agronegócio canavieiro, as pequenas cidades constituem local favorável para expansão do setor, porque os representantes do poder público sempre estão *mais dispostos* a propor facilidades para a implantação de uma nova empresa/agroindústria, entre as quais se encontram a isenção de impostos, a disponibilidade de maquinários para terraplenagem, a abertura e a manutenção de vias de transporte e a construção de pontes, que facilitam o acesso à unidade canvieira e o escoamento da matéria-prima.

Outro ponto destacado, referente ao apoio das prefeituras às agroindústrias canavieiras, é o fornecimento de cursos de qualificação profissional que visam a atender a atual necessidade das empresas, entre outras. Quer dizer, é a lógica da “[...] nova (velha) dinâmica, de interiorização das agroindústrias, *a cidade paga* para ser apoio da atividade canvieira” (ÁVILA; ÁVILA, 2007, p. 7).

Nesse viés, Oliveira (2009) acrescenta que o Brasil,

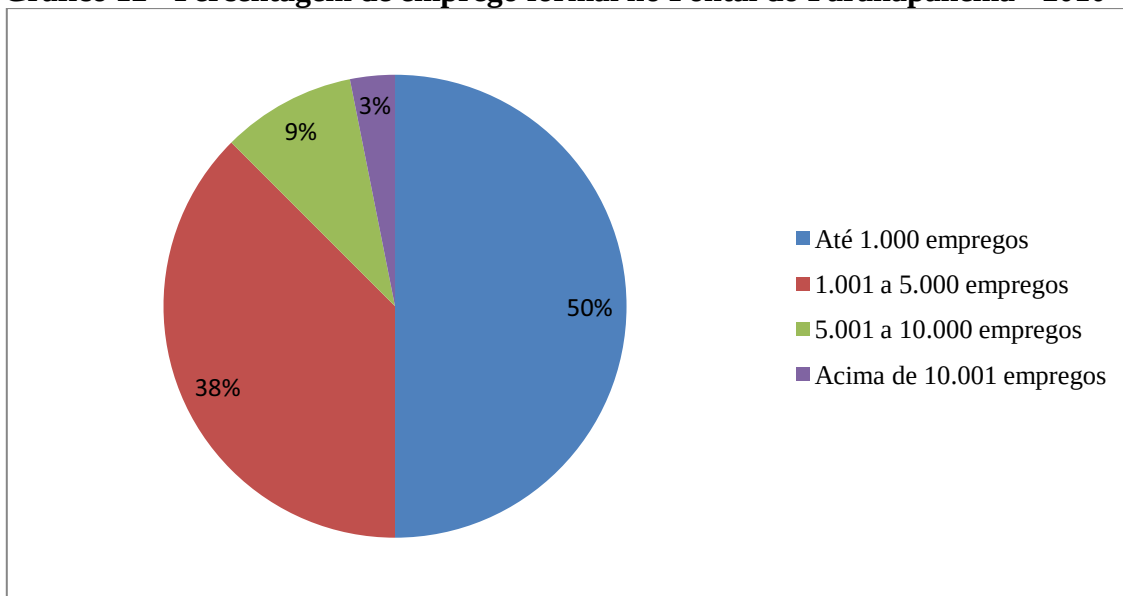
[...] (na instância municipal, estadual e federal), tem adotado o papel de agente produtor dessa nova configuração geográfica da cana-de-açúcar, estabelecendo alianças com o capital, apoiando no discurso e dando suporte financeiro para o projeto expansionista. (OLIVEIRA, 2009, p. 368).

A autora ressalta, também, que o Estado tem-se posicionado como protetor do agronegócio canavieiro, ao defender a produção de energia limpa e renovável e, por conseguinte, o crescimento da plantação de cana-de-açúcar, como elemento gerador de emprego, renda e desenvolvimento regional (OLIVEIRA, 2009).

Oliveira (2009) ainda enfatiza que *não* é contrária à produção de empregos (diretos e indiretos) pelo capital canavieiro. Contudo, esclarece que a maior parte dos empregos oferecidos pelo setor é temporária, provocando conseqüentemente problemas aos municípios em que são estabelecidas as novas unidades processadoras.

De acordo com os dados apontados pelo Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED)/Informações para o Sistema de Emprego e Renda (ISPER), do MTE, em dezembro de 2010, a região contava com 124.362 empregos formais, repartidos entre 74.822 trabalhadores e 49.486 trabalhadoras (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Percentagem de emprego formal no Pontal do Paranapanema - 2010



Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Emprego e Desemprego

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

Desse total, o município de Presidente Prudente apresentava o maior número de trabalhadores formalmente empregados (62.271), enquanto o município de Ribeirão dos Índios tinha o menor – apenas 287. Ou seja, os números evidenciam que existe uma enorme disparidade na distribuição do emprego formal, na região do Pontal do Paranapanema, a ponto

de o município de Presidente Prudente concentrar mais trabalhadores formalmente empregados do que a soma dos demais municípios da região (62.091).

De modo geral, observa-se que 50% dos municípios contam com menos de 1000 trabalhadores/trabalhadoras formalmente empregados, ao passo que 38% destes possuem entre mil e 5 mil empregos formalizados, 9% apresentam entre 5 e 10 mil trabalhadores e somente 3% dos municípios da região reúnem mais de oito mil trabalhadores vinculados ao emprego formal.

Para Ávila e Ávila (2007), nas pequenas cidades, a existência da agroindústria é considerada pela população como motor econômico e dinamizador local. Por isso, pequenas cidades, rodeadas por vastas áreas de terras agricultáveis, favorecem a expansão de canaviais e a implantação de unidades agroprocessadoras.

Assim sendo, temos apreendido que o capital canavieiro se apropria da carência, necessidade de emprego da população desses lugares/municípios/regiões, para se estabelecer. Após analisar os dados correspondentes ao número de trabalhadores vinculados ao emprego formal, na região, buscamos verificar quais os setores e os municípios que mais empregam e, portanto, as funções que mais acumulam trabalhadores e quais estão relacionadas ao setor canavieiro.

3.1.1- Os setores e as funções que mais empregam no Pontal do Paranapanema

Os dados referentes aos setores que mais empregam no Pontal do Paranapanema demonstram que o Setor de Serviços e o de Comércio são, respectivamente, aqueles que mais concentram trabalhadores vinculados ao emprego formal, sendo que o primeiro conta com 33.253 trabalhadores, enquanto o segundo, com 30.109.

No Setor de Serviços, destacam-se os municípios de Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Presidente Bernardes, Rancharia e Teodoro Sampaio, com mais de mil empregos formais. No Setor de Comércio, estão Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Presidente Bernardes, Regente Feijó e Rancharia. Na sequência, em terceiro lugar, comparece o Setor da Indústria de transformação, com 26.684 empregos. Nesse setor, têm-se os municípios de Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Rancharia, Marabá Paulista e Mirante do Paranapanema (Tabela 2).

Tabela 2 - Os Setores que mais empregaram no Pontal do Paranapanema – 2010

Tabela 2 – Os setores que mais empregaram no Portal do Paranapecema – 2016								
Municípios	Ind. de transf.	Constr. civil	Comércio	Serv.	Adm. Pública	Agrop.	Outros	Total
P. Prudente	11.617	3.069	18.314	22.649	5.172	628	822	62.271
P. Bernardes	1.821	261	1.846	1.556	1.149	281	152	7.066
Rancharia	1.644	43	1.149	1.114	986	1.701	24	6.661
P. Venceslau	717	343	1.851	1.575	905	320	16	5.727
Teodoro Sampaio	1.456	99	544	1.075	765	286	52	4.277
Pirapozinho	1.051	183	974	824	921	121	40	4.114
Sto Anastácio	657	1	725	688	602	1.163	31	3.867
Regente Feijó	775	104	1.209	603	712	359	31	3.793
Martinópolis	412	139	500	583	991	446	13	3.084
Mirante do Pma	1.545	7	280	239	621	213	12	2.917
Álvares Machado	652	107	671	620	594	198	32	2.874
Rosana	157	55	427	606	835	117	239	2.436
Marabá Pta	1.581	0	20	35	296	211	9	2.147
Narandiba	1.534	0	49	21	309	93	51	2.057
P. Epitácio	127	6	531	410	562	227	11	1.874
Iepê	75	0	237	118	407	230	4	1.071
Tarabai	148	4	159	77	306	119	5	818
Taciba	23	22	65	28	400	173	33	721
Euclides da Cunha Pta	27	0	102	64	348	130	8	679
Indiana	216	28	87	66	185	49	4	635
Sandovalina	65		21		388	127	17	631
Piquerobi	82	0	30	13	283	150	1	559
Anhumas	100	3	37	24	200	183	1	548
Alfredo Marcondes	95	102	38	47	196	40	3	521
Caiuá	1	2	11	55	308	134	0	511
João Ramalho	39	14	48	43	174	191	0	509
Estrela do Norte	0	15	26	6	267	48	5	367
Emilianópolis	30	1	25	18	216	48	1	339
Nantes	2	0	58	21	123	91	0	335
Caiabu	6	1	26	29	234	29	7	332
Santo Expedito	0	4	25	28	206	24	2	289
Ribeirão dos Índios	29	6	24	18	166	34	1	278
Total	26.684	4.619	30.109	33.253	19.827	8.164	1.627	124.308

Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Emprego e Desemprego/ISPER – Informação para o Sistema Público de Emprego e Renda – dados por municípios.

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

Quanto ao Setor de Administração Pública, que concentra 19.827 empregos formalizados, é relevante ressaltar que, embora o município de Presidente Prudente reúna mais trabalhadores, sua maior representatividade está nos pequenos municípios da região, sobretudo naqueles que concentram menos de mil trabalhadores vinculados ao emprego formal¹⁰⁸. Essa importância é dada, principalmente, pela ausência de outros setores que proporcionem empregos à população local. Ou seja, as prefeituras acabam sendo o posto que mais concentra trabalhadores ligados ao emprego formal.

Em municípios com esse perfil, o discurso do capital canavieiro é muito bem-vindo, e as agroindústrias canavieiras consequentemente são aclamadas pelos representantes do poder público municipal e pela população local. Assim sendo, os impactos e problemas que acompanham a implantação da unidade serão discutidos ou questionados quando a mesma estiver propriamente instalada.

Por fim, está o Setor da Agropecuária, que incorpora 8.164 trabalhadores formais, com destaque para os municípios de Rancharia e Santo Anastácio, os quais concentram mais de mil trabalhadores vinculados a esse setor.

A partir da análise dos dados correspondentes aos setores que mais empregam na região, procuramos ressaltar as dez funções que se sobressaem, no que diz respeito ao emprego formal. Em acréscimo, buscamos identificar, entre essas funções, aquelas que de alguma forma podem ser associadas com o setor canavieiro, além da abrangência/espacialização dessas ocupações na região em estudo.

Segundo os dados analisados, a função de “vendedor do comércio varejista” é a ocupação que mais se destaca na região, com 8.430 trabalhadores empregados. No entanto, a ocupação foi identificada apenas em 14 municípios, sendo que a maioria conta com população acima de 10 mil habitantes¹⁰⁹.

O fato também se repete com a função de “auxiliar de escritório” – vinculada ao Setor de Serviços –, a segunda que mais contrata, com 5.567. Nesse caso, a função foi identificada em 15 municípios da região, dos quais 12 demonstram efetivo populacional acima de 10

¹⁰⁸ Ao analisar os dados correspondentes aos setores que mais empregam, na região, nota-se que os relativos a Presidente Prudente destoam dos demais municípios, por tratar-se de uma cidade de porte médio, com nível populacional acima de duzentos mil, a qual se destaca por concentrar serviços especializados na área da saúde, educação em nível superior (universidades públicas e privadas), indústrias de transformação e comércio que atende a toda a região.

¹⁰⁹ Dentre os municípios que mais contratam na função de vendedor de comércio varejista e que contam com população acima de 10 mil habitantes, destacam-se: Álvares Machado, Teodoro Sampaio, Regente Feijó, Rancharia, Presidente Venceslau, Presidente Prudente, Presidente Epitácio, Presidente Bernardes, Rosana, Santo Anastácio, Martinópolis, Pirapozinho, além de Iepê e Santo Expedito, que também apresentam a função e onde a população está abaixo de 5 mil habitantes.

mil¹¹⁰. Vale acrescentar que as duas funções referidas são aquelas que mais contratam mulheres, na região (Tabela 3).

Tabela 3- As Funções que mais empregam no Pontal do Paranapanema – 2010¹¹¹.

Funções que mais empregam	Nº de Municípios	Homens	Mulheres	Total
Vendedor do comércio varejista	14	3.518	4.912	8.430
Auxiliar de escritório em geral	15	2.427	3.140	5.567
Trabalhador da cultura da cana-de-açúcar	5	1.975	617	2.592
Trabalhador agropecuário em geral	24	1.949	240	2.186
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	12	1.092	11	1.103
Tratorista agrícola	3	972	43	1.015
Trabalhador volante da agricultura	2	198	35	233
Trabalhador da pecuária (bovinos de corte)	5	146	54	200
Apontador de produção	1	142	5	147
Supervisor de exploração agrícola	1	70	3	73

Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Emprego e Desemprego/ISPER – Informação para o Sistema Público de Emprego e Renda – dados por municípios.

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

Os dados correspondentes às funções de “auxiliar de escritório em geral” e “vendedor do comércio varejista” revelam que, embora alguns representantes municipais e do capital canavieiro ressalvem que o setor canavieiro tem dinamizado o comércio local, esse fato ainda não compareceu nos dados.

A função de “trabalhador agropecuário em geral”, que somava 2186 postos de trabalho, estava presente em 24 municípios e ocupava o terceiro lugar entre as que mais empregam, na região. Nesse caso, cabe acrescentar que a ocupação de “trabalhador agropecuário em geral” se apresentava, sobretudo, nas cidades menores, com população abaixo de 10 mil habitantes e com efetivo de emprego formal inferior a mil ocupações.

Dentre as funções trabalhadas, ainda se destaca a de “motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)”, que é multissetorial, servindo a todos os setores mencionados e tendo um efetivo de 1103 trabalhadores¹¹².

¹¹⁰ Na função de auxiliar geral de escritório, destacam-se os municípios de Álvares Machado, Regente Feijó, Rancharia, P. Venceslau, P. Prudente, P. Bernardes, P. Epitácio, Rosana, Santo. Anastácio, Martinópolis, Pirapozinho e Mirante do Paranapanema, com população acima de 10 mil, e os municípios de Indiana, Nantes e Estrela do Norte, com população inferior a 5 mil habitantes.

¹¹¹ A tabela das ocupações que mais empregam foi montada a partir dos dados do CAGED (Cadastro Geral de Emprego e Desemprego/ISPER – Informações para o Sistema de Emprego e Renda/dados por municípios), que traz especificadas as cinco ocupações com maior número de trabalhadores vinculados ao emprego formal.

Outro ponto percebido entre as funções que mais empregam na região se refere àquelas que porventura podem estar diretamente associadas ao setor canavieiro. Nesse caso, destacam-se as funções de “trabalhador da cultura da cana-de-açúcar”, “tratorista agrícola”, “trabalhador volante da agricultura”, “apontador de produção” e “supervisor de exploração agrícola”¹¹³.

A despeito de todas essas funções citadas terem sido identificadas no âmbito do setor canavieiro regional, durante a pesquisa de campo, os dados apontam apenas uma função inteiramente ligada ao setor canavieiro – a de trabalhador da cultura da cana-de-açúcar¹¹⁴. Na verdade, restringir nossa análise apenas a essa função significa excluir grande parte dos trabalhadores que vendem sua força de trabalho ao capital canavieiro (bituqueiros, tratoristas, operadores de colhedoras, fiscal de produção etc.).

No que tange à função de trabalhador da cultura da cana-de-açúcar, os dados revelam que, em dezembro de 2010, havia 2592 trabalhadores formalmente empregados. Contudo, foi identificada em apenas em cinco municípios da região, sendo quatro que abrigam unidades canavieiras (Teodoro Sampaio, Santo Anastácio, Marabá Paulista e Mirante do Paranapanema), além de Rancharia.

Dentre as demais ocupações que podemos relacionar ao setor canavieiro, destaca-se também a função de “tratorista agrícola”¹¹⁵, com 1015 contratações, encontradas especificamente nos municípios de Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema e Narandiba. Nesse caso, associamos a contratação desse profissional ao fato de estes possuírem unidades canavieiras estruturadas economicamente (Grupo ETH e Cocal II, respectivamente) e com acelerado processo de mecanização da colheita da cana-de-açúcar. Essas empresas vêm dispensando gradativamente o cortador manual da cana-de-açúcar e estão contratando trabalhadores com mão de obra qualificada, para operar tratores e colhedoras.

¹¹² Esta ocupação comparece entre aquelas que mais contratam, nos municípios de Teodoro Sampaio, Regente Feijó, Indiana, Nantes, Iepê, Caiabu, Anhumas, Santo Expedito, Mirante do Paranapanema, Marabá Paulista, Euclides da Cunha Paulista e Pirapozinho.

¹¹³ As funções que podem estar relacionadas ao setor canavieiro de certo modo são generalizadas para uma série de outras funções, por meio da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações). Para mais detalhes, ver a Classificação Brasileira de Ocupações: CBO – 2010. Disponível em: <<http://www.mtebo.gov.br/cbosite/pages/downloads.jsf;jsessionid=996DCACE7E8F449D3E29AE7CC25F9B97.lbroute121p008>>. Acesso em: 22 jul. 2012.

¹¹⁴ O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) considera como *Trabalhador da cultura de cana-de-açúcar* (CBO – 6221-10) o Colhedor de cana-de-açúcar; Cortador de cana-de-açúcar; Plantador de cana-de-açúcar - conta própria; Plantador de cana-de-açúcar - empregador; Tombador de cana-de-açúcar.

¹¹⁵ O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) considera Tratoristas agrícolas (CBO - 6410-15) aqueles que exercem as funções de Arador; Operador de adubadeira; Operador de implementos agrícolas; Operador de máquina agrícola; Tratorista operador de roçadeira; Tratorista operador de semeadura. Contudo, esses trabalhadores (tratoristas agrícolas) também podem estar associados a outros setores, além da agricultura. Quer dizer, nem todos estes apontados nos dados são necessariamente empregados pelo capital canavieiro.

Além disso, durante a pesquisa de campo, foi identificado um número significativo de trabalhadores que operam as colhedoras de cana, mas que são registrados na carteira profissional como tratoristas, porque o piso salarial é inferior. Ou seja, os trabalhadores que atuam como operadores das colhedoras de cana-de-açúcar e tratoristas, encontrados e identificados na pesquisa de campo, não figuram nos dados da RAIS/CAGED¹¹⁶ (Figura 13).

Figura 13 - Trabalhadores de Narandiba aguardando ônibus que os conduzirão ao trabalho



Fonte: BARRETO, M. J. Trabalho de Campo (2011).

Essa situação vivenciada pelos trabalhadores de Narandiba evidencia uma das estratégias utilizadas pelo capital canavieiro, na produção da mais-valia. Ao efetuar o registro do operador de colhedora como tratorista, este burla leis trabalhistas, entre as quais a que garante o piso salarial ao trabalhador.

Na sequência da análise, ressaltamos a função de “trabalhador volante da agricultura”, com 233 trabalhadores, os quais podem estar vinculados tanto ao setor canavieiro como a

¹¹⁶ Os trabalhadores reunidos na Figura 14, esperando os ônibus/instruções para irem ao trabalho, atuam nas frentes de corte mecanizado da Usina Cocal II. Entre esses trabalhadores, foi possível apurar que a maioria era constituída de tratoristas, mas que trabalhava como operador de trator transbordo e colhedoras, supervisor agrícola, apontador de produção, motoristas de caminhão-pipa, entre outros.

outros setores associados à agricultura em geral¹¹⁷. Entre os 32 municípios da região, essa função apareceu somente em Narandiba e Marabá Paulista.

Por fim, há as funções de “apontador de produção”, com 147 trabalhadores contratados, e “supervisor de exploração agrícola”¹¹⁸, com 73 trabalhadores, as quais foram encontradas – cada uma – somente em um município da região: Mirante do Paranapanema e Narandiba, respectivamente¹¹⁹. Nesse caso, pode-se sublinhar que essas funções também foram relacionadas e identificadas entre os trabalhadores entrevistados durante a pesquisa de campo.

Os dados a respeito do efetivo populacional, de emprego formal, setores e funções que mais empregam na região nos ajudam a refletir sobre o discurso do emprego, sempre reafirmado pelo empresariado capitalista e defendido pela maioria dos representantes do poder público dos municípios visitados. As defesas de que a expansão da cultura da cana-de-açúcar produzirá emprego e desenvolvimento econômico/social para a região, especialmente para os municípios que têm ou em que serão implantadas as unidades canavieiras, deixam questionamentos. Os dados contradizem o discurso.

Em síntese, o Pontal do Paranapanema contava, em 2010, com população de 583.703 habitantes, dos quais 124.362 estavam vinculados ao emprego formal. Mesmo levando em conta os efetivos de crianças e idosos ou aqueles que não se incluem na PEA, os números são significativos. Além disso, ao examinarmos os setores e as funções que mais concentram trabalhadores no emprego formal, também nos deparamos com dados que contradizem o discurso do setor canavieiro.

Verificamos que os Setores de Serviços e Comércio são os que mais contratam trabalhadores na região, enquanto a indústria de transformação (onde se incluem as unidades canavieiras) estão em terceiro lugar, mesmo a região já somando *nove* usinas operando e *contratando* trabalhadores na região. Ao lado das disparidades no efetivo populacional,

¹¹⁷ O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) considera o Trabalhador volante da agricultura (CBO - 6220-20) aquele que exerce as funções de Abanador na agricultura; Ajudante de serviço de (aplicação de produtos agroquímicos); Apanhador - na cultura; Aplicador agrícola; Auxiliar de agricultura; Boia-fria [...] Plantador de cultura permanente; Plantador de cultura temporária; Safrista [...] Podador agrícola; Roçador - na cultura; Ronda de formiga (combate às formigas); Safrista; Seleccionador e embalador de colheitas agrícolas; Semeador; Sementeiro - na cultura; Tarefaíro - na cultura; Tirador de palha - na cultura; Trabalhador agrícola polivalente; Volante na agricultura. Na descrição sumária do CBO, esses trabalhadores podem atuar “[...] derriçando café, retirando pés de feijão, leguminosas e tuberosas, batendo feixes de cereais e sementes de flores, bem como cortando a cana, entre outras [...]”.

¹¹⁸ Para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) o Supervisor de exploração agrícola – (CBO – 6201-05) é aquele que exerce as funções de Capataz da exploração agrícola; Capataz de horticultura; Capataz na fruticultura e na floricultura; Capataz na lavoura (exceto na floricultura, fruticultura e horticultura); Encarregado de horticultura; Encarregado de hortifrutigranjeiros; *Fiscal de lavoura*; *Monitor agrícola*; *Orientador de plantio*.

¹¹⁹ A respeito das funções de apontador de produção e supervisor de exploração agrícola, deve-se frisar que nós as estamos associando ao setor canavieiro, porque, durante a pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de conversar com trabalhadores que desenvolviam tais funções, em agroindústrias da região.

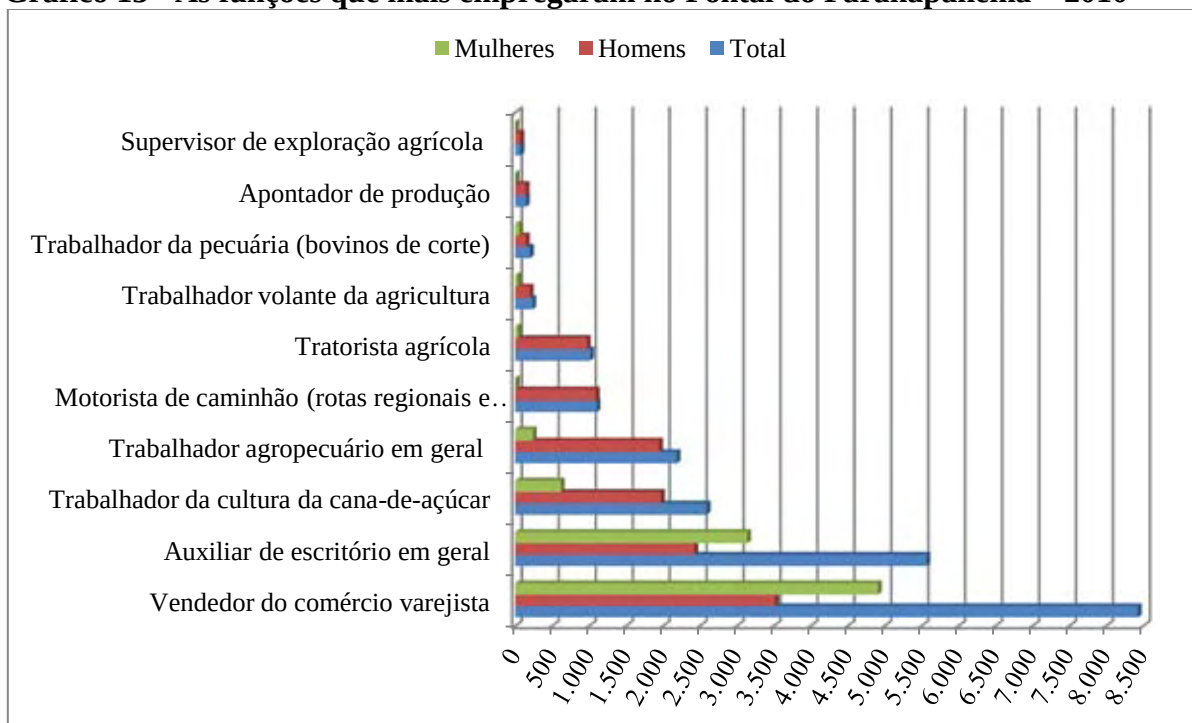
quanto ao emprego formal e aos setores que mais empregam, averiguamos igualmente outros fatos que contestam o discurso do emprego.

Ao analisarmos especificamente as funções que mais concentram trabalhadores (que mais contratam), tem-se a função de vendedor do comércio varejista, com 39%, seguida pela de auxiliar de escritório em geral, com 26%, ambas vinculadas aos setores de comércio e serviços, respectivamente.

Na sequência, vêm as funções de trabalhador da cultura da cana-de-açúcar e trabalhador da agropecuária em geral, com 12% e 10% das contratações, ambas ligadas ao setor de agropecuária, enquanto, as demais funções (tratorista agrícola, trabalhador volante da agricultura, apontador de produção e supervisor de exploração agrícola), as quais podem ser relacionadas ao setor canavieiro, somam 8%.

Os dados permitem igualmente observar que as mulheres/trabalhadoras são maioria, nas funções de “vendedor do comércio varejista” e “auxiliar de escritório em geral”, mas também estão presentes nos canaviais da região, atuando tanto no corte manual da cana-de-açúcar, como no mecanizado, embora em menor número (Gráfico 13).

Gráfico 13 - As funções que mais empregaram no Pontal do Paranapanema – 2010



Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Emprego e Desemprego

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

No entanto, quando direcionamos nossa atenção especificamente para os municípios da região que abrigam as unidades canavieiras, notamos novamente números que se

contrapõem ao discurso do capital canavieiro e às justificativas do poder público dos municípios, que os leva a silenciar frente aos impactos e prejuízos causados por tais unidades canavieiras.

3.1.2 – A representatividade dos empregos produzidos pelo setor canavieiro no Pontal do Paranapanema

Para analisar a representatividade dos empregos produzidos pelo capital canavieiro, na região do Pontal do Paranapanema, buscamos metodologicamente selecionar apenas os municípios da região onde há agroindústrias canavieiras, para, a partir disso, escolher as funções que estão direta e indiretamente relacionadas ao setor canavieiro.

Os dados da RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais) evidenciam que, entre os municípios da região que abrigam as unidades canavieiras, Martinópolis, Presidente Prudente, Regente Feijó e Sandovalina não apresentam dados referentes às funções referentes à atividade canavieira.

Entre esses municípios, é oportuno atentar para Martinópolis, cujo efetivo populacional é de 24.219 habitantes, dos quais, 12,7% estão inseridos no mercado formal de trabalho. Ao ponderar sobre a representatividade dos empregos oferecidos pela agroindústria canavieira, o representante do poder público frisou que, embora a agroindústria produza empregos, estes não se destacam, pois o município fornece, em grande número, rurícolas (trabalhadores que atuam no corte manual da cana-de-açúcar), cuja maioria é composta de migrantes, que foram contratados em outros estados do país (Bahia e Minas Gerais).

Quanto ao município de Presidente Prudente, cujo efetivo populacional é de 207.610 habitantes, dos quais 30% estão vinculados ao trabalho formal, observa-se que, como se trata de uma cidade de porte médio, com outras indústrias e atividade comercial significativa, acaba por disponibilizar outras opções de trabalho além do setor canavieiro.

Com relação a Regente Feijó, cuja população é de 18.494 habitantes, dos quais 20,5% estão formalmente empregados, a ausência de trabalhadores entre as funções oferecidas pelo setor canavieiro atribui-se ao fato de a agroindústria instalada no município ter encerrado sua produção. A unidade manteve-se fechada na safra de 2011/12 e foi posta à venda, para que sejam pagas as dívidas trabalhistas.

No que concerne a Sandovalina, que tem efetivo populacional de 3.699 habitantes, dos quais 17,1 % vinculados ao emprego formal, durante a pesquisa de campo, foi apontado pelo

representante do poder público que a agroindústria efetivamente contrata poucos trabalhadores no município, em razão da falta de qualificação profissional da população local.

Quanto aos municípios que apresentam funções diretamente ligadas ao setor canavieiro (o trabalhador da cultura da cana-de-açúcar), citam-se Marabá Paulista, Mirante Paranapanema, Teodoro Sampaio e Santo Anastácio. Em Narandiba, aparecem as funções de “tratorista agrícola”, “trabalhador volante da agricultura” e “supervisor agrícola” (Tabela 4).

Tabela 4 - Efetivo de emprego formal em funções relacionadas ao trabalho na cana-de-açúcar entre os municípios que abrigam unidades canavieiras.

Municípios	Pop. Total	Emprego Formal total	% da população empregada	Trab. cana-de-açúcar	Trab. Volante da agricultura	Tratorista agrícola	Supervisor Agrícola
Marabá Pta.	4.812	2.147	44,6	901	63	0	0
Martinópolis	24.219	3.084	12,7	0	0	0	0
Mirante Pma.	17.059	2.971	17,4	196	0	400	0
Narandiba	4.288	2.057	48,0	0	170	322	73
P. Prudente	207.610	62.271	30,0	0	0	0	0
Regente Feijó	18.494	3.793	20,5	0	0	0	0
Sandovalina	3.699	631	17,1	0	0	0	0
Sto. Anastácio	20.475	3.867	18,9	571	0	0	0
Teodoro Sampaio	21.386	4.277	20,0	405	0	293	0

Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (ISPER – Informação para o Sistema Público de Emprego e Renda – Dados por Municípios).

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

A respeito dos dados do MTE referentes ao município de Marabá Paulista, constatamos que este conta com população total de 4.812 habitantes, dos quais 44,6% estão vinculados ao emprego formal. Desse total, 901 postos de trabalho são na função de “trabalhador da cultura da cana-de-açúcar” e 63 na de “trabalhador volante da agricultura”. É imperioso lembrar que, embora o município abrigue a unidade canavieira Decasa, desde início da década de 1980, só obteve o direito de receber “[...] os benefícios que a unidade canavieira pode proporcionar – impostos”, a partir do ano de 2009, após vencer a disputa judicial contra o município de Caiuá¹²⁰.

O município de Mirante do Paranapanema, foi incluso no circuito do etanol a partir do ano de 2009, com a construção da Usina Conquista do Pontal, do grupo empresarial ETH. Sua

¹²⁰ Para mais detalhes, ver BARRETO, 2008.

população é de 17.059 habitantes, dos quais apenas 17,4% estão inseridos no mercado formal de trabalho. Desse total, 196 postos estão relacionados à função de “trabalhador da cultura da cana-de-açúcar” e 400 na ocupação de “tratorista agrícola”.

Já o município de Narandiba se destaca por concentrar 4.288 habitantes, dentre os quais 48% estão no mercado formal de trabalho. Destes, observamos que 492 estão vinculados a funções que podem ser relacionadas ao setor canavieiro e à agroindústria ali instalada, sendo 170 na função de “trabalhadores volantes da agricultura” e 322 como “tratoristas agrícolas”.

Com relação ao município de Santo Anastácio, que abriga a usina Alvorada do Oeste, desde o período do PROALCOOL, este conta com efetivo populacional de 20.475 habitantes, entre os quais apenas 18,9% estão atrelados ao emprego formal. No caso, os dados apontam que 571 ocupam a função de “trabalhador da cultura da cana-de-açúcar”.

Por fim, o município de Teodoro Sampaio concentra efetivo populacional de 21.386 habitantes, mas somente 20% desses, fazem parte do mercado formal de trabalho. Desse total, 405 são registrados na função de “trabalhador da cultura da cana-de-açúcar” e 293 como “tratoristas agrícolas”, ou seja, 20% do emprego formal no município (693) podem ser associados ao setor canavieiro.

Os dados apresentados relativos ao efetivo de trabalhadores vinculados ao emprego formal e ao número de empregos relacionados diretamente com o setor canavieiro apresentam-nos indícios da transformação que vem ocorrendo no âmbito do trabalho – a passagem da colheita manual da cana-de-açúcar para a colheita mecanizada.

O MTE exhibe informações de Marabá Paulista e Santo Anastácio, as quais evidenciam a presença do corte manual da cana-de-açúcar e, conseqüentemente, confirmam que as unidades canavieiras instaladas nesses municípios realizam grande parte de sua colheita manualmente. Ao contrário, dos dados referentes aos municípios de Mirante do Paranapanema, Narandiba e Teodoro Sampaio, estes dão conta de que a contratação maciça de tratoristas agrícolas desvela o avanço do corte mecanizado, nas respectivas unidades canavieiras.

Diante dos empregos ligados ao setor canavieiro expressos nos dados, questionamos se esses postos de trabalho validam o *deserto de cana-de-açúcar* que aumenta a cada safra sobre as terras agricultáveis do Pontal do Paranapanema. Ou, ainda, se justificam o estabelecimento da monocultura, a expulsão dos pequenos produtores rurais, os impactos sociais sentidos pelos municípios do circuito do etanol (abrigo unidades canavieiras, matéria-prima e mão de obra), o qual precariza a vida de trabalhadores que “se agarram” aos empregos nas agroindústrias, como se fossem a única possibilidade de sobrevivência.

Nesse sentido, a pesquisa possibilitou apreender que grande parte dos empregos oferecidos pelo setor canavieiro consiste num modelo de emprego incerto, temporário, no qual o trabalhador precisa ser *necessariamente* aplicado, dedicado e interessado, para permanecer no serviço, no período da entressafra, de sorte a se manter ativo no mercado de trabalho. Para aqueles que necessitam do emprego, trata-se de um estímulo a mais, que induz à intensificação extrema em suas funções, embora muitas vezes estas possam ir além de suas possibilidades físicas e mentais¹²¹. Esses trabalhadores coexistem com a pressão e a insegurança, se irão ser dispensados ou se continuarão empregados¹²².

Durante a pesquisa de campo, testemunhamos a angústia de trabalhadores contratados por agroindústrias canavieiras da região, sobretudo aqueles que atuam no setor agrícola (corte manual da cana-de-açúcar, operadores de colhedoras, tratoristas, motoristas – transporte da cana ou vinhaça). As dúvidas, os questionamentos, a vida permeando entre o emprego e o desemprego. Estar ou não inseridos na lista dos demitidos no final da safra? Permanecer ou não empregados? Ou, ainda, haverá a (re)contratação pela agroindústria? Receberão seus direitos trabalhistas? Irão encontrar alguma atividade que lhes proporcione renda, na entressafra? São dúvidas, questionamentos, que povoam o mundo dos trabalhadores que estão inseridos nessa forma precária de trabalho, o temporário¹²³.

Vale acrescentar que essas incertezas em torno do trabalho/emprego, no âmbito das agroindústrias canavieiras, não se limitam às funções de cortadores da cana-de-açúcar ou trabalhadores volantes da agricultura, imaginando-se que a mecanização da colheita venha resolver o problema. Elas se estendem àqueles que atuam nas *funções* de tratoristas, operadores de colhedora, apontadores de produção, supervisores agrícolas, entre outras. Todos estão inseridos nessa mesma lógica.

Nesse caso, é necessário atentar igualmente para a alta rotatividade de trabalhadores, nas agroindústrias da região, principalmente entre aqueles que atuam em funções relacionadas à produção. Sobre essa alta rotatividade no setor canavieiro regional, foi ressaltado que, na verdade, “[...] *trata-se de uma dança de cadeiras, dificilmente você encontra supervisores,*

¹²¹ Durante a pesquisa de campo, ouvimos relatos de J. H., pai de um trabalhador que exerce função de coordenador agrícola, no âmbito da agroindústria canavieira. De acordo com o entrevistado, seu filho está com menos de 30 anos e já se encontra doente (uma gastrite nervosa, a qual já evoluiu para úlcera). Na realidade, ele vivencia a pressão imposta pelo trabalho durante as vinte e quatro horas do dia, pois o pessoal da usina liga para ele a qualquer hora do dia e da noite, porque é preciso cumprir as metas do dia.

¹²² Os trabalhadores mantidos no emprego/trabalho, vinculados à unidade canavieira no período da entressafra, atuam nas mais variadas funções. Por exemplo, um trabalhador que, durante a safra, prestou serviços no transporte de cana-de-açúcar, na entressafra, atua no setor de limpeza, organização da indústria, segurança, setor agrícola/canaviais, entre outras funções.

¹²³ As agroindústrias contratam, no início da safra (entre os meses de março e maio), a maioria de seus trabalhadores e os dispensam entre os meses de outubro e dezembro.

*coordenadores, apontadores e outros, que não passaram por mais de três usinas. Se você não atinge as metas, você é punido ou cortado”*¹²⁴.

Essas questões nos põem diante de mais um modelo de exploração – a autoexploração. O trabalhador é induzido a se autoexplorar, para conservar-se no emprego e consequentemente ativo no mercado de trabalho. Essa autoexploração está pautada na constituição de uma insegurança colocada no mundo do trabalho.

Nesse sentido, para Thomaz Júnior (2009, p. 434), “[...] a alienação do trabalho conduzem o trabalhador, o ser que trabalha, a aceitar a subordinação da sua ação (pessoal e/ou coletiva ou de classe) a sua individualidade”.

No setor canavieiro não é diferente: as incertezas e o medo fazem parte do modelo de produção imposto, muitos trabalhadores envolvidos nesse setor, em seus depoimentos, deixaram transparecer esse medo. *Medo* de se juntarem aos desempregados, de serem mal interpretados pelo gerente, dirigente, supervisor e até mesmo pelo líder do setor em que trabalham e, assim, serem demitidos e não conseguirem mais um emprego.

Sobre as incertezas no mundo do trabalho, Alves (2007) salienta que

[...] as condições específicas de desenvolvimento do capital, a precariedade e a precarização do trabalho ampliam-se de forma exacerbada [...] a *insegurança* no mundo do trabalho em suas múltiplas dimensões: insegurança de emprego, de seguridade e previdência social e de representação política e sindical. Ocorre uma fragmentação da classe trabalhadora, ou melhor, uma fragmentação de seus estatutos salariais [...] (ALVES, 2007, p. 125-126).

Tendo em vista os depoimentos dos trabalhadores, que se sujeitam a esse modelo de emprego/trabalho, e as colocações do autor, questionamos a expansão da cana-de-açúcar e das unidades canavieiras, enquanto modelo de geração de emprego, renda e desenvolvimento regional/local, como tantas vezes apontado pelos representantes públicos dos municípios e pelos representantes do setor canavieiro.

Nesse cenário de incertezas e de precarização da vida e do trabalho, para os trabalhadores e trabalhadoras que vivenciam contexto do setor canavieiro, na região do Pontal do Paranapanema, Oliveira (2009) ressalta que, embora não se possa apresentar a dimensão real das implicações dessa instabilidade financeira do agronegócio canavieiro para

¹²⁴ Essa questão da alta rotatividade de empregos nas usinas da região foi apontada por funcionário de uma unidade canavieira da região, durante a pesquisa de campo. O trabalhador solicitou que seu nome e o da empresa fossem preservados, devido a possíveis retaliações.

trabalhadores, existe a preocupação no sentido de que o quadro de superexploração e de precariedade do trabalho, nesse segmento produtivo, tende a se agravar sob a crise.

Vasapollo (2006) enfatiza:

A nova organização capitalista do trabalho é caracterizada cada vez mais pela precariedade, pela flexibilidade e desregulamentação, de maneira sem precedentes para os assalariados. É o mal-estar do trabalho, o medo de perder o próprio posto, de não poder mais ter uma vida social e de apenas do trabalho e para o trabalho, com angústia vinculada à consciência de um avanço tecnológico que não resolve as necessidades sociais. (VASAPOLLO, 2006. p. 45).

Assim, os depoimentos dos trabalhadores a respeito da rotatividade podem ser comprovados mediante os dados coletados junto ao CAGED, através da flutuação de empregos entre as ocupações com maiores e menores saldos, especialmente entre as funções que podem ser compreendidas no âmbito do setor canavieiro.

Na sequência, demonstraremos, por meio de uma análise pormenorizada entre os municípios da região que possuem agroindústrias canavieiras, as admissões e desligamentos que envolvem esses trabalhadores, entre os meses de janeiro a dezembro de 2010 e de janeiro a novembro de 2011. Nosso objetivo é evidenciar as oscilações no âmbito do emprego e entre os trabalhadores que estão inseridos nesse mercado de trabalho.

3.1.3- A flutuação do emprego formal nos municípios da região que abrigam as unidades agroindustriais canavieiras

Considerando os apontamentos de que a expansão da cultura canavieira produz empregos e renda para a população local, buscamos averiguar a representatividade desses empregos especificamente nos municípios que têm agroindústrias canavieiras, verificando, através da flutuação do emprego formal, quais as ocupações que mais contrataram e quais mais demitiram, entre os meses de janeiro a dezembro de 2010 e entre os meses de janeiro a novembro de 2011.

O objetivo é demonstrar, por meio dos dados e da pesquisa de campo, o comportamento dos empregos trazidos pelo setor canavieiro, no interior de cada município com agroindústria canavieira e, conseqüentemente, examinar a qualidade e a importância desses postos de trabalho para o município e para a classe trabalhadora.

Durante a pesquisa de campo, nos municípios da região que possuem unidades canavieiras, buscamos observar e realizar entrevistas junto a trabalhadores do município, no que diz respeito à produção de empregos pelo setor canavieiro e qualidade de trabalho por ele

oferecido. Afinal, no discurso da autoexpansão com vistas à realização do valor, o agronegócio canavieiro desempenha seu domínio político, apropriando-se do espaço de produção e subjugando milhares de trabalhadores fragilizados frente à necessidade do emprego (OLIVEIRA, 2009).

Em nossa visita de campo a Narandiba, notamos, sobretudo a relevância que o Poder Público municipal deposita sobre a agroindústria canavieira, a agroindústria Cocal II, unidade recém-construída, contrariando sua posição quanto à destilaria Paranapanema I, que, ao longo de sua existência, trouxe muitos problemas até ser desativada e transferida para o Estado de Goiás. Para o Prefeito de Narandiba, a implantação da Cocal II tem trazido muitos benefícios ao município, entre os quais impostos, empregos e renda à população local.

Para analisar os dados correspondentes à flutuação do emprego nos municípios da região, optamos por avaliar apenas as ocupações que estão diretamente ligadas ao setor canavieiro. Assim, estaremos observando necessariamente as admissões/contratações e os desligamentos/dispensas de trabalhadores, ao longo do ano.

No que se refere aos dados correspondentes ao ano de 2010, houve admissão de 9 técnicos agrícolas e desligamento de 5 funcionários da mesma função, contabilizando saldo de 4 trabalhadores. Os dados relativos à função de técnico agrícola se repetem em 2011, com 7 admissões e 2 dispensas, restando um saldo de 5 trabalhadores vinculados ao emprego formal.

Ainda em 2010, ocorreram 68 contratações e 85 desligamentos, na função de tratorista agrícola, resultando num saldo de -17 trabalhadores. Na sequência, comparecem as funções de técnico de laboratório industrial, com 10 desligamentos e nenhuma contratação, e um saldo de -10 trabalhadores, ao passo que na função de supervisor de exploração agrícola houve 12 contratações e 21 desligamentos, com um saldo de -9 trabalhadores vinculados ao emprego formal.

Quanto aos dados referentes ao ano de 2011, destacam-se as funções de trabalhador volante da agricultura, com 10 demissões e nenhuma contratação, resultando em saldo de -10 trabalhadores, e de tratorista agrícola, com 5 demissões e nenhuma contratação, fechando com saldo negativo de -5 trabalhadores.

Através dos dados correspondentes à flutuação do emprego, no município de Narandiba, percebe-se que a rotatividade apontada pelo trabalhador, durante a pesquisa de campo, é comprovada. Embora haja uma contratação significativa, ao longo da safra, ocorre também a demissão na mesma proporção ou até mesmo superior. Ou seja, as expectativas criadas sobre os empregos trazidos pelo setor canavieiro levantam questionamentos e têm produzido mais

insegurança e incertezas que bem-estar aos trabalhadores, já que estes vivem constantemente sob a ameaça do desemprego (Tabela 5).

Tabela 5 - Trabalhadores admitidos e desligados entre os anos de 2010 a 2011 - Município de Narandiba

Ocupações com maiores saldos (janeiro a dezembro de 2010)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Pedreiro	40	20	20
Carregador (armazém)	30	12	18
Borracheiro	9	3	6
Mecânico de automóvel	12	7	5
Técnico agrícola	9	5	4
Ocupações com menores saldos (janeiro a dezembro de 2010)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Motorista de rotas regionais e internacionais	25	67	-42
Trabalhador agropecuário em geral	48	82	-34
Tratorista agrícola	68	85	-17
Técnico de laboratório industrial	0	10	-10
Supervisor de exploração agrícola	12	21	-9
Ocupações com maiores saldos (janeiro a novembro de 2011)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Carregador	19	11	8
Técnico agrícola	7	2	5
Técnico de garantia de qualidade	2	0	2
Motorista de furgão ou veículos similares	3	1	2
Atendente de lanchonete	2	0	2
Ocupações com menores saldos (janeiro a novembro de 2011)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Trabalhador agropecuário em geral	22	33	-11
Pedreiro	1	12	-11
Trabalhador volante da agricultura	0	10	-10
Ajustador mecânico	1	8	-7
Tratorista agrícola	0	5	-5

Fonte: CAGED /ISPER (2011).

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

De fato, é importante lembrar que essa rotatividade de trabalhadores está ocorrendo no âmbito dos ditos qualificados (tratorista, operador de colhedoras, fiscal, supervisor agrícola,

apontador de produção), já que os trabalhadores da colheita manual da cana tendem a desaparecer da região. A crescente política de qualificação profissional intensifica ainda mais essa situação, visto que a intenção do setor canavieiro é formar na região um exército de reserva desses trabalhadores capacitados para operar as colhedoras de cana-de-açúcar e os tratores transbordo.

No caso de Marabá Paulista, é relevante ressaltar de antemão que o município, personificado na figura do prefeito J. M. R., nos anos de 2007/08, contestou na justiça o direito de receber os impostos pagos pela unidade agroindustrial canavieira, porque esta, mesmo geograficamente localizada nos limites de seu município, repassava todos os impostos ao município de Caiuá, onde era registrada¹²⁵.

Nessa corrida pelos impostos da Destilaria Decasa, o representante do poder público do município ainda estabeleceu acordos com a agroindústria, para que a mesma realizasse maiores contratações de trabalhadores e trabalhadoras no município, considerando a carência de empregos formais nesse local. Entre os benefícios oferecidos pelo prefeito da cidade, estão a de isenção impostos (ISS e IPVA), construção e melhoramento de estradas para facilitar o escoamento da produção, construção de casas populares para trabalhadores migrantes, entre outros.

Nesse sentido, observamos que o capital canavieiro, exemplificado pela Destilaria Decasa, aproveita-se da contenda travada entre Marabá Paulista e Caiuá, para solicitar a um e a outro “isenção fiscal” e “benefícios”, em troca de arremate de mão de obra no município, aquisições no comércio local etc.

Nesse emaranhado de disputas e de acordos políticos, voltamo-nos para os dados que correspondem ao emprego formal que o agronegócio canavieiro afirma promover, no município em destaque.

Quanto aos dados referentes à flutuação de empregos, percebemos que, no ano de 2010, as ocupações relacionadas ao setor canavieiro estão descritas entre aquelas com menores saldos, isto é, aquelas que mais dispensaram trabalhadores: 5 trabalhadores volantes da agricultura e 3 tratoristas agrícolas.

Entre os meses de janeiro e novembro de 2011, as informações relativas à ocupação de trabalhador da cultura cana-de-açúcar dão conta de que foram admitidos 473 trabalhadores e se dispensaram 660, resultando num saldo de -187. Além desses, os dados apontam -28 trabalhadores volantes da agricultura e -17 supervisores de exploração agrícola (Tabela 6).

¹²⁵ Para mais detalhes, ver BARRETO, 2008.

Tabela 6 - Trabalhadores admitidos e desligados entre os anos de 2010 a 2011 - Município de Marabá Paulista.

Ocupações com maiores saldos janeiro a dezembro de 2010	Admissões	Desligamentos	Saldos
Auxiliar de confecção de roupas	12	1	11
Mestre (indústria têxtil de confecção)	10	0	10
Costureira de Reparação de roupas	10	1	9
Auxiliar de escritório em geral	8	3	5
Eletricista de instalação	8	4	4
Ocupações com menores saldos janeiro a novembro de 2010	Admissões	Desligamentos	Saldos
Trabalhador agropecuário em geral	48	63	-15
Trabalhador volante da agricultura	5	10	-5
Motorista de Caminhões rotas regionais e internacionais	0	3	-3
Trabalhador da pecuária (bovinos de corte)	14	17	-3
Tratorista Agrícola	1	4	-3
Ocupações com maiores saldos janeiro a novembro de 2011	Admissões	Desligamentos	Saldos
Trabalhador da pecuária (bovinos de corte)	19	13	6
Trabalhador agropecuário em geral	36	32	4
Encanador	11	7	4
Educador social	3	0	3
Motorista de ônibus	3	0	3
Ocupações com menores saldos janeiro a novembro de 2011	Admissões	Desligamentos	Saldos
Trabalhador da cultura da cana-de-açúcar	473	660	-187
Trabalhador volante da agricultura	4	32	-28
Motorista de caminhão rotas regionais e internacionais	7	31	-24
Servente de obras	7	25	-18
Supervisor de exploração agrícola	0	17	-17

Fonte: CAGED /ISPER (2011).

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

Os dados referentes aos empregos promovidos pelo setor canavieiro, no município de Marabá Paulista, demonstram uma das principais questões que envolvem o trabalho no setor canavieiro e que, por conseguinte, precarizam a vida da classe trabalhadora, trazendo impactos negativos ao município: o desemprego em massa, que ocorre todos os anos em regiões e municípios canavieiros, já que com o fim das safras, as unidades canavieiras dispensam a maioria de seus trabalhadores. Estes, por sua vez, frente às necessidades de sobrevivência, somadas à falta de ocupação nos meses de entressafra, acabam por recorrer à

assistência social de seus municípios de origem, em busca de cestas básicas, recursos para pagamento de aluguéis, contas de água e energia elétrica, como foi relatado na pesquisa de campo.

Quanto à implantação da unidade canavieira Atena, no município de Martinópolis, e a promoção de empregos, o representante do poder público municipal ressaltou que a expansão da cana-de-açúcar na região vem sendo mais positiva pela dinamização do comércio do que na produção de emprego formal.

Para o entrevistado, os empregos que o setor canavieiro tem trazido para os trabalhadores e trabalhadoras do município são relativamente poucos, já que a função que mais contrata é trabalho no corte manual da cana-de-açúcar, a qual está diminuindo de maneira gradativa na região, frente aos avanços da mecanização da colheita, sendo que a empresa destina os postos de trabalho que restam a trabalhadores migrantes trazidos de outros Estados do país, alegando que são mais produtivos. Nesse viés, completou que, para o setor canavieiro, a mão de obra regional é pouco produtiva, por isso traz centenas de migrantes para residir durante a safra, no município, o que gera impacto, porque não há nenhum investimento ou recompensa do governo estadual para os municípios que abrigam as agroindústrias de cana-de-açúcar.

Para Oliveira (2009), de modo geral, representantes do poder público dos municípios, motivados pelo discurso canavieiro, têm criado falsas expectativas quanto à geração de empregos, visto que grande parte dos trabalhadores envolvidos tanto na construção como na realização de algumas funções é composta de migrantes.

Ao mesmo tempo em que defendem a implantação de novas agroindústrias na região e expansão dos canaviais, tais representantes não preparam seus municípios para os possíveis impactos que acompanham o setor e os prejuízos acabam incidindo sobre a população local. O atendimento nas instituições públicas, especialmente no âmbito da saúde e educação, que normalmente já é precário, tende a se agravar.

Os dados que evidenciam a flutuação do emprego formal, no município de Martinópolis, mostram apenas a função de trabalhador da cultura da cana-de-açúcar. Entre os meses de janeiro e dezembro de 2010, verifica-se que ocorreram 16 contratações e 8 demissões sob essa função, resultando em um saldo de 8 contratados, enquanto, no ano de 2011, entre os meses de janeiro e dezembro, apresentam-se 54 contratações e 41 desligamentos, referentes à mesma função, restando um saldo de 13 trabalhadores (Tabela 7).

Tabela 7 - Trabalhadores admitidos e desligados entre os anos de 2010 a 2011 – Município de Martinópolis

Ocupações com maiores saldos janeiro a dezembro de 2010	Admissões	Desligamentos	Saldos
Alimentador de linha de produção	40	23	17
Auxiliar de seguros	19	2	17
Pintor letreiro	24	11	13
Frentista	18	9	9
Trabalhador da cultura da cana-de-açúcar	16	8	8
Ocupações com menores saldos janeiro a dezembro de 2010	Admissões	Desligamentos	Saldos
Pintor de obras	28	44	-16
Trabalhador agropecuário em geral	145	160	-15
Servente de obras	4	16	-12
Topógrafo	31	42	-11
Técnico de laboratório	7	16	-9
Ocupações com maiores saldos janeiro a novembro de 2011	Admissões	Desligamentos	Saldos
Abatedor	55	25	30
Trabalhador volante da agricultura	54	41	13
Vendedor de comércio varejista	54	41	13
Professor de cursos livres	13	2	11
Frentista	28	19	9
Ocupações com menores saldos janeiro a novembro de 2011	Admissões	Desligamentos	Saldos
Alimentador de linha de produção	19	38	-19
Topógrafo	3	20	-17
Ajudante de motorista	3	11	-8
Auxiliar de escritório em geral	19	26	-7
Auxiliar de seguros	0	7	-7

Fonte: CAGED /ISPER (2011).

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

Quanto ao município de Mirante do Paranapanema, tanto representantes do poder público como a população em geral atribuem um grande valor à presença da Usina Conquista do Pontal, em seus limites territoriais.

Em entrevista, o prefeito enfatizou a importância dos empregos disponibilizados pela unidade canavieira da ETH. Acrescentou que, no ano de 2011, a empresa contratou 440 trabalhadores de seu município e não há um maior número de trabalhadores contratado, por causa da falta de qualificação profissional entre os trabalhadores regionais/locais.

Para o entrevistado, essa falta de qualificação dos trabalhadores regionais é uma questão que tende a ser modificada, frente à crescente oferta de emprego, no setor canavieiro. A introdução da máquina na colheita da cana-de-açúcar já é uma realidade na região, por isso, é urgente qualificar/capacitar mão de obra¹²⁶. A reestruturação do setor canavieiro, assinalada pelo prefeito, está sendo refletida nos dados relativos às funções do setor canavieiro. Nos municípios em que existe uma maior adesão à colheita mecanizada, a mão de obra comparece diferenciada. A flutuação do emprego é mais expressiva entre as funções de tratorista e apontador de produção, entre outras.

No que concerne aos dados do município correspondentes à flutuação de empregos no âmbito do setor canavieiro, observamos que, no ano de 2010, houve um número considerável de contratações em funções que atribuímos ao setor canavieiro, tais como tratorista agrícola, apontador de produção, operador de evaporador na destilação e trabalhadores da cultura da cana-de-açúcar. Com relação às funções apontadas na flutuação do emprego no referido município, observa-se que houve 237 admissões e apenas 29 desligamentos, entre os aqueles que exercem a função de tratorista agrícola, resultando num saldo positivo de 208 trabalhadores.

Também foram contratados 161 apontadores de produção, dos quais 20 foram demitidos, restando 141 contratados. Além desses, houve a contratação de 137 trabalhadores da cultura da cana-de-açúcar, enquanto apenas 45 foram demitidos, fechando com saldo de 92 contratados.

No ano de 2011, notamos que a função de apontador de produção, está entre aquelas que mais contrataram: foram 98 admissões e 56 demissões, resultando em saldo de 42 trabalhadores. Também houve 16 contratações na função de operador de evaporador na destilação e apenas 2 dispensas, com saldo de 14 trabalhadores.

Entre as ocupações com menores saldos, notamos que ocorreram 29 contratações e 49 desligamentos na função de trabalhador da cultura da cana-de-açúcar, resultando em saldo negativo de 20 trabalhadores, ao passo que, na função de tratorista agrícola, houve 74 contratações de 81 desligamentos, fechando também com saldo negativo de -7 (Tabela 8).

¹²⁶ De acordo com informações junto à prefeitura de Mirante do Paranapanema, o município em parceria com o SENAR e a Usina Conquista do Pontal/ETH, tem feito altos investimentos em cursos de capacitação profissional, visando qualificar trabalhadores locais para atuarem no setor canavieiro. Nessa parceria, a prefeitura entra com os recursos financeiros, o SENAR com o prédio (salas de aulas) e a Usina Conquista do Pontal sediando as aulas praticas dos cursos, e logicamente já selecionando futuros trabalhadores.

Tabela 8 - Trabalhadores admitidos e desligados entre os anos de 2010 a 2011 - Município de Mirante do Paranapanema

Ocupações com maiores saldos (janeiro a dezembro de 2010)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Tratorista agrícola	237	29	208
Operador de estação de bombeamento	168	21	141
Apontador de produção	161	20	141
Trabalhador da cultura de cana-de-açúcar	137	45	92
Motorista de caminhão rotas regionais e internacionais	119	36	83
Ocupações com menores saldos (janeiro a dezembro de 2010)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Servente de obras	27	58	-31
Vendedor do comércio varejista	24	52	-28
Motorista de carro de passeio	3	19	-16
Vendedor em domicílio	0	14	-14
Vendedor em comércio atacadista	0	13	-13
Ocupações com maiores saldos (janeiro a novembro de 2011)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Apontador de produção	98	56	42
Motorista de ônibus urbano	36	20	16
Auxiliar de escritório em geral	65	51	14
Operador de evaporador na destilação	16	2	14
Soldador	18	9	9
Ocupações com menores saldos (janeiro a novembro de 2011)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Trabalhador na cultura da cana-de-açúcar	29	49	-20
Servente de obras	7	19	-12
Vendedor de comércio atacadista	0	7	-7
Tratorista agrícola	74	81	-7
Trabalhador na pecuária (bovino de corte)	9	16	-7

Fonte: CAGED /ISPER (2011).

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

No município de Sandovalina, durante a pesquisa de campo, assim como nos demais municípios visitados, buscamos realizar entrevistas junto a representantes públicos, trabalhadores e população em geral. Por esse meio, foi possível perceber que, embora a usina seja considerada importante, porque traz alguns empregos à classe trabalhadora local, foram

apontadas ressalvas, no sentido de a unidade canavieira também gerar prejuízos aos assentados, além dos impactos no setor da saúde.

Para a Secretaria da Saúde, a população, os trabalhadores da região de maneira geral estão adquirindo novas doenças, relacionadas diretamente com as dificuldades do trabalho na cana-de-açúcar, e esses problemas têm-se refletido nos orçamentos do município. O representante da Casa da Agricultura de Sandovalina mencionou igualmente problemas: o uso intensivo de agrotóxicos aplicados via aérea tem destruído a produção dos pequenos produtores rurais, o que tem gerado conflito.

Quando questionado sobre os problemas trazidos pela expansão da cana-de-açúcar, o prefeito do município, com o intuito de amenizar as críticas e buscando resguardar a empresa, ressaltou que, mesmo ocasionando alguns problemas, a empresa também traz muitos benefícios, considerados os inúmeros empregos oferecidos aos trabalhadores do município. Nesse sentido, lembrou que, até 2011, a agroindústria Umoe Bioenergy tinha contratado cerca de 220 trabalhadores do município (safra 2011/2012) e apenas não contrata mais por falta de qualificação profissional. Todavia, a prefeitura tem investido em parecerias com a empresa/agroindústria, para qualificar mão de obra no município, a fim de que esta possa ser incluída nesse novo mercado de trabalho.

Nesse caso, ao observarmos os dados correspondentes à flutuação do emprego atinentes às funções ligadas ao setor canavieiro, percebemos que, no ano de 2010, o município apresenta 62 admissões e 122 exonerações na função de tratorista agrícola, resultando em saldo negativo de 60 trabalhadores. Na sequência, destacam-se a função de trabalhador volante da agricultura, com 54 contratações e 85 demissões, fechando com saldo negativo de 27, assim como a função de técnico de laboratório industrial, com 12 exonerações e nenhuma contratação.

Os dados de 2011 revelam que, entre janeiro e novembro de 2011, foram contratados 156 trabalhadores volantes da agricultura e somente 18 foram dispensados, resultando num saldo de 138 trabalhadores. Destaque para as funções de tratorista agrícola, com 101 contratações e apenas 22 demissões, resultando em 79 contratos, e a função de supervisor de exploração agrícola, com 64 contratações, 14 demissões e um saldo positivo de 50 trabalhadores permanecendo no emprego formal (Tabela 9).

Tabela 9 - Trabalhadores admitidos e desligados entre os anos de 2010 a 2011 – Município de Sandovalina

Ocupações com maiores saldos (janeiro a dezembro de 2010)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Xaropeiro	9	2	7
Vendedor do comércio varejista	18	13	5
Técnico de utilidade (produção e distribuição de vapor, gases, óleos, combustíveis e energia)	4	1	3
Contínuo	8	5	3
Supervisor de vendas comercial	4	1	3
Ocupações com menores saldos (janeiro a dezembro de 2010)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Tratorista agrícola	62	122	-60
Faxineiro	11	52	-41
Trabalhador volante da agricultura	54	81	-27
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	14	26	-12
Técnico de laboratório industrial	0	12	-12
Ocupações com maiores saldos (janeiro a novembro de 2011)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Trabalhador volante da agricultura	156	18	138
Trabalhador agropecuário geral	155	25	130
Tratorista agrícola	101	22	79
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	81	9	72
Supervisor de exploração agrícola	64	11	50
Ocupações com menores saldos (janeiro a novembro de 2011)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Xaropeiro	0	19	-19
Operador de trator de lâmina	12	25	-13
Faxineiro	3	13	-10
Operador de máquinas fixas em geral	0	9	-9
Supervisor de vendas comercial	0	4	-4

Fonte: CAGED /ISPER (2011).

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

Por sua vez, os trabalhos de campo possibilitaram notar que, de forma geral, Santo Anastácio foi o município onde mais se mencionaram os prejuízos e problemas que a expansão canavieira tem proporcionado à região, por meio do discurso do emprego. Desse modo, os dados de flutuação de emprego, nos anos de 2010 e 2011, relacionados especificamente ao setor canavieiro, assinalam que, entre os meses de janeiro e dezembro de 2010, aconteceram 421 admissões e 624 desligamentos na função de trabalhador da cultura da

cana-de-açúcar, isto é, um saldo de -203 trabalhadores vinculados ao emprego formal. Verifica-se igualmente que, na função de apontador de mão de obra, houve 1 admissão e 16 desligamentos, com saldo de -15 trabalhadores.

Já no ano de 2011, os dados demonstram que houve 420 admissões e 407 desligamentos, sob a função de trabalhador da cultura da cana-de-açúcar, resultando em saldo positivo de 13 trabalhadores. Ocorreram ainda 17 admissões e 10 desligamentos e um saldo de 7 trabalhadores, na função de tratorista agrícola (Tabela 10).

Tabela 10 – Trabalhadores admitidos e desligados entre os anos de 2010 a 2011 - Município de Santo Anastácio

Ocupações com maiores saldos (janeiro a dezembro de 2010)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Carregador (armazém)	52	37	15
Lagareiro	53	40	13
Alimentador de linha de produção	15	7	8
Vendedor de comércio varejista	144	137	7
Ocupações com menores saldos (janeiro a dezembro de 2010)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Trabalhador a cultura da cana-de-açúcar	421	624	-203
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	34	58	-24
Trabalhador agropecuário em geral	51	72	-21
Caminhoneiro autônomo (rotas regionais e internacionais)	16	32	-16
Apontador de mão de obra	1	16	-15
Ocupações com maiores saldos (janeiro a novembro de 2011)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Carregador (armazém)	75	51	24
Trabalhador agropecuário em geral	57	34	23
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	79	59	20
Trabalhador a cultura da cana-de-açúcar	420	407	13
Tratorista agrícola	17	10	7
Ocupações com menores saldos (janeiro a novembro de 2011)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Assistente administrativo	31	46	-15
Vendedor de comércio varejista	130	143	-13
Apontador de mão de obra	2	14	-12
Operador de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas	1	8	-7

Fonte: CAGED /ISPER (2011).

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

Para o representante público do município¹²⁷, os postos de trabalho produzidos pelas unidades canavieiras são poucos e temporários. Todos os anos, entre os meses de novembro/dezembro a março/abril, o município de Santo Anastácio vivencia forte situação de desemprego, sem contar que a maioria dos trabalhadores que atuam na agroindústria vem de outras regiões do Estado e do país, sobretudo do Nordeste.

Sobre os dados trabalhados e a posição do representante público do município em destaque, apreende-se se que o trabalho canavieiro não é essencialmente o emprego de que a classe trabalhadora da região do Pontal do Paranapanema carece – um contrato por sete ou oito meses em um trabalho precário, que causa sérios prejuízos à saúde dos trabalhadores.

O excessivo desgaste e problemas acumulados pelas longas jornadas tornam grande parte desses trabalhadores totalmente incapazes para qualquer tipo de trabalho. O resultado é o acúmulo de homens/mulheres jovens demais para se aposentar e impossibilitados para buscar seu próprio sustento. Além disso, a Usina Alvorada do Oeste está desativada, desde janeiro de 2012, intensificando ainda mais a problemática do emprego no município.

No caso dos dados correspondentes à flutuação do emprego, no município de Teodoro Sampaio, observa-se que, especificamente, as admissões e desligamentos relacionados ao setor canavieiro se apresentam da seguinte forma: entre janeiro e dezembro de 2010, houve 44 admissões e 26 desligamentos, restando saldo positivo de 18 trabalhadores, na função de apontador de produção. No mesmo ano, ocorreram 127 admissões e 296 desligamentos, na função de trabalhador da cultura da cana-de-açúcar, fechando com saldo negativo de -169.

De janeiro a novembro de 2011, entre as ocupações com menores saldos também comparece a função de trabalhador da cultura da cana-de-açúcar, com 79 trabalhadores admitidos, 125 desligados e um saldo negativo de 46.

O representante do poder público do município de Teodoro Sampaio exaltou a presença da unidade canavieira e ressaltou a importância da produção de novos postos de trabalho. Em sua opinião, “[...] a empresa passou a trazer mais benefícios ao município a partir do momento que foi incorporada pela Oberecht/ETH, até então, trazia apenas prejuízos, pois

¹²⁷Em entrevista, feita durante a visita de campo, no dia 13 de maio de 2011, o representante do poder público de Santo Anastácio aludiu aos impactos negativos que a agroindústria canavieira Alvorada do Oeste traz, ao deixar de pagar seus funcionários, no final de cada safra e nos meses que se seguem, antes do início da nova safra. Para ele, os problemas se repetem anualmente.

não pagava fornecedores, trabalhadores, impostos – era mais um problema que um benefício” (informação verbal)¹²⁸ (Tabela 11).

Tabela 11 – Trabalhadores admitidos e desligados entre os anos de 2010 a 2011 – Município de Teodoro Sampaio

Ocupações com maiores saldos (janeiro a dezembro de 2010)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Motorista de carro de passeio	329	280	49
Operador de estação de bombeamento	63	41	22
Instalador de linhas elétricas de alta e baixa tensão (rede aérea e subterrânea)	20	0	20
Apontador de produção	44	26	18
Mecânico de veículos automotores a diesel (exceto tratores)	41	24	17
Ocupações com menores saldos (janeiro a dezembro de 2010)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Trabalhador da cultura cana-de-açúcar	127	296	-169
Vendedor de comércio varejista	96	147	-51
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	148	189	-41
Trabalhador do tratamento de leite e fabricação de laticínios afins	46	71	-25
Auxiliar de escritórios em geral	41	62	-21
Ocupações com maiores saldos (janeiro a novembro de 2011)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	254	110	144
Motorista de ônibus urbano	37	9	28
Despachante de transportes coletivos (exceto trem)	34	8	26
Operador de estação de bombeamento	46	23	23
Professor de nível médio no ensino fundamental	24	1	23
Ocupações com menores saldos (janeiro a novembro de 2011)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Trabalhador da cultura cana-de-açúcar	79	125	-46
Motorista de carro de passeio	68	92	-24
Trabalhador do tratamento de leite e fabricação de laticínios afins	57	67	-10
Técnicos de obras de civis	2	12	-10

Fonte: CAGED /ISPER (2011).

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

¹²⁸ Entrevista com o representante do poder público do município de Teodoro Sampaio, A. I., feita no dia 13 de outubro de 2011.

Segundo ele, a incorporação da ETH e, conseqüentemente, a expansão da cana-de-açúcar vem sendo representativa no que diz respeito ao aumento de emprego formal, no município. Contudo, o aumento nos postos de trabalho e a necessidade da empresa de contratar apenas mão de obra qualificada têm levado a ETH a importar mão de obra em outras regiões do Estado, e até do país, já que o município de Teodoro Sampaio e toda a região do Pontal do Paranapanema não contam com essa espécie de mão de obra.

No que diz respeito aos dados apresentados sobre a flutuação de empregos no município de Regente Feijó, o qual abriga a agroindústria Santa Fany, desde o PROALCOOL, observa-se que não comparece *nenhum* dado referente a trabalhadores admitidos ou desligados em funções que possam ser associadas ao setor canavieiro.

No caso de Regente Feijó, a unidade canvieira possui um histórico de problemas e acumulou, ao longo de sua historia, vários processos trabalhistas e ambientais, decorrentes de problemas de ordem econômica e gestão.

Em janeiro de 2011, a unidade canvieira foi novamente desativada. Mais uma vez, os trabalhadores foram abandonados, sem receber seus direitos trabalhistas (salários, 13º salário férias etc.) ou pelo menos fechar os registros de trabalho (dar baixa nas carteiras de trabalho, para que estes pudessem buscar outros empregos). Segundo informações obtidas durante as visitas de campo, a agroindústria e os trabalhadores foram abandonados. Frente aos acúmulos de dívidas com fornecedores, trabalhadores, bancos, justiça e um grande passivo ambiental, a usina permeia entre a venda e a falência.

Os trabalhadores, que foram literalmente abandonados pela empresa, ainda amargam as conseqüências. Com as dificuldades, muitos buscaram o trabalho informal, pois não conseguiam se inserir no mercado de trabalho, uma vez que permaneciam presos à agroindústria pelo registro na carteira de trabalho e pelo medo de entrar na justiça e não receber todos os salários atrasados. Assim sendo, aguardavam o desenrolar da situação que os mantinha ligados à Santa Fany.

Durante o ano de 2011, a agroindústria recebeu duas propostas de compra, mas nenhuma foi concretizada. Pelas informações obtidas junto ao sindicato, os propensos compradores desistem da compra, ao analisar o real passivo ambiental e trabalhista que a agroindústria acumulara, por décadas (Tabela 12).

Tabela 12 – Trabalhadores admitidos e desligados entre os anos de 2010 a 2011 – Município de Regente Feijó

Ocupações com maiores saldos (janeiro a dezembro de 2010)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Motorista de Caminhão (rotas regionais e internacionais)	114	91	23
Frentista	43	28	15
Auxiliar de escritório em geral	56	41	15
Alimentador de linha de produção	124	110	14
Ocupações com menores saldos (janeiro a dezembro de 2010)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	26	41	-15
Lagareiro	0	14	-14
Pedreiro	8	15	-7
Operador de caixa	16	21	-5
Motorista de furgão ou veículo similar	2	7	-5
Ocupações com maiores saldos (janeiro a novembro de 2011)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Servente de obras	201	126	75
Motorista de caminhões (rotas regionais e internacionais)	162	121	41
Vigia	24	6	18
Recepcionista em geral	47	30	17
Motorista de carro de passeio	36	20	16
Ocupações com menores saldos (janeiro a novembro de 2011)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Atendente de lanchonete	26	40	-14
Lagareiro	0	11	-11
Armador de estrutura de concreto armado	11	20	-9
Telhador (telhas de argila e materiais similares)	10	19	-9

Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Emprego e desemprego/ISPER – Informação para o sistema Público de emprego e renda – dados por municípios.

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

Por fim, ressaltamos Presidente Prudente, o maior município da região, tanto no contingente populacional, como no registro de trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho, onde tais empregos estão em sua maioria vinculados aos setores de serviços e comércio.

Os dados relativos à flutuação do emprego formal demonstram isso, porque o município não apresenta registros de emprego em funções que podem ser relacionadas com ao setor canavieiro, como os demais pesquisados, por concentrar mais trabalhadores nos setores de serviço e comércio (Tabela 13).

Tabela 13 - Trabalhadores admitidos e desligados entre os anos de 2010 a 2011 - Município de Presidente Prudente

Ocupações com maiores saldos (janeiro a dezembro de 2010)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Vendedor de comércio varejista	2.888	2.580	308
Auxiliar de escritório em geral	1.670	1.301	369
Montador de equipamentos elétricos (instrumentos de medição)	297	152	145
Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	460	321	139
Ocupações com menores saldos (janeiro a dezembro de 2010)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Alimentador de linha de produção	1.390	2.280	-890
Masseiro (massas alimentícias)	109	216	-107
Médico clínico	5	48	-43
Professor de nível médio na educação infantil	123	155	-32
Cortador de artefatos de couro exceto roupas e calçados	0	32	-32
Ocupações com maiores saldos (janeiro a novembro de 2011)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Auxiliar de escritório em geral	1.819	1.371	448
Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	413	199	214
Professor de nível médio na educação infantil	216	48	168
Auxiliar de enfermagem	346	256	90
Assistente de administração	483	395	88
Ocupações com menores saldos (janeiro a novembro de 2011)	Admissões	Desligamentos	Saldos
Pedreiro	862	960	-98
Montador de equipamentos elétricos (instrumentos de medição)	203	285	-82
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	619	687	-68
Mecânico de manutenção de automóveis/motocicletas e veículos similares	177	207	-30

Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Emprego e Desemprego/ISPER – Informação para o Sistema Público de Emprego e Renda – dados por municípios.

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

Porém, trata-se de uma cidade de porte médio, que concentra outros tipos de indústrias, um comércio forte, um amplo setor de serviços e outras formas de emprego. Diante disso, o município aparece pouco, quando se aborda a expansão da cana-de-açúcar e a implantação de agroindústrias canavieiras, na região, exceto quando se discute infraestrutura, já que é em Presidente Prudente que estão as lojas que vendem produtos especializados (insumos,

implementos e outros), além de residências da maioria dos diretores e gerentes das agroindústrias da região.

De certo modo, Presidente Prudente é diferente dos outros municípios que abrigam unidades canavieiras na região. Nos pequenos municípios, a população conhece a unidade canavieira que está instalada no município, seja para elogiar (empregos), seja para criticar (trouxe migrantes, aumentou o valor do aluguel, polui o meio ambiente etc.). Isso não ocorre em Presidente Prudente. No entanto, quando estendemos nossa pesquisa aos distritos do município (Montalvão, Floresta do Sul, Eneida e Ameliópolis), percebemos o quão é forte a presença da Alto Alegre, pois a grande maioria de seus moradores está direta ou indiretamente vinculada à agroindústria, através do emprego formal ou informal.

Pela análise dos dados, verificamos que os empregos gerados pelo setor canavieiro são, em sua maioria, temporários, sobretudo aqueles relacionados ao setor agrícola, desenvolvendo funções nos setores de plantio, tratos culturais, colheita, carregamento e transporte da cana-de-açúcar.

Nas visitas de campo realizadas nos municípios em que há unidades canavieiras, foram entrevistados trabalhadores vinculados às unidades canavieiras da região em estudo, os quais falaram sobre as expectativas e incertezas que permeiam suas vidas, a partir do momento em que se inseriram no setor canavieiro.

Nesse caso, ao mesmo tempo em que trabalhadores demonstraram satisfação por estar empregados, surge igualmente a insegurança, em face da alta rotatividade que cerca os empregos no setor. De acordo com o representante do sindicato rural de Marabá Paulista, o rodízio de trabalhadores funciona como estratégia das agroindústrias canavieiras para burlar leis trabalhistas, embora o setor canavieiro afirme que os contratos são realizados por tempo indeterminado.

No entanto, percebemos que as colocações feitas pelos trabalhadores e representantes do sindicato e os dados de flutuação de emprego do CAGED, nos municípios que abrigam as unidades canavieiras, contradizem as afirmações dos representantes do setor canavieiro da região.

Desse modo, desvelamos as ideologias intrínsecas aos discursos do agronegócio canavieiro, ao territorializar-se no Pontal do Paranapanema, segundo os quais a expansão do monocultivo da cana-de-açúcar e a implantação de novas agroindústrias proporcionarão novos postos de trabalho/emprego, benefícios e, conseqüentemente, desenvolvimento econômico e social.

Na pesquisa de campo, essa ideologia e o discurso do emprego, da geração de renda, do desenvolvimento local/regional transpareceram de diversas formas: nas entrevistas junto aos representantes do poder público e do setor canavieiro, nas conversas/entrevistas com os trabalhadores, nas placas das unidades canavieiras, nos *outdoors*, nas faixas espalhadas pelas cidades da região.

Foi possível presenciar/assistir o discurso do emprego, do desenvolvimento regional sendo enfatizado em Audiências Públicas.

- ✓ Em Regente Feijó – embora a discussão estivesse relacionada à falência ou à venda da Destilaria Santa Fany, com a presença dos trabalhadores desempregados/abandonados, sem recebimento de salários, o discurso da geração de empregos e renda compareceu de forma intensa, ressaltado pelos propensos comparadores.
- ✓ Na cidade de Sandovalina, o discurso do emprego esteve presente de duas formas. Primeiro, na fala dos representantes das agroindústrias convocadas/questionadas e, segundo, pela forte presença dos trabalhadores da empresa canavieira, convocados a comparecer à audiência pela empresa empregadora, numa coação velada na qual se têm empregado trabalhadores/trabalhadoras do município.
- ✓ Já em Piqueroibi, a Audiência Pública foi convocada para apresentação de proposta (EIA/RIMA) de instalação de mais uma unidade canavieira na região – a unidade II do *Grupo Wzarzur*. Naquele momento, foi possível apreender como o capital canavieiro adota a estratégia/discurso do emprego frente à sociedade local, e como este é intensamente amparado/protegido pelo poder público municipal.

A ideologia, o discurso de que a expansão da cana-de-açúcar para as terras da região do Pontal do Paranapanema proporcionará empregos, renda e desenvolvimento regional, tem sido profundamente utilizado pelo capital canavieiro na região e se encontra propagado de várias formas: estampado em placas das unidades canavieiras ou em promessas envoltas de ideologias relacionadas ao desenvolvimento local e regional, geração de renda e emprego.

Nesse viés, observa-se que a presença da ideologia na formação do discurso é determinante para que o capital subjuga a sociedade e obtenha os resultados esperados e, no caso do discurso do capital agroindustrial canavieiro, é a possibilidade de novos postos de trabalho/emprego e a ideologia do trabalho que tem maior destaque, como salienta Souza (2011) (Figuras 14 e 15).

Figura 14- A Usina Atena/Martinópolis ressaltando as promessas de emprego



Fonte: BARRETO, M. J. Trabalho de Campo (2011).

Figura 15 - Destaque para as promessas de empregos do Grupo Wzarzur – Piquerobi/SP



Fonte: BARRETO, M. J. Trabalho de Campo (2012).

Assim, a necessidade da sobrevivência e da permanência do trabalhador enquanto ser social, mesmo numa sociedade hierarquicamente dividida e injusta, justifica essa subordinação ao capital e leva trabalhadores e trabalhadoras a aceitar as piores condições de trabalho impostas pelo agronegócio canavieiro. Na verdade, o trabalho enquanto definidor da essência humana contribui para uma vida cheia de sentidos, para a dignidade do ser social que trabalha.

Nesse sentido, conforme Morais Silva (2007), através do trabalho o homem tem modificado a si mesmo e a natureza ao longo da história da humanidade. Logo, o não-trabalho pressupõe a negatividade dessa essência e, por conseguinte, a negatividade do próprio ser social.

Por tais ponderações, voltamo-nos para a questão dos empregos propagandeados e negociados pelo capital canavieiro e para os desdobramentos que esse discurso de geração emprego e renda, desenvolvimento local/regional, tem trazido para os trabalhadores e trabalhadoras inseridos no processo de produção do agronegócio canavieiro regional.

No próximo item, buscaremos abordar de maneira breve os avanços da mecanização da colheita da cana-de-açúcar sobre os canaviais da região e os rebatimentos negativos desse processo para trabalhadores e trabalhadoras que atuam no corte manual da cana-de-açúcar, ante a estratégia da qualificação profissional.

3.2 - Apontamentos sobre a inserção da modernização da agricultura e o processo de mecanização na estrutura produtiva da cana-de-açúcar

Mesmo o corte manual da cana-de-açúcar sendo considerado um trabalho precário que paulatinamente destrói a vida do trabalhador, por intermédio de uma série de complicações acumuladas no decorrer do tempo de trabalho, a inserção da máquina nos canaviais da região foi sinalizada pelos representantes sindicais como uma das principais consequências que a expansão da cultura da cana-de-açúcar tem ocasionado para trabalhadores e trabalhadoras do Pontal do Paranapanema, representando de forma concreta uma ameaça ao emprego dos trabalhadores regionais e migrantes envolvidos no corte manual da cana-de-açúcar.

Sobre o processo de precarização do trabalho na colheita manual da cana-de-açúcar, Alves (2006) argumenta que, desde a década de 1950, o capital canavieiro tem intensificado o processo de produção nos canaviais brasileiros, especialmente nos canaviais paulistas. Se, na década de 1950, o trabalhador cortava em média 3 toneladas de cana/dia, no final da década de 1990 e início dos anos 2000 essa média já atingia 12 toneladas de cana por dia, de maneira

que atualmente, caminhando pelas frentes de corte da região, encontramos trabalhadores que atingem em média 18 a 20 toneladas de cana/dia (ALVES, 2003).

Para ser mais preciso, conforme o autor, o trabalhador que atua no corte manual da cana-de-açúcar pode ser associado a um corredor fundista, de longas distâncias, devido à necessidade da resistência física para a realização de uma atividade repetitiva e exaustiva, realizada a céu aberto, sob o sol, na presença de fuligem, poeira e fumaça, por um período que varia entre 8 e 12 horas (ALVES, 2006).

Um trabalhador que corta 6 toneladas de cana, em um eito de 200 metros de comprimento por 6 metros de largura, caminha durante o dia uma distância de aproximadamente 4.400 metros e despende aproximadamente 20 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 66.666 golpes por dia (considerando uma cana em pé, de primeiro corte, não caída e não enrolada, que tenha uma densidade de 10 canas a cada 30 cm.). Além de andar e golpear a cana, o trabalhador tem de, a cada 30 cm, abaixar-se e torcer-se para abraçar e golpear a cana bem rente ao solo e levantar-se para golpeá-la em cima. Além disso, ele ainda amontoa vários feixes de cana cortados em uma linha e os transporta até a linha central. Isso significa que ele não apenas anda 4.400 metros por dia, como transporta nos braços 6 toneladas de cana em montes de aproximadamente 15 kg a uma distância que varia de 1,5 a 3 metros. (ALVES, 2006, p. 95).

Essa rotina de trabalho, somada às condições climáticas a que os trabalhadores são expostos diariamente e à pressão por metas e resultados, torna esse ambiente de trabalho cada vez mais degradante e hostil. De acordo com Silva (2006), a vivência nessas condições de trabalho deteriora e depreda precocemente a força de trabalho e a vida útil de um cortador de cana, que não ultrapassa 15 anos, período inferior ao dos escravos, que chegava a 20 anos.

Nesse contexto de precarização e degradação das condições de trabalho no corte manual da cana-de-açúcar, a mecanização da colheita da cana-de-açúcar vem cercada por argumentos ambientais. Todavia, antes de ser um benefício ao meio ambiente, a mecanização da colheita da cana-de-açúcar é uma estratégia do setor canavieiro para desarticular trabalhadores e sindicatos organizados (OLIVEIRA, 2009).

Para a autora, a inserção da tecnologia na colheita da cana-de-açúcar foi absorvida pelo setor canavieiro de forma desarticulada e descontínua, mas ganhou força a partir da década de 1980, com a Greve de Guariba, em 1984. Essa absorção desigual pelas agroindústrias canavieiras, nas várias fases do processo de trabalho, expressa as diferenças capital-capital e alteram as relações de produção e de trabalho.

Ou seja, além de ser uma estratégia para desarticular trabalhadores e sindicatos organizados, a inserção das máquinas na colheita da cana-de-açúcar vem para suprir as

necessidades do capital agroindustrial canavieiro em racionalizar o processo produtivo, incrementar a produtividade do trabalho e rebaixar custos (OLIVEIRA, 2009).

Além disso, não se deve desconsiderar que, entre os principais desdobramentos da inserção da tecnologia no campo, está o processo de mecanização, assim o poder de fogo do capital, personificado no agronegócio, tem sido a substituição do trabalho “vivo” pelo trabalho “morto”, isto é, a substituição da força de trabalho do homem pela máquina (OLIVEIRA, 2009; THOMAZ, 2009).

Nesse cenário, a inserção da questão ambiental envolvendo a queima da palha da cana, e as discussões a propósito dos efeitos maléficos causados por essa prática ganharam força e levaram o então governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, a baixar o Decreto nº 42.056/97, para regulamentar as queimadas, o qual mais tarde foi sancionado como a Lei Nº 11.241, de 19 de setembro de 2002, determinando a extinção gradativa da queima da palha da cana, momentos antes que antecede sua colheita.

Essa lei tem como objetivo levar os produtores canavieiros que praticam a queima da palha a tomar as providências necessárias e reduzir a prática. A determinação é de que até 2021 se deve extinguir por completo a queima da palha nas áreas mecanizáveis, e até 2031, em áreas não mecanizáveis¹²⁹. A lei também proíbe a queima de canaviais a menos de um quilômetro dos núcleos urbanos, quando definida por lei municipal.

Nesse contexto, a aprovação da lei que determina prazos para a extinção das queimadas barateou os custos dos implementos agrícolas e mais uma vez favoreceu o empresariado canavieiro, porque o elevado valor cobrado pelos maquinários utilizados na colheita mecanizada (colhedoras, transbordos, tratores etc.) era um dos principais impasses que inviabilizava a prática, por isso, tratava-se de uma técnica que se concentrava entre os grandes grupos capitalizados.

Outra questão essencial a respeito do processo de mecanização da colheita da cana-de-açúcar é sua descontinuidade no território nacional, devido a fatores que restringem sua implementação, dentre os quais se podem apontar a declividade do solo e o custo elevado para aquisição das colhedoras e de todo o aparato de transbordo, os quais limitam a aquisição por parte das empresas menos capitalizadas e pequenos produtores, inviabilizando ainda o avanço desse processo (OLIVEIRA, 2009).

Tais fatores e os protocolos ambientais criados pelos governos estaduais têm contribuído para a disparidade no aumento da mecanização, no território nacional. Nesse

¹²⁹ Para mais detalhes, ver a Lei Nº 11.241, de 19 de setembro de 2002.

cenário, a região centro-sul, mais precisamente o Estado de São Paulo, tem-se destacado como região que mais tem avançado na mecanização da colheita da cana, embora igualmente apresente suas disparidades.

Diante desses avanços na mecanização da colheita da cana-de-açúcar, pesquisadores e representantes sindicais, sobretudo do STR, têm argumentado que o aumento desse processo, sem a contrapartida de políticas públicas para absorver a mão de obra dispensada, tende a ocasionar, antes de tudo, crescente processo de desemprego junto aos trabalhadores que atuam no corte manual da cana, não só na região em estudo, mas em todas as regiões/municípios canavieiros.

Nesse sentido, Alves (2007) descreve a mecanização da colheita da cana como uma ação perversa, porque são colhedoras operadas por um pequeno conjunto de homens, substituindo o trabalho de milhares de cortadores de cana e operadores de guincho. Para o autor, estamos diante da perda de milhares de postos de trabalho, por parte de trabalhadores, que vivenciam o segundo momento de expulsão pelo mesmo agente modernizador: no primeiro, essa modernização transformou suas terras de agricultura familiar em terras para grandes culturas tecnificadas modernas.

Thomaz Júnior (2002) entende que, de modo geral, os avanços da ciência, no modo capitalista de produção, têm de ser avaliados como o desenvolvimento das técnicas que possibilitam a crescente dominação do capital sobre o trabalho. Assim, completa: [...] a tecnologia em si não está contra o trabalho ou contra o trabalhador, mas, sim, em favor do capital [...] o trabalho de pesquisa técnico científica se dá dentro dos moldes e prioridades da produção e reprodução do capital [...] (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 136).

Considerando os avanços da máquina no processo produtivo da cana-de-açúcar ou a substituição do homem pela máquina, Antunes (2007) ressalta que, ao mesmo tempo em que o capital reduz o trabalho vivo em trabalho morto, este recorre cada vez mais às formas precarizadas e intensificadas de exploração do trabalho, a qual se torna ainda mais fundamental para a realização de seu ciclo reprodutivo, num mundo onde a competitividade é a garantia de sobrevivência das empresas capitalistas (ANTUNES, 2007, p. 120).

Para o autor, o decréscimo do proletariado estável e a ampliação generalizada das formas de trabalho precarizado (trabalho manual abstrato), sob a forma do trabalho terceirizado, desenvolvidos densamente na “era da empresa flexível” e da desverticalização produtiva, são fortes exemplos da vigência da lei do valor. Em consequência, cresce o número de trabalhadores que vivenciam as condições de desemprego. Assim, compreendemos que a máquina expressa a forma material adequada da lógica do trabalho abstrato, o trabalho *morto*

contido nos meios de produção, oprimindo o *trabalho vivo*, na medida em que é determinado pela relação social de produção capitalista (ALVES, 2007).

Azevedo (2008) ressalta que a mecanização na colheita da cana-de-açúcar representa a condição fundamental para ampliar a rentabilidade do patrão, que intensifica a atividade do trabalhador de maneira forçada, através das metas de produção diária, com a ameaça da perda do emprego, numa competição desigual com as máquinas, cada qual substitui entre 80 e 100 trabalhadores. E o autor completa: “[...] no capitalismo, o controle do trabalho e dos trabalhadores é feito mediante pressão, que, no caso específico da atividade canavieira, sinaliza para mecanização do processo produtivo” (AZEVEDO, 2008, p. 123).

As ponderações dos autores quanto à problemática que os avanços da mecanização da colheita da cana-de-açúcar podem ocasionar para os trabalhadores da região, a sujeição homem-máquina, o trabalho vivo versus trabalho morto – está evidenciado nas relações e condições de trabalho vivenciadas pelos os trabalhadores da região.

Enquanto os trabalhadores da Usina Alvorada do Oeste preparam-se para mais um dia de trabalho através da ginástica laboral, a colhedora de cana avança de forma punante sobre os canaviais da região (Figuras 16 e 17).

Figura 16 - Trabalhadores da usina Alvorada do Oeste– Santo Anastácio/SP



Fonte: BARRETO, M. J. Trabalho de Campo (2008).

Figura 17 – Colhedora atuando nos canaviais do Grupo Cocal/município de Taciba



Fonte: BARRETO, M. J. Trabalho de Campo (2011).

Nesse contexto, quando nos voltamos para a realidade dos canaviais, percebemos que a inserção da máquina na colheita da cana-de-açúcar está além dos benefícios ambientais, quiçá sociais. Na realidade, é mais um instrumento para fragmentar, desestruturar, oprimir trabalhadores e representantes sindicais mergulhados em seu processo de produção, além de ser mais um meio para coagir e intensificar o processo produtivo e na produção da mais valia.

Para os trabalhadores rurais que atuam no corte manual da cana, sua presença representa insegurança do emprego e o prenúncio do desemprego, ao mesmo tempo, uma ameaça às representações sindicais. Diante da possibilidade de perda, sindicalistas, especialmente STR têm abdicado de seus princípios, para atender aos mandos e desmandos do capital, cujos exemplos são os acordos coletivos, que, entre suas inúmeras cláusulas, têm beneficiado mais o empregador que os trabalhadores.

3. 2.1 - A mecanização na colheita da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema

Os avanços da máquina na colheita da cana-de-açúcar nos canaviais do Pontal do Paranapanema é um processo recente que ganhou visibilidade, somente a partir de 2005, com

o novo *boom* do etanol e a chegada de novos grandes grupos empresariais canavieiros. Todavia, mesmo se tratando de um processo recente, a mecanização do corte da cana-de-açúcar tem trazido insegurança e incertezas para trabalhadores e representantes sindicais da região, sobretudo os STRs, que enxergam a colhedora como uma ameaça constante ao emprego dos trabalhadores.

Nesse sentido, o presidente do STR de Marabá Paulista sinalizou que a mecanização na colheita da cana-de-açúcar é de fato uma constante ameaça ao emprego, à fonte de renda de centenas de trabalhadores da região.¹³⁰ Para o entrevistado, “[...] a mecanização da colheita da cana-de-açúcar já eliminou 70% dos empregos que o setor canavieiro diz promover para a região, e embora a mecanização esteja cercada por argumentos ambientais, é importante saber que o Estado não desenvolve políticas públicas para absorver essa mão de obra desempregada, patrocina o agronegócio canavieiro com recursos do BNDES para que se construam novas usinas e em contrapartida esquece a Reforma Agrária”. O representante do STR de Regente Feijó¹³¹ completa que a mecanização da cana-de-açúcar é uma triste realidade nos canaviais da região, grande parte das unidades canavieiras da região tem investido na mecanização da colheita da cana-de-açúcar, tendo como principal consequência o desemprego na região.

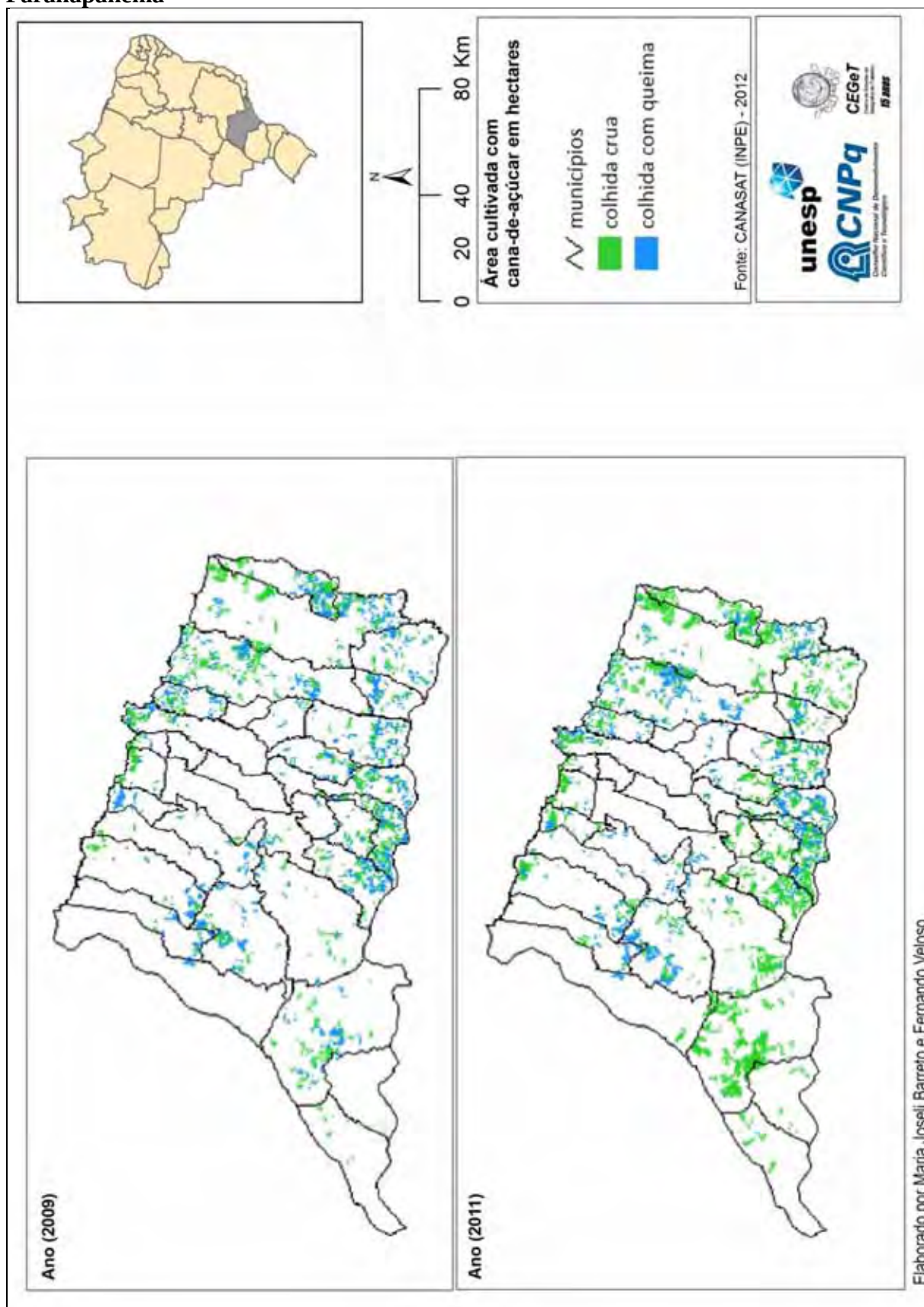
Nesse sentido, Oliveira (2009) enfatiza que estudos realizados no ano de 2007, pelo IEA (Instituto de Economia Agrícola) apontam que, se a colheita mecanizada acontecer na proporção de 1% nos canaviais do Estado de São Paulo, desencadearia a redução de 2700 trabalhadores/ano. Ou seja, se for levado em consideração “[...] o índice apresentado pelo IEA e a lógica de redução do IEA de 2.700 trabalhadores/ano teríamos a supressão hipotética de 32.400 trabalhadores/ano no corte da cana-de-açúcar, apenas no estado de São Paulo” (OLIVEIRA, 2009, p. 483).

Considerando tais ponderações, as imagens do INPE, obtidas juntos ao Canasat, evidenciam como a mecanização tem aumentado nos canaviais da região. Embora esse processo tenha começado em meados dos anos 2000, a mecanização se tornou expressiva somente a partir de 2009. Pelo pressuposto de que cada colhedora substitui cerca de 80 trabalhadores, conclui-se que, realmente, a tendência é existir um bom volume de desempregados na região (Figura 18).

130 A entrevista realizada junto a R. G., representante do STR de Marabá Paulista, aconteceu no dia 31 de março de 2011.

131 Entrevista feita com o representante do sindicato de Regente Feijó, M. S., no dia 24 de maio de 2011.

Figura 18 - Mecanização no corte da cana-de-açúcar nos canaviais do Pontal do Paranapanema



Nessa perspectiva, quando direcionamos nossos olhares para os resultados obtidos junto à pesquisa de campo, ante o processo de mecanização da colheita da cana-de-açúcar na região, notamos que, das oito unidades agroindústrias que operaram durante a safra de 2011/12, há um crescimento considerável na inserção da máquina na colheita da cana, especialmente entre as grandes empresas, como a ETH/Odebrecht e a Umoe Bioenergy, as quais já contam com 95% e 100% de sua colheita mecanizada. Os resultados da mecanização da colheita da cana-de-açúcar nessas unidades estão igualmente expressos nos dados obtidos junto à RAIS/CAGED, já focalizados neste trabalho, embora estejamos longe de esgotá-lo.

Por outro lado, foram observados os avanços na incorporação de maquinários nas demais unidades canavieiras da região – a unidade Cocal II/Narandiba já conta com 70% do corte mecanizado, enquanto as usinas Atena/Martinópolis e Alto Alegre/Presidente Prudente mecanizaram cerca de 60% da colheita. O corte manual ainda é superior ao mecanizado apenas nas pequenas unidades canavieiras da região, como a Alvorada do Oeste/Santo Anastácio e a Decasa/Marabá Paulista.

Nesse cenário, representantes do setor canavieiro da região sinalizam que, embora a intensificação da mecanização seja uma realidade em todo o Brasil e se encontre em estágio avançado, no Estado de São Paulo e no Pontal do Paranapanema, pela adesão geral das agroindústrias canavieiras da região ao protocolo ambiental criado pelo governo do Estado, que extingue gradativamente a queima da cana-de-açúcar e, conseqüentemente, seu corte manual, não se pode afirmar que a mecanização tenha ocasionado desemprego¹³².

Nessa perspectiva, as agroindústrias canavieiras da região têm buscado parcerias com as prefeituras municipais e investido na qualificação profissional desses trabalhadores, para que sejam novamente absorvidos pelo mercado de trabalho, mas como mão de obra qualificada.

Assim, sob o viés do discurso/estratégia da qualificação/capacitação profissional, representantes do setor canavieiro argumentam que o avanço da mecanização na colheita da cana-de-açúcar na região vem para melhorar a qualidade de vida da população local, com a extinção das queimadas e para facilitar o trabalho no setor canavieiro, já que se vivencia um déficit de mão de obra para a função de cortador de cana (rurícola) (Tabela 14).

¹³² Entrevista realizada no dia 29 de novembro de 2011, junto ao representante da empresa Cocal II, C. D. S.

Tabela 14 - Panorama do avanço da mecanização no corte da cana no Pontal do Paranapanema

Grupo/unidade agroindustrial canavieira/ município de localização	Capacidade total de produção (toneladas)	Área necessária para produção (ha)	Mecanização da colheita em %
Grupo ETH – Alcídia - S/A (Teodoro Sampaio-SP)	1,5 milhões de toneladas	25 mil hectares	80%
Grupo ETH - Conquista do Pontal - S/A (Mirante do Paranapanema-SP)	2,0 milhões (toneladas)	40 mil hectares	100%
Grupo – Umoe Bioenergy– S/A Paranapanema II (Sandovalina – SP)	Paranapanema I (desativada) Paranapanema II 1,9 milhões (toneladas)	37 mil hectares	95%
Grupo Umoe Bioenergy S/A Paranapanema I (Narandiba- SP)	Desativada	Desativada	Desativada
Grupo Cocal Ltda. – Usina Cocal II (Narandiba SP).	Cocal II – 3 milhões (toneladas)	50 mil hectares	70%
Durval Guimarães Decasa Açúcar e Alcool Ltda. (Marabá Paulista - SP)	700 mil (toneladas)	15 mil hectares	30%
Usina Santa Fany Ltda. (Regente Feijó – SP)	Desativada	Desativada	Desativada
Grupo Alto Alegre - S/A Unidade Floresta (Presidente Prudente – SP)	2,5 milhões (toneladas)	20 mil hectares	50 %
Grupo Atena Ltda. (Martinópolis - SP)	1,0 milhões (toneladas)	14, 5 mil hectares	60%
Grupo CAMAQ-ALVORADA/MG Alvorada do Oeste Ltda. (Santo Anastácio – SP)	600 mil (toneladas)	9 mil hectares	40%

Fonte: Trabalho de campo 2011.

Organização: Maria Joseli Barreto, 2011.

De acordo com a representante da seção de recursos humanos da usina Decasa, as agroindústrias canavieiras estão encontrando dificuldades em formar turmas de trabalhadores que estejam de fato aptos a atuarem no corte da cana-de-açúcar na região. Trabalhadores que, no mínimo, alcancem o piso salarial que a empresa paga ao cortador de cana-de-açúcar, algo

aproximado a 622, 00.¹³³ Para a entrevistada, a atuação do Ministério Público do Trabalho também dificulta as atividades das unidades canavieiras, em vista das inúmeras exigências quanto às NRs, de modo que a melhor saída é a mecanização da colheita.

A falta qualificação profissional aos trabalhadores regionais foi igualmente realçada. Para o representante do Grupo Cocal, os municípios da região e seus respectivos prefeitos, assim como as representações sindicais, não têm atuado no sentido de qualificar a mão de obra para esse novo mercado de trabalho. O cenário econômico da região tem vivenciado um processo de transformação econômica, naturalmente a mão de obra tem que seguir esses processos de mudança.¹³⁴ Em contrapartida, representantes municipais atribuem aos trabalhadores a referida problemática, alegando que os cortadores de cana não têm interesse em adaptar-se a esse novo mercado de trabalho. De tal modo, entende-se que, para o setor canavieiro, Estado, representantes do poder público municipal e a sociedade em geral, a *qualificação profissional* está posta como a principal saída para o desemprego regional.

Nesse ambiente de contradições e precariedade das condições de trabalho, permeado de inseguranças e incertezas, motivadas, sobretudo, pelo avanço da máquina na colheita da cana-de-açúcar, os trabalhadores revelam suas dúvidas quanto ao futuro e sinalizam como solução os movimentos sociais ou a migração para regiões em que o corte ainda não tenha sido mecanizado, porque a qualificação profissional inserida no discurso dos representantes das unidades canavieiras é ilusão. Muitos cortadores de cana, preocupados com o prenúncio do desemprego, têm buscado os cursos e a capacitação, mas, ainda assim, não conseguem inserir-se nesse novo mercado de trabalho¹³⁵.

O representante do STR de Rancharia ressaltou que a mecanização na colheita na cana tem desempregado muitos trabalhadores na região. Para ele, apesar de o setor canavieiro afirmar que os trabalhadores desempregados estão ou serão inseridos no processo de produção através da qualificação profissional, sabemos que não há vaga para todos, sempre há uma seleção. Da mesma forma que as agroindústrias esboçam o perfil do bom cortador de cana (*migrante, jovem, comportado, produtivo*), ela também tem traçado o perfil do seu operador de colhedora. Nesse caso, normalmente a empresa dá preferência ao trabalhador regional, jovem, que saiba ler e escrever, e que não tenha envolvimento com sindicatos. “*Dessa forma,*

¹³³ A entrevista realizada junto a gerente do Departamento de Recursos Humanos da agroindústria Decasa aconteceu no dia 15 de abril de 2011, no Sindicato Rural de Presidente Epitácio, quando a equipe da agroindústria selecionava trabalhadores para atuar no corte da cana-de-açúcar da safra de 2011/12.

¹³⁴ A entrevista com o representante da usina Cocal II foi realizada no dia 29 de novembro de 2011,

¹³⁵ O trabalhador da destilaria Decasa, J. S. S., de 24 anos, explicou que tem buscado a *qualificação profissional* fazendo o curso de operador de colhedora, motorista transbordo e até informática. Já entregou vários currículos, mas não conseguiu outro emprego que não fosse o corte manual da cana.

fica subentendido que não serão todos que sairão do podão para a colhedora, existem as preferências” (informação verbal)¹³⁶.

Segundo Alves (2007), o processo de reestruturação produtiva e o toyotismo impõem um novo perfil de qualificação no mundo do trabalho, corroborando as alterações na esfera educacional que ocorrem no mundo capitalista.

[...] ao mesmo tempo, que a mundialização do capital impõem uma lógica de exclusão social que limita a capacidade do sistema de produção de mercadorias integrar indivíduos numa vida produtiva. É um limite estrutural intrínseco a nova forma de acumulação capitalista. Mesmo que todos pudessem adquirir as novas qualificações, o sistema orgânico do capital seria incapaz de absorvê-lo. O mercado não é para todos. (ALVES, 2009, p. 251).

Diante disso, conforme Silva (2004), a inserção da máquina no corte da cana-de-açúcar, tem sido responsável pela eliminação de trinta mil cortadores, nos últimos dez anos, e acionado um alto índice de desemprego. No entanto, a possibilidade de desemprego ocasionado pela intensificação da mecanização do setor canavieiro, principalmente na colheita, vem sendo maquiada pela estratégia da qualificação profissional. Por isso, a autora completa que, para cada cem demissões, são abertas apenas doze vagas para funções especializadas de condutores de máquinas, tratoristas de transbordo, fiscal e motorista do caminhão-pipa, sendo que estes operam durante as 24 horas do dia, subvertendo totalmente, portanto, os limites impostos pela natureza do trabalho humano (SILVA, 2004, p. 31).

Nessa perspectiva, Alves (2007) ressalta que a ideologia da educação profissional, diante da mundialização do capital e do novo complexo de reestruturação produtiva do capital, está centrada em novas qualificações e no conceito de empregabilidade. O autor acrescenta que a ideologia de formação profissional (a empregabilidade) tende a frustrar qualquer promessa integradora do mundo do trabalho¹³⁷.

Apreende-se, portanto, que a reestruturação produtiva do setor canavieiro, o processo de modernização e a intensificação da mecanização no processo produtivo, inclusive na colheita e no plantio da cana-de-açúcar, têm transformado as necessidades das agroindústrias. Perante essas transformações, o capital, personificado no agronegócio canavieiro, tem (re)organizado seu discurso de acordo com as necessidades da atual conjuntura.

Se, na atual circunstância, precisa-se de trabalhadores rurais capacitados para operar colhedoras de cana, dirigir tratores transbordo e mecânicos especializados em consertar as

¹³⁶ A entrevista realizada junto ao representante do STR de Rancharia, J. F. A., aconteceu no dia 30 de agosto de 2011.

¹³⁷ Para mais detalhes, ver ALVES, 2007, p. 245.

máquinas, o capital constrói sua rede de relações e passa a fazer seus investimentos, seja procurando apoio financeiro junto ao Estado/BNDES, para adquirir novas colhedoras e mecanizar a colheita da cana-de-açúcar, seja buscando apoio junto às prefeituras municipais, especialmente aquelas que estão no seu raio de ação, para capacitar centenas de trabalhadores para operar os novos equipamentos utilizados na produção. Em acréscimo, estabelece no processo de reestruturação situações internas ao mundo do trabalho, que levam os trabalhadores pleitear essa nova vaga de trabalho, nesse novo mercado de trabalho, constituindo um cenário de disputas.

Ao mesmo tempo em que se discutem os inúmeros postos de trabalho que a máquina tem eliminado, nos canaviais da região, vislumbra-se a degradação do trabalho a que os cortadores de cana são submetidos diariamente, quando muitos perdem suas vidas na busca pelo sustento da família e manutenção desse emprego. Nessa trama de contradições, com as estimativas apontadas pelos autores, as colocações realizadas pelos representantes sindicais, a insegurança e o temor dos trabalhadores que atuam no corte da cana-de-açúcar, frente ao prenúncio do desemprego e ao engodo da qualificação profissional, nossos questionamentos se voltam para as possibilidades concretas que tais trabalhadores terão para manter-se e sustentar suas famílias com dignidade.

Em seguida, no próximo item, buscaremos abordar brevemente esse discurso da qualificação profissional e o universo dos cursos de capacitação profissional que se tem formado na região do Pontal do Paranapanema.

3.2.2 - O universo dos cursos de capacitação profissional na região do Pontal do Paranapanema

A fim de ponderarmos brevemente sobre a estratégia da qualificação/capacitação profissional, é relevante inicialmente salientar a importância do trabalho e seu poder de transformação para a existência humana. Antunes (2004) concebe o trabalho enquanto necessidade humana, enquanto significância para sua existência.

Para o autor, o trabalho é determinado como a condição básica e fundamental para a essência e a construção da vida humana, a ponto de afirmar que o trabalho criou o próprio homem.¹³⁸ Portanto, “[...] o trabalho, não é um mero ato decisório, mas um processo, uma continua cadeia temporal que busca sempre novas alternativas” (ANTUNES, 1999, p. 138).

Sobre a busca constante pela empregabilidade e/ou das necessidades/exigências constante da qualificação profissional, Alves (2007) frisa que as cobranças das novas

¹³⁸ ENGELS, 1876 apud ANTUNES, 2004, p. 13.

qualificações para o mundo do trabalho estão inseridas e sendo disseminadas pelo espírito do toyotismo, inteiramente ligado à lógica da produção enxuta e a uma dinâmica social de exclusão que perpassa o mundo do trabalho. Paralelamente, o autor se refere à força do aparato midiático na sustentação da necessidade dos indivíduos pelo trabalho, o qual abre as portas para um conjunto de novas competências através dos cursos de qualificação e requalificação profissional.

No âmbito do capital canavieiro não é diferente: o trabalho também é inserido como elemento fundamental, para que se possa abranger a reprodução das relações de produção, mediante a exploração da classe trabalhadora, assim como a necessidade da qualificação profissional, a qual é posta como argumento para a manutenção do emprego (AZEVEDO, 2008). A partir desse valor e necessidade que o homem atribui ao trabalho, o capital estabelece o discurso da qualificação profissional e, assim, mantém sua produção e reprodução.

Ideologicamente, é posto que o homem enquanto ser social/trabalhador precisa acompanhar as transformações ocorridas no mundo do trabalho, pela qualificação/capacitação profissional, contexto em que a mídia comparece como relevante aparelho ideológico formador de opinião. Para Azevedo (2008), o posicionamento dos meios de comunicação transforma-os, a princípio, em interlocutores de interesses da classe dominante, e sua influência se traduz numa lógica parcial, a qual privilegia as ações do grande capital.¹³⁹ Alves (2007, p. 254) enfatiza que “[...] o discurso ideológico da empregabilidade e da qualificação profissional é uma operação típica do metabolismo social do capital”.

Com efeito, o capital canavieiro vem reproduzindo o discurso da qualificação profissional como estratégia de reestruturação produtiva, com o aval do Estado e o apoio de prefeituras municipais e sindicatos, que têm capacitado mão de obra em toda a região do Pontal do Paranapanema.

Ao abordar a estratégia da qualificação profissional, densamente adotada pelo capital canavieiro na região do Pontal do Paranapanema, é oportuno sublinhar, em princípio, como são estruturados os cursos de qualificação/capacitação, no interior dos municípios do Pontal do Paranapanema que possuem unidades canavieiras, e qual a abrangência da inclusão dos trabalhadores que atuam no corte da cana-de-açúcar.

Nesse caso, foi observado que, embora as Escolas/Cursos profissionalizantes oficiais, tais como SENAI, SEBRAE ou Centro Paula Souza, mantenham inclusos na proposta

¹³⁹ AZEVEDO, 2008, p. 194.

curricular certas atividades/cursos que se enquadram na estrutura de produção do setor canavieiro, estes não são os mais procurados, por tratar-se de cursos mais longos (entre seis meses a dois anos), exigindo maior frequência e dedicação do trabalhador/aluno. Além disso, o fato de se cobrar mensalidades com valores significativos e suas sedes estarem centralizadas na cidade de Presidente Prudente afasta grande parte dos interessados (trabalhadores), em virtude das dificuldades financeiras e de deslocamento até esse município.

Em função desses aspectos, a pesquisa permitiu observar o surgimento de vários outros “cursos”, cujo objetivo principal é apenas capacitar o trabalhador no mínimo de tempo possível. Nesse caso, esses cursos são oferecidos especificamente em municípios da região, os quais acontecem de duas formas:

A primeira, quando os cursos são oferecidos a partir de parcerias e convênios realizados entre agroindustriais, prefeituras, secretarias municipais e sindicatos, os quais, de maneira geral, se resumem a cursos voltados ao setor canavieiro, cujo objetivo é capacitar mão de obra especializada. Por isso, a maioria dos cursos levados aos municípios da região resume-se a operador de colhedora de cana-de-açúcar e operador de trator transbordo, estendendo-se, eventualmente, a mecânico especializado em máquinas pesadas e técnico em açúcar e álcool. Quanto aos valores cobrados, estes variam de acordo com o município: alguns cobram apenas o material, outros instituem mensalidades em valores mais acessíveis, enquanto outros ainda são inteiramente gratuitos, porque são custeados por parcerias entre prefeituras/sindicatos. Os cursos profissionalizantes que os municípios em parceria com as usinas oferecem, normalmente, são estruturados e oferecidos por escolas oficiais, como o Centro Paula Souza, SENAI e SEBRAE.

O segundo exemplo são os cursos oferecidos pelas escolas particulares itinerantes. Especificamente, localizamos a Instituição de Ensino Objetivo/Martinópolis, que, a partir da estruturação de uma equipe de professores, material didático e convênios com a agroindústria implantada no município, a usina Atena, tem levado os cursos de operador de colhedora de cana-de-açúcar, operador de trator transbordo e técnico de produção de açúcar e álcool para vários municípios da região.

De acordo com M. K. S., coordenador do curso, de modo geral tem recebido o apoio dos setores da assistência social, das prefeituras e sindicatos rurais municipais, os quais providenciam a infraestrutura básica para que o curso aconteça, como local para estruturar a sala de aula. Quanto aos valores cobrados, revelou que estes variam entre R\$ 400,00 e R\$ 600,00, mas que podem ser parcelados no cartão de crédito.

Além dos cursos oferecidos nos municípios por convênio com as agroindústrias e daqueles ofertados por escolas oficiais de cursos profissionalizantes, que estão centralizadas na cidade de Presidente Prudente, a região conta com escolas/cursos particulares que também vêm oferecendo esse tipo de capacitação aos trabalhadores da região, cujos valores variam entre R\$ 300,00 e R\$ 600,00 reais, também parcelados no cartão de crédito.

Nesse ambiente de variedade de cursos e escolas que estão investindo na qualificação profissional, paralelamente aos investimentos particulares de cada município, os questionamentos se voltam para o acesso dos trabalhadores a esses cursos.

Quem são os frequentadores, os sujeitos, os trabalhadores que vêm se capacitando ou sendo capacitados para atuar na colheita mecanizada da cana-de-açúcar nos canaviais do Pontal do Paranapanema? Os trabalhadores que, na atual conjuntura, atuam no corte manual da cana-de-açúcar e estão perdendo gradativamente seus postos de trabalho se incluem entre os futuros trabalhadores *qualificados*?

Para o coordenador do curso profissionalizante da Escola Objetivo/Martinópolis, M. K. S., a mecanização da colheita da cana-de-açúcar tende a provocar um maior índice de desemprego, de início, mesmo com o setor canavieiro, em parceria com a prefeitura, investindo nos cursos de qualificação profissional. De fato, “[...] *é complexo afirmar que as agroindústrias absorverão toda mão de obra desempregada, a partir da capacitação profissional*” (informação verbal). A inserção da tecnologia na produção induz gradativamente à diminuição dos postos de trabalho manual.

A respeito do público, destacou que quem procura as escolas/cursos, buscando a qualificação profissional, em geral são jovens e mulheres que já trabalham nas usinas, mas não especificamente aqueles que atuam na colheita manual do corte da cana-de-açúcar. Nesse viés, ressaltou que os trabalhadores mais jovens demonstram ter mais facilidade com o curso, porque não é preciso força, apenas habilidade e conhecimento prévio em informática, considerando que as máquinas são computadorizadas.

Quanto à inserção dos trabalhadores que atuam no corte da cana-de-açúcar no ambiente dos cursos profissionalizantes, o entrevistado declarou que são relativamente poucos, não por falta de vontade, mas pela resistência. A idade, a baixa escolaridade, as dificuldades em acompanhar a turma e a falta de recurso financeiro afastam esses trabalhadores das escolas de capacitação. Embora as agroindústrias em convênio com prefeituras e sindicatos igualmente ofereçam cursos, são poucos que conseguem uma vaga, frente ao gargalo da escolaridade, da praticidade – alguns até começam o curso, mas poucos o concluem, sendo barrados no exame prático.

Com as ponderações do entrevistado, diálogos mantidos com os trabalhadores e representantes de sindicatos, entendemos que, malgrado exista a ocorrência de novos postos de trabalho, estes normalmente vêm sendo preenchidos por outro público, e não necessariamente pelos trabalhadores que atuam/ou atuaram na colheita manual da cana-de-açúcar. Ou seja, grande parte dos trabalhadores que vem perdendo seus empregos, devido à inserção das máquinas na colheita da cana-de-açúcar, não vem sendo necessariamente absorvido pelas usinas, como reza o discurso do setor canavieiro/Estado.

Para o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Rancharia, se a falta da mão de obra qualificada na região já foi um problema, atualmente não é mais, pois, a partir do momento em que se iniciou a mecanização, as próprias agroindústrias começaram a pressionar representantes públicos e sindicatos do município para investir em cursos profissionalizantes, no sentido de qualificar mão de obra. Hoje, a região conta um expressivo número de trabalhadores capacitados a operar a colhedora de cana-de-açúcar e o trator transbordo.

Quer dizer, as agroindústrias não precisam mais buscar essa mão de obra fora da região, fato que a encarecia, porque se pagavam salários acima da média regional. *A partir da intensificação dos investimentos municipais sobre a capacitação de trabalhadores, pode-se dizer que tem se formado um exército de reserva desses trabalhadores, o que implica também em redução salarial para a categoria* (informação verbal).

O cenário apontado pelo representante do sindicato de Rancharia demonstra que o capital canavieiro tem aproveitado as prefeituras municipais e os sindicatos, para qualificar/capacitar essa nova mão de obra de que necessita, uma vez que, de modo geral, são formadas parcerias entre a unidade canavieira interessada, a prefeitura do município, o sindicato etc. em que está instalada a unidade.

Nessas parcerias, prefeituras municipais e sindicatos têm custeado professores, disponibilizado local e toda a infraestrutura necessária para o desenvolvimento dos cursos, enquanto as agroindústrias canavieiras estrategicamente contribuem com máquinas para o desenvolvimento das aulas práticas e o monitor para acompanhar as aulas. Todavia, esse monitor geralmente é um supervisor/coordenador agrícola da empresa, que, na verdade, atua como observador do desempenho desses trabalhadores no exercício da nova função, já realizando uma pré-seleção para quando for necessário contratá-los.

Entre os representantes públicos dos municípios que abrigam as agroindústrias canavieiras, observamos que a posição é de apoio, ponto que justifica as parcerias realizadas junto às unidades canavieiras. Para o representante da Secretaria da Saúde do município de

Teodoro Sampaio, a inserção da mecanização da colheita da cana-de-açúcar é uma realidade em toda a região, principalmente em Teodoro Sampaio, onde existe uma agroindústria com tecnologia avançada.

Em decorrência, a situação de desemprego é um fato, sobretudo para os trabalhadores que não se reciclam, buscando adaptar-se a esse novo modelo de trabalho instalado na região. Nesse sentido, o entrevistado completou que os municípios estão naturalmente se adequando a essa nova realidade. Aqueles trabalhadores que não procuraram ou não procuram os cursos de qualificação têm duas saídas, na região: a primeira é integrar-se aos movimentos sociais, enquanto a segunda é ir embora, migrar para regiões em que a mecanização da colheita não se faz tão presente.

Contrariando a posição do secretário da saúde de Teodoro Sampaio, o secretário da agricultura do município de Sandovalina enfatiza que a inserção da máquina na colheita da cana-de-açúcar não produzirá desemprego na região; para este, os trabalhadores que serão dispensados pela incorporação da máquina serão absorvidos normalmente em outras funções, porque as agroindústrias instaladas na região têm buscado capacitar seus trabalhadores, para que estes sejam inseridos nesse novo mercado de trabalho.

Ao mencionar as implicações do crescente processo de mecanização da colheita da cana-de-açúcar, o prefeito de Sandovalina salientou problemas que a queima da cana acarreta para a população dos municípios que estão cercados por canaviais e para o meio ambiente em geral. Segundo ele, a região não detém a mão de obra de que a empresa precisa, de maneira que as prefeituras têm incentivado e proporcionado cursos de qualificação profissional aos moradores/trabalhadores. Para tanto, a prefeitura do município de Sandovalina realizou uma parceria com o Centro Paula Souza e promoveu, nos meses de agosto e setembro de 2011, cursos de mecânica, operador de transbordo, operador de colhedora, açúcar e álcool, entre outros, objetivando capacitar de forma gratuita os trabalhadores do município, para que estes possam ser contratados pela empresa implantada no município.

Por sua vez, o representante público de Mirante do Paranapanema também destacou que a qualificação profissional se tornou uma necessidade entre os trabalhadores da região que buscam emprego junto às novas unidades canavieiras, por tratar-se de agroindústrias modernas e com tecnologia de ponta, com colheita e plantio 100% mecanizado. O entrevistado ainda ressaltou que, embora seja importante para o trabalhador regional e para o município a qualificação profissional, ela é mais significativa e vantajosa para a usina, pois a região está qualificando mão de obra barata. É mais lucrativo para as agroindústrias qualificar um trabalhador de Mirante do Paranapanema, Sandovalina, Teodoro Sampaio, que

provavelmente ficará satisfeito com uma média salarial entre R\$ 900,00 e R\$ 1000,00, que trazer um trabalhador de outra região, pagar salários mais elevados e ainda correr o risco de este não permanecer na região¹⁴⁰.

Pelas ideias expressas por representantes dos municípios (prefeitos, secretaria da saúde, secretaria da agricultura), sindicatos, coordenadores de cursos profissionalizantes e trabalhadores, a investigação propiciou apreender que a região está relativamente envolvida pelos discursos empregados pelo capital canavieiro, quanto à necessidade da mecanização e à importância da qualificação/capacitação profissional do trabalhador regional, como alternativa para reduzir os índices de desemprego que a inserção da máquina na colheita da cana pode trazer.

Contudo, antes de ser posto apenas como benefício para os trabalhadores inseridos no setor canavieiro, a qualificação profissional é uma estratégia adotada pelo capital canavieiro. Primeiro, para formar um exército de reserva de trabalhadores capacitados, para consequentemente explorar e precarizar sua mão de obra, seja este cortador manual da cana-de-açúcar, seja operador de colhedora, de trator transbordo, guincho, motorista de bitrens, treminhões, atuando no transporte da cana, entre outros. Assim sendo, o setor canavieiro ainda se mostra ideologicamente enquanto transformador da realidade dos trabalhadores canavieiros diante de sua evolução profissional.

As ponderações dos entrevistados vão ao encontro das observações de Alves (2007) sobre a influência midiática na corrida pela qualificação profissional, quando se reforça a ideia de que a culpa pelo desemprego é, na verdade, do trabalhador que não busca a reciclagem profissional. Segundo Alves (2007), o capital age ideologicamente, atribuindo aos indivíduos a “responsabilidade” pelo fracasso na sua incorporação ao mercado de trabalho.

Para Alves (2007, p. 250), a construção e a consciência da ideologia de qualificação profissional partem de políticas neoliberais e do complexo midiático-cultural que sustenta a hegemonia neoliberal. Além disso, expressam a exigência orgânica da produção de mercadorias, por suas novas qualificações adequadas à lógica do toyotismo, com suas novas exigências de subsunção real do trabalho ao capital.

Por conseguinte, buscaremos examinar no próximo capítulo as relações de trabalho estabelecidas no âmbito do agronegócio canavieiro regional, a partir das contradições provocadas pela reestruturação produtiva do capital e os avanços da mecanização na colheita da cana-de-açúcar. Dessa forma, voltaremos nossos olhares para as condições que

¹⁴⁰ Entrevista realizada junto a E. D. Q., representante público do Município de Mirante do Paranapanema, no dia 04 de agosto de 2011.

trabalhadores regionais, migrantes e terceirizados enfrentam diariamente, no ambiente de trabalho proposto pelo capital canavieiro, para a intensificação do processo de trabalho no domínio dos canaviais regionais, fato que degrada e precariza ainda mais a rotina de trabalho desses trabalhadores.

4 – A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA E OS REBATIMENTOS PARA O TRABALHO

A categoria flexibilidade do trabalho adquiriu múltiplas determinações, no âmbito do modo de produção capitalista, a partir da Terceira Revolução Tecnológica, sob a ofensiva neoliberal. Nessa conjuntura, ela se intensificou e expandiu-se a tal ponto de não se restringir somente a “[...] maior versatilidade possível do trabalhador”, mas de tornar-se, no sentido geral, “um atributo da própria organização social do processo de produção [...]” (ALVES, 2005, p 23-24).

Dessa forma, a flexibilização do trabalho, nada mais é que uma estratégia adicional do capital para se reproduzir, quando o trabalhador afastado de seus meios de produção tem seus direitos subtraídos. Nesse sentido, Alves (2005) salienta que

[...] é a flexibilidade da força de trabalho que expressa à necessidade imperiosa de o capital subsumir [...] submeter ou subordinar o trabalho assalariado à lógica da valorização, pela perpétua sublevação da produção e (reprodução) de mercadorias (até, e principalmente, da força de trabalho). (ALVES, 2005, p 25).

Para Vasapollo (2005, p. 27), “[...] a flexibilização é considerada uma das alternativas para combater o desemprego”. A título de exemplo, citem-se os contratos de trabalho temporários ou por tempo parcial. Apesar de se sustentar que a flexibilização é mais um elemento para reduzir o índice de desemprego, na verdade, esta tem-se revelado um instrumento de precarização do trabalho nas mãos do capital, além de se tornar uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições (VASAPOLLO, 2005).

Nesse contexto, o desemprego estrutural que atinge o mundo do trabalho, em função da lógica destrutiva do metabolismo societal do capital, amplia o número de desempregados e intensifica a lógica do subemprego, além de fazer deste um dos maiores problemas enfrentados por trabalhadores em todo o mundo, os quais vivenciam diariamente o mercado de trabalho. Ou seja, o desemprego não procede de uma crise econômica simples ou passageira, passível de soluções pontuais, mas consiste em uma característica própria do sistema capitalista (ANTUNES, 2001).

Alves (2007) afirma que a problemática do desemprego é estabelecida por um contingente de trabalhadores excluídos, mas necessários à ordem burguesa. Para o autor,

[...] o crescimento do desemprego em massa e a ampliação de novas formas de precariedade salarial e da precarização do trabalho no capitalismo global não possui apenas uma função sistêmica para a acumulação do capital. [...] mas contribui para o incremento da taxa de exploração da força de trabalho. (ALVES, 2007, p. 105).

Sobre a realidade brasileira, Pochmann (2007) observa que a crise do desemprego não se restringe apenas ao problema de escassez de postos de trabalho, estando igualmente relacionada à falta de renda, que induz as classes mais desfavorecidas ao subemprego. Quer dizer, a lógica do desemprego estrutural é utilizada pelo capital para subjugar trabalhadores a formas irregulares de trabalho (subemprego).

Conforme Alves (2007), o exército de trabalhadores envolvidos em ocupações irregulares nada mais é que o exército de reserva de trabalhadores, que, para o capital, significa um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível.

A esse propósito, Antunes (2007) frisa que

[...] as consequências do processo de desregulamentação da força de trabalho, da inexistência de mecanismos regulamentadores das condições de trabalho e da enorme flexibilização do mercado possibilitaram uma expansão sem precedentes do trabalho *part in time*; no entanto, a consideração dos trabalhadores nessas condições como fazendo parte do contingente de empregados, reduz fortemente as estatísticas de desemprego. (ANTUNES, 2007, p. 71).

Dessa forma, quando transportamos as observações dos autores para a realidade do Pontal do Paranapanema, apreendemos que as promessas de geração de emprego, renda e o fim do desemprego na região, intrínseco ao discurso do agronegócio canavieiro, configuram-se somente como estratégias adotadas pelo setor para a propagação de novas agroindústrias canavieiras, bem como para a reformulação das unidades já existentes. Amparado no fetiche do emprego e nas fragilidades empregatícias da região, o agronegócio canavieiro avança sobre o território do Pontal do Paranapanema, viabiliza seus negócios e ainda se beneficia do exército de trabalhadores do mercado informal de trabalho.

Sendo assim, buscaremos, neste capítulo, abordar os rebatimentos que essa expansão tem acarretado para os trabalhadores e trabalhadoras, na região do Pontal do Paranapanema (regionais ou migrantes), os quais atuam no processo produtivo da cana-de-açúcar, a partir da intensificação do processo de terceirização do trabalho e dos avanços da mecanização na colheita da cana-de-açúcar e, em contrapartida, do discurso da qualificação profissional. As condições de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores inseridos nesse processo, os problemas,

as dificuldades, as circunstâncias que contradizem o discurso do emprego, geração de renda e desenvolvimento.

4.1 – O discurso do emprego no âmbito canavieiro e os rebatimentos para os trabalhadores da região

O discurso da geração de emprego, renda e desenvolvimento local/regional está visível em todos meios que perpassam o capital canavieiro regional. No desenvolvimento da pesquisa, o discurso de que a implantação de novas unidades agroprocessadora/avanço da cana-de-açúcar tendem a minimizar a problemática do desemprego, nos municípios da região, foi um dos argumentos mais ouvidos durante as entrevistas com os representantes do poder público e das unidades canavieiras visitadas.

Contudo, quando estreitamos nossos olhares especificamente para esses “empregos” produzidos pelo capital canavieiro e as condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores, sobressaem as contradições, as quais se voltam especificamente para a problemática do “desemprego” que as agroindústrias provocam, sobretudo quando desativadas.

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Venceslau/Marabá Paulista, R. G., as situações de desempregos causadas pelas unidades canavieiras não ocorrem exclusivamente quando uma unidade canavieira é desativada ou está à beira da falência, mas de forma regular, por safra, uma vez que anualmente o setor canavieiro contrata e demite os serviços de centenas de trabalhadores na região (os safristas), atitude intrínseca à lógica do agronegócio canavieiro – o emprego temporário.

Nesse sentido, Singer (2003) assevera que o emprego temporário no Brasil vai ao encontro das relações de trabalho estabelecidas no âmbito do capital canavieiro, baixo índice de empregos estáveis, em face do alto índice de subcontratação de trabalhadores temporários, por tempo determinado, produzindo incertezas entre os trabalhadores, principalmente para aqueles que, a cada oito meses, vivenciam a experiência amarga do desemprego.

Em síntese, a pesquisa de campo, as entrevistas e as conversas efetivadas nos municípios, nas frentes de corte (manual e mecanizada), nas unidades agroprocessadoras e sindicatos da região¹⁴¹, possibilitaram-nos refletir sobre os rebatimentos que os empregos disponibilizados pelo agronegócio canavieiro têm proporcionado aos trabalhadores da região.

¹⁴¹ Foram feitas entrevistas com os representantes dos sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), Sindicatos dos Empregados Rurais (SER), Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria de Fabricação de Alcool; Sindicato dos Trabalhadores em Transportes e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação.

Paralelamente, permitiram-nos observar que as relações e o ambiente de trabalho do agronegócio canavieiro regional se apresentam permeados pelo *medo do desemprego*¹⁴².

As incertezas do emprego e o medo do desemprego impregnam o ambiente e as relações de trabalho, no setor canavieiro regional. Em geral, os trabalhadores assinalaram as incertezas e a instabilidade do emprego como uma das maiores dificuldades enfrentadas.¹⁴³ Na verdade, *todos* aguardam a demissão no final da safra, mas, como as unidades canavieiras normalmente conservam um pequeno grupo de trabalhadores para atuar no período de entressafra, para reparos na planta industrial e nos canaviais, *todos* permanecem na expectativa de continuarem empregados.

Essas incertezas geram inseguranças, fazendo com que os trabalhadores cheguem a pensar em desistir do trabalho no setor e procurar outras possibilidades de emprego fora dele. Todavia, o medo de estar desempregado e não conseguir outro trabalho impede a saída¹⁴⁴. Ou seja, o medo do desemprego e as necessidades básicas de sobrevivência (alimentação, moradia etc.) prendem esses trabalhadores ao subemprego, ao trabalho precarizado, que os submetem às mais diversas exigências do capital.

A respeito dessa insegurança no mundo do trabalho, Alves (2007) ressalta que a insegurança do emprego é inerente ao processo de precarização do trabalho, em suas múltiplas dimensões, cuja origem está no desenvolvimento do capitalismo global. Para o autor, o capital controla o comportamento do homem que trabalha e eleva a produtividade da força de trabalho, usando a rivalidade no ambiente de trabalho e o medo. Nesse caso, o *medo do desemprego*, associado às necessidades de sobrevivência e consumo, permite ao capital intensificar a produtividade e manter o trabalhador no processo produtivo. O autor ainda completa:

Através do medo do desemprego o trabalhador assalariado consente maior nível de exploração da sua força de trabalho e renuncia a direitos sociais e trabalhistas [...] É cultivando o medo que o capital busca constituir novos (e espúrios) consentimentos à nova barbárie social. O medo tende a “dissolver” o sujeito e a subjetividade humana. (ALVES, 2007, p. 197).

¹⁴² Nesse caso, não importa a condição financeira da empresa, nem mesmo o cargo ocupado pelo funcionário. O medo/preocupação com o desemprego está em todas as escalas/hierarquia do trabalho.

¹⁴³ As entrevistas realizadas junto aos trabalhadores (setor industrial, agrícola e transporte) aconteceram, em sua maioria, nos municípios em que residem, enquanto estes aguardavam a condução que os levaria ao trabalho ou quando dele estavam retornando.

¹⁴⁴ Declaração da trabalhadora C. B. V., durante entrevista feita no município de Sandovalina, no dia 30 de junho de 2011. .

Vasapollo (2007) complementa a ideia de Alves, ao ressaltar que “[...] a nova organização capitalista do trabalho é caracterizada cada vez mais pela precariedade, pela flexibilização e desregulamentação de maneira sem precedentes para os assalariados”¹⁴⁵.

Segundo Alves (2007), nos últimos anos, o sistema capitalista global tem precarizado as formas de trabalho/emprego, ao atingir a objetividade e a subjetividade da classe trabalhadora. Ao relacionar o fetiche da mercadoria à necessidade do emprego, o capital torna o trabalho indispensável, produzindo o medo do desemprego. Com isso, passa a manipular trabalhadores e trabalhadoras e, conseqüentemente, intensificar e precarizar as formas de trabalho.

Assim, quando nos voltamos para os rebatimentos da territorialização da monocultura da cana-de-açúcar para a região do Pontal do Paranapanema, percebemos que na atual conjuntura o ambiente de trabalho no agronegócio canavieiro regional comparece mesclado entre as *novas e velhas* formas de reprodução do capital. A flexibilização, a terceirização e a inserção da máquina, no processo de produção, produzem uma *nova* roupagem ao trabalho, no setor canavieiro regional, da mesma forma que o descumprimento das Leis Trabalhistas e Normas Regulamentadoras evidencia sua essência, a lógica da reprodução do capital, a base da exploração e degradação do trabalho.

Portanto, mesmo que existam agroindústrias estruturadas economicamente ou voltadas à lógica empresarial global, contrariando a lógica daquelas que vivenciam situações de crise econômica, de maneira geral, todas utilizam processos de organização do trabalho pautados na *intensificação da produção e das condições de exploração da força de trabalho* (ANTUNES, 2007).

Essas diferenças e alterações apreendidas nas relações de trabalho, no âmbito do agronegócio canavieiro regional, estão associadas de certo modo à inserção dos grandes grupos empresariais, os quais têm reestruturado o processo produtivo, na região do Pontal do Paranapanema.

Para o representante do Sindicato dos Químicos de Presidente Prudente (SINDETANOL)¹⁴⁶, os grandes grupos têm modificado a organização de trabalho no âmbito das unidades, tanto na indústria como no campo. Ele observou que as unidades agroprocessadoras do grupo ETH/Odebrechet (Alcídia e Conquista do Pontal) podem ser vistas como precursoras dessas mudanças. Para o entrevistado, esse grupo tem proporcionado

¹⁴⁵ VASAPOLLO, 2005, p. 27.

¹⁴⁶ Entrevista realizada junto ao representante do SINDETANOL (Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas, Farmacêuticas e Fábricas de Álcool, Etanol, Bioetanol e Biocombustível de Presidente Prudente e Região), A. M. N., no dia 12 de maio de 2011.

transformações no âmbito do trabalho, no setor canavieiro regional, ao introduzir no contexto canavieiro regional políticas trabalhistas que estimulam a produção.

Plano de Metas e Resultados, Repartição nos Lucros, plano de carreira, cursos de aprimoramento/profissionalizantes – tudo isso faz parte dos estímulos que as empresas utilizam para intensificar seu processo produtivo, além de oferecerem plano de saúde de qualidade e alimentação gratuita para os trabalhadores que atuam na indústria.¹⁴⁷ Quanto ao Plano de Metas e Resultados, o representante do SINDETANOL esclareceu que os trabalhadores são divididos em equipes, as quais têm metas a serem exercidas (cumprir todas as exigências da empresa – evitar as faltas, acidentes, desperdícios, e atingir as metas de produção). Ao cumprir todas as exigências, a equipe recebe um bônus no valor de um salário no encerramento da safra. Assim, os trabalhadores irão preocupar-se mais com o trabalho, evitar as faltas e trabalhar muito mais, além de vigiar os próprios colegas, pois, se *um* trabalhador cometer algum erro, faltar – mesmo trazendo atestado médico –, prejudicará toda a equipe, a qual perderá o bônus no final da safra.

Quanto à política de “Repartição nos Lucros”, é mais um bônus salarial que o trabalhador pode obter, no final da safra, desde que a empresa atinja as metas de produção. Nesse caso, trata-se do trabalho conjunto de todas as equipes, juntando a parte agrícola e a industrial.

Por outro lado, através do plano de carreira, “[...] os trabalhadores constroem a oportunidade de evoluir profissionalmente, o rurícola/cortador de cana pode chegar a supervisor agrícola ou gerente, basta dedicação e estudo” (informação verbal).¹⁴⁸ Nesse sentido, todos os trabalhadores contratados pela empresa passam por um processo de treinamento, para serem avaliados profissionalmente. Somente depois desse período de treinamento/avaliação, o trabalhador é contratado de forma definitiva pela empresa, sob uma nova função e com reajuste salarial.

O entrevistado acrescentou que o plano de carreira é acompanhado pelos cursos de aprimoramento/capacitação. São parcerias que o grupo tem desenvolvido junto às Prefeituras Municipais¹⁴⁹, Centro Paula Souza, SENAI, entre outros. Por isso, tem contratado e concentrado muitos trabalhadores jovens, os quais têm mais disposição para aprender e vontade de evoluir profissionalmente. Em contrapartida, essa política tem afastado

¹⁴⁷ No caso dos trabalhadores rurais, ressaltou que cada um providencia sua refeição, pois a usina oferece apenas a marmita térmica.

¹⁴⁸ Entrevista realizada no dia 08 de maio de 2011, junto ao representante do Sindetanol, A. M. N.

¹⁴⁹ As Prefeituras Municipais a que o entrevistado se refere são Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio, os quais abrigam as unidades agroprocessadoras do grupo.

trabalhadores com mais idade, inclusive os antigos, que estavam na empresa (Alcídia) por muitos anos. Para ele, a resistência aos cursos de aprimoramento/capacitação tem levado muitos desses trabalhadores a perderem seu espaço/emprego na agroindústria.

As observações do presidente do Sindetanol sinalizam para as alterações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, no setor canavieiro regional, ideologicamente construídas a partir da qualificação profissional. As ideias disseminadas entre os trabalhadores que atuam no setor canavieiro regional é de que “[...] *todos podem ascender profissionalmente, basta buscar aprimoramento profissional*”.

Essa visão do processo de mudança assinalada pelo representante sindical, no trabalho nas agroindústrias canavieiras, aparece igualmente em outras unidades canavieiras da região, entre as quais está a Unidade II do Grupo Cocal/Narandiba e a Paranapanema II/Umo Bioenergy/Sandovalina. Os aprendizes também estão presentes em outras agroindústrias¹⁵⁰.

As mudanças abordadas na organização do trabalho e no processo produtivo de algumas unidades canavieiras da região estão relacionadas ao processo de acumulação flexível, que é demarcado por um modelo produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, quando o capital busca no trabalhador envolvimento no processo de produção, Alves (2007).

Nesse sentido, Antunes (2007, p. 52/53) ressalta que “[...] a introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo”, tem intensificado essas transformações, no processo produtivo industrial e no mundo do trabalho.

Todavia, o autor indica que essas transformações rebatem diretamente na classe trabalhadora, e de várias formas:

[...] redução do tempo e aumento o ritmo de trabalho [...], desregulamentação dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora, precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria. (ANTUNES, 2007, p. 53).

Sobre a flexibilização da força de trabalho Alves (2005) alude

[...] “à necessidade imperiosa de capital subsumir - submeter e subordinar – o trabalho assalariado, à lógica da valorização, pela perpétua sublevação da produção e reprodução de mercadorias” [...]. Por isso, a acumulação flexível

¹⁵⁰ O tema da qualificação profissional está sendo abordado em outra parte do capítulo.

se apoia, sobretudo, na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho. (ALVES, 2005, p. 25).

Essa ideia da Participação em Lucros ou Resultados (PLRs), utilizada pelo capital canavieiro regional, sobretudo as grandes unidades agroprocessadoras (ETH/Odebrecht, Cocal II e Umoe Bioenergy), resulta do discurso *toyotista*, que tem aniquilado algumas contrapartidas qualitativas do emprego¹⁵¹. Para Alves (2007, p. 175),

[...] a precarização das contrapartidas *toyotistas* do trabalho assalariado [...] expressa um elemento do processo de fetichismo social do capitalismo neoliberal, a troca de contrapartidas qualitativas como emprego vitalício ou direitos sociais por contrapartidas quantitativas como gratificações ou bônus salariais, que reforçam, no plano da consciência social, o fetichismo do dinheiro.

Alves (2007) observa que a política do bônus, PLR's, é uma forma empregada pelo capital para premiar a desempenho individual dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que incentiva o espírito de competição, proporcionando então o aumento da produção. O capital trabalha com o interesse pessoal do trabalhador em prolongar e intensificar sua jornada de trabalho, a fim de alcançar aumento salarial e garantia do emprego.

Nesse viés, também foi apreendido que alguns STR's da região têm solicitado gratificações salariais/bônus para os trabalhadores, a fim de evitar as faltas, inclusive as médicas. Nesse caso, os representantes do Sindicato de Presidente Prudente e Regente Feijó argumentaram que se trata de medidas para beneficiar/favorecer os trabalhadores que não falem e estimular o trabalhador faltoso a evitar as ausências¹⁵².

No âmbito do capital canavieiro, o fetichismo do dinheiro pode ser compreendido como mais uma forma para envolver e intensificar o labor daqueles que estão envolvidos com o setor. A partir da ideologia dos benefícios, bônus salarial, os trabalhadores são forçados pelos empregadores e colegas de trabalho (equipe) a colocar as agroindústrias, as metas de produção estabelecidas pelas unidades, à frente de suas próprias necessidades, inclusive as mais básicas e elementares de sobrevivência, como alimentar-se corretamente, usar o banheiro ou conservar os cuidados com a saúde.

¹⁵¹ Para mais detalhes, ver ALVES, 2007.

¹⁵² Nesse caso, o representante do STR/Presidente Prudente destacou que, se o trabalhador não faltar e não apresentar atestado médico, durante o ano, deverá receber gratificação de 500,00, ao passo que o trabalhador que trouxer um atestado, receberá gratificação de 400,00. De seu lado, o representante do STR de Regente Feijó propôs que os trabalhadores que contarem faltas durante o mês e nem apresentarem atestado médico, receberão um acréscimo salarial de 50,00 por mês. No final do ano, o trabalhador teria acumulado 600,00.

Os depoimentos dos trabalhadores ouvidos durante a pesquisa de campo reforçam essa problemática. Ficou evidente que é uma prática comum entre os trabalhadores/trabalhadoras que atuam na produção, na colheita mecanizada passar do horário de almoço, devido à intensidade e pressão das metas diárias, dificultando ou impedindo-os de irem ao banheiro. Devido à pressão, esses trabalhadores param apenas uma ou duas vezes durante o turno e em casos extremos. *“Só pode parar quando tiver um substituto para operar a colhedora, a produção, a colheita não podem parar, os caminhões ficam perfilados esperando para ser carregados”* (informação verbal)¹⁵³.

Foi evidenciado que os trabalhadores faltosos são punidos independentemente do atestado médico, não recebem a cesta básica mensal e as ditas bonificações por metas e resultados, além de retaliações oriundas dos próprios trabalhadores que integram a equipe. Outra prática que se tem tornado comum em algumas agroindústrias da região é a recusa direta dos atestados, numa forma de impedir que os trabalhadores faltem¹⁵⁴.

As observações feitas pelas trabalhadoras confirmam as reflexões da representante da Secretaria da Saúde do município de Martinópolis, que, ao abordar os problemas vivenciados pelos trabalhadores/trabalhadoras que atuam na colheita da cana-de-açúcar, advertiu sobre a alta incidência de infecção urinária. Segundo ela, *“[...] o fato dos trabalhadores permanecer longos períodos sem ir ao banheiro (por falta de lugar adequado ou tempo, pois ganha-se por produção), somado ao longo período sem tomar água, contribuem para os surgimentos dessas infecções”* (informação verbal)¹⁵⁵.

Nesse sentido, Dal Rosso (2007) ressalta que, para ampliar sua capacidade de produção, o capital exige do trabalhador a *intensificação do esforço*, porque muitas vezes não depende exclusivamente de si, mas também da máquina – os bônus salariais, o estabelecimento de metas ou a influência do medo do desemprego se colocam como estímulo. Assim, os trabalhadores buscam a superação, suprimindo o horário de almoço, de tomar água ou de ir ao banheiro. O autor ainda esclarece que

[...] a intensidade do esforço entra como parte da medida de produtividade. Isso que dizer que os ganhos de produtividade podem ser decorrência da

¹⁵³ A trabalhadora E. P. D. C., de 25 anos, atua na colheita mecanizada há cerca de três anos. Começou como tratorista e agora exerce a função de operadora de colhedora, em agroindústria canavieira da região. Durante a entrevista, ela solicitou que não fosse revelado seu nome e o nome da empresa onde trabalha, com receio de retaliações que implicassem a perda do emprego.

¹⁵⁴ Nesse sentido, a trabalhadora A. M. D. S., de 30 anos, destacou que muitas vezes foi ao trabalho com fortes dores de cabeça, sentindo-se muito mal, porque a usina não aceita os atestados. Ela atua como chapiscadora e atribui suas dores de cabeça ao fato de permanecer todo o período de trabalho sob o ruído intenso da moenda.

¹⁵⁵ Entrevista com a Secretária da Saúde do município de Martinópolis, M. R. P. B., no dia 14 de junho de 2011.

majoração da intensidade do esforço daqueles que trabalham ou de grupos dos trabalhadores [...]. (DAL ROSSO, 2007, p. 27).

Os depoimentos das trabalhadoras e da representante da Saúde ilustram brevemente como os trabalhadores da região têm vivenciado as relações de trabalho, no agronegócio canavieiro, por meio de jornadas exaustivas, intensificação do trabalho estabelecido pelas metas de produção e resultados, desgaste físico e mental, entre outros.

Desse modo, a ideologia do bônus a partir do alcance das metas e resultados, ao lado da ideologia do plano de carreira (de cortador de cana a gerente) e da influência do medo do desemprego, da substituição, incentivam os trabalhadores a intensificar seu esforço e ritmo de trabalho, sempre pautados na superação da produtividade. Essa corrida pela produtividade está muito presente no setor agrícola das unidades canavieiras, especialmente no plantio, colheita da cana-de-açúcar (manual e mecanizada) e transporte da matéria-prima.

De acordo com Supervisor Agrícola de unidade canavieira visitada, o setor agrícola tem que ser o mais eficiente e organizado possível, desde o plantio, tratos culturais, colheita, até transporte, para a indústria não diminuir sua produtividade e ainda atingir sua capacidade máxima de produção dentro do prazo previsto. Ou seja, “[...] *o campo é à base da indústria, por isso, deve sempre estar se superando*”. Nesse sentido, ressaltou que a mecanização do plantio e colheita tem possibilitado que as equipes se superem cada vez mais. Para tanto, acrescentou, “[...] *se no dia anterior (21/03/2011) a equipe plantou 96 hectares de cana-de-açúcar, hoje (22/03/2011) pretendemos ultrapassar a marca dos 100 hectares, já que a meta da unidade é atingir 700 hectares até 2014*” (informação verbal)¹⁵⁶.

Essas informações descrevem em parte a rotina dos trabalhadores que atuam na função de supervisor agrícola, que, teoricamente, não causa tanto esforço físico ao trabalhador, como na função de rurícola (cortador manual da cana-de-açúcar), que expõe o trabalhador constantemente às intempéries (sol, calor, vento, chuva, frio etc.) e o faz desenvolver atividades físicas, como maratonistas. Contudo, vivencia os rebatimentos do trabalho, pelas constantes cobranças por resultados e metas, que têm gerado adoecimento nesses trabalhadores.

Nesse sentido, H. D. S. relatou que seu filho trabalha na usina ETH, na função de supervisor de plantio há cerca de dois anos, mas já está doente. De acordo com o entrevistado, a pressão por resultados, as cobranças constantes e diárias o estão adoecendo. “*Seu superior liga toda hora, não interessa se é domingo, feriado, de madrugada, folga ou se está doente, o*

¹⁵⁶ Entrevista realizada junto ao supervisor agrícola J. C. S., no dia 29 de junho de 2011, na cidade de Sandovalina.

trabalho é muito desgastante, por isso acabou adquirindo uma gastrite nervosa que evoluiu pra úlcera, e mesmo diagnosticado a doença, não pode se afastar, continua trabalhando” (informação verbal)¹⁵⁷.

As questões levantadas pelos entrevistados abordam, em parte, as dificuldades e problemas enfrentados pelos trabalhadores, no âmbito do setor canavieiro. Diante disso, não interessa a situação econômica da empresa, embora cada agroindústria trabalhe com “sua” lógica de reprodução do capital; todas, sem exceção, se pautam na intensificação do trabalho e na exploração do trabalhador, seja por meio de cobranças por resultados ou metas de produção, seja na intensificação do trabalho, descumprimento das normas regulamentadoras e das leis trabalhistas, punição por falta médicas ou pelo descumprimento do regulamento interno da empresa, entre outras.

Todavia, quando essas unidades canavieiras vivenciam dificuldades financeiras, os problemas se tornam ainda mais complexos, pois, além de enfrentar todos os percalços ocasionados pelo trabalho, coexistem o descumprimento das leis trabalhistas, as incertezas do recebimento de seus salários e a ameaça constante do desemprego.

Para Oliveira (2009), as transformações desencadeadas com o processo de reestruturação produtiva e mundialização do capital acenderam a desestruturação do mundo do trabalho e cooperam para a precarização de suas condições, trazendo incertezas salariais, desemprego, desestruturação das organizações sindicais e entidades de representação da classe trabalhadora.

Frente às ponderações da autora, focalizamos a postura das entidades sindicais diante das políticas de bônus, gratificações por metas e resultados antes sinalizados, que resultam na intensificação do trabalho e exploração do trabalhador. Na verdade, as exigências que formalizam os acordos coletivos de trabalho firmados entre empresas e sindicatos tem se voltado muito mais para atender às exigências de produção das agroindústrias, que defender os interesses e o bem-estar dos trabalhadores.

Nesse cenário, apreende-se que o estabelecimento de metas e resultados, as gratificações para os trabalhadores que não faltam e não buscam atendimento médico, tudo isso tende a beneficiar apenas os interesses produtivos das agroindústrias, as quais mascaram com ideologias de bonificações salariais meios que intensificam a exploração do trabalhador.

Oliveira (2009) ressalta que, na atual conjuntura, existem representantes sindicais que, embora defendam os interesses dos trabalhadores, sentem-se ameaçados pela hegemonia do

¹⁵⁷ Entrevista realizada no dia 04 de agosto de 2011, junto a D. H. S., morador do distrito de Costa Machado/Mirante do Paranapanema, que por muitos anos também atuou no setor canavieiro.

capital, de modo que se limitam a aceitar as condições básicas propostas pelos representantes do agronegócio canavieiro, nos acordos.

Por seu turno, Alves (2000) salienta que muitas vezes os sindicatos têm sido submergidos pelas estratégias políticas ou pelas próprias circunstâncias, sendo levados a aceitar os acordos coletivos propostos ou reorganizados pela empresa. “O próprio poder de barganha do trabalho tende a debilitar-se, mais ainda, diante da reestruturação produtiva” (ALVES, 2000, p. 317). Continua o autor:

Instaura-se um ciclo vicioso perverso, no qual a debilitação do poder sindical tende a jogá-lo mais ainda nas mãos do capital e a sua crescente integração à ordem capitalista inclina-se a debilitar seu poder de colaborar para a instauração de obstáculos efetivos à sanha da valorização. (ALVES, 2000, p. 317).

O autor ainda completa que, para o capital, a desarticulação e a fragilidade da representação sindical em relação aos trabalhadores tornam-se vantajosas, pois, além de viabilizarem seu poder de barganha nas negociações coletivas, deixam os trabalhadores mais vulneráveis frente aos ditames do capital (ALVES, 2007).

No próximo item, vamos abordar os entraves vivenciados pelos trabalhadores e trabalhadoras que atuaram ou ainda atuam junto às unidades canavieiras da região, sobretudo naquelas que enfrentam problemas financeiros, passaram/passam pelo Plano de Recuperação Judicial ou foram desativadas.

4.1.1 - As relações de trabalho no âmbito das agroindústrias canavieiras sob Plano de Recuperação Judicial

As transformações no mundo do trabalho, em sua representação organizacional, avanço tecnológico, capacidade de extração intensificada do trabalho, bem como a combinação de trabalho em equipe, os mecanismos de envolvimento, o controle sindical, são vistos e utilizados como possibilidade para a superação da crise da acumulação¹⁵⁸. Com o capital canavieiro não é diferente, porque cada vez mais essas transformações no mundo do trabalho se fazem presentes nas indústrias e canaviais da região, por meio da intensificação e exploração do trabalhador e no descumprimento das Leis Trabalhistas.

Nesse cenário de exploração da força de trabalho e supressão dos direitos trabalhistas, buscaremos refletir sobre as dificuldades vividas pelos trabalhadores e trabalhadoras que

¹⁵⁸ ANTUNES, 2007, p. 53.

mantêm vínculos empregatícios com as unidades canavieiras da região que enfrentaram problemas financeiros e atuam/atuaram sob Plano de Recuperação Judicial (PRJ), entre os anos de 2010 e 2012: Destilaria Paranapanema I, desativada em janeiro de 2010, Destilaria Santa Fany, desativada em janeiro de 2011, Usina Alvorada do Oeste, desativada em janeiro de 2012, e, por fim, Destilaria Decasa, que desde 2011 atua sob o PRJ.

De modo geral, foi possível observar que esses trabalhadores e trabalhadoras foram e ainda têm sido afetados em várias esferas do trabalho: desde o não cumprimento dos direitos trabalhistas, como falta de pagamento de salários, férias, 13º salários, ausência de depósito do FGTS, do desemprego direto e até as humilhações sofridas frente ao descaso das agroindústrias que realizam seus pagamentos com cheques sem fundo, expondo-os ao ridículo.

A realidade dos trabalhadores que atuavam na destilaria Santa Fany pode ser apresentada como exemplo. Os depoimentos/conversas colhidos entre os trabalhadores, durante as Audiências Públicas realizadas no município de Regente Feijó e as entrevistas feitas no ambiente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Regente Feijó contribuíram para apreendermos em parte a realidade vivenciada pelos trabalhadores que foram dispensados/abandonados pela empresa.

Nesse caso, o depoimento de C. S. F., de 58 anos, elucida a experiência dos trabalhadores quando a empresa foi desativada e como estão enfrentando os problemas. Ele trabalhou durante oito anos na empresa e, embora fosse registrado como mecânico de caminhões, na realidade consertava toda a frota da agroindústria (carros, caminhões, tratores, guinchos etc.) – “[...] sempre foi complicado trabalhar na empresa, devido a atraso nos pagamentos de salários, férias, 13º [...]”. “Mas, no ano de (2010) a situação se agravou de vez, todos foram dispensados sem receber” (informação verbal). Ainda relatou casos de trabalhadores que, nesse período ficaram até cinco meses sem receber seus salários – “Eles pagavam alguns trabalhadores e deixava os outros sem receber, pagava com cheques sem fundo ‘gelado’, foi assim até janeiro (2011), quando aos poucos foi desativada” (informação verbal).

Para o trabalhador, a necessidade do emprego os manteve na empresa até ela ser desativada. Contudo, sua revolta é pelo descaso com os trabalhadores, os quais não foram avisados que a empresa iria ser desativada. Para este, a atitude dos proprietários da Santa Fany revela a falta de respeito que estes têm para com o trabalhador:

[...] não houve consideração com o trabalhador, pois, não foi realizada a rescisão dos contratos para que estes buscassem novos empregos, o ônibus não passou, o pessoal foi para o ponto e ficou esperando, e quem foi trabalhar de carro, encontrou os portões fechados, por isso, muitos trabalhadores ficaram com o registro em aberto. (informação verbal).¹⁵⁹

Por outro lado, os trabalhadores ressaltaram as inúmeras humilhações que vivenciaram, ao receber os cheques sem fundo – a descredibilidade no comércio do município, a falta de recursos para suprir as primeiras necessidades, alimentação, aluguel, contas de água e energia elétrica. As circunstâncias vivenciadas pelos trabalhadores da Santa Fany evidenciam a lógica destrutiva do capital, que comparece tanto no desemprego, como na miséria física e espiritual dos trabalhadores (ALVES, 2007).

Nesse sentido, as visitas ao município de Regente Feijó e o acompanhamento das Audiências Públicas permitiram-nos apreender em parte as experiências amargas e revoltas dos trabalhadores que atuavam na empresa. Diante da circunstância, os trabalhadores que ainda não conseguiram um novo emprego têm sobrevivido do trabalho informal ou recorrido à prefeitura, que eventualmente organiza algumas políticas assistencialistas de socorro aos trabalhadores desempregados.

Os desabafos dos trabalhadores que atuavam na Santa Fany também vão ao encontro das observações de Singer (2003), quando o autor discute a problemática do desemprego, no Brasil. Para o autor, “[...] a crise de desemprego se manifesta no Brasil pelo aumento do desemprego “aberto”, da proporção de pessoas que não exercem outra atividade que não a de ativamente procurar trabalho”. Nesse sentido, completa:

Os pobres raramente podem se dar ao luxo de ficar “desempregado”. Os pobres ficam “parados” quando a procura por seus serviços cessa, mas eles não podem permanecer nessa situação muito tempo. Se não conseguem ganhar a vida na linha de atividade a que vinham se dedicando, tratam de mudar de atividade ou de região, caso contrário correm o risco de morrer de fome. (SINGER, 2003, p. 31).

Cabe salientar que, além dos descumprimentos das dívidas trabalhistas apresentados pelos trabalhadores, foi levantado nas Audiências Públicas que a referida empresa ainda acumulou problemas com o Ministério do Meio Ambiente, devido ao descumprimento da legislação ambiental, abusos e crimes ambientais. Por isso, os descumprimentos da legislação trabalhista somados a infrações à legislação ambiental contribuíram para que a agroindústria

¹⁵⁹ O depoimento de C.S.F foi colhido enquanto aguardávamos o início da Audiência Pública, realizada no município de Regente Feijó, no dia 13 de junho de 2011.

acumulasse um passivo milionário, o qual desestimula outras empresas a enfrentar a dívida e assumi-la.

Nesse cenário de precarização e degradação dos trabalhadores, notamos que a postura das entidades sindicais que os representam é de certa subserviência. Embora tenham sido apontados os problemas e as irregularidades ocasionadas pela agroindústria, enquanto esta se manteve ativa, os representantes sindicais, sobretudo o representante do STR de Regente Feijó, orienta os trabalhadores a esperar com “*calma*” os resultados do processo que corre na justiça, quanto ao futuro da empresa, para saber se de fato irão receber seus direitos trabalhistas.

Para o representante sindical, “[...] *não adianta fazer barulho (greve), a empresa está fechada, é necessário aguardar a decisão da justiça*”. Pois, entende que esses trabalhadores, atualmente desempregados, podem ser incorporados por outras unidades. “*Para aqueles que ainda estão com o contrato de trabalho em aberto, o sindicato solicitou junto ao poder judiciário, uma ação para que realize a rescisão desses contratos*” (informação verbal)¹⁶⁰.

Contudo, grande parte dos trabalhadores tem-se recusado a entregar suas carteiras de trabalho para que seja feita a rescisão do contrato através dessa ação judicial, devido à postura do sindicato, alegando que os representantes sindicais nunca lutaram de verdade para defender seus interesses. “*Existem trabalhadores que receberam o último salário em setembro de 2010, a empresa fechou em janeiro de 2011, estamos em junho e o sindicato não fez nada, fala para esperar, para ter calma*”. (informação verbal)¹⁶¹.

Essa revolta, expressa nas observações do trabalhador em face da postura do sindicato, diante das irregularidades cometidas pela empresa, é sinalizada por Oliveira (2009). A autora ressalta que, perante a reestruturação produtiva do capital, as representações sindicais, de modo geral, adotaram uma postura neocorporativista e um posicionamento defensivo, conduzindo a perspectiva classista ao esvaziamento. Sendo assim, grande parte dos sindicatos tem deixado de lado as táticas de confronto aos ditames do capital, para adotar uma postura de aceitação ou “cooperação conflitiva”, especialmente aqueles que representam os trabalhadores rurais STRs e SERs (OLIVEIRA, 2009).

Nesse sentido, Azevedo (2008), assevera que essa relativa concordância verificada nas entidades sindicais está atrelada ao jogo de domínio entre classe dominante e sujeitos dominados, fato que também contribui para a perda de poder dos sindicatos quanto à ofensiva

¹⁶⁰ Entrevista realizada junto ao representante do STR de Regente Feijó, M. S., no dia 24 de maio de 2011.

¹⁶¹ Em depoimento, alguns momentos antes de se iniciar a Audiência Pública para venda ou falência da Santa Fany, o trabalhador J. R. falou sobre a situação que os trabalhadores abandonados têm enfrentado e a postura dos sindicatos.

neoliberal, a qual repercute diretamente no enfraquecimento das lutas sociais da classe trabalhadora em prol de melhores condições de vida e de trabalho para os seus associados.

Na atual conjuntura, a Destilaria Santa Fany ainda se encontra inoperante e abandonada, enquanto são realizadas Audiências Públicas para venda da massa falida. Quanto aos trabalhadores e trabalhadoras que atuavam para a empresa, buscam a inserção no mercado de trabalho, mas sem deixar de acompanhar as tentativas de vendas da massa falida, através das Audiências Públicas (Figura 19).

Figura 19 – Ex-trabalhadores da Santa Fany em Audiência Pública na cidade de Regente Feijó



Fonte: BARRETO, M. J. Trabalho de Campo (2011).

A situação da usina Alvorada do Oeste não é muito diferente, a agroindústria atuou na safra 2011/2012 sob PRJ, mas foi desativada no ano de 2012. Nesse caso, a unidade começou a efetuar as demissões de trabalhadores em novembro de 2011, com o encerramento da safra de 2010/2011 (setor agrícola, industrial e transporte)¹⁶². Em janeiro de 2012, foi anunciado que a empresa teria suas atividades paralisadas por um ano, para a reforma de canaviais. Na

¹⁶² Para mais detalhes, ver: <<http://www.imparcial.com.br/site/conteudo-ver.php?categoria=24&codigo=877>> Acesso em: 18 abr. 2012.

oportunidade, foram demitidos todos os trabalhadores que atuavam no setor da indústria, cerca de 70% dos que trabalhavam no setor de transporte e aproximadamente 70% dos trabalhadores do setor agrícola.

Segundo informações obtidas junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Anastácio, mesmo que a empresa tenha enfatizado que a interrupção na produção seria provisória, apenas durante a safra de 2012/13, as expectativas para os trabalhadores não são positivas¹⁶³. Os trabalhadores dispensados pela agroindústria, no final de 2011 e início de 2012, assim como aqueles que têm solicitado a rescisão no contrato ainda não receberam seus direitos trabalhistas (FGTS, 13º salários, férias etc.) e não existe previsão em recebê-los.

São fatos como esses que revelam o descaso/descompromisso da unidade pelos trabalhadores que lhes prestaram serviços, os quais vivenciaram formas precárias de trabalho, subjugados pelo capital e, por fim, esquecidos, sem receber sequer seus direitos trabalhistas¹⁶⁴.

O caso da Destilaria Paranapanema I se diferencia das duas citadas anteriormente. Primeiramente, porque não se trata de um momento de falência, crise financeira, mas opção do grupo em cortar gastos, já que a Paranapanema II, com alta capacidade de produção e tecnologia de ponta, preferiu desativar a Unidade I.

Na verdade, o representante da empresa acrescentou que o fato de as terras em que se cultivavam seus canaviais serem arrendadas por outras unidades da região dificultou a manutenção da unidade e contribuiu para que fosse desativada. Ademais, como se tratava de uma unidade antiga e com baixa capacidade de produção, não era lucrativo transportar matéria-prima de longas distâncias para processar na unidade, existindo a Paranapanema II.

A questão da Destilaria Paranapanema I, de certo modo, evidencia e reforça a questão das disputas pelas terras agriculturáveis no Pontal do Paranapanema por parte do capital canavieiro, situação que rebate diretamente nos trabalhadores e trabalhadoras, com a incidência do desemprego no município.

Logicamente, ao ser desativada, os trabalhadores que atuavam na unidade foram dispensados, circunstância que gerou maior número de desempregos na região e algumas controvérsias, especialmente em Nandiba, porque os representantes do grupo garantem que a Unidade II absorveu essa mão de obra, enquanto representantes sindicais asseguram que a Unidade II não aproveitou toda a mão de obra dispensada e que muitos trabalhadores ficaram

¹⁶³ As informações foram obtidas por telefone junto ao presidente do STR de Santo Anastácio, no dia 04 de julho de 2012.

¹⁶⁴ Para mais detalhes, ver: <http://www.sindetanol.com.br/?inc=noticias_ver.php&c=38>. Acesso em: 18 mar. 2012.

desempregados. Com efeito, o representante do Sindicato dos Químicos enfatizou que se trata de um cálculo lógico: “*uma empresa jamais irá empregar por duas*”.

Nesse viés, observa-se que, no cerne das disputas intercapital ou entre o capital canavieiro, o trabalhador é sempre o primeiro a sentir os rebatimentos dessas concorrências. Antunes (2007) ressalta que a própria lógica que conduz essas tendências acentua os elementos destrutivos do capital. Ou seja,

[...] quanto maior a competição e a concorrência intercapitais, mais nefastas são as suas consequências, entre as quais duas são muito graves: a destruição e/ou precarização, [...] da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente. (ANTUNES, 2007, p. 26).

O autor completa que, inseridas as destruições de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, sempre há uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho precarizada ou mesmo à margem do processo produtivo, elevando a intensidade dos níveis de desemprego estrutural. (Figura 20).

Figura 20 – Lagoa de vinhaça abandonada no Município de Narandiba



Fonte: BARRETO, M. J. Trabalho de Campo (2011).

Chama-nos igualmente a atenção o descaso com o meio ambiente, porque o fechamento da unidade canavieira, além de provocar sérios problemas de ordem social relativos ao desemprego de centenas de trabalhadores, deixa chagas no meio ambiente. Basta olhar para as lagoas de vinhaça e águas residuais que as unidades canavieiras deixaram para trás, ao dispensar os trabalhadores, levar os bens e fechar as portas das agroindústrias.

A paisagem regional revela as formas como o capital, personificado no agronegócio canavieiro, age com o meio ambiente. São práticas destrutivas e degradantes que, juntas, impactam profundamente nas formas de uso/exploração do território. As lagoas de vinhaça abandonadas junto com as unidades desativadas mostram outra face desse processo – a destruição da natureza, a degradação ambiental (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

Entre as agroindústrias canavieiras da região com problemas financeiros, que atuam e/ou atuaram sob o PRJ, somente a Destilaria Decasa ainda permanece ativa, na safra 2012/2013. Mas, de acordo com informações obtidas junto ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Venceslau/Marabá Paulista, R.G., embora a empresa ainda se mantenha operante, os trabalhadores têm enfrentado sérias dificuldades no ambiente de trabalho, desde 2009. Dentre estas, podem ser arrolados os atrasos no pagamento dos salários, disparidade nos valores pagos ao metro de cana cortada, baixa qualidade dos ônibus que realizam o transporte dos trabalhadores, EPIs, banheiros/barracas sanitárias, distinção entre trabalhador regional e migrante, entre outros. E, seguindo a lógica das demais agroindústrias citadas, a usina não tem depositado o FGTS e o INSS de seus trabalhadores.

Atendo em vista a magnitude dos problemas e o descaso da agroindústria diante das reclamações, os trabalhadores, apoiados pelos STR de Presidente Venceslau/Marabá Paulista, deliberaram por greve, em junho de 2012, reivindicando solução para os problemas e respeito pela classe trabalhadora.

Na pauta das reivindicações, trabalhadores e sindicato exigiam o depósito do FGTS e INSS, que tem sido descontado de seus holerites, mas não são feitos de maneira correta, há cerca de quatro anos. A regularização das férias seja por meio do descanso, seja do pagamento, como garante o Art. 129 da CLT¹⁶⁵, o cumprimento de acordos assumidos junto ao sindicato, com relação aos valores e qualidade dos produtos da cesta básica, além dos valores de salário-base e metro de cana cortada.

Além disso, os trabalhadores também reivindicaram igualdade, nos canaviais, entre trabalhadores migrantes e regionais. De acordo com o trabalhador J. S. S., a Destilaria Decasa

¹⁶⁵ Art. 129 - Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977).

tem selecionado os melhores canaviais/cana para os trabalhadores migrantes, porque são mais produtivos, enquanto os trabalhadores regionais trabalham nos piores canaviais, fato que dificulta o alcance da meta. Nesse caso, o trabalhador que não atinge a meta (salário-base) tem redução de salário. Ou seja, se o piso salarial do rurícola (cortador de cana) não ultrapassar R\$ 700,00 e, portanto, não atingir a meta, isso significa perda salarial.

Nesse caso, o desabafo do trabalhador aborda mais uma artimanha adotada pelo capital canavieiro para subjugar os trabalhadores à sua lógica de produção. Ao punir os trabalhadores que não atingem as metas, com a perda salarial, força o trabalhador a aumentar seu ritmo de trabalho e, conseqüentemente, produzir mais. É dessa forma que o agronegócio canavieiro regional tem selecionado seus trabalhadores.

A ação da agroindústria apontada pelo trabalhador nos reporta a Alves (2007), que, ao discutir o trabalho por produção, explicita que, por meio do interesse pessoal do trabalhador em aumentar seu salário o capital, este o induz a intensificar e prolongar sua jornada de trabalho. Quer dizer, “[...] a exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza então por meio da exploração do trabalhador pelo trabalhador” (ALVES, 2007, p. 195). Da mesma forma, leva-nos a refletir sobre a intensificação do trabalho no ambiente do capital canavieiro, um trabalho difícil e precário, que, quando exagerado, pode ocasionar a morte do trabalhador por exaustão.

A respeito da intensificação do trabalho ou do ritmo de trabalho, Dal Rosso (2007) observa que, no capitalismo contemporâneo, a análise da intensidade do trabalho está voltada para os resultados; no setor canavieiro, os resultados aparecem em medidas, tais como maior volume de cana cortada por dia, por pessoa etc. O autor completa:

O grau da intensidade resulta de uma disputa, de um conflito social que opõe o interesse dos trabalhadores ao dos empregadores. Não é o indivíduo trabalhador quem decide autonomamente suas condições de trabalho e estabelece o grau de empenho pessoal com a atividade. O ato de compra e venda da força de trabalho confere ao comprador poder sobre como será utilizada essa mercadoria. (DAL ROSSO, 2007, p. 24).

Os abusos da Destilaria Decasa para com os trabalhadores rurais resultaram num ato de greve, em junho de 2012, quando trabalhadores se reúnem, visando a resistir às injustiças que o capital canavieiro regional tem cometido contra aqueles que se envolvem em seu processo produtivo.

As reivindicações dos trabalhadores da destilaria Decasa, a pauta da greve, representam o grito sufocado na garganta da grande maioria dos trabalhadores, que, para suprir suas

necessidades básicas de sobrevivência, vendem sua força de trabalho e se inserem no processo produtivo do agronegócio canavieiro, seja pelas formas degradantes de trabalho a que são diariamente submetidos, seja pelo descaso dessas agroindústrias, no cumprimento da legislação trabalhista (Figura 21).

Figura 21- Trabalhadores da Destilaria Decasa reunidos no campo ouvindo as colocações do sindicato – Presidente Venceslau



Fonte: PEDRO, E. (2012)

É importante ressaltar que essas dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores que atuam no setor não se restringem apenas àqueles que estão vinculados a estas ou aquelas unidades, mas se estendem a todos os que, de alguma forma, se encontram inseridos nesse processo. Pois, embora cada agroindústria tenha sua organização e trabalhem com sua lógica de reprodução do capital, todas comparecem pautadas na intensificação e exploração do trabalhador.

Por conseguinte, a pesquisa de campo nos municípios da região, nas agroindústrias canavieiras e nas frentes de corte (manual e mecanizada), auxiliou-nos a perceber em parte os problemas e as dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores, no ambiente e nas relações de trabalho, entre os quais estão seus direitos, previstos pela legislação trabalhista, como aqueles

prescritos nas Normas Regulamentadoras, direito a equipamentos de segurança, sanitários, água potável, abrigo e cadeiras para as refeições, transporte adequado e seguro etc.

Buscaremos, no próximo item, abordar brevemente as irregularidades observadas no ambiente de trabalho das agroindústrias canavieiras regionais, contrapostas ao discurso do emprego, ressaltando o descumprimento da NR-31, a presença dos trabalhadores migrantes e a intensificação da terceirização do trabalho, nos canaviais do Pontal do Paranapanema.

4.1.2 – O cotidiano dos trabalhadores no agronegócio canavieiro regional e a proeminência das Normas Regulamentadoras

Quando nos voltamos para o ambiente de trabalho dos canaviais paulista, é notório que o cenário mudou. Os caminhões, que trafegavam de forma irregular pelas estradas rurais, vicinais e rodovias nas décadas de 1970 e 1980, conduzindo trabalhadores rurais para o corte da cana-de-açúcar foram substituídos pelos ônibus, ao passo que os trabalhadores que operavam utilizando trajes inadequados, sem dispor de nenhum equipamento de proteção, passaram a receber seus kits de proteção individual para o trabalho, os EPIs, entre os quais estão camisas de manga comprida, mangote, luvas, botas com bico de aço, perneiras, óculos, boné etc.

Entretanto, essas mudanças não eliminaram por completo a precariedade do trabalho nas atividades agrícolas da cana-de-açúcar, muito menos as mortes nos canaviais. Hoje, estas podem não acontecer com a mesma frequência e intensidade do passado, por meio de acidentes banais com podões ou tragédias rodoviárias envolvendo os caminhões de boias-frias. As cobranças pelas Normas de Segurança e Saúde no Trabalho as têm tornado mais silenciosas.

Mesmo que essas leis e normativas que visam a proteger a saúde e o bem-estar do trabalhador, em seu ambiente de trabalho, não sejam rigorosamente respeitadas pelos empregadores regionais, assim como também não existe ainda a austeridade necessária dos órgãos fiscalizadores, estas têm sido de grande relevância para a melhoria das condições de trabalho, no âmbito dos canaviais estaduais e regionais.

Um exemplo a ser sublinhado é a Norma Regulamentadora-31, a qual adquire importância no ambiente agrário brasileiro, pelas mudanças em curso no setor agropecuário brasileiro, quando entra em cena a modernização do campo – as monoculturas agroindustrializadas, o agronegócio. Acompanhando essas transformações, acontecem igualmente as alterações no contexto do trabalho, como destaca Thomaz Júnior, 2009:

[...] na base da prática da monocultura ou dos monocultivos e da modernização tecnológica das operações agrícolas e do processamento industrial, o capital faz valer os expedientes regressivos, da superexploração do trabalho, prolongamento das jornadas, formas assemelhadas de trabalho degradante e escravo, remuneração por produção etc. (THOMAZ JÚNIOR, 2009. p. 139).

Para o autor, a NR-31, é contemporânea ao *boom* do agro-hidronegócio, em meados da presente década, cujo objetivo é regular os direitos sociais, as jornadas de trabalho, as condições adequadas nos ambientes de trabalho, fornecimento regular e adequado dos EPIs.

Embora a precariedade do ambiente de trabalho no setor canavieiro, especialmente no campo, seja historicamente conhecido, nos últimos anos, este vem sendo maquiado por algumas unidades canavieiras, devido às exigências de sindicatos e na iminência da fiscalização do Ministério Público do Trabalho¹⁶⁶. Porém, quando buscamos enxergá-lo através da legislação, especialmente por meio do cumprimento das Normas Regulamentadoras, apreendemos o quanto esses trabalhadores têm sido cotidianamente lesados. E não é necessário nos aprofundarmos nos ditames da lei, para perceber as arbitrariedades, já que uma breve análise demonstra essas lacunas.

Ao ponderar sobre o *novo e precário mundo do trabalho*, Thomaz Júnior (2009) ressalta que, quando nos voltamos para o setor agrário, as incertezas do trabalho não se restringem apenas ao salário, à quantidade de cana cortada ou ao ganho por produção:

Mas, também estão expressas na extensividade e intensificação das jornadas, nas péssimas condições de trabalho, no transporte inadequado e inseguro, na negligência do capital em relação aos equipamentos de proteção individual (EPI's), no descumprimento dos contratos de trabalho e das normativas trabalhistas. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 267-268).

Diante da realidade descrita pelo autor e de acordo com os preceitos das legislações do trabalho, observamos que a NR/31 traz, entre seus objetivos, a intervenção das relações de trabalho no âmbito rural brasileiro, cujo desígnio ressalva a constituição de princípios a serem seguidos na organização e no ambiente de trabalho, além de tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades agrárias com a segurança e saúde, no meio ambiente do trabalho.

Durante as visitas de campo nas frentes de corte (colheita mecanizada ou manual), foi observado que, embora o Ministério do Trabalho Regional seja atuante e rigoroso quanto ao cumprimento das Normas Regulamentadoras, e a legislação exija do empregador e do Estado

¹⁶⁶ Para mais detalhes, ver THOMAZ JÚNIOR, 2009.

práticas e medidas preventivas que protejam o trabalhador, não há rigor no cumprimento dessa legislação, sobretudo no uso de equipamentos de segurança (EPIs) e equipamentos de apoio nas frentes de corte (sanitários, lavabo, toldo, mesas e cadeiras para as refeições), no transporte dos trabalhadores e na organização dos alojamentos de trabalhadores migrantes.

Conforme Silva (2007), a despeito de o Brasil possuir uma das mais avançadas e extensas legislações de proteção à saúde do trabalhador, principalmente no que concerne ao ambiente de trabalho, muitas dessas leis se restringem ao papel, porque, na prática, observamos os trabalhadores sendo multilados ou até mesmo perdendo suas vidas, devido à ausência dos equipamentos de segurança. O Estado cria as leis, porém, não fiscaliza para que estas sejam cumpridas:

[...] o Estado tem a obrigação positiva de editar normas de saúde, higiene e segurança como o escopo de reduzir os riscos inerentes ao trabalho (art. 7º, inciso XXII, da CF), e o empregador a obrigação de cumprir essas normas, além de contratar, às suas expensas, seguro contra acidentes do trabalho em favor de seus empregados (art. 7º, XXVIII) [...]. *Enfim, o Estado tem a obrigação de fiscalizar o cumprimento das normas de proteção por parte do empregador.* (SILVA, 2007, p. 137).

No que diz respeito à fiscalização relacionada às Normas de Segurança e Saúde no Trabalho no ambiente das empresas, é relevante frisar que, embora esta tenha sido por muitos anos função exclusiva do Ministério Público do Trabalho, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, por meio do Centro de Vigilância Sanitária – CVS, vem capacitando as Vigilâncias Sanitárias Municipais para tais atribuições.

Dessa forma, também é de competência das vigilâncias municipais inspecionar as empresas implantadas no âmbito municipal, quanto ao cumprimento das Normas de Segurança e Saúde no Trabalho, assim como cadastrar os alojamentos/repúblicas de trabalhadores migrantes e os ônibus que transportam os trabalhadores para o local de trabalho, quer rural, quer urbano¹⁶⁷.

Todavia, quando tentamos verificar como essa fiscalização tem sido realizada no ambiente de trabalho das agroindústrias canavieiras, quanto ao cumprimento das normativas do trabalho, especialmente nos canaviais e alojamentos de trabalhadores migrantes nos municípios da região, vemos que a fiscalização pelas vigilâncias municipais é mínima.

Para muitos dos entrevistados, a falta de estrutura, equipamentos de trabalho e respeito tem sido um grande obstáculo para a realização das inspeções nas agroindústrias e canaviais

¹⁶⁷ Para mais detalhes, ver Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e Portaria CVS – 12, de 17 de agosto de 2009.

do Pontal do Paranapanema. Além disso, a política regional (relação paternalista entre prefeituras e agroindústrias) dificulta a realização e a concretização do trabalho – “[...] *é comum empresas autuadas recorrerem às prefeituras municipais para se livrarem de multas* (informação verbal).

Para o representante da Vigilância Sanitária de Santo Anastácio, realizar as inspeções nas empresas dos municípios (agroindústrias canavieiras) e, conseqüentemente, fiscalizar esse ambiente de trabalho tem sido um trabalho muito complexo para as vigilâncias municipais, porque estas não têm sido respeitadas enquanto órgão fiscalizador pelas unidades canavieiras, estendendo-se essas dificuldades também para a realização do trabalho em si, em função da falta de equipamentos.

Para o representante do STR de Mirante do Paranapanema, a implementação da legislação e normativas trabalhistas é um dos principais problemas entre as usinas da região. Com relação à NR-31, enfatizou que a qualidade dos produtos comprados, especialmente, os equipamentos de proteção individual ao trabalhador (EPIs), pode ser apontada como uma das mais expressivas dificuldades.

Para o entrevistado, a má qualidade dos produtos comprados impede os trabalhadores de usar os equipamentos. Em geral, os equipamentos que mais trazem problemas são as luvas e óculos. Argumentou que as luvas são compradas em tamanho único, mesmo todos sabendo que cada trabalhador tem sua estatura. No caso dos óculos, o problema é o material usado na fabricação: muitos são de plástico ou acrílico e, no contato com suor do trabalhador, embaça, e conseqüentemente dificulta o desenvolvimento do trabalho, ele não o usa, preferindo trabalhar sem óculos. Dessa forma, quando notamos entre os trabalhadores canavieiros aqueles que não utilizam as luvas ou os óculos de proteção não é porque eles não querem, mas porque o equipamento não lhes serve.

Paralelamente aos problemas com a qualidade dos equipamentos, o representante do STR de Mirante do Paranapanema relatou que os trabalhadores também têm dificuldades em trocar os equipamentos desgastados em algumas empresas da região. Assim, as agroindústrias fornecem apenas dois kits de equipamentos de proteção gratuitos por mês: caso sejam desgastados, os demais serão descontados no salário do trabalhador. Pela possibilidade de terem descontados em seus salários novos equipamentos, os trabalhadores acabam atuando com equipamentos esfarelados ou até mesmo sem esses equipamentos colocando em risco sua segurança.

Outra questão levantada pelos representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região e pelos trabalhadores entrevistados foram os imprevistos das unidades canavieiras

quanto às adequações das condições de trabalho, higiene e conforto, previstas pela lei e exigidas pelo Ministério Público do Trabalho Regional (Figura 22).

Figura 22 - Trabalhador afiando o podão sem luvas (Usina Alvorada do Oeste/Santo Anastácio)



Fonte: BARRETO, M. J. Trabalho de Campo (2011).

Nessa perspectiva, ainda foi ressaltada a precariedade das barracas sanitárias e dos abrigos/bancos/mesas para as refeições. Na verdade, trata-se de um problema, porque, embora os ônibus carreguem consigo tais equipamentos, raramente são utilizados, uma vez que não há quem se comprometa em montá-los. Segundo o trabalhador J. S. A., “[...] os equipamentos existem, mas não se usa – os motoristas dos ônibus, fiscais da empresa ficam parados, mas não fazem o serviço, dizem que o interesse é nosso” (informação verbal).

Pelas argumentações dos trabalhadores, entende-se que, como todos ganham por produção e a usina cobra essa produtividade, interromper o trabalho para montar esses equipamentos é comprometer a produção no final do dia e, conseqüentemente, o salário no final do mês, por isso, os equipamentos estão na maioria das vezes desmontados. Perante tal situação, os trabalhadores, de modo geral, improvisam abrigos para realizar as refeições protegidos do sol – uns entram no ônibus, outros buscam uma árvore, enquanto outros almoçam sob o sol (Figuras 23 e 24).

Figura 23- Ambiente de trabalho nos canaviais do Pontal do Paranapanema (Usina Atena/Taciba)



Fonte: BARRETO, M. J. Trabalho de Campo (2011).

Figura 24- Barraca sanitária da usina Alvorada do Oeste/Santo Anastácio



Fonte: BARRETO, M. J. Trabalho de Campo (2011).

O cenário revela esse descaso – as mesas que deveriam ser usadas pelos trabalhadores, durante as refeições, estão sob sol escaldante, enquanto a cobertura que deveria ser utilizada para proteger trabalhadores do sol aparece jogada.

Na verdade, o descaso dos empregadores, junto à realidade enfrentada pelos trabalhadores diariamente, nos canaviais da região, é uma cena comum e pode ser apresentada de várias formas e sob vários ângulos.

As dificuldades impostas na colheita manual da cana-de-açúcar tornam-na uma das atividades laborais mais penosas do meio rural. Ribeiro e Ficarelli (2010) sublinham que as extenuantes jornadas de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar procedem necessariamente de postura física exigida para o corte, realização de atividades repetitivas e desgastantes, transporte de material excessivamente pesado¹⁶⁸, reforçados por condições ambientais, como exposição prolongada ao sol e intempéries, descargas atmosféricas, presença de animais peçonhentos e poluição do ar, além do uso de ferramentas perigosas. Somada a toda essa força física exigida do trabalhador, no desenvolvimento da atividade, existe a pressão e estresses causados pelas necessidades da produção impostas pelo capital.

Sobre essa superexploração dos trabalhadores que atuam no corte manual da cana-de-açúcar, Alves (2006) ressalta que, na década de 1980, exigia-se do trabalhador canavieiro em média 6 toneladas de cana-de-açúcar cortadas diariamente; nas décadas seguintes, essa quantia aumentou para 12/15/18 toneladas/dias. As imposições do capital induzem esses trabalhadores a superar os limites da sua força física e praticamente a esvaecer-se em meio aos canaviais.

Com tais apontamentos, compreende-se que esse esforço excessivo nos canaviais normalmente traz como resultado para os trabalhadores canavieiros infinitos agravantes para sua saúde, os quais começam a enfrentar já nos primeiros anos de trabalho.

Entre os diversos tipos de doenças decorrentes do trabalho degradante que leva muitos trabalhadores a se tornarem inválidos para o trabalho, destaca-se a LER (Lesão por Esforços Repetitivos), dores na coluna vertebral, tendinite, dores torácicas, dermatites, conjuntivites, desidratação, dispneia, infecções respiratórias, oscilações da pressão arterial, desidratação, úlceras, hipertensão, problemas neurológicos, musculares e urinários, estresse, alcoolismo,

¹⁶⁸ Os trabalhadores que atuam no corte manual da cana-de-açúcar carregam para seus eitos as garrafas d'água, mochilas com as refeições e o podão, ao mesmo tempo em que, durante do trabalho, carregam as canas cortadas para serem necessariamente enfileiradas de acordo com as exigências das unidades canavieiras.

dentre outros¹⁶⁹. Esses problemas se acumulam devido às condições e aos sucessivos esforços repetitivos que realizam, durante a jornada de trabalho.

A necessidade de superação, no campo, das metas estabelecidas pelas empresas para conservar os trabalhadores contratados, a competição estabelecida nos canaviais (trabalhador regional/migrante e homem/máquina) fazem com que esses trabalhadores acumulem ao longo da vida sérios problemas de saúde e, em casos extremos, cheguem à morte, na maioria das vezes, por exaustão. Todavia, nem sempre essas mortes acontecem no local de trabalho, mas no silêncio de suas casas, após o retorno de um dia extenuante de trabalho¹⁷⁰.

Nesse sentido, Silva (2007) acrescenta que muitas mortes que acontecem nos canaviais não são registradas como decorrentes do trabalho no corte da cana-de-açúcar, porque são mortes *silenciosas*, durante o tempo de trabalho. Após um longo período de sofrimento, esses trabalhadores perdem suas vidas por doenças ocasionadas pelo uso intensivo de agrotóxicos (herbicidas, pesticidas e maturadores), nos canaviais; doenças respiratórias derivadas da constante inalação da fuligem da cana queimada, durante o trabalho; problemas na coluna provocados pela rotina intensa.

Diante de tanto problemas que um trabalhador pode acumular em sua rotina de trabalho, foi observado que a grande maioria das empresas canavieira da região ainda repreende e pune trabalhadores faltosos, a fim de evitar que apresentem atestados médicos para abonar eventuais faltas¹⁷¹. Por isso, muitos trabalhadores preferem trabalhar com dores, a fim de evitar os descontos no salário no final do mês ou até mesmo a dispensa do emprego.

Consideradas as dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores, especialmente entre aqueles que atuam na colheita manual da cana-de-açúcar, e as condições de trabalho a que são submetidos, voltamo-nos para outro problema ponderado pelos trabalhadores dos canaviais do

¹⁶⁹ De acordo com depoimento de funcionária da saúde do município de Martinópolis, já há indícios de trabalhadores com problemas urinários, fato que pode ser atribuído a estes não irem com a frequência necessária ao banheiro. Como esse trabalhador ganha por produção, ele deixa de ir ao banheiro para produzir/ganhar mais. (Trabalho de campo, dia 14/07/2011).

¹⁷⁰ No ano de 2007, um trabalhador do município de Tarabai que atuava como cortador de cana em Usina do município de Santo Anastácio morreu no meio do canavial, durante o horário de trabalho. Quando questionada sobre a morte do trabalhador, a empresa argumentou que ele era hipertenso e cardíaco e que morreu de causas naturais. Ainda em outra oportunidade, em uma visita de campo a uma frente de corte manual, foi possível presenciar uma trabalhadora aguardando, sob a sombra do ônibus que transportava os trabalhadores, a empresa prestar-lhe socorro, já que passava mal (tontura e náuseas). Apenas depois de horas esperando, a trabalhadora foi conduzida a um posto de saúde, a cerca de 20 km, pelo agente de segurança do trabalho que passava no local.

¹⁷¹ Um funcionário da prefeitura de Martinópolis, em entrevista no dia 02/06/2011, revelou que o proprietário da usina, em reunião com o prefeito, reclamou sobre os inúmeros atestados médicos que os trabalhadores daquele município apresentavam à sua usina, destacando que a população não gostava de trabalhar e não valorizava o emprego. A mesma reclamação pelos atestados médicos foi relatada por funcionário da saúde de Sandovalina (trabalho de campo, em 30/06/2011), salientando que nesse município foi sugerido pela empresa que o médico não liberasse mais o atestado. Assim, o trabalhador que faltasse obrigatoriamente teria que arcar com a responsabilidade das faltas.

Pontal do Paranapanema: a ausência ou os imprevistos ligados aos produtos de primeiros socorros e ambulâncias para auxiliar os trabalhadores em uma emergência.

Na verdade, a ausência de ambulâncias no campo, onde se concentram trabalhadores atuando no corte da cana-de-açúcar, representa o descaso dos empresários canavieiros com a vida desses trabalhadores. Todos têm consciência de que os trabalhadores da colheita manual da cana-de-açúcar podem a qualquer momento sentir-se mal, durante o dia – o calor, o sol, a intensificação do trabalho podem ocasionar muitos problemas, desde fortes dores de cabeça, câimbras/espasmos muscular até convulsão.

Quando questionadas as possibilidades de casos emergenciais, foi aventado que, em face da necessidade e de acordo com gravidade do problema, o fiscal é orientado a chamar a ambulância pelo rádio, a qual fica estacionada em local estratégico, ou então se encaminha de imediato o trabalhador, de ônibus, para o pronto socorro mais próximo.

J. A. S., de Mirante do Paranapanema, trabalhador da destilaria Decasa, afirmou que, quando o trabalhador se sente mal, na maioria das vezes espera-se acabar o turno para levá-lo de ônibus para o hospital. *“Quando o caso é muito grave, que chamam um carro pelo rádio para levar o trabalhador para o hospital, ou então, próprio motorista do ônibus leva o trabalhador para o hospital mais próximo”* (informação verbal)¹⁷².

Assim sendo, é relevante atentar para a alusão da representante da Secretaria de Saúde do município de Caiuá ao descaso das empresas com os trabalhadores, especialmente com aqueles que atuam na colheita manual da cana. Para a entrevistada, os primeiros socorros e a emergência no socorro (*ambulância*) fazem toda a diferença entre a vida e a morte do trabalhador. Ela se referiu ao caso de um trabalhador canavieiro de Presidente Epitácio, que chegou à emergência do município com espasmo muscular¹⁷³:

[...] o trabalhador chegou à emergência do município no final da tarde trazido pelos trabalhadores, carregado pelos braços e pernas. O trabalhador se contorcia e gritava devido à intensidade das dores (câimbras nas pernas, barriga, costas, pescoço). O trabalhador foi trazido de ônibus, numa viagem de aproximadamente uma hora, caso fosse algo mais grave (um princípio de infarto, convulsão) o trabalhador poderia ter pedido a vida por falta de socorro. (informação verbal).¹⁷⁴

Essa superexploração a que são submetidos diariamente esses trabalhadores torna esses homens e mulheres, que vendem sua força de trabalho nos canaviais, vulneráveis – ao mesmo

¹⁷² Entrevista realizada no dia 04 de agosto de 2011.

¹⁷³ A enfermeira definiu *espasmo muscular* como câimbras generalizadas em todos os músculos do corpo.

¹⁷⁴ Entrevista realizada com a representante da Secretaria da Saúde do Município de Caiuá (G. P. P.), no dia 20 de outubro de 2011.

tempo em que são extremamente fortes, por enfrentarem diariamnte jornadas exaustivas de trabalho. Contudo, a cada dia, esses trabalhadores e trabalhadoras têm suas vidas ceifadas pelo trabalho degradante.

Todavia, quando estreitamos nossos olhares para o ambiente de trabalho do setor canavieiro, percebemos que sua precariedade e as jornadas exaustivas não atingem apenas os trabalhadores envolvidos na colheita manual da cana-de-açúcar, mas também abarcam o setor industrial e principalmente o setor de transporte, a partir da terceirização do trabalho.

Essas observações nos levam a refletir sobre o ambiente de trabalho proporcionado pelo agronegócio canavieiro regional, em que os trabalhadores vivenciam diariamente a superexploração. Embora tenhamos as informações a respeito dos inúmeros trabalhadores que se acidentaram e tiveram suas vidas ceifadas pelas jornadas exaustivas de trabalho, não há registros oficiais. As unidades canavieiras ocultam, camuflam essas informações – apagam os vestígios dos acidentes e, por fim, apontam os trabalhadores como negligentes, a fim de esconder as falhas e evitar o pagamento de indenizações às vítimas ou suas famílias. Assim, a maioria desses acidentes, quando eventualmente saem na mídia, comparecem como acidentes de trânsito, falha/distração/irresponsabilidade do trabalhador.

Paralelamente a essas dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores inseridos na colheita manual da cana-de-açúcar, é oportuno pensar naqueles que são subjugados ao processo de terceirização do trabalho no agronegócio canavieiro, sobretudo, os vinculados ao setor de transporte dessas unidades canavieiras, seja transportando trabalhadores através das empresas de ônibus prestadoras de serviços, seja através do transporte da cana-de-açúcar.

Para Alves (2007), os novos empreendimentos capitalistas provocam a produção flexível em seus múltiplos aspectos, não apenas pela contratação salarial, perfil profissional ou inserção de máquinas informacional, mas também pela produção difusa, voltada para a terceirização e as redes de subcontratação.

No próximo item, procuraremos ponderar brevemente sobre o aumento do trabalho terceirizado, no âmbito do agronegócio canavieiro, enfocando, sobretudo, as condições degradantes de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores do setor de transporte de trabalhadores ou cana-de-açúcar, via terceirização.

4.1.3 - A terceirização do trabalho no agronegócio canavieiro: os trabalhadores inseridos no setor de transporte

Uma das principais características do novo complexo de reestruturação produtiva é sua capacidade de enfraquecer a sociabilidade do trabalho, quer através da captura da

subjetividade do trabalhador, do desemprego estrutural, quer pela intensificação da exploração, com o aumento da jornada e, principalmente, pelas relações de trabalho, processo intrínseco à nova lógica da flexibilidade do trabalho. Desse modo, o novo processo de reestruturação produtiva não produz impacto exclusivamente sobre a quantidade de empregos, mas, sobretudo, sobre a qualidade dos postos de trabalho criados. Nesse contexto, surge uma série de trabalho precarizado, que inclui o trabalho autônomo, temporário, terceirizado, entre outros (ALVES, 2000).

Nesse sentido, conforme Antunes (2007), a reestruturação produtiva do capital, sob a vigência do neoliberalismo, acabou acarretando enormes implicações no interior da classe trabalhadora, entre as quais a ausência de regulamentação da força de trabalho, vasta flexibilização do mercado de trabalho e a consequente precarização dos trabalhadores, particularmente no que concerne aos seus direitos sociais¹⁷⁵.

A propósito, Druck e Thébaud-Mony (2006) assinalam que o processo de terceirização ou subcontratação comparece como um novo fenômeno, no mundo do trabalho, que tem ocupado lugar central nas chamadas novas formas de gestão e organização do trabalho, inspiradas no modelo japonês e implementadas no bojo da reestruturação produtiva.

No que se refere à inserção desse processo no Brasil, Druck e Thébaud-Mony (2006) enfatizam que, embora o processo de terceirização esteja aqui presente desde os primórdios da industrialização, sua gênese está no trabalho rural, através do sistema do “gato”, que se apoia no trabalho sazonal e que permanece na agricultura até os dias atuais. Todavia, tomou impulso a partir da era neoliberal, como artifício do capital voltado à desestruturação e desorganização da classe trabalhadora, (ALVES, 2000). Para o autor,

[...] a nova (e radical) terceirização possui importante e estratégica dimensão política, na medida em que tende a fragmentar o coletivo operário, debilitando a organização da classe e, por conseguinte, seu poder de resistência (de barganha) às usurpações do capital. (ALVES, 2000, p. 266).

Quando a discussão se dá sobre os efeitos da terceirização para os trabalhadores envolvidos nesse processo, Alves (2000) nos chama atenção para a degradação das condições de trabalho, as quais tendem a diminuir os benefícios sociais e os salários, que são relativamente mais baixos, ao lado da ausência de equipamentos de proteção e de segurança, insalubridade, trabalhos menos qualificados, trabalhos sem registro, perda da razão sindical e jornadas extensivas.

¹⁷⁵ Para mais detalhes, ver ANTUNES, 2007.

Antunes (2007), por sua vez, sublinha:

[...] o enorme processo de desregulamentação da força de trabalho, da inexistência de mecanismos regulamentadores das condições de trabalho e da enorme flexibilização do mercado possibilitaram uma expansão sem precedentes do trabalho *part in time*; no entanto, a consideração dos trabalhadores nessas condições como fazendo parte do contingente de empregados, reduz fortemente as estatísticas de desemprego. (ANTUNES, 2007, p. 71).

Com efeito, a terceirização passa a ser vista como a principal forma ou dimensão da flexibilização do trabalho, possibilitando ao capital a dominação e a precarização da força de trabalho. Assim sendo, além de instaurar um novo controle capitalista da produção e pulverizar o coletivo de trabalho, prejudicando a ação sindical, a mesma também surge como estratégia capitalista de redução dos custos de produção, frente à exploração e precarização da classe trabalhadora (ALVES, 2000). Dessa maneira, o autor completa, a inserção do processo de terceirização no âmbito industrial proporciona a descentralização geográfica das indústrias, conduzindo à degradação do mundo do trabalho e à consequente fragilização da atuação sindical¹⁷⁶.

No âmbito do agronegócio canavieiro não é diferente: objetivando a redução de custos no processo produtivo, o setor tem investido cada vez mais na terceirização do trabalho, sobretudo no setor de colheita e transporte. Nessa perspectiva, terceirizar comparece como mais uma estratégia usada pelo capital para geração de lucro e para desmobilizar os trabalhadores envolvidos no processo produtivo.

Para o representante das empresas ETH, o processo de terceirização no setor canavieiro é uma realidade em todo o território nacional, assim sendo, é natural que ocorra na região do Pontal do Paranapanema:

[...] não é interessante para os grandes grupos/grandes empresas ocupar recursos comprando implementos (colhedoras e transbordos) ou frotas de veículos (carros, ônibus ou caminhões) se existe a possibilidade de terceirizar o serviço, além disso, a prestadora de serviços passa a ser responsável pelas questões trabalhistas. (informação verbal).¹⁷⁷

No mesmo sentido, o representante do grupo norueguês Umoe Bioenergy destaca que as empresas canavieiras têm muitos prejuízos com desgastes de automóveis (carros, ônibus,

¹⁷⁶ Cf. ALVES, 2000, p. 202.

¹⁷⁷ Nesses casos, durante o desenvolvimento da pesquisa de campo, constatou-se que essas empresas trazem grande parte de seus trabalhadores das cidades de origem, assim como quarteirizam os serviços contratados pelas empresas.

caminhões), por isso, tem-se tornado mais lucrativo terceirizar¹⁷⁸. Por outro lado, a terceirização propicia ao capital, mais facilidades, a partir da flexibilidade, questões trabalhistas, redução de custos, questões gerenciais e políticas, serviços especializados e constante atualização tecnológica (SCHEIDL; SIMON, 2012).

De acordo com os autores, embora esse processo tenha sido inserido em várias etapas do processo agrícola de uma usina produtora de açúcar e álcool, a terceirização das etapas do corte mecanizado, carregamento e transporte (CCT) é a mais presente, apesar dos desafios. Argumenta-se que a intensificação do ritmo de produção agroindustrial tem sido suportada por vários fatores e, no caso específico do CCT da cana-de-açúcar, a mecanização do processo desempenha papel importantíssimo, a qual tende a elevar cada vez mais o patamar de investimentos das usinas (SCHEIDL; SIMON, 2012).

Na verdade, a terceirização tem possibilitado às empresas contratantes livrarem-se de suas incumbências sociais e legais, sem repassar as conquistas dos acordos coletivos aos trabalhadores das empresas contratadas. *“Ela surge como estratégia de redução dos custos de produção que atinge de modo irruptivo, o mundo do trabalho”*. Para Alves (2006, p. 269), a empresa terceira gera trabalho precário, com jornadas de trabalho extensas e ritmo de trabalho exaustivo.

Nesse contexto, quando nos voltamos para a terceirização do trabalho nas agroindústrias canavieiras da região, apreende-se que, mesmo o negócio da terceirização do CCT (corte, carregamento e transporte) esteja começando – afinal, somente as agroindústrias do grupo ETH terceirizam todo o processo, enquanto que as demais ainda terceirizam apenas o setor de transporte (especialmente a cana-de-açúcar) –, transportar a cana-de-açúcar do campo para a agroindústria na região do Pontal do Paranapanema tornou-se um grande negócio.

Os avanços da monocultura na região, seguidos pela construção de novas unidades canavieiras, mais a lógica da economia mundial voltada para a flexibilização da produção e do trabalho, instigaram esse processo. Diante disso, comerciantes, grandes e médios latifundiários da região passaram a investir no setor, comprando um ou dois caminhões bitrens ou treminhões para transportar cana do campo para a indústria.

Nesse sentido, o representante do Grupo Cocal, ao ponderar sobre a contratação dos prestadores de serviços “o terceiro”, destacou que o transporte da cana-de-açúcar tem sido um bom negócio na região e, quando bem gerenciado e organizado, pode trazer muitos lucros¹⁷⁹.

¹⁷⁸ Informações obtidas na entrevista feita no dia 02 de dezembro de 2011, com L. G. M., representante da empresa.

¹⁷⁹ Entrevista realizada no dia 29 de novembro de 2011.

Para ele, “[...] com dois treminhões e quatro funcionários, atuando em turno de 12 horas, um ‘terceiro’ tem lucrado em média 11.400,00 bruto por dia. Numa viagem, cada treminhão transporta aproximadamente 70 toneladas – que vale em média 950,00 – $[950,00 \times 4 = 3800,00]$ – cada trabalhador em seu turno faz 3.800,00. Portanto, um prestador de serviço com dois treminhões e quatro funcionários, os quais trabalham em dois turnos de 12 horas (dia e noite), com metas de 3 viagens, tem lucro bruto diário de 11.400,00” (informação verbal).

Quer dizer, da mesma maneira que, para as unidades canavieiras, tem sido vantajoso terceirizar, porque elas têm eliminado gastos com a frota de caminhões/ônibus e encargos trabalhistas, também tem sido lucrativo para os prestadores de serviços, seja para aqueles que atuam no transporte de trabalhadores (indústria e agrícola), seja para os que atuam no transporte da cana-de-açúcar, que tem sua lucratividade a partir da exploração de trabalhadores.

Contudo, por trás dessa lucratividade dos prestadores de serviços, existem as contradições, com trabalhadores intensamente explorados, com extensas jornadas de trabalho, já que a lógica desses prestadores de serviços ou “microempresários” é inicialmente financiar os caminhões canavieiros/bitrens e treminhões, e pagá-los a partir da obtenção dos lucros, adquiridos por meio da exploração da mão de obra contratada.

As figuras 25 e 26 são exemplos dessa nova realidade. O primeiro caminhão é de propriedade de A. V. S., de 49 anos, que atua como produtor rural na cidade de Junqueirópolis (pecuária leiteira e café), o qual possui apenas um caminhão, comprado em sociedade com seu irmão, por meio de um financiamento junto ao Banco do Brasil. Nesse caso, o caminhão canavieiro bitrem atuava transportando cana-de-açúcar para a Paranapanema II-Umoe/Sandovalina, com motoristas da cidade de Santo Anastácio, os quais faziam turno de 24 horas. O segundo caminhão (treminhão) é de propriedade da Casa Santos (loja de autopeças) da cidade de Paraguaçu Paulista. O proprietário possui dois treminhões e presta serviço ao Grupo Cocal; seus funcionários de Paraguaçu Paulista e Taciba atuam em turno de 12 horas.

Nesse contexto, voltamo-nos para as condições de trabalho vivenciadas por esses trabalhadores, que, pela necessidade da sobrevivência e sustentação da família, aceitam fazer parte do processo de produção do agronegócio canavieiro via terceirização, sendo subjugados a extensas jornadas, além da intensificação do trabalho pela produção por metas, situações que têm precarizado e posto em risco suas vidas.

Figura 25 - Bitrem estacionado em pequena propriedade (Junqueirópolis/SP)



Fonte: BARRETO, M. J. Trabalho de Campo (2011).

Figura 26 - Treminhão transportando cana-de-açúcar para o Grupo Cocal (Taciba/SP)



Fonte: BARRETO, M. J. Trabalho de Campo (2011).

O desenvolvimento da pesquisa de campo nos municípios da região, nas frentes de corte, possibilitou-nos ouvir relatos/depoimentos desses trabalhadores sobre suas rotinas de trabalho, os desgastes que as jornadas extensivas e degradantes ocasionam na vida e na saúde, afastando-os cada vez mais da família.

Assim, o motorista S. P. S., de 36 anos, da cidade de Taciba, durante uma conversa rápida, relatou sua jornada de trabalho, ressaltando a lucratividade dos prestadores de serviços e declarando que espera um dia também possuir um caminhão e trabalhar por conta própria. De acordo com o trabalhador, embora os empregadores determinem metas diárias, são as distâncias entre os canaviais e as agroindústrias que fixam o número de viagens, de maneira que, quando os canaviais estão muito longe das unidades, fica praticamente impossível atingir as metas: por exemplo, uma frente de corte em Taciba está a mais ou menos 75 km da agroindústria Cocal I (município de Paraguaçu Paulista), de maneira que, para fazer as três viagens, o horário de almoço será suprimido.

Quer dizer, o trabalhador, além de atuar em turno de 12 horas, perde 3 horas viajando de casa para o trabalho, do trabalho para casa, pois leva em média 1 hora e meia de sua casa até o local onde troca de turno, mais 1 hora e meia de volta. Portanto, esse trabalhador atua em jornada de trabalho de 15 horas diárias, sem horário de almoço e coagido pela necessidade do cumprimento das metas, arriscando sua vida e a vida de outros transeuntes pelas rodovias da região.

Nesse contexto, o senhor V. A., de 35 anos, trabalhador/motorista da empresa Raça Transporte de Pirapozinho, que presta de serviços para unidades canavieiras da região, transportando trabalhadores, relatou igualmente sua jornada. De acordo com o entrevistado, na carteira de trabalho, as jornadas dos funcionários da empresa são determinadas em turnos de 12 por 36 horas, mas, na prática, a realidade é outra.

Para transportar trabalhadores para a manutenção dos canaviais (carpa química), o motorista sai de casa (cidade de Narandiba) às 3h20 e retorna por volta das 19h30. Em seu percurso, atravessa cinco cidades (Narandiba – Pirapozinho – Tarabai – Sandovalina - Estrela do Norte – campo), um trajeto de aproximadamente 130 km (depende da localização dos canaviais). Chega ao local de trabalho entre 7h e 7h20, e permanece no campo à disposição da empresa, para retornar às 15h20, quando acaba o turno. Assim, refaz o percurso de volta, chegando a sua casa por volta das 19h30. Embora o trabalhador tenha enfatizado que entre um serviço e outro é possível dormir um pouco, este acumula jornada de trabalho de 16 horas. Por outro lado, apesar de a jornada ser de 12 horas por 36 horas, todos os motoristas descansam apenas 24 horas, porque fazem rodízio das rotas de viagem. Em um dia, transporta os

trabalhadores da manutenção dos canaviais; no outro, os trabalhadores da colheita ou da indústria.

São inúmeros os relatos de trabalhadores que evidenciam os abusos dos empregadores com relação ao trabalhador, seja por meio da intensificação do trabalho, seja por jornadas extenuantes, colocando em risco a vida desses trabalhadores e de outras pessoas que viajam pelas rodovias da região.

Esses relatos revelam apenas parte das dificuldades que tais trabalhadores vivem diariamente, em suas jornadas de trabalho, a exploração por parte de seus empregadores – prestadores de serviços, mas também pelos contratantes – os usineiros, independentemente se atuam no transporte da cana-de-açúcar ou no transporte de trabalhadores. Na verdade, a precariedade, a intensidade, as cobranças se repetem.

Desde a contratação, tais trabalhadores são submetidos às mais absurdas jornadas de trabalho, em turnos de 12 horas e até de 24 horas. Nesses casos, os que atuam sob a jornada de 12 horas ficam fora de casa até 15 horas diárias, enquanto aqueles que cumprem os turnos de 24 horas retornam apenas depois de 27 horas, ou seja, os turnos extrapolam os absurdos da precarização/exploração.

Nesse universo de degradação e precarização do trabalho, a pesquisa de campo possibilitou observar que essas jornadas extenuantes têm ceifado a vida de trabalhadores pelas rodovias da região, assim como a vida de outros transeuntes que circulam pelas rodovias, em acidentes de trânsito.

De acordo com o depoimento de trabalhadores da região, embora não seja comum, os acidentes acontecem, provocados especialmente pelo sono, cansaço e, muitas vezes, alta velocidade, afinal, trabalha-se por metas, circunstâncias que a sociedade e a opinião pública em geral caracterizam como irresponsabilidade do trabalhador. Foi constatado que, entre os anos de 2011 e 2012, cinco trabalhadores já perderam suas vidas em acidentes automobilísticos nas estradas da região, sendo moradores nos municípios de Santo Anastácio, Narandiba e Marabá Paulista. Nesses casos, geralmente esses acidentes, envolvendo caminhões canavieiros, quando expostos pela mídia local, procuram mostrar as “imprudências” dos motoristas, no trânsito, e jamais se retratam as jornadas extensivas, a exploração e a degradação do trabalho¹⁸⁰.

¹⁸⁰ Esses depoimentos foram colhidos durante o desenvolvimento da pesquisa de campo, nos municípios da região, com trabalhadores envolvidos no setor e sindicatos da região. No caso do acidente com o trabalhador do Estado de Minas Gerais, em Sandovalina, após o acidente este ainda ficou hospitalizado, mas não resistiu aos ferimentos. Mesmo que tenhamos buscado maiores informações, observamos certa restrição em se falar sobre o caso, sendo que somente o representante do setor da saúde relatou brevemente o ocorrido.

Na perspectiva de Druck e Franco (2006), a terceirização/precarização se processa em múltiplas dimensões, entre as quais: a desestabilização do emprego, a precarização das condições de trabalho, trabalhos penosos, intensidade, jornadas exaustivas, pressão por tempo de trabalho, por metas, exposição dos trabalhadores a riscos de acidentes, adoecimento, pulverização do coletivo de trabalhadores etc.

Nessa conjuntura, o representante do sindicato dos condutores de Presidente Prudente enfatizou que a terceirização dos motoristas, no setor canavieiro, tem sido um grande problema. As formas e a realidade como esses trabalhadores têm sido inclusos no agronegócio canavieiro (via terceirização) dificultam a fiscalização. O fato de a maioria ser contratada e registrada por pessoa física, e não por uma empresa organizada com CNPJ, atrapalha o controle e a fiscalização, tanto por parte dos sindicatos, como pelo Ministério Público do Trabalho.

Em acréscimo, esses acordos estabelecidos entre prestadoras de serviços e unidades canavieiras são realizados sem a presença dos Sindicatos dos Condutores. Na verdade, os prestadores de serviços, excluem os sindicatos, devido às irregularidades que permeiam as cláusulas desses contratos: jornadas dobradas, estabelecimento de metas, salários mascarados por horas extras, contratos temporários/safristas, entre outras.

A falta de representação sindical desmobiliza os trabalhadores e, aliando-se ao medo do desemprego, enfraquece-os enquanto categoria, deixando-os mais vulneráveis e desestruturando seu poder de pressão sobre os empregadores (MARCELINO, 2008).

Em complemento, a autora sublinha:

A recomposição do domínio capitalista como um processo social global passa necessariamente, pelo local de trabalho. Nele também é fundamental que se mine a união entre trabalhadores, sua organização enquanto classe, a identidade que faz cada trabalhador enxergar no outro um aliado. Perdas sucessivas de direitos e divisão entre os trabalhadores são processos que se alimentam um no outro. (MARCELINO, 2008. p. 103).

São inúmeras as consequências que a terceirização traz aos trabalhadores, desde o plano político sindical, a fragmentação da representividade sindical em face da precarização do trabalho e dos direitos trabalhistas, questões que os tornam mais fragilizados.

A respeito das rotinas vivenciadas pelos trabalhadores envolvidos no setor de transporte das agroindústrias da região, apreende-se que, embora existam as normativas/legislação que prescrevem como estas devem ser organizadas e regularizadas, estas têm sido determinadas e organizadas a partir de acordos entre prestadores de serviços e contratantes.

Portanto, quando contratados, as jornadas de trabalho (turnos dobrados) já vêm pré-determinadas, indo contra a legislação (6 horas/dia). Caso haja recusa, o trabalhador perde a oportunidade do emprego. Por isso, a necessidade do emprego agregada ao medo do desemprego sujeitam esses trabalhadores a qualquer forma de contratação e a qualquer jornada de trabalho, degradante e muitas vezes criminosa. Os resultados são trabalhadores/motoristas atuando por 12 horas e até 24 horas seguidas, transportando toneladas de cana pelas rodovias da região, muitas vezes sem horário para almoço, sem descanso e sem dormir, numa verdadeira ameaça à integridade física de quem circula pelas rodovias.

No que tange a esse aspecto, Alves (2007) ressalta que a insegurança de emprego, de seguridade, de previdência social e de representação político sindical tem sido motivada pelo medo do desemprego:

É o medo dos “novos bárbaros” que alimenta as novas formas de consentimentos espúrios. É ela que produz a subjetividade-fetice do sócio-metabolismo do capitalismo flexível [...] o medo é o maior “combustível” da indústria dos novos consentimentos espúrios da vida social. Ela constitui a precariedade da subjetividade insubmissa. (ALVES, 2007, p. 127).

É esse medo do desemprego que leva os trabalhadores/motoristas terceirizados a conter-se frente às mais precárias formas de contratações. Os contratos temporários pautados na ameaça constante do desemprego, constituem fator determinante para induzir esses trabalhadores a se sujeitarem às mais diversas condições de trabalho, como migrar para outras regiões/Estado no final da safra, para prestar serviços a agroindústrias que ainda estejam processando a cana-de-açúcar.

Essa é a lógica dos prestadores de serviços no setor de transporte atuantes na região, independentemente da magnitude da empresa (se tem 10 treminhões ou apenas 1), que, ao cumprir a safra da região, geralmente buscam outras empresas para concluir a safra. Assim, esses trabalhadores migram para outras regiões/Estados para transportar cana-de-açúcar a outras empresas, porém, nesses casos, sob a condição de migrantes.

Segundo relato de M. A. L., de 38 anos, da cidade de Teodoro Sampaio, o trabalhador não tem escolha, porque, se não migrar, na próxima safra o empregador não contrata, de maneira que, para assegurar o emprego, a grande maioria aceita trabalhar por um ou dois meses, em outras regiões, na maior parte das vezes na usina Debrasa, localizada no município de Brasilândia/MS. Nesse cenário, apontam como principal dificuldade essa necessidade de

viajar para outras regiões, viver/dormir nos alojamentos, que normalmente não têm nada, apenas um colchão velho no chão, um fogão e algumas panelas para preparar as refeições.

Esse é o cenário vivenciado pela mão de obra terceirizada contratada pelas agroindústrias canavieiras da região. Embora os sindicatos dos condutores e STRs da região tenham denunciado as condições precárias desses trabalhadores contratados pelos prestadores de serviços (terceiros), seja para colheita mecanizada, seja para reboque ou transporte da cana-de-açúcar, e o Ministério Público do Trabalho tenha autuado as empresas que contratam trabalhadores ou serviços de terceiros de maneira irregular, as condições de trabalho ainda são degradantes, sobretudo porque as jornadas de trabalho extensivas, as quais põem em risco a vida dos trabalhadores, não foram eliminadas. Os trabalhadores permanecem prestando serviço entre canaviais e rodovias da região, transportando toneladas de cana-de-açúcar por mais de dez horas seguidas, sem descanso, sem horário de almoço e ainda pressionados pela necessidade da produção e a constante ameaça do desemprego.

Para Thomaz Júnior (2009), a racionalidade do capital é garantida pela busca constante da eficácia, pelo aumento da produtividade e pelo rebaixamento de custos, sendo que a redução do tempo de trabalho ocorre a partir da dispensa de trabalhadores e da destruição das forças produtivas, ao invés da redução da jornada de trabalho seguida pelo ócio. Nas palavras do autor:

[...] a flexibilização do mercado de trabalho é [...] “uma armadilha que vem sendo imposta pelo capital e incentivada pelo Estado, para fazer valer a diminuição dos salários reais no bojo das condições degradantes de trabalho que lhes dão sustentação”. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 108).

As condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores envolvidos no setor de transporte da cana-de-açúcar, via terceirização do trabalho, percebidas durante o desenvolvimento da pesquisa, analogamente ao que acontece com os trabalhadores que atuam no setor da colheita (manual e mecanizada), revelam em parte a realidade do ambiente proposto pelo agronegócio canavieiro, na região do Pontal do Paranapanema.

Sintomaticamente, Druck e Thébaud-Mony (2006) asseveram que o debate acerca da precarização do trabalho, no Brasil, refere-se, sobretudo, às implicações e impactos provenientes do processo de terceirização, densamente marcado pela fragmentação, segmentação dos trabalhadores, individualização, informatização, a fragilização dos sindicatos – e o mais importante deles, a ideia de perda dos direitos, além da degradação das condições de saúde e de trabalho.

No próximo item, procuraremos contextualizar brevemente a realidade vivenciada pelos trabalhadores que migram de suas regiões ou Estados para atuar no corte manual da cana-de-

açúcar, nos canaviais do Pontal do Paranapanema. Enfocaremos as relações de trabalho e os conflitos entre os trabalhadores regionais e migrantes, destacando as relações de convivência/sobrevivência no período de safra.

4.1.4 – O trabalhador migrante no contexto da expansão do agronegócio canavieiro na região do Pontal do Paranapanema

O processo de migração de trabalhadores no interior do Brasil é histórico e, de certo modo, sempre esteve associado a grandes ciclos produtivos, dentre os quais pode ser mencionado o ciclo da borracha, na Região Norte, o ciclo do café e cana-de-açúcar, na região Sudeste, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, assim como o período de implantação da indústria e sua consolidação, nos anos 1950 e 1960 (SILVA, 2007; OLIVEIRA, 2009).

Guiados pela necessidade de trabalho e subsistência e motivados por promessas do lucro fácil, milhares de trabalhadores acabam deixando suas origens e suas famílias, em busca de trabalho/emprego, percorrendo o território nacional, quer erguendo grandes construções (usinas hidrelétricas, viadutos, estádios, agroindústrias canavieiras etc.), quer trabalhando nos canaviais da Região Centro-Sul, especialmente do território paulista.

Sobre a incidência dos trabalhadores migrantes nos canaviais brasileiros da Região Centro-Sul, notadamente o solo paulista, Oliveira (2009, p. 401) afirma que “[...] o contexto de crise e reestruturação do capital imprimiu uma nova dinâmica ao agronegócio canavieiro”. Para a autora, a diminuição e/ou a migração de capital e de plantas fabris cooperaram para o aumento do desemprego, em seus locais de origem, fato que instigou a mobilidade temporária e precária do trabalho, sobretudo para as lavouras de cana-de-açúcar (OLIVEIRA, 2009, p. 401).

Sobre as migrações de trabalhadores do Nordeste para São Paulo, Novaes (2007) salienta que as novas configurações da lavoura canavieira e a expansão das atividades das agroindústrias são consequência das boas expectativas do mercado internacional do álcool.¹⁸¹ Oliveira (2009) completa:

[...] a necessidade de (re)afirmação e de busca de novos patamares de acumulação por parte do capital agroindustrial canavieiro desencadeou nos anos 1990, um movimento dessa fração do capital – o qual se intensificou a partir dos anos 2000 – marcado tanto pela expansão territorial como pela reorganização espacial, constituindo uma nova geografia da cana-de-açúcar

¹⁸¹ NOVAES, 2007, p. 91.

no Brasil e provocando alterações também na dinâmica do trabalho. (OLIVEIRA, 2009, p. 402).

Essa dinâmica geográfica do capital e do trabalho, no âmbito do agronegócio canavieiro, amplamente discutida por Oliveira (2009), auxiliou-nos a constatar esse movimento dos trabalhadores, nas agroindústrias canavieiras do Pontal do Paranapanema, os quais se aventuram em busca de trabalho nos canaviais da região, especialmente na colheita manual da cana-de-açúcar.

Nesse contexto de territorialização do agronegócio canavieiro, nas terras do Pontal do Paranapanema, em que prevalecem as estratégias de produção e reprodução do capital, sobretudo o discurso da geração de emprego e renda, os trabalhadores migrantes que chegam à região a fim de participar do processo produtivo da cana-de-açúcar, são vistos como intrusos, porque, na percepção dos representantes dos municípios e da população, em geral, estes tiram o emprego que deveriam ser do trabalhador regional.

Essa resistência, observada durante o desenvolvimento da pesquisa, quanto à inserção da mão de obra migrante nos canaviais do Pontal do Paranapanema, é ressaltada por Thomaz Júnior (2009), como estratégia adotada pelo capital para dominar a força de trabalho no campo de produção. O autor realça que

[...] esse mecanismo preferido pelo capital lhe facilita incentivar a competição entre os trabalhadores locais e os migrantes, sendo que expressam sua preferência na contratação destes, pois tem menor resistência para implementar as formas de controle diretas que mais interessa, o que lhe assegura vantagens econômicas e políticas (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 264).

Durante a realização da pesquisa de campo, tal resistência aos migrantes foi visível, quando a inserção da mão de obra migrante no âmbito do setor canavieiro foi assinalada pelos representantes municipais entrevistados como um dos principais aspectos negativos que a territorialização da monocultura da cana-de-açúcar provoca, nos municípios da região.

Para os entrevistados (população, prefeitos, representantes da saúde e assistência social dos municípios visitados), os trabalhadores migrantes sempre trazem problemas para a região, quer pela apropriação do trabalho/emprego que necessariamente deveria ser atribuído ao trabalhador regional, quer pela utilização de infraestrutura dos municípios/cidades (saúde, assistência social, educação). Além disso, foi frisado que a inserção desses trabalhadores na região também tem contribuído para o aumento do valor dos aluguéis, especialmente naquelas

localidades que abrigam as unidades canavieiras, e para o crescimento da prostituição entre as adolescentes etc..

Malgrado os representantes dos municípios da região apontarem a presença dos trabalhadores migrantes como ponto negativo instigado pela territorialização do monocultivo da cana, na região, o capital canavieiro regional tem usado de maneira significativa essa mão de obra, dando de fato preferência a ela, alegando que são trabalhadores mais produtivos, não reclamam e não se envolvem em greves, ao lado do pleno interesse pessoal em produzir cada vez mais – já que a necessidade do emprego/sobrevivência da família e o acúmulo de recursos constituem um grande incentivo para o trabalho.

Oliveira (2009), por seu turno, sustenta que os trabalhadores migrantes se desterritorializam pela necessidade forçada de emprego – são homens desprovidos dos meios de produção, os quais têm para vender ao capital apenas sua força de trabalho como mercadoria. Subordinados à necessidade do emprego, do salário e da moradia, para garantir as condições básicas de reprodução da vida e da família, esses trabalhadores são levados ao extremo, migrando para lugares distantes em busca desse sustento.

Embora a presença dos trabalhadores migrantes na região seja expressiva, tanto na colheita manual da cana-de-açúcar, como no setor de transporte, vinculados a pequenas empresas terceirizadas, a maioria das empresas canavieiras da região não assume que contrata essa mão de obra, devido às exigências do Ministério Público do Trabalho, quanto a observar a legislação e normativas do trabalho.

Nessa perspectiva, entre as unidades visitadas, apenas o representante da usina Atena/Martinópolis confirmou a contratação da mão de obra migrante. Segundo ele¹⁸², a região do Pontal do Paranapanema não disponibiliza mão de obra suficiente para abastecer todas as unidades da região, sem contar que o trabalhador regional não é produtivo quanto o migrante – precisa-se de *três trabalhadores* regionais para cortar tanto quanto um trabalhador migrante. Assim acresceu, além de serem mais produtivos, os migrantes são mais compromissados com o trabalho, não faltam durante a safra, devido ao interesse de acumular recursos para a família que ficou na cidade de origem.

As observações do representante da empresa, na verdade, desvelam uma das estratégias utilizadas pelo capital canavieiro para intensificar a exploração dos trabalhadores inseridos no

¹⁸² Sobre a contratação dos trabalhadores migrantes, o gerente agrícola frisou que a empresa envia um representante para realizar a seleção de trabalhadores, o qual leva uma carta liberatória do Ministério do Trabalho, além de deixar uma cópia dessa carta junto ao Ministério do Trabalho da cidade de origem dos trabalhadores, mais uma declaração de que está viajando com número x de trabalhadores.

âmbito do capital canavieiro, que, além de gerar intensa disputa no processo de produção/colheita, também gera conflitos entre os trabalhadores.

Nesse caso, uma das principais reclamações dos trabalhadores regionais da destilaria Decasa, em greve no mês de junho de 2012, estava relacionada às prioridades que a unidade oferecia para os trabalhadores migrantes. Para J. G. B., a atitude da usina é injusta, os trabalhadores são todos iguais, todos desenvolvem a mesma função, porém, uns conseguem cortar mais, outros menos. *“Não é porque eles vêm de outras regiões, que a agroindústria tem que levá-los para os melhores canaviais”* (informação verbal).

Nessa linha de argumentação, Thomaz Júnior (2009) salienta que esse mecanismo de disputa empregado pelo capital incentiva a competição entre os trabalhadores locais e os migrantes. Nesse caso, também é evidente que os empresários do agronegócio canavieiro dão preferência à contratação desses trabalhadores, pois têm menor resistência para executar as formas de controle diretas que mais interessam, as quais lhes asseguram vantagens econômicas e políticas.

Por isso, envolvidos pelas estratégias do agronegócio canavieiro e guiados pela necessidade de trabalho e subsistência, milhares de trabalhadores migrantes deixam suas origens, suas famílias, em busca de trabalho/emprego.

Cabe acrescentar que, a despeito de ser uma prática comum entre os empresários canavieiros contratar a mão de obra migrante para o corte da cana, não é comum essas empresas organizarem seus alojamentos de acordo com as premissas das Normas Regulamentadoras.

Na investigação, foi possível verificar que, embora algumas unidades da região tenham melhorado o ambiente dos alojamentos, por meio da organização e de uma rotina de limpeza, os migrantes permanecem enfrentando grandes dificuldades e vivenciando rotinas de trabalho e de vida extremamente precárias, apesar de as unidades argumentarem que as contratações são efetivadas nos parâmetros da lei.

Quanto à espacialização desses alojamentos, na região do Pontal do Paranapanema, o desenvolvimento da pesquisa de campo nos municípios/cidades da região possibilitou-nos constatar a presença desses trabalhadores em vários municípios (Martinópolis, Presidente Venceslau, Sandovalina, Santo Anastácio, Caiabu, entre outros), trabalhando na colheita manual da cana-de-açúcar e no setor de transporte, sendo que a maioria tinha suas origens nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Ceará, Paraíba e Mato Grosso do Sul.

No caso de Martinópolis, não foi preciso caminhar muito pelas ruas da cidade para os encontrarmos alojados no centro, na periferia e nos distritos da cidade, especialmente

trabalhadores dos Estados de Minas Gerais e Bahia, vinculados à usina Atena. Havia aqueles organizados pela unidade canavieira, de acordo com as exigências do Ministério do Trabalho Regional, e aqueles arranjados pelos agenciadores, entre os quais se destacam principalmente as moradias familiares coletivas. Para exemplificar, temos um alojamento que abrigava cinco famílias, cinco casais e mais os filhos (dez pessoas adultas e três crianças de até dois anos de idade) – além dos demais alojamentos, que contavam apenas com trabalhadores homens.

Apesar de normalmente os trabalhadores migrarem sozinhos, deixando esposa e filhos em suas cidades de origem, na cidade de Martinópolis, notamos que alguns trabalhadores têm migrado acompanhados pela família – a esposa e os filhos. Deve-se lembrar que essas esposas não migram necessariamente pelos empregos nos canaviais, porém, para acompanhar os esposos e preservar o casamento, como ressaltou I. G. M., de 25 anos. Conforme a entrevistada, “[...] é muito comum em sua cidade (Montezuma-MG) as mulheres serem abandonadas pelos maridos que migram para trabalhar nos canaviais paulistas, por isso, prefere fechar sua casa, pegar os filhos e seguir o marido. (informação verbal). Embora a maioria não busque trabalho nos canaviais, a maior parte acaba desenvolvendo alguma atividade remunerada no município, seja exercendo a função de cozinheira, seja lavando roupas para outros trabalhadores migrantes ou no emprego de faxineira.

Nesse caso, a formação desses alojamentos coletivos tem ocasionado uma resistência ainda maior junto da população local, com relação aos trabalhadores migrantes. Sobre os alojamentos coletivos na cidade de Martinópolis, bastaria notar que as normativas de segurança e saúde do trabalhador vedam qualquer possibilidade de moradias coletivas¹⁸³.

São várias pessoas de famílias diferentes (adultos e crianças), dividindo o mesmo espaço – não há cama individual para todos e somente dois banheiros para todo o grupo utilizar. Contudo, os problemas se tornam maiores, quando há crianças em idade escolar, porque normalmente estas acabam perdendo o ano letivo, em razão do período em que se realizam as viagens (abril e outubro), acrescidas as dificuldades de encontrar vagas nas escolas do município. Sobre a organização espacial dessa moradia, uma das moradoras relatou que apenas os quartos eram individuais, com camas de solteiros amarradas uma à outra e caixas para organização dos objetos pessoais. No caso dos casais com filhos, ponderou que cada casal busca acomodar-se da melhor maneira possível, enquanto a sala, a cozinha e o banheiro são coletivos¹⁸⁴ (Figuras 27 e 28).

¹⁸³ Para mais detalhes, ver item 31.23.11da NR-31.

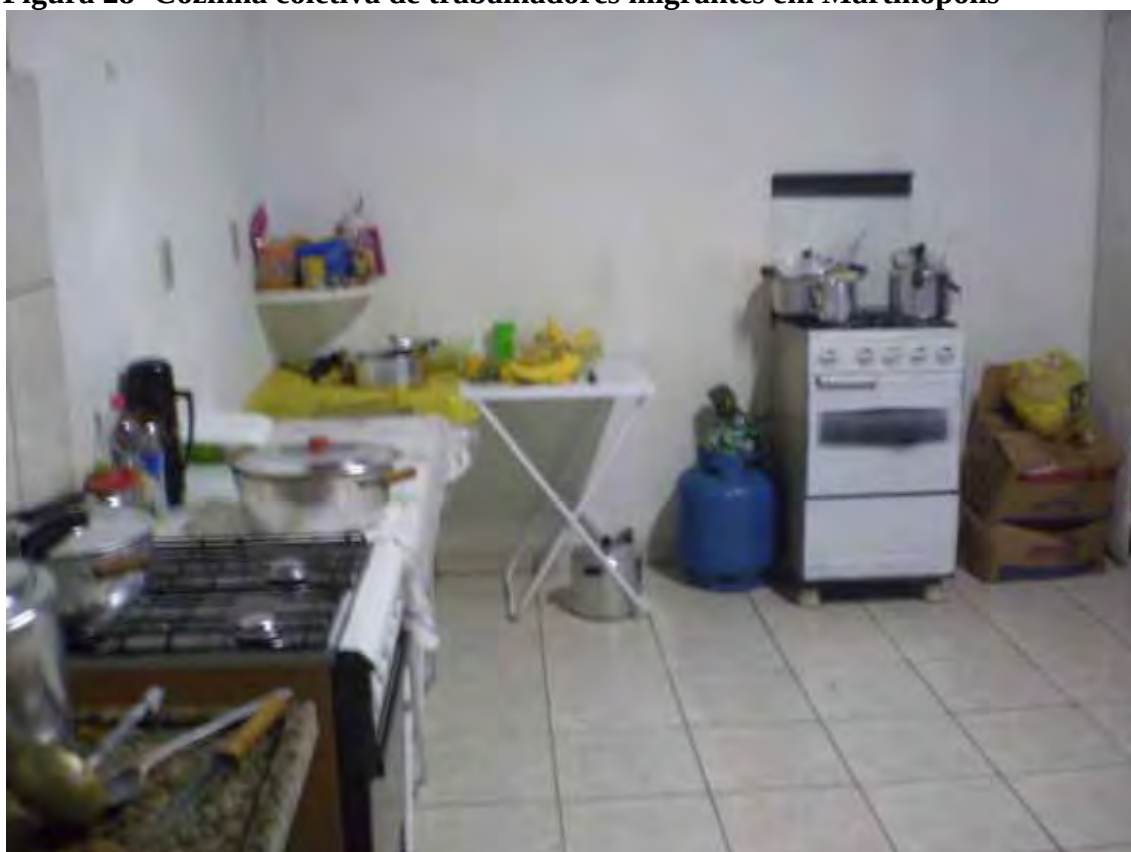
¹⁸⁴ Durante a entrevista com a moradora do alojamento coletivo, a jovem E. S. S., de 24 anos/Bahia, casada, mãe de dois filhos, esclareceu que os casais que têm filhos dormem todos no mesmo quarto e na mesma cama.

Figura 27- Alojamento coletivo/famílias migrantes na cidade de Martinópolis



Fonte: BARRETO, M. J. Trabalho de Campo (2011).

Figura 28- Cozinha coletiva de trabalhadores migrantes em Martinópolis



Fonte: BARRETO, M. J. Trabalho de Campo (2011).

Quando questionado sobre as moradias coletivas/famílias, o representante do STR de Regente Feijó/Martinópolis respondeu que de fato há o conhecimento dessas moradias e que grande parte delas tem crianças, mas não existe muita coisa a ser feita. Como a unidade também organiza seus alojamentos, os agenciadores aproveitam e a usina acaba contratando todos os migrantes que estão na cidade.

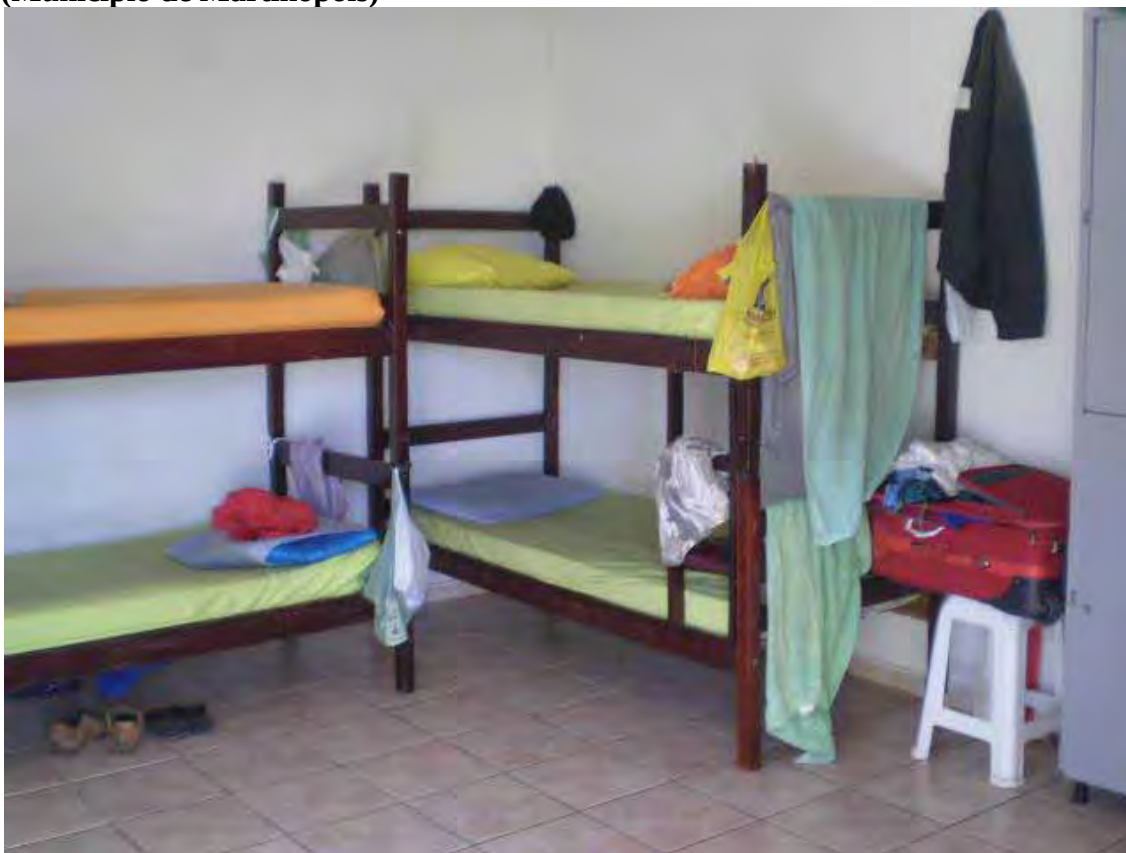
Segundo informações do sindicato, na safra 2011/12, a usina Atena atuou com aproximadamente 350 trabalhadores migrantes, os quais estavam espacializados no centro e na periferia da cidade de Martinópolis, além daqueles que buscaram os distritos do município – Vila Escócia e Teceindá –, enquanto os demais alojamentos visitados eram apenas de trabalhadores homens, locados e organizados pela unidade canavieira. Nesse caso, o diferencial é a localização, pois estão concentrados no centro da cidade e faxineiras realizam a limpeza diariamente. A propósito de sua organização espacial, verificamos que os quartos concentram até três beliches, além de colchonetes extras. (Figuras 29 e 30).

Figura 29: Os chinelos organizados revelam o número de trabalhadores alojados (Município de Martinópolis)



Fonte: BARRETO, M. J. Trabalho de Campo (2011).

Figura 30: Utilização de todos os espaços da casa para organização das beliches (Município de Martinópolis)



Fonte: BARRETO, M. J. Trabalho de Campo (2011).

Nesse caso, apreende-se que a manutenção da limpeza diária, somada à proibição do preparo das refeições, oculta em parte algumas irregularidades e as dificuldades enfrentadas cotidianamente por esses trabalhadores, como a superlotação.

Ainda que representantes da agroindústria canavieira, representantes municipais e sindicais tenham afirmado que os trabalhadores foram contratados de acordo com as normativas do trabalho, os problemas, mesmo não sendo explícitos devido à maquiagem diária, ainda existem. Os pares de chinelos sequenciados expõem o número de moradores e a disposição dos beliches e colchonetes avulsos, a superlotação.

Outra questão complexa percebida nesses alojamentos é a da alimentação. A NR-31 determina que deve haver locais reservados e adequados para preparar as refeições, porém, nenhum dos alojamentos visitados apresentava esses locais, inclusive aqueles locados e organizados pelas usinas – os trabalhadores normalmente improvisavam suas cozinhas e preparo de suas refeições.

Na moradia coletiva, por exemplo, observamos a cozinha subdividida em espaços individuais (fogões, prateleira de alimentos e utensílios domésticos)¹⁸⁵. Nesse caso, a moradora esclareceu que a separação dos objetos da cozinha tinha como objetivo facilitar a preparação das refeições/marmitas dos trabalhadores, durante a madrugada, pois cada uma cozinava para doze trabalhadores.

A questão das refeições foi uma das dificuldades apontadas pelos trabalhadores migrantes. Embora a usina forneça o alojamento gratuito para os trabalhadores que viajam sem as famílias, não lhes fornece as refeições prontas. Os trabalhadores são responsáveis por estas. Diante disso, as esposas dos colegas migrantes preparam essas refeições (as marmitas do almoço, a refeição do jantar e a dos domingos), desde que os trabalhadores contribuam com as cestas básicas oferecidas pela empresa, além de ratear o valor da mistura e pagar (R\$60,00 por mês) para a preparação dos alimentos.

São muitas as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, diariamente, no ambiente de trabalho – o sol, o calor, as roupas quentes e pesadas, a fuligem, o melaço da cana, além do pagamento, que é realizado por produção e tornam a vida mais estressante e precária. E o fato de o trabalho não terminar no final do dia, nos canaviais, é mais um determinante que complica a vida desses trabalhadores. Para eles, é muito cansativo chegar ao alojamento, ter de lavar as roupas do trabalho e providenciar o jantar.

Ainda refletindo sobre os problemas vividos pelos migrantes alojados na cidade de Martinópolis, o trabalhador S. E. S¹⁸⁶, de Montezuma-MG, relatou que é muito sofrimento por muito pouco. O valor pago pelo metro da cana cortada (R\$ 0,14) exigia diariamente o aumento na produção. Em decorrência, muitos trabalhadores acabam estendendo o turno, das 15h20 até às 17h30, isto é, para atingir ganhos razoáveis, os cortadores ampliam sua jornada de trabalho: um trabalho difícil e exaustivo se torna ainda mais precário e degradante.

Com efeito, o baixo custo pago pelo metro da cana cortada integra um emaranhado de estratégias utilizadas pelo capital canavieiro para aumentar sua produção e seus lucros. Segundo Alves (2007), desde o momento em que os trabalhadores migrantes foram inseridos nos canaviais paulistas, as unidades canavieiras aumentaram a produtividade do trabalho e reduziram a remuneração dos trabalhadores.

¹⁸⁵ O alojamento continha 5 fogões e 5 prateleiras com utensílios domésticos e mantimentos de cada uma das mulheres alojadas.

¹⁸⁶ O trabalhador revelou que já viajou com a família, a esposa e os dois filhos, mas as despesas aumentam muito, tornando-se difícil acumular algum dinheiro: tudo o que se ganha se gasta. Além disso, a usina não paga as passagens e aluguel para quem traz a família.

Inicialmente, as unidades canavieiras instituem ideologias de que os trabalhadores migrantes são mais fortes, mais produtivos, mais destemidos no trabalho, cujo objetivo é induzir esses trabalhadores a intensificar ainda mais sua produção e buscar sempre a superação.

Ao diminuir o valor do metro da cana cortada, o trabalhador, para superar sua marca (o dia/semana anterior) e vencer as disputas internas ao grupo, intensificará seu trabalho, além de estender sua jornada, primeiro suprimindo/diminuindo horários de descanso e refeições e depois ampliando a hora de encerrar a jornada. No final do dia, eles trabalharam por aproximadamente 10 horas de trabalho e cortaram em média 18 a 20 toneladas cana/dia. Por isso, normalmente as unidades canavieiras separam as turmas de trabalhadores migrantes e regionais. Como a unidade tem pleno interesse na intensificação da produção desses trabalhadores, ela buscam separá-los, porque os trabalhadores regionais em geral não ultrapassam ou estendem sua jornada de trabalho. Ainda que seja proibida essa extensão das jornadas de trabalho, as unidades canavieiras permitem e veladamente as incentivam, porque são sinônimos de lucro. E, por fim, compreende-se que, ao reduzir os valores do metro da cana cortada, o capital canavieiro lucra duas vezes sobre o trabalhador.

Diante disso, Thomaz Júnior (2009) argumenta que, por meio da extensão dos expedientes, o capital garante o exercício do controle social sobre o trabalhador, degradando as relações de trabalho e fragilizando a capacidade de resistência dos trabalhadores assalariados.

Dessa forma, compreende-se que o baixo valor pago pelo metro da cana é mais um meio de acumulação da mais valia, é mais uma estratégia utilizada pelo capital canavieiro para estender e intensificar a jornada de trabalho e, em consequência, o processo de produção, através da exploração do trabalhador.

Todavia, em decorrência da expansão/implantação recente de novas unidades atreladas a grandes grupos empresariais, cujo maior investimento está na mecanização do processo produtivo, foi percebida na região significativa incidência de trabalhadores migrantes atuando também no transporte da cana-de-açúcar.

Esses trabalhadores, cujas origens estão especialmente nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná, além de outras cidades do Estado de São Paulo, chegam à região de duas formas. Primeiro, são diretamente trazidos e alojados pelas empresas terceirizadas contratadas pelas grandes agroindústrias canavieiras, onde realizam o corte –

carregamento e transporte¹⁸⁷. Ou então, são trazidos pelos agenciadores, os quais prometem empregos, bons salários e alojamentos gratuitos. Porém, esses trabalhadores têm sido contratados por proprietários de pequenas empresas terceirizadas que prestam serviços no setor de transporte da cana-de-açúcar para unidades canavieiras da região¹⁸⁸.

A incidência dos trabalhadores migrantes atuando no setor de transporte está espacializada em todas as unidades canavieiras regionais e em todos os seus municípios. Como exemplo, podem ser citadas as observações feitas no município de Sandovalina, frente à grande concentração de trabalhadores do Estado de Minas Gerais, na Paranapanema II/Umoë Bionergy.

Embora a vigilância sanitária do município não tenha dado informações precisas sobre a presença desses trabalhadores e a formação dos alojamentos, as representantes da saúde e assistência social do município confirmaram os alojamentos localizados na cidade e na área rural do município¹⁸⁹. Em acréscimo, foi enfatizado que se trata de alojamentos totalmente desprovidos de qualquer infraestrutura, resumindo-se apenas a colchões velhos espalhados pelo chão e fogões, que usam para preparar as refeições. As péssimas condições de moradias relatadas pela entrevistada revelam apenas parte das dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores migrantes terceirizados aproveitados no transporte da cana-de-açúcar na região.

Nesse sentido, a entrevistada reconhece que a incidência dos trabalhadores migrantes é um dos principais problemas que a expansão da cana-de-açúcar tem causado para o seu município – primeiro vieram os trabalhadores para construir a indústria e, na sequência, o município tem recebido os caminhoneiros do transporte da cana-de-açúcar. Segundo ela, a inserção desses trabalhadores no município tem acarretado muitos problemas sociais, entre os quais está o crescimento da prostituição de adolescentes, alto índice de alcoolismo e consumo de drogas e aumento da violência¹⁹⁰.

As observações das representantes da saúde e assistência social de Sandovalina constituem somente um exemplo das ponderações realizadas nos municípios visitados, frente

¹⁸⁷ Essas empresas fecham contratos de colheitas com as unidades canavieiras, deslocando maquinários, caminhões e parte dos trabalhadores para a região.

¹⁸⁸ Nesse caso, poderíamos afirmar que esses trabalhadores precisam apenas ter a CNH-D (habilitação obrigatória para atuar no transporte da cana-de-açúcar nas rodovias da região).

¹⁸⁹ Sobre a incidência dos trabalhadores do Estado de Minas Gerais no município de Sandovalina, frise-se que a grande maioria foi contratada e trazida por latifundiários, os quais, ao arrendar suas terras para o plantio de cana, passaram a investir no transporte dessa matéria-prima, abrindo firmas para prestar serviços à unidade canavieira, as ditas empresas terceirizadas. No próximo item, estaremos aprofundando a questão do alto índice de terceirização do trabalho, no setor canavieiro regional.

¹⁹⁰ Fato que a entrevistada atribui ao perfil do trabalhador migrante: a maioria constituída de homens que migram sozinhos, sem a família.

à presença dos trabalhadores migrantes no âmbito das agroindústrias canavieiras, seja no setor da colheita manual, seja no de transporte.

Vettorassi (2007) explicita que, diante da presença dos trabalhadores migrantes, os nativos encarnam os valores da tradição e da boa sociedade, enquanto “os de fora” estão relacionados à anomia, delinquência, violência e desintegração, em uma espécie de fantasia coletiva.

O relato da entrevistada demonstra em parte como esses trabalhadores têm sido, ao longo dos anos, discriminados e estigmatizados, nos municípios em que trabalham. Não basta serem submetidos às condições precárias e degradantes de trabalho, às jornadas exaustivas, ou sobreviver em condições precárias e sub-humanas de moradia. No âmbito desses municípios, esses trabalhadores têm sido igualmente responsabilizados pelas mazelas sociais.

Diante desse cenário, voltamo-nos para a realidade enfrentada pelos trabalhadores, as situações degradantes de vida e trabalho a que são constantemente expostos. Segundo informações colhidas junto a trabalhadores inseridos nessa lógica, as condições de moradias são precárias, os alojamentos são sujos e não há ventilação. No momento da contratação, os empregadores prometem tudo – alojamentos organizados, refeições e bons salários, mas, na realidade, nada é cumprido. As moradias são precárias e desumanas, sem contar as condições degradantes de trabalho, através do acúmulo de funções, das longas jornadas, e da intensificação da produção, da remuneração por produção, do desconhecimento da sistemática para a conversão metro linear/toneladas para R\$ de toneladas, do descumprimento dos acordos/convenções e da NR-31, por parte do empregador.

Enfim, eis a realidade vivida pelos trabalhadores migrantes, que buscam nos canaviais da região do Pontal do Paranapanema seu sustento, subsídios para manter-se e prover suas famílias. Experimentando diariamente as dificuldades, os obstáculos propostos pelo trabalho, são excluídos e ainda assinalados como a representação máxima da negatividade que o agronegócio canavieiro pode ocasionar numa região.

A realidade vivenciada pelos trabalhadores migrantes, terceirizados ou regionais retratam o modelo de emprego oferecido o capital canavieiro, e financiado pelo Estado nos inúmeros discursos de implantação/reforma das unidades canavieira, esse é o modelo de desenvolvimento que estes afirmam proporcionar as regiões que são tomadas pela monocultura da cana-de-açúcar. Nesse cenário, cabe-nos questionar se é este o modelo de desenvolvimento/emprego que a população e a região do Pontal do Paranapanema realmente precisam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a construção deste trabalho, pautamos nossa reflexão na articulação da análise teórica com os dados obtidos, tanto a partir das fontes secundárias como a partir do desenvolvimento da pesquisa de campo. Dessa forma, apreendemos as estratégias que o agronegócio canavieiro tem utilizado para territorializar-se em municípios do Pontal do Paranapanema, região historicamente marcada pela forte presença de conflitos agrários. De um lado, temos trabalhadores e movimentos sociais defensores da Reforma Agrária (MST, MAST, CPT e demais movimentos sociais) e, do outro, grileiros/latifundiários e setores dominantes, como a UDR, Sindicatos Patronais e, mais recentemente, o ingresso de grupos empresariais que atuam na atividade canavieira, como ETH/Odebrecht, Umoe Bioenergy e Cocal, que se somam aos demais existentes, desde a segunda etapa do PROALCOOL, em 1981.

Nesse sentido, a pesquisa permitiu-nos apreender que o atual cenário no qual estão inseridas as agroindústrias canavieiras da região do Pontal do Paranapanema é de mais disputas. Os projetos de expansão/crescimento das agroindústrias estão cada vez mais direcionados para a ampliação das terras em que se cultivam os canaviais, fato que tem ocasionado novas disputas pelas terras agriculturáveis da região – nesse caso, trata-se de disputas internas ao setor canavieiro.

Na verdade, a expansão do agronegócio canavieiro, personificado nos grandes grupos, tem sinalizado para o surgimento de novas disputas, no âmbito do Pontal do Paranapanema. As unidades agroprocessadoras, na figura de seus dirigentes/diretores, têm disputado entre si, via arrendamento ou compra, as terras agricultáveis da região em estudo. E, para alcançar seus objetivos, o agronegócio canavieiro tem-se utilizado de estratégias capazes de lhes dar tanto a territorialização como a expansão. Assim, dentre essas estratégias, destaca-se principalmente, o discurso da geração de emprego e desenvolvimento local/regional e a aquisição/fusão de unidades falidas.

O histórico de ocupação do Pontal do Paranapanema já é demarcado por intensas disputas em torno da propriedade da terra, fato que ocasionou forte massacre contra os povos nativos da região, e a expansão do agronegócio canavieiro, na região, tem amplificado os conflitos/disputas em torno da propriedade das terras e provocado significativas transformações na paisagem regional.

Esse é o atual cenário da região em destaque: amparado pelo Estado, o agronegócio canavieiro estende seus canaviais e território, desconsiderando a presença dos movimentos

sociais que lutam pelas terras, armando-se de estratégias para avançar para terras de outras unidades.

Os resultados são as transformações ocasionadas na paisagem regional. Num intervalo de dez anos, o setor canavieiro já operou mudanças expressivas tanto no âmbito das agroindústrias canavieiras, quanto na paisagem, pela disseminação de extensos canaviais. As falências, reformas, incorporações e implantações de novas agroindústrias, retiradas de unidades antigas, somadas aos avanços das lavouras da cana-de-açúcar, são os principais responsáveis por essas modificações – municípios que destinavam suas terras a pastagens/pecuária ou a outras lavouras, como milho, soja, amendoim, feijão e outras, têm sido gradativamente tomados pela produção da cana-de-açúcar.

E essas transformações têm acarretado uma série de impactos, os quais não se restringem aos municípios em que estão instaladas as unidades agroprocessadoras (agroindústrias), mas vão além, abarcando todos aqueles que estão situados em seu *raio de ação*. Ou seja, os impactos/consequências têm atingido tanto os municípios que abrigam a planta industrial, quanto aqueles que possuem os canaviais e a mão de obra.

Nesse sentido, o desenvolvimento da pesquisa de campo possibilitou-nos apreender a intensidade dos impactos *positivos e negativos* que a expansão do agronegócio canavieiro tem provocado, para os municípios da região, quer aqueles que abrigam as unidades canavieiras, quer os que abrigam somente os canaviais – e como estes têm sido confrontados pelos municípios da região (representantes do poder público municipal e a população em geral).

De modo geral, percebe-se que os prejuízos existem, e os municípios, personificados na figura de seus representantes (prefeitos, secretarias da agricultura, saúde, desenvolvimento), têm consciência, sentem-se incomodados, porém, não se posicionam de maneira contrária à unidade, sobretudo aqueles que acomodam as grandes unidades, os grandes grupos, mesmo que tenham sido indicados os problemas com as estradas municipais (rurais e vicinais) os desgastes devido ao tráfego intenso de caminhões pesados, os prejuízos nas pequenas propriedades, através da pulverização aérea – como aconteceu em Sandovalina, com os produtores assentados da sericicultura – entre outros.

Foi possível verificar que os entrevistados, no âmbito municipal, preferem associar os impactos negativos que a expansão do agronegócio canavieiro ocasiona para o município e região à presença dos trabalhadores migrantes, que, atraídos pelo trabalho da cana-de-açúcar alojam-se nas cidades da região, trazendo prejuízos, através do consumo da infraestrutura local, como o aumento nos gastos com o setor da saúde, a inflação nos aluguéis, além de atribuírem a esses trabalhadores o aumento da prostituição e o alcoolismo local.

Para estes, o trabalhador migrante alojado no município consome a infraestrutura local e não traz benefícios, porque maior parte dos recursos acumulados será remetida às suas cidades de origem. Ou seja, o poder público local/regional de certo modo responsabiliza os trabalhadores migrantes por parte dos impactos negativos que a expansão da cana-de-açúcar acarreta para região.

Todavia, mesmo sinalizando todos esses pontos negativos, os representantes do poder público dos municípios visitados sempre justificam tais problemas pelo viés da promoção dos novos postos de trabalho, questão que atribuímos às relações de subserviência estabelecidas pelos municípios, personificados na figura dos seus representantes públicos/prefeitos, em face da implantação das unidades canavieiras.

Nesse caso, outro ponto que observamos, no decorrer da pesquisa, sobretudo nas atividades de campo, é que, quanto menor o município (população/postos de trabalho formal), maior sua vulnerabilidade diante do poder do capital ou maior a importância atribuída à unidade agroindustrial canavieira.

É nesse contexto que permeia o discurso do emprego, uma das principais estratégias adotadas pelo capital canavieiro para territorializar-se na região em destaque, aspecto que também buscamos discutir neste trabalho.

A partir do momento em que a insuficiência de postos de trabalho é reconhecida pela população local e pelos representantes públicos/prefeitos dos municípios visitados como o principal problema do Pontal do Paranapanema, abrem-se as portas para o capital, personificado em agronegócio canavieiro disposto a implantar suas novas unidades agroprocessadoras e, conseqüentemente, seus canaviais, sob o discurso de que as novas usinas vêm para suprir a carência de emprego da região, propiciando o desenvolvimento local/regional.

E esse discurso de que a implantação de novas unidades canavieiras na região vem para resolver a problemática do emprego, na região, aufere respaldo frente à necessidade que o homem tem do trabalho. Ideologicamente, o trabalho é posto como fator que proporciona ao *ser trabalhador* sua subsistência, que lhe condiciona a vida e que o inclui na sociedade. Portanto, é essa importância e necessidade conferidas pelo homem ao trabalho que permitem ao capital não só expandir-se pela região em estudo, determinando suas relações de poder, mas também apropriar-se da força de trabalho humana e, em conseqüência, dominar os meios de produção, subjugando tudo e todos.

No entanto, a pesquisa, sobretudo a pesquisa de campo, realizada junto aos trabalhadores inseridos no processo de produção do agronegócio canavieiro (regional,

migrante ou terceirizado), ajudou a perceber que trabalhar nas usinas canavieiras não é a melhor opção, uma vez que a maior parte dos empregos produzidos é temporária, embora nada conste no registro efetuado nas carteiras de trabalho. Quer dizer, trata-se de um modelo de emprego incerto, em que os trabalhadores doam a vida, para afiançar a vaga na entressafra e, quem sabe, na próxima safra.

Pelas observações dos próprios trabalhadores, nossos questionamentos se voltam para a qualidade dos empregos propagandeados e negociados pelo capital canavieiro e afiançados pelo Estado, e para os desdobramentos que esse discurso de geração emprego e renda, desenvolvimento local/regional tem trazido para os trabalhadores envolvidos no processo de produção do agronegócio canavieiro regional. Quais as reais condições de trabalho que esses trabalhadores têm enfrentado, no contexto das agroindústrias canavieiras?

Quando estreitamos nossos olhares para a rotina de trabalho vivenciada pelos trabalhadores, percebemos as contradições desse discurso. Não questionamos, aqui, a quantidade de empregos, porque nossa investigação, sobretudo a pesquisa de campo, demonstrou que centenas de trabalhadores estão inseridos na cadeia produtiva da cana-de-açúcar, embora os dados não tenham apresentado essa grandeza de emprego exaltada no discurso.

Quer dizer, para nós, fica claro que os trabalhadores estão de fato inseridos, porém, por meio da subcontratação, da informalidade, sendo contratados para experiência e dispensados com o fim do contrato, fato que explica a alta rotatividade, lembrada entre os próprios trabalhadores, além do alto índice de terceirização da mão de obra.

Apesar de o MPT trabalhar em busca de solução para essa problemática, na região, cobrando das unidades canavieiras contratações diretas e dentro das normativas do trabalho, sabemos que a terceirização, especialmente na colheita e transporte, permanece ativa e tem proporcionado condições de trabalho degradantes, cujas jornadas se tornam cada vez mais exaustivas, em face da necessidade da produção e das metas.

O cenário posto é desanimador – o desalento nas feições dos trabalhadores pela falta de perspectiva em receber os salários e direitos trabalhistas, a partir de decisões judiciais que normalmente se arrastam por anos a fio, trabalhadores atuando sob condições degradantes, com jornadas de trabalho extensivas e intensivas, em virtude da necessidade do cumprimento das metas de produção e, mesmo assim, constantemente ameaçados pelo fantasma do desemprego.

A superexploração a que são submetidos diariamente os trabalhadores envolvidos no processo de produção da cadeia produtiva da cana-de-açúcar faz esses homens e mulheres que

vendem sua força de trabalho nos canaviais, vulneráveis – ao mesmo tempo em que precisam ser extremamente fortes, para enfrentarem as jornadas exaustivas de trabalho que gradativamente aniquilam suas forças e sua saúde, até destruir por completo sua vida.

Essas observações nos levam a refletir sobre os empregos propagandeados pelo agronegócio canavieiro regional, em que os trabalhadores têm como rotina de trabalho a superexploração de suas forças. Assim, questionamos: esse é o trabalho/emprego desejado pelos trabalhadores e trabalhadoras da região?

Em meio a esse emaranhado de promessas e contradições, fechamos o trabalho, com a certeza de que estamos distantes de esgotar a temática e nossos argumentos, quanto a uma provável solução para tamanha problemática, na qual os interesses do capital se sobrepõem ao bem-estar, à saúde e à vida de milhares de trabalhadores.

Embora acreditemos que os objetivos propostos pela investigação tenham sido contemplados, sabemos que a discussão que permeia a relação capital x trabalho e suas múltiplas estratégias de produção e reprodução, nos diferentes territórios, é dinâmica e está em constante transformação. Diante disso, sentimo-nos estimulados a prosseguir desenvolvendo pesquisa no âmbito da Geografia do Trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª edição. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- ALVES, F. J. C. Por que Morrem os Cortadores de Cana? **Saúde e Sociedade**, v. 15/3, p. 90-98, 2006.
- ALVES, F. **Mecanização do Corte de Cana Crua e Políticas Públicas Compensatórias: indo direto ao ponto**. Revista Ruris. Vol. 3, Número 1. 2009.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. [Org.] **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 416 p.
- ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. (Org.). São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, R. (org). **A dialética do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 195 p.
- ÁVILA, M. L. de; ÁVILA, S. R. S. A. de. **Cidades, agronegócio e sustentabilidade. Seminário de População, Pobreza e Desigualdade**. Belo Horizonte MG - (realizado entre os dias 05 a 07 de novembro de 2007).
- AZEVEDO, J. R. N. **Configuração do capital canavieiro no Pontal do Paranapanema e Alta Paulista: As tramas territoriais do agronegócio em questão**. Presidente Prudente/UNESP, 2005. (Monografia de Bacharelado).
- _____. **Expansão da agroindústria canvieira no Mato Grosso do Sul: Relação capital x trabalho e reconfiguração espacial**. Dourados – MS: Universidade Federal da Grande Dourados/Faculdades de Ciências Humanas (Dissertação de Mestrado em Geografia), 2008.
- BACCARIN, J. G. **A Desregulamentação e o Desempenho do Complexo Sucro-Alcooleiro**. São Carlos. Universidade Federal de São Carlos. (Tese Doutorado em Engenharia de Produção), 2005.
- BARRETO, M. J. **Dinâmica Geográfica da Expansão da Agroindústria Canvieira no Pontal do Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho: Os casos da Usina Alvorada do Oeste e da Destilaria Decasa**. Presidente Prudente/UNESP, 2008. (Monografia de Bacharelado).
- BNDES. **BNDES apoia com R\$ 13,7 milhões usina de açúcar que criará 200 empregos em SP**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/noticias/20040119_not734.html>. Acesso em dezembro de 2011.

_____. **BNDES aprova financiamento de R\$ 1,5 milhão para apoio a pesquisa de inovação em etanol.** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2007/20070829_not19407.html> Acesso em 14 de dezembro em 2011.

_____. **BNDES financia com R\$ 252 milhões projeto de inovação do Grupo Zilor.** Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,bndes-aprova-financiamento-de-r-252-mi-para-grupo-zilor,20101,0.htm>>. Acesso em: dezembro de 2011.

_____. **BNDES aprova financiamento de R\$ 10,1 milhões para Usina Canaã (SP).** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/noticias/20051220_not313_05.html>. Acesso em dezembro de 2011.

_____. **BNDES aprova crédito de R\$ 115,3 milhões para Usina Ouroeste (SP).** Disponível em: <[http://www.jornalcana.com.br/noticia/Jornal-Cana/24297+BNDES-aprova-credito-de-R\\$-115-3-mi-para-Usina-Ouroeste-em-SP](http://www.jornalcana.com.br/noticia/Jornal-Cana/24297+BNDES-aprova-credito-de-R$-115-3-mi-para-Usina-Ouroeste-em-SP)>. Acesso em dezembro de 2011.

_____. **BNDES aprova financiamento de R\$ 151 milhões para Usina de Açúcar e Alcool.** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/noticias/20071126_not267_7.html>. Acesso em dezembro de 2011.

_____. **BNDES aprova R\$ 39,2 milhões para co-geração de energia em SP.** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/noticias/20041220_not956.html>. Acesso em dezembro de 2011.

_____. **BNDES financia com R\$ 87 milhões dois projetos de energia alternativa.** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/noticias/200511121_not287_05.html>. Acesso em dezembro de 2011.

_____. **BNDES financia co-geração de energia a partir do bagaço de cana-de-açúcar em São Paulo.** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/noticias/20041103_not913.html>. Acesso em dezembro de 2011.

_____. **Informe Setorial/Área industrial.** disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/setorial/informe-17AI.pdf>. Acesso em janeiro de 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Secretaria de Política Agrícola.** Brasília: MAPA/SPA, 2010. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/estatisticas>>. Acesso 18 de agosto de 2010.

BRASIL. Banco Nacional do Desenvolvimento. **BNDES Transparente.** <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente>. Acesso em 15 de dezembro de 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 31 – Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura.

< [http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A36A27C14013750EE907002CC/NR-31%20\(atualizada%202011\).pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A36A27C14013750EE907002CC/NR-31%20(atualizada%202011).pdf)> acessado em julho de 2010

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Informações para o sistema público de emprego e renda/Dados por município.** Disponível em: <<http://perfildomunicípio.caged.gov.br/ISPER>>. Acesso em 08/08/2010. Acessado em julho de 2010

BRAY, S. C., FERREIRA, E. F., RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canavieira e o Proálcool no Brasil.** Marília: UNESP/Marília, 2000.

CARDOSO; LIBARDI, D. e N. A. **Cana-de-açúcar: a salvação da lavoura ou do Planeta.** Análise conjuntural, v. 29, n.05-06,p.24, maio/junho, 2007.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **Não só uma crise econômica e financeira, uma crise de civilização.** In: NOBILE, R.; JUNKINGS, I. (Org.). István Mészáros e os desafios do tempo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011. p.187-198.

COSTA, R. H, da. **O mito da desterritorialização:** Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensidade do labor na Sociedade contemporânea. São Paulo. Editora Boitempo, 2008.

DIAS. V. **Etanol anidro está prestes a se tornar commodity internacional.** São Paulo. 30 de março de 2012. UDOP – União dos Produtores de Bioenergia. Disponível em <http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1083133>>. Acessado dia 31 de março de 2012.

DRUCK, G; FRANCO. T (Org). **A perda da razão social do trabalho:** terceirização e precarização. São Paulo: Editora Boitempo. 2007.

DRUCK, G; FRANCO. T.; THÉBAUD-MONY; DRUCK. G. **Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil.** In: DRUCK, G; FRANCO. T (Org). **A perda da razão social do trabalho:** terceirização e precarização. São Paulo: Editora Boitempo. 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Território em disputa: Terras (re) tomadas, (Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema).** São Paulo: Universidade de São Paulo. (Tese de Doutorado em Geografia). XXX f. 2009.

FLICK, U. Introdução a Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GARCIA OLIVEIRA, J. **Perspectivas para a co-geração com o bagaço da cana-de-açúcar:** Potencial do mercado de carbono para o setor sucroalcooleiro paulista: Escola de Engenharia de São Carlos/Universidade de São Paulo. (Dissertação de Mestrado), 2007.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural. 1986.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo Demográfico** (2010). Rio de Janeiro: IBGE.

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Mapeamento de cana via imagens de satélites de observação da Terra**. Estimativas anuais de 2003 até 2011, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/mapa.html>. Acesso em abril de 2010.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec/Fundação Unesp, 1998. [1981]

LIMA, E. C. **Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP): dissidência e dinâmica territorial**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, (Dissertação de Mestrado em Geografia), 132 f. 2006.

LUKÁCS, G. **O trabalho**. Tradução de Ivo Tonet: UFA, s.d.75p. Título Original: Il Lavoro. In: Per una ontologia dell'Essere Sociale. 1984.

MARCELINO, P. R. P. **Terceirização e ação sindical: A singularidade da reestruturação do capital no Brasil**. Campinas-SP. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Universidade Estadual de Campinas. Programa de Doutorado em Ciências Sociais. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais), 2008.

MARTINS, A. **Usina interrompe moagem e 70 são demitidos em Anastácio**. Jornal Imparcial. Presidente Prudente. 11 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.imparcial.com.br/site/conteudo-ver.php?categoria=24&codigo=877>>. Acessado em 18 de abril de 2012.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MILANEZ, A. Y; BARROS, N. R; FILHO, P. C. F. **O perfil do apoio do BNDES ao setor sucroalcooleiro**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Biocombustiveis/2008>. Acesso em janeiro de 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria CVS-6/99, de 10.03.99**. Disponível em: <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/zip/E_PT-CVS-06_100399.pdf>. Acesso em julho de 2012.

MOTA, A. E. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista**. Serviço social: direitos sociais e consequências profissionais. 1995. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

NOVAES, J. R.; ALVES, F. **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Paulo: EDUFSCar, 2007, p.55-86.

NOVAES, J. R. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. *Revista Ruris*. Vol. 3, Número 1. 2009.

OLIVEIRA, A. M. S. de. **A relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado: Gestão do trabalho e certificação ambiental**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, (Dissertação de Mestrado em Geografia), 219 f. 2003.

_____. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, (Tese de Doutorado em Geografia). 566f. 2009.

PEREIRA, Alexandre Demétrius. **Tratado de segurança e saúde ocupacional - Aspectos técnicos e jurídicos** - Vol.VI NR23 a NR28 . Editora LTR. 2005.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo editorial. 2001

POCHMANN, M. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo. Boitempo Editorial. 2008.

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **Destilaria Santa Fany Ltda**. Elaborado em atendimento ao artigo 53 da Lei 11.101/2005, para apresentação nos autos do processo nº 1526/09, em trâmite na Vara Única da Comarca de Regente Feijó – SP. Regente Feijó, 2010. Disponível em: <<http://www.carmonaefaria.com.br/processos/santafany/planorecuperção>>. Acessado 24 de março de 2011.

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **Decasa Açúcar e Álcool Ltda.**. Elaborado em atendimento ao artigo 53 da Lei 11.101/2005, para apresentação nos autos do processo nº.482.01.2010, em trâmite na Vara Única da Comarca de Presidente Epitácio – .SP. Presidente Venceslau. 2010. <<http://www.carmonaefaria.com.br/processos/santafany/planorecuperção>>. Acessado 24 de março de 2011

PORTO, G. **Éramos os loucos que inventaram o Proálcool**. *Jornal Estado de São Paulo*. São Paulo. 20 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,eramos-os-loucos-que-inventaram-o-proalcool,642602,0.htm>>. Acessado em dezembro de 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Ática: São Paulo, 1993.

RAMOS, Pedro. **Agroindústria Canavieira e Propriedade Fundiária no Brasil**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999. 245p.

REVISTA Caros Amigos. **Desnacionalização do etanol põe em risco soberania energética**. São Paulo, ano xv, nº 172, 2011.

RIBEIRO, H.; FICARELLI, T. R. A. Queimadas nos canaviais e perspectivas dos cortadores de cana-de- açúcar em Macatuba, São Paulo. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 48-63, 2010.

RODRIGUES. L. **O processo de terceirização e a presença de arranjos institucionais distintos na colheita da cana-de-açúcar**. Piracicaba-SP. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Universidade de São Paulo. (Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada) 2006.

RODRIGUES.L. **Desnacionalização do Etanol põe em risco soberania energética**. Revista Caros Amigos, ano xv, 172, junho de 2011, p. 10.

ROSEIRO, M. N, TAKAYANAGUI, Â. M. M. **Meio ambiente e poluição atmosférica: o caso da cana-de-açúcar**. In: Rev. Saúde. Vol. 30 (1-2): 76-83, 2004. Disponível in: <http://w3.ufsm.br/revistasauade/2004/30%281-2%2976-83,%202004>.

SANT’ANA, Raquel Santos. **As condições de trabalho no setor sucroalcooleiro**. In: SANT’ANA, Raquel Santos et al. (org.). **O Averso do Trabalho II: Trabalho, precarização e saúde do Trabalhador**. São Paulo. Expressão Popular. 2010. p. 343 – 366.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008 [1988].

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008 [1996].

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 18/10/2010.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE. **Informações Municipais**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>> acessado em 10 jun. de 2010.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. **DIPAM**. Declaração do Índice de Participação dos municípios. Disponível em <<http://www.fazenda.sp.gov.br/dipam>>. Acessado dia 18 de janeiro de 2011.

SCHEIDL. H. A.; SIMON. A. T. Avaliação do processo de terceirização do corte mecanizado, carregamento e transporte de cana-de-açúcar. **Revista de Ciência & Tecnologia**. Vol. 17, n. 33, p. 103-118, jan./jun. 2012. Disponível em <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cienciatecnologia/issue/>>. Acesso em 12 de agosto de 2012.

SILVA, Anderson Antonio; FERNANDES, Bernardo Mançano, VALENCIANO, Renata Cristiane. **Rist – Relatório de Impactos Socioterritoriais: Desenvolvimento Territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente – SP: 2006. Ed: Unesp.

SILVA, M. A. M. **Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas**. In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 29-78.

_____. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e rios de álcool”. **Agrária**, São Paulo, nº 2, pp. 2-39, (2005 a).

_____. A face oculta do trabalho. Migrantes nas usinas canavieiras de São Paulo. **Revista Latino americana de Estudios del Trabajo**. Montevideu, n. 17, (2005 b).

_____. A morte ronda os canaviais paulistas. São Paulo: **Reforma Agrária**, vol. 33- n.2, ago./dez., 2006.

_____. Produção de alimentos e agrocombustíveis no contexto da nova divisão mundial do trabalho. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, n.9, v.1, 2008a, p.63-80. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/pegada.htm>.

SILVA, José Afonso da. A saúde do trabalhador como um Direito Humano. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, n. 31, jul./dez. 2007.

SINGER. P. **Globalização e Desemprego**: diagnostico e alternativas. São Paulo. Editora Contexto. 2003.

SOUZA, S. M. R. de. **Discursos em confronto no território da luta pela terra no/do Pontal do Paranapanema**: MST e imprensa. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências Tecnologia/Universidade Estadual Paulista. (Dissertação de Mestrado em Geografia), 2005.

_____. **Agronegócio e os discursos hegemônicos do capital**. Presidente Prudente. Faculdade de Ciências Tecnologia/Universidade Estadual Paulista. (Relatório de Qualificação-Doutorado), 2010.

_____. **A Emergência do Discurso do Agronegócio e a Expansão da Atividade Canavieira**: Estratégias Discursivas para Ação do Capital no Campo. Presidente Prudente. Faculdade de Ciências Tecnologia/Universidade Estadual Paulista. (Tese de Doutorado em Geografia), 2011.

SOUZA, S. R; THOMAZ JÚNIOR, A. **Expansão da Atividade Canavieira no Estado de São Paulo: A “Locomotiva” do País e o Retrato do Atraso nas Relações de Trabalho**. In **CD Ron IX Jornada do Trabalho Dinâmica Territorial do Trabalho no Século XXI: em busca dos sujeitos que podem emancipar a sociedade para além do capital** 10 a 13 de Outubro de 2008 UFG/Catalão/GO.

SZMRECSÁNYI, T. O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975). São Paulo: Hucitec; Campinas: UNICAMP, 1979. 540 p.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os “nós” da cana** (A relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

_____. Agronegócio *Alcoolizado* e *Culturas* em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas e Neutralização dos Movimentos Sociais. In: **CD Anais da**

III Jornada de Estudos sobre Assentamentos Rurais. Campinas, Feagri/Unicamp, Jun./2007a.

_____. Não há nada de Novo sob o Sol num Mundo de *Heróis!* (A Civilização da Barbárie na Agroindústria Canavieira). **Pegada**, Presidente Prudente, v.8, n.2, 2007b.

_____. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI:** (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). 503p. Tese (livre-docência). Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Estadual Paulista, 2009.

_____. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. Campo Território, Uberlândia, 2010. V. 5, N° 10.

_____. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). São Paulo, Revista da ANPEGE, V.7, N° 1, 2011. p. 307-329. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/viewPDFInterstitial/176/RAE25>

_____. Disputas Territoriais, Grilagem e a (Des)Realização do Trabalho pelo Capital no Pontal do Paranapanema (SP). (O Terreno Privilegiado dos Conflitos e da Luta de Classes no Século XXI. CLACSO, 2011.

_____. Gestão e Ordenamento Territorial da Relação Capital-Trabalho na Agroindústria Canavieira, no Brasil. Uberlândia, Campo-Território: Revista de Geografia Agrária. V.7, n.11, 2011. (no prelo).

_____. Disputas Territoriais e Grilagem no Pontal do Paranapanema (SP) (Histórico de Lutas, Marco de Violência e Futuro Incerto!). Relatório Direitos Humanos no Brasil. 12ª Edição. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.social.org.br/DH_2011_ALTA.pdf.

_____. As Correntes Teóricas na Geografia Agrária Brasileira. (Uma contribuição à crítica teórica, sem *a priori*s). São Paulo, Terra Livre, N.35, V.?, 2011.

TOMAZELA, J. M. **Supremo julga como particulares terras do 14º Perímetro, no Pontal.** Jornal Estado de São Paulo. São Paulo. 20 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,stf-julga-como-particulares-terras-do-pontal,787151,0.htm>>. Acesso em 19 de outubro de 2011.

UDOP. União dos Produtores de Bioenergia. Estatísticas/safras. Disponível em: <<http://www.udop.com.br/index.php?item=safras>>. Acessado em 22 de abril de 2010.

UNICA – União da Indústria da Cana-De-Açúcar. **Diesel de cana chega ao transporte urbano de São Paulo.** <<http://www.unica.com.br/noticias/show.asp?nwsCode=%7B496FE702-C724-47B4-8232-D9A67DA4AD39%7D>>. Acessado em 06 de dezembro de 2011.

_____. **Prefeito de São Paulo mostra otimismo com chegada dos ônibus a etanol.** <http://www.unica.com.br/noticias/show.asp?nwsCode=%7B496FE702-C724-47B4-8232-D9A67DA4AD39%7D>>. Acessado em 25 de novembro de 2011.

_____. Revolução econômico-social no interior de SP mostra pujança do setor sucroenergético. Disponível em: <<http://unica.com.br/noticias/show.asp?nwsCode=%7B942001C0-5719-4EF0-8F43-3E08DA0EF7C8>>. Acessado 04 de janeiro de 2012

VALÉRIO, J. V. O. Do prato ao tanque. **A Expansão da Agroindústria Canavieira, a Reforma Agrária e a Soberania Alimentar: O Caso de Flórida Paulista (SP)**. Presidente Prudente/UNESP, 2011. (Monografia de Bacharelado).

VASAPOLLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade**. Tradução [de] Maria de Jesus Brito Leite. São Paulo. Editora Expressão Popular. 2005.

VETTORASSI, Andréa. **Partindo para a cidade garantida e proibida**. In: Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial (os heróis do agronegócio brasileiro). [Organizado por] José Roberto Novaes e Francisco Alves. São Carlos: EdUFSCar, 2007. 314 p.

VEIGA FILHO, A. **Mecanização da colheita da cana-de-açúcar no estado de São Paulo: uma fronteira de modernização tecnológica da Lavoura**. Campinas, 1998. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. **Agroindústria Canavieira: estratégias competitivas e modernização**. Campinas: Ed. Átomo, 2003. 216p.

VIAN, E. F. Carlos; BELIK, Walter. **Os desafios para a reestruturação do Complexo agroindustrial canavieiro do Centro-Sul**. Economia, Niterói- RJ, vol.4. n.1,p.153-194, jan./jun.2003.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS - DATA (.... /..../....)

- I. IDENTIFICAÇÃO
- II. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

- Município.....
- Nome do Entrevistado:
- Função.....
- Como você avalia o potencial da Região do Pontal do Paranapanema para expansão das atividades de processamento e de produção de cana-de-açúcar.
- Nesse contexto o que poderia falar sobre os movimentos sociais de luta pela terra, pecuária e a produção de alimentos?
- Qual a posição do município perante a expansão do setor canavieiro e a implantação de agroindústrias em seus limites territoriais? Há incentivos por parte da prefeitura para que isso aconteça? Se sim, quais?
- De modo geral fale sobre o histórico econômico e de produção do município. Quais as perspectivas para o futuro.
- Com relação à receita municipal, quais os impostos que o município recebe que pode ser associado à empresa canavieira em %?
 - a) ICMS
 - b) ISS
 - c) IPTU
 - d) ITR
- Qual o índice de produção de cana-de-açúcar no município (ha) e os índices de pessoas empregadas pelo setor.
- Quais os planos/projetos do município quanto a questões básicas como saúde, emprego, educação, lazer, meio ambiente para seus municípios?
- Como avalia a atuação do Estado em relação aos históricos incentivos a produção e expansão do setor canavieiro contrapondo com os pequenos produtores familiares e assentados. Na atual conjuntura do mercado brasileiro, tendo em vista a produção dos derivados da cana-de-açúcar. Alcool, açúcar, energia elétrica plástico verde?
- O que poderia falar sobre a chegada dos grandes grupos de capital internacional no setor canavieiro na região e sua incorporação de pequenas unidades produtivas?

- Como vê a chegada de trabalhadores migrante na região?
 - a) O município conta com infraestrutura para atender a todos (saúde, educação, segurança etc.).
 - b) Esses trabalhadores vão embora ao final da safra?
 - c) Trazem algum tipo de problema para o município?
- Perante o discurso do emprego destacado pelo setor canavieiro, como avalia a mecanização do corte da cana.
- Como avalia o projeto de reativação da Malha Ferroviária e a utilização da Hidrovia Tietê-Paraná para o escoamento da produção de etanol?
- Como saber quanto à usina paga de impostos para o município em valores absolutos?
- Sobre a questão do zoneamento agro-ambiental para a expansão da cana-de-açúcar, o que poderia falar?
 1. Municípios com até 500 km² só poderão ter 30% de seu território ocupado pela cana;
 2. Quando a área se enquadra entre 500 e 1000 km², 25%,
 3. Redução progressiva, considerando o potencial de diversificação regional;
 4. O mínimo de 30% da cana usada pelas agroindústrias canavieiras deve ser comprado de produtores locais, para que não haja monopólio.
- Você acredita que a cultura da cana-de-açúcar é um benefício para a região do Pontal do Paranapanema e seu município. Se não fosse a cultura da cana-de-açúcar, que alternativa econômica poderia substituí-la?

ROTEIRO DE ENTREVISTA

REPRESENTANTES DA CASA DA AGRICULTURA - DATA (.... /..../....)

I. IDENTIFICAÇÃO

II. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

- Município.....
- Nome do Entrevistado:
- Função.....

- De modo geral fale sobre o histórico econômico e de produção do município. Qual o perfil agrícola do município hoje? Quais as perspectivas para o futuro.
- Como você avalia o potencial da Região do Pontal do Paranapanema frente à expansão das atividades de processamento e de produção de cana-de-açúcar.
- Qual a posição do município perante a expansão do setor canavieiro e a implantação de agroindústrias em seus limites territoriais?
- Qual o índice de produção de cana-de-açúcar em seu município (ha) e os índices de pessoas empregadas pelo setor.
- Como avalia a atuação do Estado em relação aos históricos incentivos a produção e expansão do setor canavieiro contrapondo com os pequenos produtores familiares e assentados.
- O que poderia falar sobre a chegada dos grandes grupos de capital internacional no setor canavieiro na região e sua incorporação de pequenas unidades produtivas?
- Perante o discurso do emprego destacado pelo setor canavieiro, como avalia a mecanização do corte da cana.
- Sobre a questão do zoneamento Agroambiental para a expansão da cana-de-açúcar, o que poderia falar?
- Nesse contexto o que poderia falar sobre os movimentos sociais de luta pela terra, pecuária e a produção de alimentos?
- Você acredita que a cultura da cana-de-açúcar é um benefício para a região do Pontal do Paranapanema e seu município. Se não fosse a cultura da cana-de-açúcar, que alternativa econômica poderia substituí-la?

ROTEIRO DE ENTREVISTA

REPRESENTANTES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA - DATA (.... /..../....)

I. IDENTIFICAÇÃO

II. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

- Município.....
- Nome do Entrevistado:
- Função.....

- Apresentação da pesquisa

- Poderia contextualizar como é realizado o trabalho da vigilância sanitária do município junto às empresas do município – especificamente as usinas canavieiras.
- Poderia relatar sobre as condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores dessas empresas em seus ambientes de trabalho – seja no campo ou na indústria.
- As usinas atendem todas as Normas Regulamentadoras
- Há regularidade na disponibilidade dos EPI's pelas empresas e aceitação por parte dos trabalhadores.
- Sobre as condições dos ônibus que transportam os trabalhadores, há cadastros na vigilância sanitária.
- Há casos de acidentes de trabalho de natureza leve ou grave nas indústrias do município, seja no campo ou nas indústrias.
- Como é a reação das usinas – quanto às visitas da vigilância – são abertos ao dialogo?
- Tem conhecimento se há migrantes no município - Como vê a chegada desses trabalhadores na região? O município conta com infra-estrutura para atender esses trabalhadores (saúde, educação, moradia etc).
- Esses trabalhadores vão embora ao final da safra. Há aumento na busca pela unidade básica de saúde do município por parte dos trabalhadores no período da safra?
- Perante o discurso do emprego destacado pelo setor canavieiro, como avalia a mecanização do corte da cana.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

REPRESENTANTES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - DATA (... /.../...)

I- IDENTIFICAÇÃO

II- APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

- Município.....
- Nome do Entrevistado:função
- Poderia contextualizar como é realizado o trabalho da assistência social do município junto aos moradores e trabalhadores do município – especificamente as usinas canavieiras.
- Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores do município, principalmente os cortadores de cana-de-açúcar.
- A prefeitura auxilia os trabalhadores do município com Programas de Distribuição de renda. Exemplos: Bolsa Família e outros
- Tem conhecimento se há migrantes no município - Como vê a chegada desses trabalhadores na região?
- O município conta com infra-estrutura para atender a todos (saúde, educação, moradia etc.). Esses trabalhadores vão embora ao final da safra.
- Qual a posição/potencial do município perante a expansão do setor canavieiro e a implantação de agroindústrias em seus limites territoriais? **Qual o índice de pessoas empregadas pelo setor.**
- Perante o discurso do emprego destacado pelo setor canavieiro, como avalia a mecanização do corte da cana.
- Sobre as Normas Regulamentadoras. Tem conhecimento quanto ao cumprimento dessas pelas usinas. E quais as condições dos ônibus que transportam os trabalhadores ou se há casos de acidentes de trabalho de natureza leve ou grave nas indústrias do município, seja no campo ou nas indústrias.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DA SAÚDE - DATA (.... /..../....)

I. IDENTIFICAÇÃO

II. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

- Município.....
- Nome do Entrevistado:
- Função.....

- Poderia contextualizar como é realizado o trabalho da SECRETARIA DA SAUDE do município junto aos moradores e trabalhadores do município – especificamente as usinas canavieiras.
- O município tem sentido aumento da busca pela unidade de saúde (medicamentos) principalmente os cortadores de cana-de-açúcar.
- Quais são as principais dificuldades pelo setor da saúde do município, após a instalação da agroindústria canavieira.
- A prefeitura auxilia os trabalhadores do município com Programas voltados a saúde e o ambiente de trabalho.
- Tem conhecimento se há migrantes no município - Como vê a chegada desses trabalhadores na região?
- O município conta com infra-estrutura para atender a todos (saúde, educação, moradia etc.). Esses trabalhadores vão embora ao final da safra.
- Qual a posição/potencial do município perante a expansão do setor canavieiro e a implantação de agroindústrias em seus limites territoriais? **Qual o índice de pessoas empregadas pelo setor.**
- Perante o discurso do emprego destacado pelo setor canavieiro, como avalia a mecanização do corte da cana.
- Sobre as Normas Regulamentadoras. Tem conhecimento quanto ao cumprimento dessas pelas usinas. Há programas de prevenção nessa empresa quanto às doenças do trabalho.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

REPRESENTANTES DOS SINDICATOS - DATA (.... /..../....)

I. IDENTIFICAÇÃO

II. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

- Nome do Entrevistado:
- Função.....período que exerce a função.....
- Município onde se localiza a Unidade sindical.....

III – HISTÓRICO

- De modo geral poderia falar sobre o histórico do sindicato que representa (ano de fundação/ se a sede é própria) e usa atuação como sindicalista.
- Qual a Confederação e Federação que seu sindicato está inserido?
- Qual o número de trabalhadores que representa?.....Quais as categorias defendem?
- Quais os municípios que abrange sua base sindical? E para quais usinas seus trabalhadores atuam?
- Quais as principais reclamações/reivindicação dos trabalhadores e quais as reais condições de trabalho vivenciadas por esses trabalhadores
 - a) o que poderia falar dos meios de transportes utilizados pelas usinas para os trabalhadores rurais e da indústria?
 - b) As empresas fazem uso da NR-31 junto aos trabalhadores?
- Com relação ao processo de terceirização do trabalho. Como avalia essa flexibilização da mão-de-obra? Qual a média trabalhadores terceirizados atuando nas empresas? Essa terceirização tem algum impacto no seu sindicato?
- Como vê a chegada de trabalhadores migrante na região? Os municípios contam com infra-estrutura para atender a todos (saúde, educação, segurança etc). Tem o conhecimento se há alojamentos na cidade?
- O sindicato realiza oferece cursos para os trabalhadores e faz reuniões periódicas?
- Qual o índice geral de participação/preocupação por parte dos trabalhadores com relação à disponibilidade de emprego na região e as condições de trabalho.
- Perante o discurso do emprego destacado pelo setor canavieiro, como avalia a mecanização do corte da cana.
- Quais as maiores dificuldades que o sindicato enfrenta para trabalhar? Os usineiros/patrões são receptivos?

IV. PERSPECTIVAS PARA A REGIÃO

- Como o sindicato avalia o potencial da Região do Pontal do Paranapanema para expansão das atividades de processamento e de produção de cana-de-açúcar, inserindo nesse processo os movimentos sociais de luta pela terra, pecuária e a produção de alimentos?
- Como avalia a chegada dos grandes grupos de capital internacional na região e sua incorporação de pequenas unidades produtivas?
- Sobre a atuação do Estado em relação aos históricos incentivos a produção e expansão do setor canavieira, destacando a produção de etanol, açúcar, energia elétrica?
- Tem conhecimento sobre os planos de responsabilidade das empresas em relação ao impacto social nos município que está instalada (Educação/Saúde/lazer/meio ambiente)? Tem algum conhecimento sobre isso?
- Sobre a escola técnica que será construída no município de Mirante do Paranapanema, relacionada ao Grupo ETH poderia falar alguma coisa?

ROTEIRO DE ENTREVISTA

AGROINDÚSTRIAS CANAVIEIRAS – DATA (..../..../....)

I. IDENTIFICAÇÃO

II. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

- Nome da Empresa:
- Município onde se localiza a Unidade Industrial:.....
- Nome do proprietário ou grupo:
- Nome do Entrevistado:
- Função.....

III. HISTÓRICO DA EMPRESA

- Ano em que começou operar:
- Quais os principais fatores que levaram à empresa a instalar a usina/destilaria nesse município?
- A empresa recebeu algum tipo de incentivo da prefeitura para se instalar?
() Sim () Não – **Se sim**, qual?
- O que levou a empresa atuar e/ou entrar no ramo da agroindústria canavieira?
- A empresa utilizou-se das linhas de financiamento especiais destinadas ao PROÁLCOOL? () Sim () Não – Se sim, para que tipo de investimento?
- Qual a origem da empresa? UF.....Grupo.....
- Qual o motivo da opção pela região do Pontal do Paranapanema

IV. CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

- Tipo de produção realizada:
- () Alcool
- () Açúcar
- () Alcool e Açúcar
- () Energia elétrica
- () Outros. Quais.....
- Capacidade de processamento
- Volume médio processado.....
- Área de cultivo necessária para abastecer a usina?ha.
- Área produtiva própria.....ha.
- Área tomada em arrendamento/Parceria.....ha.
- Procedência da Cana:% do próprio município.....% de outros municípios. Quais municípios de impacto.....
- Há intenção de expandir a área plantada?ha.
- Pode-se dizer se há disputas por áreas de arrendamento para expansão da cultura da cana-de-açúcar.....
- Destino da produção.....
- A usina/destilaria dispõe de caminhões, tratores e colheitadeiras próprias.
- () Sim () Não. Se sim. Quantos?
- Caminhões () Tratores () Colheitadeiras ()
- Trabalha com empresas terceirizadas? () sim () não

- Se sim? Quais setores?
- Qual é o destino dado ao vinhoto?
- A empresa utiliza o bagaço de cana? () Sim () Não. Se sim, para que finalidade?

V. OS TRABALHADORES

- Número de funcionários permanentes da usina?
- Número de empregados temporários (volantes)?
- Número de funcionários terceirizados?
- Qual a origem desses funcionários?
- Qual é o meio de transporte utilizado pela usina para o transporte dos trabalhadores rurais e da indústria?
- A empresa utiliza das N/R-31 junto aos trabalhadores?
- Como avalia o posicionamento dos sindicatos junto aos trabalhadores?
- Com relação ao processo de terceirização do trabalho. Como avalia essa flexibilização da mão-de-obra?

VI. PERSPECTIVAS DA EMPRESA

- Como a empresa avalia o potencial da Região do Pontal do Paranapanema para expansão das atividades de processamento e de produção de cana-de-açúcar?
- Com relação às terras da região do Pontal do Paranapanema como avalia questão das disputas desse território por (setor canavieiro, movimentos sociais, pecuaristas)
- Como avalia a chegada dos grandes grupos de capital internacional na região e sua incorporação de pequenas unidades produtivas?
- Como a empresa avalia a atuação do Estado em relação produção e expansão do setor canavieiro, destacando a produção de etanol, açúcar, energia elétrica e outros produtos.
- Com relação ao escoamento da produção da região, a Hidrovia Tietê-Paraná ou reativação da Malha Ferroviária poderá de algum modo ser aproveitada pelo setor canavieiro.
- Qual o plano de responsabilidade da empresa em relação ao impacto social nos município que está instalada (Educação/Saúde/lazer/meio ambiente)? Tem algum tipo de projeto?
- Historicamente como avalia o processo de desregulamentação do setor canavieiro, falando desses altos e baixos?
- A empresa possui projetos para ampliar a capacidade de processamento de cana ou projetos de outra natureza? Quais as perspectivas para o futuro?
- Gostaria que destacasse a posição/importância da ÚNICA/UDOP para as empresas do setor canavieiro.